

Celso Fernando Rocha de Barros

## Convergências na Teoria do Capitalismo de Estado

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Departamento de  
Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação do  
Prof.Dr. Décio Azevedo  
Marques de Saes.

Este exemplar corresponde à  
versão final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
22/10/1999

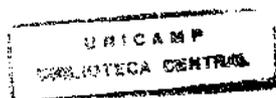
Prof.Dr. Décio Azevedo Marques de Saes (orientador)

Prof.Dr. Márcio Bilharinho Naves

Prof.Dr. Jorge Lobo Miglioli

Prof.Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (suplente)

Outubro de 1999



RESUMO	BC
N. GRAMADA:	
V. Ex.	
TOMBO DC/	39770
PROC.	229199
C	<input type="checkbox"/>
PREÇO	12511,00
DATA	12-12-99
N. CPD	

CM-00137824-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**B 278 c** Barros, Celso Fernando Rocha de  
Convergências na teoria do capitalismo de estado / Celso  
Fernando Rocha de Barros. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

**Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes**  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Bettelheim, Charles, 1913-. 2. Capitalismo. 3. Estado.  
4. Economia - União Soviética. 5. Socialismo. I. Saes, Décio  
Azevedo Marques de. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## Agradecimentos:

Agradeço ao Professor Décio Saes pelo trabalho de orientação, e por sua adesão à tese de que pensar com clareza sempre ajuda em alguma coisa. Agradeço também aos professores Márcio Naves e Jorge Miglioli pelas críticas e sugestões durante meu exame de qualificação, que em muito contribuíram para enriquecer meu trabalho. Os erros remanescentes são, naturalmente, de minha total responsabilidade.

Os professores Octavio Ianni, Josué Pereira da Silva, e Edmundo Fernandes Dias leram diferentes versões de meu projeto, e merecem por isso todo meu reconhecimento.

Agradeço a meus pais, Celso e Vanda, a minha avó Ana e meu irmão Virgílio por terem, ao longo dos anos, proporcionado o ambiente emocionalmente saudável e intelectualmente estimulante necessário a meu desenvolvimento. Naturalmente, esse está longe de ser o único motivo para agradecer-lhes.

Agradeço à Cristina por sua insuperável capacidade de trazer alegria a um ambiente, e por ter agüentado a barra durante esses anos dedicados à tese. Naturalmente, esse está longe de ser o único motivo para agradecer-lhe.

Enfim, ter-me-ia sido impossível ultrapassar o nível intelectual de uma ostra sem a companhia intelectualmente estimulante, e a disposição para falar bobagem, de meus amigos, que, felizmente, são numerosos demais para caber nesta página, mesmo se enumerasse apenas os bons. Mas não poderia deixar de citar: a turma de 91 (e agregados), da qual certamente o leitor ainda ouvirá falar (bem ou mal, enfim); a turma lá do Rio, em especial Walter, Rônei, Walmir, e os Fábios Kono (onde foi parar este sujeito?) e Góes. À galera (eternamente “lá de casa”) da casa da pontezinha (em suas várias versões), Duda, Mariana e Pedro, sem esquecer, naturalmente, Suzana, Piola, Trotskyyna, Minúculas, Cara Branca, Safo (*in memoriam*), Lélia (*in memoriam*), e, *last but not least*, os super-maxi-plus-ultra Edgar e Everardo. A todos os meus colegas (velhos e novos) do CEBRAP, pelas discussões e pelas cervejas.

Agradeço ao pessoal do grupo de estudo de teoria marxista (1995-97), Décio, Luciano Martorano, Sérgio, Adriana e Márcia. Aos membros do grupo de teoria social (em

atividade) Josué, Fernando e companhia. Enfim, a todos os participantes das listas de discussão M-Thaxis (em especial Rakesh Bandhari), PSN e I-Habermas.

Agradeço também aos professores Ângela Araújo, Argelina Figueiredo, Bruno Speck e Reginaldo de Moraes, pela oportunidade de prestar auxílio didático em seus respectivos cursos. Com ainda mais efusão agradeço às turmas de Ciências Sociais dos anos de 1992 (diurno e noturno), 1993 (noturno) e 1996 (diurno e noturno).

Não teria sido capaz de passar da página vinte sem a ajuda dos funcionários das bibliotecas do IFCH-UNICAMP, IE-UNICAMP, FEA-USP, PUC-RJ e FGV-RJ, bem como da Maison de France do Rio de Janeiro. Agradeço com especial efusão ao Luciano da biblioteca do IFCH, que sempre será meu candidato a reitor, e ao Bené do Xerox.

Esse trabalho não teria sido possível sem a generosa concessão de uma bolsa pelo CNPq, que durou de 1996 a 1998. Posteriormente, tive a sorte de participar do programa de formação profissional do CEBRAP, financiado pela CAPES e coordenado pelo Prof. J.A. Giannotti, a quem também manifesto minha gratidão.

# Índice

<b>Introdução: O Personagem Modo de Produção.....</b>	<b>1</b>
(0.1) Objetivos do trabalho, p.1; (0.2) Charles Bettelheim, p.3 (0.3) o modo de produção e as STS, p.8; (0.4) retrospecto da teoria do CDE, p.18; (0.5) Duas objeções de princípio à teoria do CDE, p.25; (0.6) Plano do trabalho, p.27;	
<b>Capítulo I: A Produção da Propriedade.....</b>	<b>29</b>
(1.1) O Tema dentro da Obra, p.30; (1.2) A leitura dos <i>Grundrisse</i> , p.37; (1.3) A Teoria do Cálculo Económico, p.55; (1.4) A Teoria da Propriedade, p.65; (1.5) Críticas ao método, p.72; (1.6) Bettelheim e o Grupo Althusseriano diante da transição, p.75	
<b>Capítulo II: O “núcleo duro” das Relações de Produção Capitalistas.....</b>	<b>83</b>
(2.1.) O exemplo chinês, p.86; (2.2) a luta dentro da produção económica, p.91; (2.3.) URGENSE e a tese do “salarizado amenizado”, p.107; (2.4) a burguesia de Estado e sua propriedade, p.112	
<b>Apêndice I: A mobilidade da força de trabalho na URSS, p.124</b>	
<b>Capítulo III: A Armadilha nº1.....</b>	<b>129</b>
(3.1) A Centralidade do tema do Estado, p.129; (3.2) A correspondência com Paul Sweezy, p.132; (3.3) Os Sovietes, p.145; (3.4) Bettelheim e a natureza do Estado Soviético Nascente, p.151; (3.5) Propriedade Pública e Propriedade Estatal, p.156; (3.6) As teses do Coletivismo Burocrático e do Capitalismo Burocrático, p.161	
<b>Capítulo IV: O Capitalismo de Partido.....</b>	<b>171</b>
(4.1) Um novo olhar sobre a URSS da década de 20, p.170; (4.2) Os termos da ruptura com o PCC, p.174; (4.3) O sistema Kolkhoziano, p.180; (4.4) O trabalho concentracionário, p.187; (4.5) O sistema de planeamento, p.194; (4.6) Capital como propriedade e como função, p.203; (4.7) A teoria da crise de superacumulação absoluta de capital, p.217; (4.8) A contribuição da Escola Húngara de Economia: os ciclos de Bauer, p.222; (4.9) Lefort e o totalitarismo, p.229	
<b>Apêndice II: Desenvolvimentos Regulacionistas da teoria do CDE, p.237</b>	
<b>Conclusão.....</b>	<b>245</b>
(5.1)Determinações conceituais convergentes na teoria do CDE, p.244; (5.2)A categoria Modo de Produção: limites e alcances, p.248; (5.3) Considerações Finais, p.255	
<b>Bibliografia.....</b>	<b>258</b>

## Introdução:

# O Personagem Modo de Produção

(0.1) Objetivos do trabalho; (0.2) Charles Bettelheim (0.3); o modo de produção e as STS; (0.4) balanço das principais teorias do CDE; (0.5) duas objeções de princípio à teoria do CDE; (0.6) plano do trabalho;

### **(0.1) Objetivos do trabalho:**

Neste trabalho de dissertação apresentamos a teoria do Capitalismo de Estado (CDE) elaborada por Charles Bettelheim, com o objetivo de estudar um esforço de aplicação da categoria modo de produção às sociedades de tipo soviético (STS). Em consequência, é também um momento privilegiado para a discussão desta categoria, de seus limites e de sua pertinência.

Naturalmente, não pretendemos, no exíguo espaço de uma dissertação de mestrado, esgotar a discussão sobre o problema da “natureza” das sociedades do Leste, uma vez que uma solução adequada deveria necessariamente resultar de um trabalho de pesquisa empírica, e de uma elaboração teórica, que claramente excederiam nossas possibilidades. Entretanto, acreditamos que um trabalho como o nosso se justifica por:

- (1) apresentar de maneira sistemática uma argumentação que é desenvolvida em vários trabalhos, ao longo de aproximadamente vinte anos, durante os quais Bettelheim mudou várias vezes de posição sobre alguns pontos importantes. Mostraremos que essas oscilações não nos impedem de considerar que as diferentes linhas argumentativas convergem em torno de alguns pontos principais. Por exemplo, mostraremos que a caracterização das STS como exemplos de CDE, se foi influenciada pela adesão a uma determinada posição política (maoísta), não perde por isso sua autonomia teórica, pois permanece no discurso

do autor após o abandono dessa posição política. Ou ainda: o estudo das formas de circulação mercantil nas STS, se varia em importância nas diferentes obras, segue tendo uma relevância muito maior do que na maioria dos autores que identificaram o capitalismo em operação na URSS (como Castoriadis, Pollock, etc.). Naturalmente, não pretendemos forçar a teoria a se adequar à nossa hipótese interpretativa, e procuraremos mostrar os pontos em que, a nosso entender, o texto se desvia de seus eixos principais. Por exemplo, argumentaremos que a teoria política subjacente aos trabalhos da década de 70 representa uma ruptura com o método de análise das formas sociais, que é um dos grandes trunfos do trabalho de nosso autor.

- (2) Fornecer uma chave diferente para a interpretação da teoria do CDE, mais sociológica que econômica, segundo a qual a grande riqueza da teoria do CDE está em mostrar que as estruturas do MPC são interdependentes, ao ponto de esforços políticos que procurem preservá-las “seletivamente” (por exemplo, utilizando categorias mercantis sem a instituição da propriedade privada jurídica) a longo prazo deverão enfrentar a emergência dos fenômenos inicialmente “descartados” (por exemplo, na progressiva atribuição de funções de “proprietário jurídico” aos dirigentes de empresa) ou se deparar com fenômenos intermediários não planejados (como dirigentes de empresa que são autônomos mas não equilibram seus orçamentos). Isso não implica, naturalmente, que as estruturas sejam imutáveis, limitando inexoravelmente a ação política, mas apenas que a tarefa de transformá-las é muito complexa e constantemente (mas nem sempre, ao menos em teoria) excede as possibilidades dos movimentos engajados nessa transformação. Naturalmente, contudo, resta a possibilidade de a tarefa ser executada com êxito. Nesse caso, seria preciso constituir um novo modo de produção coerente, que torne desnecessárias ou ao menos subordinadas as estruturas anteriormente predominantes. O desenvolvimento desse processo depende essencialmente da luta entre as diversas classes e segmentos sociais, e da sua capacidade de elaborar e implementar seus projetos.

Uma última ressalva: este é apenas um trabalho de discussão bibliográfica. Entretanto, uma vez que é de textos científicos que nos propomos a tratar, não podemos nos

furtar de abordar algumas discussões sobre determinadas cadeias de eventos históricos que recebem especial destaque nos textos discutidos. Por outro lado, não se trata tampouco de uma biografia intelectual de Charles Bettelheim. Tal empreendimento exigiria recursos indisponíveis para uma pesquisa de mestrado, como uma longa estada na França.

A seguir apresentamos (1) um rápido esboço da trajetória do trabalho de Bettelheim sobre o CDE; (2) a controvérsia sobre a categoria modo de produção, que nos parece o personagem principal desta discussão; (3) um rápido balanço da literatura sobre o CDE anterior ao trabalho de Bettelheim; (4) nossa opinião sobre algumas críticas de princípio à teoria do CDE; e (4) o plano do trabalho.

## **(0.2) Charles Bettelheim**

Charles Oscar Bettelheim<sup>1</sup> nasceu em 1913, e tornou-se um dos principais economistas marxistas da França. Foi autor de vários trabalhos sobre a economia francesa. Escreveu um importante trabalho sobre a economia alemã durante o nazismo, um estudo sobre a economia indiana na época da independência, participou de um importante debate (com A. Emmanuel) sobre a teoria do imperialismo e da troca desigual, interveio no debate sobre o capitalismo do pós-guerra juntamente com autores como Sweezy e Tsuru, escreveu uma obra sobre a cidade de Auxerre em 1950. Seu nome ficou associado de maneira especialmente intensa a seus trabalhos sobre as STS, desde suas primeiras obras sobre o sistema de planificação soviético (que, embora simpáticas ao modelo soviético, não desciam ao nível apologético comum em quase toda a literatura produzida dentro dos partidos comunistas ocidentais), passando pelo seu debate com Che Guevara nos anos sessenta, até seus últimos trabalhos, realizados sob o duplo impacto da vaga althusseriana e da revolução cultural proletária chinesa, em que produz sua teoria do CDE. É a partir do final dos anos sessenta, com essa ruptura, que se inicia a parte de sua obra que constitui objeto deste trabalho de dissertação.

---

<sup>1</sup> Todas as informações biográficas que se seguem são retiradas da Introdução ao primeiro volume das *Lutas de Classes na URSS*, bem como do relato que Bettelheim escreveu sobre sua estada na URSS em 1936, *Moscou: Place du Manege*. Esta última obra, bastante rara, nos foi emprestada pelo Prof. Márcio Naves, a quem agradecemos pela gentileza.

Introduzindo o balanço de sua carreira que abre *As Lutas de Classes na União Soviética*, Bettelheim recapitula seu itinerário no período anterior à ruptura dos anos sessenta:

Julgo-me com o direito de analisar os problemas da União Soviética porque estudo esse país há quase quarenta anos e, além disso, tudo o que lhe diz respeito tem uma importância e um alcance mundiais. Esta era a minha opinião em 1934, quando comecei a estudar a língua russa; em 1936, ano em que estive na URSS para estudar a planificação soviética; em 1939, ao publicar um livro sobre esse assunto; em 1946, quando publiquei um outro livro a respeito de problemas teóricos e práticos da planificação; em 1950, data em que lancei um trabalho sobre a economia soviética e, desde então, quando estive várias vezes no país e escrevi outras obras sobre a planificação e a transição para o socialismo. (BETTELHEIM, 1979: p.20)

Bettelheim esteve em Moscou durante os processos de Moscou, em 1936, quando grandes lideranças bolcheviques foram condenadas à morte (ver cap. IV) . Testemunhou como os moscovitas “faziam filas nas bancas para comprar jornal com notícias sobre as audiências” (LDC, p.20), mas, vivendo como um estrangeiro em Moscou (e não no campo, onde as deportações eram maciças), sofreu pouco com o medo, e não chegou a ter “a impressão de que o risco de ser preso era obsessivo” (p.82). Viveu, entretanto, a experiência da suspeita generalizada: teve o pedido de renovação de seu visto de permanência na URSS negado com base em suspeitas políticas)<sup>2</sup>, o que provavelmente salvou-lhe a vida. Sua companheira na época, que em seu relato de viagem recebeu o nome de Vera, mais tarde viria a morrer nos campos de trabalho.

---

<sup>2</sup> Podemos apenas especular a respeito de quais seriam tais razões, dado que o próprio Bettelheim não aparece muito certo: a crer em seu relato, suas únicas atividades “subversivas” durante a estada na URSS foram algumas conversas pessoais, em que expressou dúvidas, aliás moderadas, sobre o regime; e, principalmente, a redação de um folheto turístico sobre o Uzbequistão em que ressaltava a riqueza da cultura ancestral dos uzbeques. Nessa época, Bettelheim trabalhava na *Intourist*, organismo estatal encarregado da administração do setor turístico na URSS, elaborando material de propaganda turística para o público francês. Seu folheto foi duramente criticado por parecer sugerir que o Uzbequistão era suficientemente sofisticado culturalmente para se desenvolver sem a “ajuda” do “proletariado soviético”. Após o incidente, Bettelheim trabalhou, também como tradutor, em um jornal e em um estúdio de cinema.

Entretanto, sua condição de estudante estrangeiro (e membro do PCF) conferia-lhe uma posição privilegiada, que lhe permitiu observar aspectos importantes para sua teorização posterior:

O que me impressionou nessa época foi a desigualdade dos níveis de vida: claro, eu sabia que Stalin havia desencadeado a luta contra o “igualitarismo” e eu era militante do PCF, mas não conseguia aceitar as desigualdades que constatava. Graças à minha carteira de membro da Associação de Artistas e Escritores Revolucionários, pude frequentar a Casa dos Escritores. Era uma espécie de clube inglês. Isto evidentemente não correspondia à idéia que eu fazia do socialismo. Eu tentava justificar estas diferenças sociais me dizendo que eram momentâneas. Mas também ficava impressionado pela arrogância estilo “novos ricos” dos membros da “nomenklatura”. Quando voltei, fiz algumas observações a respeito para meus companheiros de célula. Fui suspenso. (BETTELHEIM, 1982: p.5)

Nos anos cinquenta e sessenta, Bettelheim sofre o impacto de dois grandes movimentos que tiveram consequências decisivas para a história da esquerda européia: a nova onda revolucionária da metade do século XX (China e Cuba) e a emergência da corrente althusseriana. Suas obras de então

(...) trazem assim a marca de duas grandes experiências sociais e políticas, aquela das revoluções chinesas e cubanas com as quais estive em contato próximo a partir de 1958 e 1960, respectivamente. Elas foram marcadas também pela renovação do pensamento marxista na França. Esta renovação esteve ligada notadamente à difusão em escala cada vez mais ampla do pensamento de Mao Tse Tung, e esteve marcada pela ruptura que L. Althusser e aqueles que trabalharam com ele operaram com relação a uma leitura “economicista” do Capital de Marx. (BETTELHEIM, 1979: p.8)

Mais adiante veremos qual foi o impacto do althusserianismo e da revolução cultural no trabalho de Bettelheim. Sua obra *A Transição para a Economia Socialista* é bastante emblemática a este respeito, uma vez que reúne trabalhos anteriores e posteriores à virada dos anos sessenta. Se, no seu primeiro artigo, cogitava a possibilidade da transição entre o capitalismo e o socialismo reverter para o capitalismo, no último já argumentava que nas

STS reproduzia-se um capitalismo de Estado. Estes artigos são bastante polifônicos: há a discussão mais explícita do referencial althusseriano, que se pode encontrar em toda sua obra; discussões com os autores do Leste sobre os métodos de estabelecimento de preços em uma economia planificada; um primeiro esboço da teoria da transição; além de discussões sobre o socialismo de mercado, sobre a planificação cubana, etc.

Entretanto, sua argumentação de então ainda era bastante colada na crítica do Partido Comunista Chinês (PCC)<sup>3</sup>, e não superava ainda os limites desta. Verificou-se então uma nova virada em seu pensamento, uma virada silenciosa, que se dá em um texto não publicado:

Em 1968 eu escrevi um texto não publicado que visava analisar o funcionamento da sociedade soviética contemporânea. Para tanto, parti dos esquemas maoístas que consideravam a URSS como um país no qual o capitalismo havia sido restaurado e no qual o partido havia revisado totalmente os princípios marxistas-leninistas. Mas, chegando ao fim deste estudo, constatei que os mecanismos da economia soviética eram semelhantes aos da época estalinista: tratava-se sem dúvida das mesmas relações de exploração. Concluí que esta realidade soviética era apenas uma forma ligeiramente transformada da sociedade stalinista de que nasceu. Portanto, eu precisava reconsiderar toda a história depois de 1917. No restante, se o primeiro volume termina em 1941, é porque tudo se encontra em ordem nesta data. A URSS, a partir daí, se reproduz a partir desta matriz. (BETTELHEIM, 1982: p.4)

---

<sup>3</sup> Fernandes descreve a crítica chinesa ao “capitalismo de Estado” na URSS nos seguintes termos: “Apesar de ocupar posição tão crucial na sua formulação política, nem o partido chinês nem o albanês desenvolveram uma análise mais global, profunda e objetiva das transformações fundamentais que teriam ocorrido nas relações de produção e na estrutura econômico-social da URSS no período em questão, para justificar sua alegada conversão de país “socialista” em país “capitalista”. Os documentos do PC chinês, em particular, primaram por fazer declarações axiomáticas sobre o caráter capitalista da União Soviética (em geral, baseadas em citações de Mao Tse Tung), seguidas de enxertos de exemplos isolados de diferentes facetas da vida econômico-social nesse país (sobretudo a persistência de elevadas diferenciações de remuneração) como “comprovação” dessa caracterização. (...)” (Fernandes, 1998, p.38). Ainda segundo Fernandes, “Coube a intelectuais simpáticos ao maoísmo no Ocidente procurar formular uma fundamentação mais global e profunda da tese do PC chinês sobre a “restauração do capitalismo” na URSS. A principal obra gerada por esse esforço foram os quatro volumes da coleção *A Luta de Classes na URSS* produzidos pelo economista francês Charles Bettelheim.” (FERNANDES, 1998: p.38)

Em 1970, Bettelheim escreve o que muitos consideram sua contribuição teórica mais importante, *Cálculo Econômico e Formas de Propriedade*. Nesse trabalho, escrito de forma algo fragmentada, Bettelheim nega as teses soviéticas (anteriormente defendidas por ele mesmo) que afirmavam que as categorias mercantis existiam na URSS apenas como “formas”, cujo conteúdo era dado pela planificação econômica. No final da redação da obra, Bettelheim já produziu grande parte de seu esquema conceitual: a definição do capitalismo pela dupla separação entre as unidades de produção e entre os produtores diretos e os meios de produção; a definição da transição como superação dessas separações; o realce da importância da relação salarial para a identificação do capitalismo; a recusa em identificar o planejamento soviético com o socialismo, e mesmo uma relutância em reconhecer grande efetividade prática nos mecanismos de planificação.

Inicia-se então a redação das *Lutas*, um estudo histórico abrangendo o período que vai da revolução de 1917 até o fim do período estalinista. Na introdução às *Lutas*, um verdadeiro programa de pesquisa, esboça a trajetória que seguirá a partir de então: aqui a ênfase nas relações de produção, entendidas como “núcleo duro” do MPC, se apresenta com toda a clareza. Entretanto, a preocupação política de “salvar” a memória de Lenin ainda leva Bettelheim a, nos dois primeiros volumes, argumentar em favor da existência de uma ditadura do proletariado na URSS nos anos vinte (muito embora sua ênfase esteja certamente na identificação das relações de produção capitalistas). De qualquer forma, é interessante notar que, embora haja esta oscilação, os dois primeiros volumes das *Lutas* são certamente os dois textos mais citados na literatura crítica sobre o CDE. Consideramos que isto é fonte de alguns equívocos, pois leva alguns comentaristas a não apenas ignorar o *Cálculo*, como, o que é bem mais comum, ignorar os dois últimos volumes das *Lutas*.

Após 1977, com o fim do período maoísta na China e a vitória da linha de Teng Tsiao Ping, Bettelheim e seu grupo (reunidos em torno da revista *Communisme*) romperam com a China, empreendendo uma profunda revisão teórica de todo trabalho anterior. Isto leva Bettelheim a incorporar nos dois últimos volumes novas contribuições teóricas, que o conduzem a reassumir o aspecto polifônico: a teoria do totalitarismo, terminologia regulacionista, literatura dissidente sobre a repressão estalinista, os trabalhos da Escola Húngara de Economia, etc.

A discussão sobre o período pós-estalinista ficou a cargo dos discípulos de Bettelheim (desde a época de *Communisme*), Bernard Chavance e Jacques Sapir. Seus trabalhos são formulados em progressiva imersão na teoria da regulação e com a ávida incorporação da contribuição da Escola Húngara de Economia, como fica claro na breve apresentação que deles fazemos no apêndice I. A influência dos húngaros é clara nos trabalhos de Sapir (em que discute com o economista húngaro Tamás Bauer), nos trabalhos de Chavance (cuja referência principal é János Kornai), e mesmo no artigo de 1986 em que Bettelheim discute os ciclos econômicos na economia cubana.

Em 1988, data dos últimos textos sobre as STS a que tivemos acesso, Bettelheim já mudou bastante sua concepção política, tanto em relação às reformas do socialismo de mercado quanto à nova linha seguida pela direção chinesa. Significativamente, entretanto, não abandona em nenhum momento a tese do CDE, o que prova que, ao longo de todos os choques e reviravoltas que lhe marcaram vida e obra, seu discurso teórico teve uma dinâmica própria.

### **(0.3) O Modo de Produção e as STS**

A perspectiva teórica mais ampla de Bettelheim, elaborada ao longo do percurso acima descrito, é, se temos na memória todas suas auto-críticas, bastante oscilante. Entretanto, neste trabalho de tese argumentaremos que mesmo que isso nem sempre fique explícito na letra do texto, toda a pesquisa de Bettelheim sobre o CDE gira em torno de um eixo. Esse eixo é a inserção das STS como casos do que talvez seja a questão central do marxismo: a problemática dos modos de produção, ou o problema da constituição de totalidades sociais<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O principal trabalho sobre o tema da “totalidade” no marxismo é sem dúvida o de Martin Jay (1980). Notemos, entretanto, que apesar de ser claro que o tema da totalidade recebeu especial atenção do marxismo, não é verdade que esteja totalmente ausente de outras tradições teóricas, como pretendeu uma longa linhagem de autores marxistas a começar por Lukács. Para um exemplo de doutrinas políticas e perspectivas teóricas, ver Jay, p. Ainda com referência ao trabalho de Jay, gostaríamos de deixar claro, utilizando sua terminologia, que nos referimos durante toda nossa análise ao que Jay chama de totalidade “latitudinal”, isto é, as regularidades de caráter sincrônico, como as que se prestam à análise estrutural. Faremos poucas referências ao que chama de totalidade normativa (o programa de totalização da vida social no socialismo, por exemplo), e passaremos ao largo da questão das totalidades longitudinais (por exemplo, as filosofias da história).

Ao propor que na URSS havia uma variante do MPC, Bettelheim não estava apenas questionando a ortodoxia marxista sobre a natureza da sociedade soviética (o que fizeram vários outros autores que enfrentaram, de forma diferente, a questão do MP predominante na URSS). Um dos méritos de seu trabalho foi discutir em que consistia a essência do MPC (uma vez que era evidente para ele que não se tratava da propriedade pessoal dos meios de produção), e mais: entrava no debate sobre a pertinência desta aplicação, e, portanto, dos *limites* da utilização da categoria modo de produção.

A importância deste trabalho se mostra clara, quando verificamos que há importantes debates em torno da questão da pertinência da aplicação da categoria modo de produção às STS. Existem pelo menos três argumentos teóricos que podem ser utilizados pelos que contestam esta pertinência:

- (1) autores marxistas que reconhecem a importância de se utilizar o conceito de modo de produção para estudar a sociedade capitalista, mas não o consideram adequado para apreender a realidade das STS. É o caso de Haddad, quando afirma que na URSS não existia um modo de produção específico:

A tese que me esforcei para demonstrar, mas receio só ter conseguido sugerir, é a seguinte: *o sistema soviético não representa um modo específico de produção* (grifo nosso – CRB), seja capitalista, socialista ou qualquer outro; tampouco representa o estágio embrionário de um novo modo de produção; trata-se de um modelo anti-imperialista (anti-capitalista) de acumulação primitiva de capital adotado por algumas sociedades asiáticas (ou semi-asiáticas) no curso da transição do modo de produção que lhes é próprio para o modo capitalista de produção (...) Em poucas palavras, poderíamos denominá-las assim: a teoria do elo mais forte da cadeia asiática. (...) (HADDAD, 1992: p.10)

Neste argumento está presente a idéia de que o conceito de MP não é aplicável a todas as formações sociais, mas que algumas destas (quais?) podem ser definidas a partir do sentido (anti-capitalista, anti-imperialista) atribuído à sua existência por seus membros (quais membros? Todos?). Naturalmente, cumpre admitir que este corte teórico pode dar origem a desenvolvimentos instigantes. Percebe-se claramente o quanto esta abordagem pode divergir da discussão sobre os modos de produção quando atentamos, por exemplo, em que a revolução iraniana de 1979 foi também anti-imperialista.

Em uma outra estratégia de argumentação, Altvater argumenta:

As sociedades do socialismo real (*actual socialist societies*) se caracterizam pelo “primado do político” e não pelo “primado do econômico” das sociedades burguesas. *As sociedades do socialismo real não podem ser analisadas com o conceito de “capitalismo de Estado” uma vez que, mesmo se o modo de produção, construído sobre a “velha divisão do trabalho”, pode ser capitalista (grifo nosso – CRB), o modo de dominação (domination mode), a maneira pela qual a autoridade é exercida, legitimada, e reproduzida, não é. (ALTVATER, 1981: p.1)*

Uma operação semelhante, distinguindo a natureza da sociedade da natureza do modo de produção é realizada por alguns autores da perspectiva *world-system*, como Borrego (1981), que afirma:

Até hoje, com exceção do período de desenvolvimento da “linha de massa” chinesa, as *sociedades socialistas* (grifo nosso-CRB) não geraram ainda um modo de produção socialista. Consequentemente, segmentos das economias das sociedades socialistas estão sendo reintegrados na acumulação capitalista global. (BORREGO, 1981, p. 756)

Em princípio, a objeção de Altvater não se aplicaria à nossa tese. Da maneira pela qual a compreendemos, a única condição de adesão à teoria do CDE é o reconhecimento de que o MPC prevalecia nas STS. Entretanto, como veremos na discussão sobre o caráter da propriedade estatal nas STS, a existência do MPC não é neutra em relação ao modo de dominação ou em relação ao predomínio do político (o que sugere que não entendemos a categoria “modo de produção” exatamente da mesma maneira que Altvater). De qualquer forma, consideramos que esta linha de argumentação, caso se desenvolvesse em uma teoria consistente sobre formas de domínio, que *se sobrepusessem* às estruturas do modo de produção, poderia representar um desafio à teoria do CDE, desafio aliás bastante superior

aos que nos são oferecidos pela maioria das teorias concorrentes. Infelizmente, ao menos nos textos que chegaram às nossas mãos, tal teoria não é consistentemente elaborada<sup>5</sup>.

- (2) Autores que, aceitando que as STS se diferenciem em termos significativos das sociedades ocidentais, constatam entretanto as chocantes similaridades entre ambas, quanto à organização industrial, tipo de Estado, etc.; propõem então que se abandone o conceito de MP e mesmo o conceito de capitalismo; utilizando, em seu lugar, conceitos como o de “sociedade industrial”. Este é o caso de autores não-marxistas como Raymond Aron:

Suponhamos, com efeito, que seguindo o critério marxista, disséssemos: as economias capitalistas modernas são baseadas no trabalho assalariado. Há nelas, portanto, uma separação entre o trabalhador e o instrumento de produção; o instrumento de produção pertence a um empresário ou capitalista, enquanto que o trabalhador só possui a sua força de trabalho. O problema científico é o seguinte: quais são as características encontradas em todas as economias onde há separação entre empresários e assalariados, e *quais as margens de variação das economias baseadas no salário* (grifo nosso – CRB)?

Lembremos o que foi dito sobre todas as economias industriais: a empresa está separada da família e resulta daí um tipo original de produção, uma divisão técnica do trabalho, uma acumulação de capital e o caráter progressivo da economia, o cálculo econômico se torna inevitável e segue-se uma concentração dos trabalhadores.

Agora que passamos em revista os diferentes critérios possíveis, podemos indagar: se essas cinco características são encontradas tanto nas economias soviéticas quanto nas capitalistas, o que as diferencia? (ARON, 1966: pp.81-82)

É fácil perceber que essa abordagem coloca em questão aspectos fundamentais da teoria marxista. Segundo Marx,

(...) deve-se mostrar como a competição ilimitada e a produção industrial são condições para a realização do capital, condições que ele deve por si mesmo produzir de

---

<sup>5</sup> Entretanto, Chavance adianta alguns passos nesta direção quando define o capitalismo como “(...) um sistema econômico, e não uma forma de sociedade” (CHAVANCE, 1985: p.123). Esta idéia não é, entretanto, muito desenvolvida em seu trabalho.

pouco em pouco (ao invés da hipótese que aqui aparece meramente como a do teórico, que coloca a competição livre e o modo produtivo da existência do capital externamente e arbitrariamente (...)) (MARX, 1993: p.560)

Ao final da tese esperamos ter algo a dizer sobre a articulação entre esses dois aspectos das relações de produção capitalistas.

- (1) Autores marxistas, ou gravitando em torno do marxismo, que definem a sociedade soviética de forma a aproximá-la do que entendem por capitalismo, mas fazem-no através de conceitos produzidos a partir de matrizes diversas da teoria dos modos de produção. É o caso, por exemplo, de Robert Kurz, que propõe que as STS sejam consideradas “sociedades produtoras de mercadorias”:

Mas no que consistia então aquela diferença entre os sistemas que agora começa a dissolver-se? Desde o princípio, o socialismo real não podia suprimir a sociedade capitalista da modernidade. Faz parte, ele próprio, do sistema produtor de mercadorias burguês e não substitui essa forma social histórica por outra, mas sim representa somente outra fase de desenvolvimento dentro da mesma formação de época. Aquilo que prometia uma sociedade futura, pós-burguesa, revela-se como regime transitório pré-burguês, estagnado, a caminho da modernidade, como dinossauro fossilizado originado no passado heróico do capital (KURZ, 1993: p.29)

A “sociedade produtora de mercadorias” é definida pelo fato de que o trabalho para o mercado adquire a centralidade que caracteriza o capitalismo, e que portanto, de alguma forma, o mercado, o lucro, etc. devem fazer-se presentes. É interessante notar que grande parte dos críticos da teoria do CDE estariam prontos a aceitá-la se ficasse provado que o propósito essencial da produção nas STS era a troca mercantil, como afirmou Kurz. Ora, mesmo um expoente da teoria do CDE, como Bernard Chavance, chegou a propor:

Entretanto, se mesmo o termo “capitalismo” se tornou irremediavelmente polissêmico, se ele remete inevitavelmente a um conjunto de elementos empíricos e históricos mais ou menos coerentes, podemos muito bem abandoná-lo a suas significações múltiplas e ambíguas, e conservar o movimento (démarche) proposto (pela teoria do CDE – CRB) e

substituí-lo pela expressão “sistema econômico mercantil-salarial”. (CHAVANCE, 1985: p.125)

Ora, se esta redefinição mantém a trajetória seguida pela teoria do CDE, o que diferenciaria a concepção de Kurz da teoria do CDE? Ao nosso ver, parece existir uma concepção implícita de capitalismo em sua teoria, definido em termos de propriedade pessoal dos meios de produção; ora, este é exatamente o conceito de capitalismo das teorias da sociedade industrial, que lhes levou a afirmar que o capitalismo foi efetivamente superado no século XX. Mais importante, Kurz vê uma relação apenas contingente (como Marcuse) tanto entre a prática mercantil (no que está certo) quanto entre o trabalho alienado (no que está errado) e o capitalismo (e uma relação necessária entre ambos e as sociedades produtoras de mercadorias). Como já adiantamos, a tese do CDE valora estes traços como elementos intrinsecamente relacionados à totalidade das estruturas do MPC.

Diferentemente de todas as interpretações acima esboçadas, a teoria do CDE trabalha com as seguintes hipóteses, a serem aperfeiçoadas ao final da pesquisa:

- (1) Não é possível que haja dois modos de produção diversos, com exatamente as mesmas estruturas, articuladas diferentemente. Assim, se na URSS existiam o Estado Burocrático, o salariado, etc., e se estas estruturas são definidas como determinantes do capitalismo, não se pode supor que, havendo uma forma de relacionamento específico entre elas (por exemplo, se o Estado Burocrático se relaciona com a economia constituída em torno do salariado através de um plano econômico), isso baste para definir um novo modo de produção<sup>6</sup>. Tal se dá porque

---

<sup>6</sup> Observadores perspicazes de outras tendências teóricas, como o estudioso luhmanniano N. Hayoz, perceberam esse aspecto da questão; diz ele: “(...) o socialismo não trouxe nenhuma nova estrutura social que se encontraria além do horizonte aberto ou simbolizado pela Revolução Francesa, a saber o da modernidade simplesmente, iniciada a partir da crise da ordem estratificada tradicional” (HAYOZ, 1997: p.134). Para além das diferenças de terminologia, a análise de Hayoz apresenta muitas semelhanças com a nossa: ele acredita que o desenvolvimento de uma “modernização seletiva” na URSS se viu bloqueado a partir dos anos 60 pelo controle totalitário do partido único, que se viu então obrigado a adotar, de forma vacilante, os mecanismos modernos que antes havia procurado extinguir: o processo, entretanto, foi enormemente dificultado pela própria natureza do regime totalitário. Nossa análise se diferencia da de Hayoz, entretanto, porque enfatizamos mais o aspecto *político* do processo: como veremos nos capítulos II e III, houve momentos, no início da história soviética, em que alternativas democráticas (diferentes, *no mínimo*, em grau daquelas que Hayoz identifica como essenciais a toda sociedade moderna) foram suprimidas por *decisões* políticas; e que, portanto, o regime totalitário surgiu como elemento necessário (e não somente como obstáculo externamente

(2) se as estruturas de um determinado modo de produção estão presentes, há uma tendência totalizante para o estabelecimento de todas as condições de existência do modo de produção no qual estas estruturas se inserem como elementos constituintes: assim, se existe salário, a propriedade privada dos meios de produção deve surgir cedo ou tarde<sup>7</sup>, de alguma forma, se existe o Estado burocrático a ideologia do Direito Burguês deve começar a operar. Não sendo assim, degeneram o salário ou Estado burocrático<sup>8</sup>. Este é o resultado de um processo de luta entre as diversas classes e segmentos sociais, limitado entretanto pelos constrangimentos impostos pela situação em que se encontram as estruturas presentes na sociedade. Aqui as estruturas políticas adquirem especial relevância, pois são decisivas no encaminhamento dos conflitos sociais.

O principal interesse teórico deste trabalho, portanto, é fornecer elementos para interpretar a teoria do CDE como oportunidade de discutir o conceito de modo de produção capitalista; isto é, discutir a idéia de que há *totalidades sociais articuladas*. Isto é, que certos arranjos sociais são interdependentes a ponto de não subsistirem (ou subsistirem apenas caso tenham sido substancialmente transformados) um sem o outro; inversamente, que a presença de alguns destes elementos produz *tendências* para o surgimento dos outros que são seus complementos sociológicos.

Isso traz necessariamente a questão das entidades históricas que não parecem estar necessariamente articuladas a modos de produção: seja porque são supra-modais (como a democracia), isto é, possam existir em vários (embora não necessariamente em todos) modos de produção, seja por serem apenas “infra-modais” (como os modos de regulação), isto é, existirem somente dentro de um modo de produção, sem consistir em uma condição

---

imposto pela “semântica” revolucionária) para a constituição da estrutura que, como bem notou Hayoz, uma vez estabelecida, definiu os possíveis caminhos da política soviética durante sua história.

<sup>7</sup>Em nossa opinião, a propriedade *capitalista* dos meios de produção, que pode ou não ser propriedade pessoal, instaura-se imediatamente com a instauração do salário, uma vez que em torno da instituição do salário se articulam tanto a divisão capitalista do trabalho quanto o Direito Burguês.

<sup>8</sup>Não é impossível, inclusive, ao menos teoricamente, que ambas degenerem: com isso em mente, W. Andreef (1993), ao analisar a atual transição nas antigas STS, elaborou uma *teoria da congruência dos sistemas econômicos*, onde, contrariando os prospectos otimistas da antiga teoria da convergência, os “piores” elementos de cada sistema podem reforçar uns aos outros.

necessária de existência deste. Em que medida essas entidades colocam em questão o caráter estruturado dos modos de produção?

A teoria do CDE de Charles Bettelheim é produzida em um ambiente intelectual dominado pelo althusserianismo, o que o leva a incorporar parte dos conceitos produzidos por esta escola. Ao longo da dissertação, teremos a oportunidade de aproximar nosso foco desta apropriação, mas desde já nos referimos a uma semelhança essencial entre Bettelheim e o althusserianismo: a ênfase no estudo dos modos de produção.

A importância dada ao modo de produção, dentro da corrente althusseriana, dificilmente poderia ser subestimada. Como diz Saes,

(...) Althusser esclarece que o objeto da teoria da história é a “totalidade (social) complexa”. Por “totalidade social complexa”, Althusser entende um modelo geral de funcionamento das sociedades humanas, aplicável na análise de sociedades concretas pertencentes às mais diversas épocas históricas. Esse modelo é denominado por Althusser “modo de produção”; o que significa que esse autor confere a tal expressão um sentido mais abrangente que aquele predominante nos textos clássicos do marxismo; ora, a totalidade social complexa – o modo de produção – é, para Althusser, um “todo estruturado”; vale dizer, uma estrutura. (SAES, 1998: p.17)

A idéia de totalidade dos elementos do modo de produção, que esboçamos nos tópicos acima, aparece claramente no trabalho de Althusser; em *Lire le Capital*, ele cita, com aprovação, a seguinte passagem da *Introdução* de 1857:

Não é questão de uma conexão estabelecida historicamente entre as relações econômicas na sucessão de formas diferentes de sociedade. Menos ainda, de sua ordem de sucessão “na Idéia” (Proudhon) (...) *mas da hierarquia articulada (Gliederung) na sociedade burguesa moderna.* (apud ALTHUSSER (et. al.), 1965: p.45. Grifado no original)

Entretanto, dada a própria natureza do objeto de estudo de Bettelheim (definido desde muito antes da aproximação com o althusserianismo), este esquema devia ser complementado com diversos deslocamentos de ênfase e a produção de novos conceitos. As STS eram sociedades cujas lideranças afirmavam sua fidelidade ao programa (político)

marxista de transição ao comunismo, mesmo se o havendo “corrigido” em mais de uma ocasião (como, por exemplo, na elaboração do conceito de Modo de Produção Socialista). Isto é: oficialmente as STS procuravam abolir as estruturas capitalistas a partir de um modelo do qual se tinha pouco mais do que uma idéia. Disso resultava o risco de não reconhecer fenômenos novos, surgidos em meio às estruturas capitalistas *em função da ausência de filtros adequados para prismar eventuais feixes de socialismo*. Daí que não seriam suficientes para a análise de tal sociedade os conceitos usados para estudar a reprodução social do capitalismo: impunha-se elaborar a teoria da transição entre os modos de produção, tal como Bettelheim e Balibar se propuseram, em diferentes momentos. Além disso, seria necessário elaborar a teoria específica da transição ao socialismo, que se diferencia (segundo o programa teórico do marxismo) das outras transições, pelo fato de que é conduzida por uma classe cujo objetivo é extinguir-se como classe, estabelecendo o controle social (e não – a longo prazo - o seu próprio) dos meios de produção. Enfim, seria necessário, pelo menos, esboçar uma teoria do comunismo, o que traz problemas sérios para a discussão estruturalista, uma vez que ela se pauta pela idéia da opacidade das estruturas para os agentes, enquanto que, por definição, em uma sociedade comunista, os agentes organizam conscientemente sua atividade. Mais tarde, quando Bettelheim não tem mais qualquer esperança de encontrar elementos de socialismo na URSS, o conceito de totalitarismo desempenhará uma função análoga: a de mostrar como a extinção de toda a possibilidade de controle democrático determina o desenvolvimento posterior da sociedade soviética, inclusive a corrosão da dominação totalitária.

Um primeiro momento da distinção entre Bettelheim e Althusser parece evidente. A ênfase nas lutas de classes será maior no trabalho de Bettelheim que no de Althusser, como bem indica o título de sua obra mais famosa. Mas esta ênfase da luta de classes adquire um sentido específico, pois, em uma sociedade em que o objetivo da transformação do modo de produção esteja colocado, a luta de classes efetivamente tem um novo significado: ela é a luta pela constituição de novas estruturas, pelo esvaziamento das estruturas existentes anteriormente. Nas *Lutas* não se faz quase nenhuma referência ao processo de luta sindical cotidiana, que, em certa medida, continuou existindo nos anos 30 na URSS. Entretanto, há capítulos e mais capítulos sobre a concepção de socialismo dos dirigentes, abordando a disposição para a transformação nos pontos de poder. Assim, o distanciamento em relação

ao althusserianismo, aqui como em vários outros aspectos, dá-se em termos de ênfase. Não há muito no trabalho historiográfico de Bettelheim que o distancie da seguinte posição:

O que faz com que tal acontecimento seja histórico não é que ele seja um acontecimento, é justamente a sua inserção em formas elas próprias históricas, nas formas do histórico como tal (das formas da estrutura e da superestrutura) (...) Um acontecimento que cai sob essas formas, que é um conteúdo possível para essas formas, que as afeta, que lhes diz respeito, as reforça ou enfraquece, que as provoca ou que elas provocam, ou mesmo escolhem ou selecionam, eis aí um acontecimento histórico. (Althusser, citado em SAES, 1998: p.16)

Entretanto, há uma diferença de maior significado. Nosso autor sente que o que é necessário discutir são as formas que se criam no processo de luta de classes, na medida em que estas se revelem mais ou menos propícias ao exercício do novo poder ou, ao contrário, armadilhas em que se reconstitui a teia do poder anterior. Como já dissemos, não se trata de uma luta política qualquer, mas sim da luta pela organização consciente da produção social. Assim, o conceito de *Cálculo*, desenvolvido anteriormente às *Lutas*, adquire grande importância: ele já supõe a organização de um sistema unificado de planejamento dentro do qual se desenvolvem o frágil e ainda quase-cálculo econômico social (CES) e o resistente mas quase já não-cálculo econômico monetário (CEM). Esta será, portanto, nossa entrada na discussão sobre a teoria do socialismo e da transição ao socialismo, a ser discutida no capítulo I. Da maneira pela qual estas formas se organizaram, em função das estruturas que prevaleceram, emergiu a dinâmica da sociedade soviética.

Na obra dos alunos de Bettelheim que desenvolveram a teoria do CDE, a discussão sobre a regulação econômica preenche este papel, de uma maneira que apenas brevemente apresentaremos no Apêndice II. Mas o que tentamos mostrar nestes dois últimos parágrafos é que, além dos conceitos de modo de produção e relação de produção podemos ter necessidade de outros instrumentos para entender a formação das STS nos termos da intensa (e constantemente sangrenta) luta política que lhe atravessou a história.

#### **(0.4) Balanço das principais teorias do CDE:**

A teoria do CDE, ou, ao menos, o esforço de caracterizar as STS como capitalistas de Estado, é quase tão antiga quanto o regime soviético, e nasce no interior de grupos de oposição dentro do Partido Bolchevique. Já em abril de 1918 Ossinsky, um líder soviético ligado ao grupo Oposição Operária, caracterizava a sociedade nascente desta forma. O mesmo fizeram Spiridonova, dos SR de esquerda, em julho do mesmo ano, bem como Bogdanov, da facção Verdade Operária .

Com o advento da NEP, um fato importante se operou na história do conceito de CDE: a liderança bolchevique (em especial Lenin) passou a reconhecer a existência do CDE na Rússia, referindo-se sobretudo às atividades privadas ou semi-privadas recém-legalizadas. Entretanto, Lenin considerava que o fato de que este CDE estava submetido à “ditadura do proletariado” dava ao CDE uma natureza diferente, com a qual os operários se identificariam. O comentário de Morel sobre esta formulação nos parece de uma precisão exemplar:

Observa-se aqui uma estranha oscilação, ou uma espécie de inversão pseudo-dialética do valor do “político” e do “econômico” na atitude de Lenin (e depois de Trotsky) (...) a valorização extrema: o capitalismo de Estado pode ser utilizado provisoriamente como um sistema econômico, uma vez que o importante era a natureza proletária do poder político (...) ao mesmo tempo, desvalorização total: a forma ou a organização mesma desse poder político (...) não tem no fundo demasiada importância, uma vez que o decisivo a longo prazo é o novo modo de produção em construção, ou a direção em que se tende. (MOREL, 1987: p.239)

Na verdade, a teoria do CDE começou a adquirir contornos mais precisos fora da Rússia, nos trabalhos dos autores que constituem o que chamaremos de primeira geração dos teóricos do CDE.

Essa primeira geração de teóricos do CDE se dividia em dois grandes grupos:

- (1) Os marxistas ortodoxos: autores ligados à Segunda Internacional, que apontavam a impossibilidade de construção de uma sociedade socialista em um país atrasado como a Rússia. Por exemplo, Kautsky, o “papa vermelho”, apoiou a revolução de

Outubro até a dissolução da Assembléia Constituinte. A partir de então, passou a criticar o regime bolchevique nos seguintes termos:

O capitalismo industrial converteu-se de privado em estatal. Antes, as duas burocracias, a pública e a privada, estavam uma diante da outra em atitude crítica ou mesmo hostil. O operário tinha alguma probabilidade de apoiar-se ora numa, ora noutra. Mas agora a burocracia estatal e do capital formam uma única coisa: é esse o resultado final da grande reunificação socialista trazida pelo bolchevismo (*apud* SALVADORI, 1986: p.293)

Salvatori tem razão em chamar a atenção para a similaridade entre esta posição e a de Weber:

Tal Estado, aos olhos dos trabalhadores, apareceria como classista no sentido mais próprio do termo, e duvido que se pudesse apresentar essa situação aos operários como o “verdadeiro” socialismo. (...) Com efeito, todos perceberiam rapidamente que a sorte do operário que trabalha em uma mina não mudaria em absoluto se esta fosse propriedade do Estado em lugar de ser propriedade privada. (...) Mas a diferença consiste no fato de que contra o Estado não é possível fazer greve alguma, e portanto com esse tipo de Estado a dependência do operário seria na realidade notavelmente aumentada (...). Mas o aspecto penoso da questão está no fato de que, enquanto a camada político-estatal dos funcionários e a da economia privada (cartéis, bancos, gigantescos complexos empresariais) subsistem atualmente uma junto à outra como corpos separados, de modo que o poder econômico pode assim ser controlado pelo político, nesse outro caso as duas burocracias constituiriam um corpo único com interesses solidários, sem qualquer possibilidade de controle. (WEBER, 1993: p.105)

Com o tempo, o diagnóstico de Kautsky sobre o regime bolchevique oscilou entre o de uma forma muito mais opressiva de capitalismo e uma forma de sociedade de classe semelhante à escravagista (uma oscilação que, como veremos no capítulo III, tem causas teóricas precisas). Isso fica claro na sua comparação de 1924 entre Lenin e Bismarck, ou em 1931, quando comparou Stalin ao czar, governando a partir de “uma nova espécie de aristocracia feudal, senhora de toda a sociedade e do Estado” (*apud* SALVADORI, 1986: p.294).

(2) Os conselhistas: o conselhismo é um movimento bastante difícil de definir; faz parte do programa conselhista a afirmação radical da necessidade de destruir o Estado Burguês e constituir um aparato político que de alguma forma esteja fora da constelação Partido-Parlamento-Estado (em alguns autores, Sindicato), o conselho. Seria errôneo atribuir a gênese do movimento conselhista exclusivamente à experiência dos Sovietes russos, pois em países como a Inglaterra e a Holanda o movimento surgiu autonomamente. Os diversos movimentos conselhistas apareceram inicialmente como tendências de esquerda dentro dos partidos social-democratas; no enfrentamento político que caracterizou os anos 20-30, afastaram-se da social-democracia e tentaram uma aproximação com a recém-fundada III Internacional. O fracasso dessa tentativa levou ao seu isolamento dentro do movimento revolucionário europeu e à sua constituição como tendência política autônoma, que no entanto muito raramente chegou a se institucionalizar de maneira estável<sup>9</sup>.

A relação do conselhismo com o bolchevismo revelou-se bastante tensa: a revolução russa é vista, inicialmente, como uma confirmação das melhores expectativas da esquerda da Segunda Internacional. Quando, porém, os conselhistas foram expulsos da III Internacional, da qual participavam como membros simpatizantes, por se recusarem a fundir ao Partido Comunista alemão (KPD), assumem a posição de “críticos de esquerda” do bolchevismo, posição que dividem com os anarquistas.

Vejamos como Otto Ruhle, um dos expoentes do conselhismo, definia o regime bolchevique:

A estrutura social do bolchevismo é de natureza burguesa. Ela não abole o sistema salarial e recusa a auto-determinação proletária sobre os produtos do trabalho. Permanece portanto fundamentalmente dentro da configuração de classe da ordem social burguesa. O Capitalismo é perpetuado.

---

<sup>9</sup> Esse relato é construído a partir de dados obtidos através da obra de Richard Gombin *The Radical Tradition*, publicado em inglês pela editora Methuen (Londres, 1978), em especial de seus três primeiros capítulos, aos quais tivemos acesso na *home-page* de John Gray, a quem agradecemos por torná-los disponíveis na rede.

O bolchevismo é um elemento revolucionário apenas no quadro da revolução burguesa. Incapaz de realizar o sistema dos soviets, é portanto incapaz de transformar essencialmente a estrutura da sociedade burguesa e sua economia. Ele estabelece não o socialismo, mas o Capitalismo de Estado (RUHLE, 1939, p.2)

O estalinismo, segundo Ruhle, é um precursor do facismo:

A Rússia deve ser situada entre os novos Estados Totalitários. Ela foi a primeira a adotar o novo princípio estatal, indo mais longe em sua aplicação. Foi a primeira a estabelecer uma ditadura constitucional, juntamente com um sistema de terror administrativo e político que a acompanha. Adotando todos os traços do Estado Total, ela se tornou então o modelo para os outros países que precisaram se livrar do Estado Democrático e passar ao regime ditatorial. A Rússia foi o exemplo do facismo. (RUHLE, 1939, p.1)

Por mais radical que fosse sua perspectiva política, a crítica conselhistas não conseguiu se livrar dos esquemas interpretativos da II Internacional, e muitos elementos presentes nas teses de Kautsky estão presentes em seus textos. De fato, essas críticas tiravam muito de sua força do fato de que foram produzidas no ambiente da NEP, quando as práticas capitalistas foram conscientemente adotadas pelo bolchevismo. De fato, em textos posteriores ao final da NEP, a crítica conselhistas permanece válida em muitos aspectos, mas tende a perder espaço para uma outra geração de teóricos do CDE, cuja referência empírica era o estalinismo.

Fazem parte dessa segunda geração autores importantes do pensamento de esquerda do século XX, como Pollock, economista da Escola de Frankfurt; o trotskysta inglês Tony Cliff<sup>10</sup>; e o grupo reunido em torno da revista francesa *Socialisme ou Barbarie*.

Essa segunda geração distancia-se da primeira pelo fato que, apesar de identificar nas STS um tipo de capitalismo, não consideram que na URSS a lei do valor, ou mesmo qualquer “lei” derivada do estudo do capitalismo, se aplique a esse caso específico. Esta

---

<sup>10</sup> Não pudemos encontrar nenhum trabalho de Cliff nas diversas bibliotecas brasileiras em que pesquisamos, e é somente por essa razão que não discutiremos um autor de tanta importância. Para um resumo de suas teses, ver Bellis (1979), ou Fernandes (1998). Para um desenvolvimento recente de sua teoria, ver Callinicos (1994)

posição provocou o seguinte comentário da parte de Sapir, referindo-se ao trabalho de Tony Cliff:

Aqui, a noção de capitalismo de Estado é sobretudo polêmica. O sistema que caracteriza o autor se define por uma centralização completa, *ex ante*, do capital, que o conduz a negar a pertinência da lei do valor. (...) Uma tal abordagem é largamente incoerente. Ou a URSS real é o sistema descrito por Cliff, e chamá-lo capitalismo não faz sentido, ou a realidade do sistema soviético é bem diferente, mas nesse caso Cliff deve colocar em causa certas premissas de seu raciocínio. (SAPIR, 1997: p.125-6)

O trabalho de Pollock revela-se bastante original, sendo a riqueza de sua análise, na verdade, desproporcional à pouca atenção recebida dos comentaristas do debate sobre a natureza da URSS<sup>11</sup>. Principal economista da Escola de Frankfurt, um dos mais ricos esforços teóricos do século XX, Friedrich Pollock nasceu em 1894. Começou seus estudos sobre a economia soviética na década de 30, com Gerald Meyer e Kurt Mandelbaum, tendo publicado vários estudos sobre o sistema de planificação. Aos poucos, seus escritos se tornaram cada vez mais críticos, mas um ponto permaneceu constante: Pollock jamais duvidou de que a economia planificada era perfeitamente capaz de funcionar, e contornar as tendências à crise características do capitalismo liberal. Nesta crença na capacidade de implantação de um sistema de planificação nos limites de uma economia capitalista, Pollock diferenciava-se de grande parte dos economistas marxistas da época, inclusive do outro grande economista frankfurtiano, Henryk Grossman, e de Hilferding.

A análise do capitalismo feita por Pollock baseia-se na clássica tese da contradição entre produção socializada e apropriação privada. Analisando a forma como estas questões foram aparentemente resolvidas pela intervenção estatal na década de trinta (no New Deal, na Alemanha Nazista, na URSS), Pollock viu aí a possibilidade real de sobrevivência do capitalismo nas condições da “tomada de primazia do político”.

Pollock constrói sua teoria através de “tipos ideais”, seguindo a tendência frankfurtiana de unir as perspectivas marxista e weberiana. Inicialmente, Pollock opõe típico–idealmente o planejamento socialista (URSS) ao capitalista (Itália, Alemanha, New Deal, etc.). A partir de 1941, surge um novo par de tipos: o CDE democrático (USA) e

---

<sup>11</sup> Nem Fernandes (1998) nem Bellis (1979) fazem qualquer menção a Pollock.

totalitário (Alemanha nazista, URSS). Os traços que Pollock utiliza na construção de seu conceito do CDE são derivados das seguintes constatações:

(...) que o capitalismo de Estado é o sucessor do capitalismo privado, que o Estado assume funções importantes do capitalista privado, que o motivo do lucro ainda desempenha um papel importante, e que não é o socialismo. (POLLOCK, 1982: p.72)

A primeira razão obviamente não é decisiva, pois não há base teórica para que se exclua de saída que sistemas que não o capitalista possam vir a suceder o capitalismo privado. A segunda seria decisiva, mas apenas se uma série de características do capitalismo, como a extração de mais-valia, fosse identificada, o que não parece ser o caso (a função de “produzir”, ou de “organizar a produção” pode ser desempenhada por muitos atores não capitalistas). A terceira é sem dúvida importante, mas restaria articular a categoria lucro com as outras categorias da economia política. A última revela simplesmente falta de imaginação a respeito dos possíveis desenvolvimentos históricos do pós-capitalismo (uma crítica que os teóricos do coletivismo burocrático sempre dirigiram à teoria do CDE).

Moishe Postone, provavelmente o autor contemporâneo que mais se empenhou em recuperar Pollock, dirige-lhe uma crítica com a qual não podemos deixar de concordar. Segundo Postone, Pollock teria concentrado sua crítica exclusivamente no modo de distribuição (na circulação), e não no modo de produção (o processo de trabalho). Segundo Postone,

A abordagem de Pollock implica que não há mais nenhuma relação entre a estrutura social e a organização econômica. A estrutura básica da sociedade presumivelmente tornou-se independente de sua forma econômica. (POSTONE, 1995: p.100)

O trabalho de Pollock naturalmente não se esgota nesse aspecto, e devemos notar que a consideração pelo processo de circulação o aproxima de Bettelheim, embora levando-o a conclusões diferentes. Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração as fraquezas de seu argumento, destacadas convincentemente por Postone.

O outro propositor da teoria do Estado que caberia discutir aqui é sem dúvida Cornelius Castoriadis, cuja proximidade com o trabalho de Bettelheim foi notada por vários autores. Entretanto, o trabalho de Castoriadis será objeto de uma discussão mais detida nos itens (2.5) e (3.5), dispensando-nos de apresentá-lo neste item.

O próximo momento de elaboração da teoria do CDE constitui o objeto de nossa tese: seu principal representante é Charles Bettelheim. Seus trabalhos são elaborados no contexto das reformas do período Kruschew, quando a importância da discussão sobre o mercado nas STS cresceu novamente. A maioria dos autores que então aderiram à tese do CDE fizeram-no sob impacto da influência chinesa sobre o movimento internacional, como é o caso de Bettelheim e do tradutor dos *Grundrisse* para a língua inglesa, Martin Nicolaus.

Por razão de inacessibilidade dos textos pertinentes, não trataremos com vagar dos trabalhos elaborados por teóricos do CDE posteriores a Bettelheim, como aqueles elaborados por seus alunos regulacionistas (que, no entanto, são objeto do apêndice I), ou por Paresh Chattopadhyay, ou ainda pelos economistas americanos Stephen Resnick e Richard Wolff. Entretanto, utilizaremos alguns textos destes autores (os poucos a que tivemos acesso) quando se fizer pertinente dentro da exposição. Será o caso do trabalho de Chattopadhyay sobre a crise de superacumulação na URSS, a ser discutida no capítulo IV.

Um último comentário antes de abandonarmos o item: o conceito de CDE, ou, mais precisamente, a expressão CDE já foi utilizada por outros autores para estudar realidades diferentes, como os países do Terceiro Mundo (inclusive o Brasil) ou os países do capitalismo avançado (a esse respeito ver DUPUY e TRUCHIL, 1979). Naturalmente, não nos pronunciaremos a respeito destas teorias, nem quanto à aplicabilidade da teoria do CDE de Bettelheim a essas outras sociedades, uma questão que, entretanto, pode desafiar outras pesquisas no futuro.

### **(0.5) Duas objeções de princípio à teoria do CDE:**

Antes de começar nossa exposição, tentaremos responder a duas objeções “de princípio” à teoria do CDE, isto é, objeções que não se baseiam na discordância quanto à interpretação deste ou daquele fenômeno, desta ou daquela passagem lógica, mas sim ao esforço mesmo de verificar a aplicabilidade do conceito de capitalismo às STS. Essas objeções são duas:

- (1) Os teóricos do CDE baseiam suas construções lógicas na comparação entre os modelos abstratos de socialismo, presentes, por exemplo, na obra de Marx, ou no programa deste ou daquele movimento político, e a realidade das STS. Só assim podem chegar à conclusão de que nas STS prevalece o CDE. Nove (1980), por exemplo, aproxima a tese de autores como Wilhelm, que nega o caráter planejado da economia soviética com base nos trabalhos de Zalesky, ao de Bettelheim. Tal como Wilhelm, Bettelheim afirma que a economia soviética não era planejada com base em uma concepção abstrata de planificação, afirmando, ainda, que a URSS não é socialista com base em um modelo abstrato de socialismo, que, aliás, é recusado por não ser, na opinião de Nove, minimamente viável (opondo-se ao mesmo tempo à centralização soviética e à autogestão iugoslava). Referindo-se à comparação entre modelos abstratos de socialismo e a realidade soviética, Nove se pergunta:

O quanto, podemos nos perguntar, foi esse desenvolvimento (da URSS – CRB) a consequência inevitável do desenvolvimento industrial sob os auspícios do Estado, e, se esse é o caso, isso não forneceria bases para uma crítica de Marx mais do que da prática Soviética? (NOVE, 1980: p.58)

Nove repete esta crítica em todas as oportunidades em que é confrontado com a tese do CDE. Muito embora jamais possamos criticar Nove por sua preocupação, justíssima, com a viabilidade (*feasability*) de seu programa político, e embora reconheçamos que entre o esforço de elaboração programática e a análise científica possam se estabelecer vínculos fortes, não deixamos de chamar atenção para o fato de que este argumento é insatisfatório. Pode ser que o conceito de capitalismo seja mesmo insatisfatório, mas isso não se deve ao

fato que não sabemos como transcender o capitalismo (deveríamos também abolir o conceito de Estado?). Não é legítimo (academicamente, embora seja frequente no debate político) mudar nosso quadro teórico exclusivamente em função das possibilidades políticas que se nos apresentam na prática. Comentando a proposta de “socialismo de mercado” de Nove em 1982, Bérnard Chavance (já tendo abandonado o programa político maoísta) confessa sua simpatia pela idéia, mas não considera teoricamente legítimo caracterizar o sistema proposto como socialista. Consideramos esse procedimento adequado.

- (2) Uma segunda objeção se refere ao caráter “transcendente” da teoria do CDE, que, da mesma forma que as teorias do Coletivismo Burocrático, procura aplicar conceitos, elaborados para estudar as sociedades ocidentais, a sociedades fundamentalmente diferentes. A grande questão aqui é que a dessemelhança é afirmada *antes* do teste empírico; eleva-se ao estatuto de crítica “epistemológica” (FERNANDES, 1994) o que deveria ser uma discussão científica normal, tratando da aplicabilidade de uma teoria a um caso.

Em geral, afirma-se que a especificidade da experiência histórica russa impede que se apliquem modelos teóricos elaborados em outros contextos à realidade soviética. Essa “peculiaridade” russa é normalmente atribuída à existência na Rússia tsarista do “modo de produção asiático” (MPA), conceito criado por Marx para estudar sociedades como a egípcia ou a chinesa. Na verdade, Marx considerava a Rússia uma sociedade semi-asiática, mas, como bem notou Hal Draper, a Rússia era “semi” várias outras coisas:

O caso do Estado Russo já foi mencionado em conexão com o despotismo oriental. Qual exatamente é essa conexão? Por sua natureza essa conexão não é absolutamente exata. Para Marx, bem como para todo mundo, a Rússia era o país “semi”: semi-asiático, semi-ocidental, semi-civilizado, semi-bizantino, semi-mongol. (DRAPER, 1977: p.572)

Entretanto, não discutiremos aqui a pertinência do conceito de MPA para estudar a sociedade tsarista. Para a discussão da hipótese da sobrevivência (mesmo que parcial) do MPA na sociedade soviética, remetemos o leitor ao item (4.3). O que nos interessa aqui é que esta hipótese parece excluir qualquer possibilidade de ruptura histórica: mesmo que se admita que a Rússia foi uma sociedade “asiática” (o que não é de modo nenhum uma

certeza), por que ela deveria sê-lo para sempre? E a tendência à implantação do capitalismo, que se fez sentir na segunda metade do século XIX? Não foi uma ruptura? O fim da servidão, por mais que tenha sido um exemplo extremo de “revolução passiva”, não foi uma ruptura? Draper nota que Marx e Engels elaboraram suas análises sobre a Rússia em meio a esse quadro de transição ao capitalismo, e concluíram que o modelo que então se colocava em pé poderia ser descrito como:

(...) um certo tipo de capitalismo, alimentado às expensas do campesinato por intermédio do Estado. (DRAPER, 1977: p.53)

De fato, esse tipo de crítica tem o mérito de chamar a atenção para a inserção da experiência histórica soviética na história da Rússia. Mas não acreditamos que ela o faça adequadamente. A associação entre a experiência soviética e a forma específica de transição ao capitalismo da Rússia da virada do século nos parece muito mais proveitosa. É o que faz Sapir, quando argumenta que o sistema bolchevique de economia mobilizada começou a ser moldado muito antes de 1917, pelo plano de industrialização do conde Witte.

Entretanto, mesmo essa abordagem não pode ignorar, por princípio, a possibilidade de que tenham havido rupturas decisivas no processo histórico de qualquer sociedade que se encontre sob o olhar do pesquisador. Para além de nossa discordância a respeito da “especificidade” da trajetória histórica da Rússia (no que podemos não ter razão), queremos ressaltar que o reconhecimento desta especificidade não pode ser postulada, de início, como suficiente para o estudo de uma sociedade dada, sob pena de nos privarmos do trabalho conceitual.

#### **(0.6) Plano de trabalho:**

Nossa exposição segue dois critérios, citados a seguir em ordem de importância:

- (1) Uma exposição dos trabalhos de Bettelheim, por ordem cronológica, compreendendo as três fases que, em nossa opinião, sua formulação da teoria do CDE atravessou: a saber, a fase da ênfase na *circulação*, expressa no *Cálculo*, que é objeto de nosso primeiro capítulo; a fase de ênfase no processo de *luta de*

*classes*, que é constituída essencialmente pelas cartas a Sweezy, e pelo trabalho desenvolvido nas *Lutas de Classes na URSS*, que será objeto dos capítulos II e III; e a fase de ênfase na *reprodução do sistema social* (visto como uma totalidade), representada pelos dois últimos volumes das *Lutas*, objeto de nosso capítulo IV.

- (2) A unidade lógica dos temas, felizmente para nosso trabalho, segue de perto a seqüência cronológica: cada obra tende a se concentrar em um aspecto da teoria do CDE: a circulação, as lutas de classes, a reprodução. A única exceção notável são as cartas a Sweezy, algumas das quais são anteriores ao *Cálculo*: mas consideramos que seu conteúdo é melhor desenvolvido em comparação com o trabalho realizado nas *Lutas*, dada sua ênfase nas formas de dominação política. Nesse caso, excepcionalmente, optamos por violar a ordem cronológica.

A ênfase no critério de exposição cronológica justifica-se sobretudo em vista do grande número de reviravoltas conceituais que Bettelheim promove em sua obra, o que faz com que sua inserção no contexto em que foi produzido seja fundamental para a compreensão de cada conceito.

# Capítulo I:

## A Produção da Propriedade

(1.1) O Tema dentro da Obra; (1.2) Os *Grundrisse*: subsídios para uma definição do capitalismo;; (1.3) A Teoria do Cálculo Econômico; (1.4) a Teoria da Propriedade; (1.5) críticas ao método; (1.6) Bettelheim e o Grupo Althusseriano diante da propriedade na transição.

Muito do caráter contra-intuitivo do conceito de Capitalismo de Estado advém da percepção difundida (e exata) de que é central para a definição de capitalismo, a variável propriedade dos meios de produção. Superar este problema é um ônus da prova, que recai sobre toda a teoria do CDE, e dificilmente encontraremos entre suas versões alguma que tenha se dedicado a esta questão, com mais vagar, que a de Charles Bettelheim.

De fato, alguns autores que subscrevem a tese de que a natureza das relações de produção na URSS era capitalista, fazem-no justamente porque sua interpretação do capitalismo não atribui um lugar central à idéia de propriedade privada – é o caso de Moishe Postone<sup>12</sup> ou Cornelius Castoriadis<sup>13</sup>. Esta abordagem pode ser defendida de diversas formas, e tem o mérito inegável de chamar a atenção para o fato de que a teoria de Marx (especialmente a exposta nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* e nos *Grundrisse*) não identifica a propriedade privada com a propriedade pessoal, nem define o modo de produção capitalista por sua estrutura jurídica. Entretanto, como veremos, *embora Bettelheim incorpore grande parte destas sugestões, ele não se furta a examinar o CDE*

---

<sup>12</sup> Postone define seu propósito teórico da seguinte forma: “separar conceitualmente, com base na análise de Marx, o núcleo fundamental do capitalismo de suas formas no século dezenove (...) não analiso o capitalismo primeiramente em termos de propriedade privada dos meios de produção, ou em termos de mercado (...) conceituo o capitalismo como uma forma específica de interdependência com um caráter aparentemente impessoal e objetivo” (POSTONE, 1995: p.3)

<sup>13</sup> Vejamos o que diz Castoriadis em sua discussão sobre o “Capitalismo Burocrático”: “Deste ponto de vista, a ausência de “propriedade privada” capitalista não tem importância; a burocracia, que dispõe coletivamente dos meios de produção, com direito a usar e abusar deles (...) está na mesma situação com respeito ao capital social da Rússia que os grandes acionistas de uma sociedade anônima com respeito ao capital desta” (CASTORIADIS, 1976: p. 201).

*sob o ângulo da circulação ou de seu aspecto jurídico. Sua análise é mais ambiciosa e por isso mais arriscada.*

### **(1.1) O Tema dentro da Obra:**

Neste capítulo analisaremos como, em trabalhos elaborados desde o início do distanciamento em relação ao marxismo soviético, até a obra em que o conceito de CDE foi mais sistematicamente aplicado no estudo da experiência soviética (*As Lutas de Classe na URSS*), Bettelheim construiu uma teoria da propriedade econômica, e, mais especificamente, uma teoria da propriedade econômica nas formações sociais em transição entre o capitalismo e o socialismo. Reportar-nos-emos à *Transição para a economia Socialista* e, principalmente, ao *Cálculo Econômico e Formas de Propriedade*.

Optamos por não discutir neste capítulo a maneira como a questão da propriedade aparece no terceiro volume das *Lutas*, onde a questão é retomada, visto que seria difícil examinar esta reformulação, fora da teorização sintética sobre o CDE que a acompanha, e que será discutida, com vagar, no quarto e último capítulo deste trabalho de dissertação. Enfim, para além da discussão da letra do texto de Bettelheim, desenvolveremos alguns temas da teoria da propriedade (a distinção entre propriedade privada pessoal e social, a distinção entre estatização e socialização) em itens subsequentes.

Iniciaremos o capítulo, portanto, precisando qual a inserção destes trabalhos na obra de Bettelheim e sua importância para a teoria do CDE. Na Introdução às *Lutas de Classes na URSS*, Bettelheim declara que estas obras são marcadas por duas experiências políticas e uma incorporação teórica, que fixam sua ruptura com o marxismo soviético: o althusserianismo e as Revoluções cubana e chinesa.

A relação de Bettelheim com estes dois eventos fundadores de sua teoria do CDE perpassará toda a nossa dissertação. A relação com o grupo althusseriano será discutida ainda neste capítulo. A relação com o pensamento maoísta será discutida, em seus dois momentos (adesão entusiasmada e autocrítica) nos capítulos II e IV.

A *Transição* é claramente uma obra que reflete um momento de reelaboração teórica. Trata-se de uma coletânea de textos produzidos em momentos diferentes de um período de tempo relativamente longo (o que é especialmente significativo em se tratando de um

período de reformulação teórica). Somente no último texto a classificação da URSS como sociedade capitalista de estado é introduzida, e ainda assim de maneira tateante. Ao longo do texto, a ênfase recai sobre a idéia que as sociedades do Leste são *sociedades de transição*. Esta afirmação se reporta à teoria da transição entre modos de produção, desenvolvida dentro do pensamento althusseriano por Ettiéne Balibar (cf. infra). Bettelheim sempre foi um leitor muito seletivo e um produtor de conceitos que nem sempre sobrevivem a mais de um de seus textos, e sua interpretação do althusserianismo envolve uma reelaboração da teoria balibariana das formações sociais em transição, em que formula conceitos (a “teoria da passagem”, a “teoria da constituição”) abandonados nos textos subsequentes.

Mas há, aqui, uma idéia que será importante no desenvolvimento posterior do trabalho bettelheimiano, a idéia de uma contradição (então pensada como “fundamental”) no processo de transição entre o capitalismo e o socialismo: a contradição entre a *propriedade formal* dos meios de produção, que pertence ao Estado (representante da sociedade como um todo) e a *apropriação real*, que é feita no âmbito de empresas separadas. É interessante notar que a idéia de contradição entre apropriação real e propriedade formal, como definidora dos períodos de transição entre modos de produção, elaborada por Ettiéne Balibar em sua contribuição a *Lire le Capital*, é formulada retomando e invertendo uma idéia que foi cara a diversos autores da economia marxista: a idéia que a principal contradição no capitalismo (na medida em que era a causa determinante da necessária passagem ao socialismo) seria a contradição entre produção socializada e propriedade privada. Este trabalho conceitual nos sugere três idéias:

- (1) Em primeiro lugar, nos mostra que a inserção de Bettelheim como “economista althusseriano”<sup>14</sup> passava pelo esforço de conciliar a problemática estrutural-marxista com sua bagagem teórica anterior, em especial com a ênfase característica do marxismo soviético na crítica da *circulação* capitalista. Como veremos, embora a caracterização das STS como sociedades de transição seja

---

<sup>14</sup> Diz François Dosse em sua *História do Estruturalismo*: “O althusserianismo também se desenvolveu na área de estudos dos economistas. Suzanne de Brunhoff, sob a influência direta de Althusser, escreve *La Monnaie chez Marx*, livro contemporâneo a *Lire le Capital*. Mas há sobretudo a divulgação espetacular na época do trabalho de Charles Bettelheim, que se inspira nas categorias althusserianas, das contradições entre forças produtivas e relações de produção para demonstrar - e nesse ponto se separa de Althusser - o reestabelecimento do modo de produção capitalista na União Soviética” (DOSSE, 1993: p.349).

posteriormente abandonada, esta aproximação com o althusserianismo será importante para a construção de um conceito central para a construção da teoria do CDE, como veremos a seguir: o conceito de *propriedade econômica*.

- (2) Em segundo lugar, a enunciação desta “contradição” coloca um problema que, embora seja claramente deslocado do centro da análise em obras posteriores (para ser retomado nas *Lutas*, com especial ênfase somente no tomo III), permanece como altamente relevante no esforço de construção do conceito de CDE: a idéia que a propriedade estatal dos meios de produção não implicou a superação da realidade concreta da separação entre as unidades de produção soviéticas<sup>15</sup>.

Em seu balanço teórico, apresentado na introdução ao primeiro volume das *Lutas*, Bettelheim qualifica da seguinte forma o trabalho desenvolvido na *Transição*:

Na *Transição para a Economia Socialista*, que recolhe uma série de exposições e textos redigidos entre 1962 e 1967, me propus colocar em relação a existência de relações mercantis e monetárias, em Cuba como na URSS, com a de unidades de produção funcionando na realidade de maneira relativamente independente uma das outras (a despeito da operação de um plano econômico) e agindo portanto como “sujeitos econômicos”.

A análise que então apresentei tendia a explicar a existência de relações mercantis e monetárias e da relação salarial pela existência de relações sociais reais, funcionando independentemente da vontade dos homens (...) No quadro desta análise, as relações mercantis e monetárias apareciam portanto como a manifestação de relações sociais profundas: elas constituíam os efeitos destas relações e de exigências objetivas de sua reprodução (BETTELHEIM, 1979: p.13)

O principal problema deste trabalho, segundo Bettelheim, está em que as “exigências objetivas” a que se refere o texto citado ainda são essencialmente associadas ao

---

<sup>15</sup> Esta idéia é especialmente importante nos trabalhos de autores que hoje em dia procuram basear (em maior ou menor grau) seus trabalhos na perspectiva de Bettelheim, como é o caso de J.Sapir, que afirma: “Há trabalhos, em primeiro lugar os de Ch.Bettelheim, que permitem pensar as formas particulares de descentralização nas STS. Em um certo sentido, havia no projeto de aplicar a Teoria da Regulação à análise da economia soviética a vontade de fundar a tese do Capitalismo de Estado em bases não ideológicas” (SAPIR, 1995; p.76).

nível de desenvolvimento das forças produtivas, e não ainda a um processo de *luta de classes*, baseado na revolucionarização das relações sociais dominantes, centrada na divisão do trabalho e nas relações ideológicas e políticas. A este tema dedicaremos os dois próximos capítulos. O que vale destacar aqui é que a autocrítica de Bettelheim não implicou o abandono da idéia que a *separação entre as empresas* constitui um aspecto determinante das economias de tipo soviético. Esta separação, entretanto, será deslocada progressivamente do centro da análise para dar lugar a uma nova separação fundamental, a *separação entre os trabalhadores e os meios de produção* (que, entretanto, já está presente no Cálculo, e mesmo na Transição). A estas duas separações se acrescenta uma terceira, a separação entre o Estado e a população trabalhadora. É justamente em torno desta fórmula triplíce que Bettelheim constrói sua teoria da propriedade.

- (3) A definição elaborada por Balibar para as sociedades de transição tem, sobre as demais interpretações do termo “transição”, no debate a respeito das sociedades do Leste, a vantagem de não depender em nada de uma teleologia: se um modo de produção se define como todo complexo (com dominante), pode-se supor que quando não há homologia entre as diversas estruturas, ou entre propriedade formal e apropriação real, esta situação será eminentemente instável, e isto implica que a sociedade se modificará; a caracterização de uma sociedade como de transição não depende portanto absolutamente de qualquer noção pré-estabelecida sobre a intenção dos agentes ou sobre qual será o final do processo.

Entre os textos da Transição e o Cálculo, há, pelo menos, um trabalho de elaboração teórica que é muito importante para a formulação da teoria do CDE, as primeiras cartas trocadas com Paul Sweezy nas páginas da *Monthly Review*, escritas sob o impacto da invasão da Tchecoslováquia em 1968 pelas tropas do Pacto de Varsóvia. Optamos por analisar esta contribuição no capítulo III, quando se tratará da questão da relação entre a divisão do trabalho e as classes sociais. Dois motivos conduziram-nos a esse procedimento: em primeiro lugar, a correspondência durou alguns anos, chegando mesmo a atropelar a publicação do Cálculo (e mesmo da Transição em língua inglesa), de forma que as primeiras cartas não são ainda informadas pelas análises contidas no Cálculo, ao passo

que talvez a última carta faça pressentir um novo estágio da reflexão de nosso autor. O principal motivo, contudo, é que essa violação da ordem cronológica dos textos visa a manutenção da ordem temática dos capítulos: os temas desenvolvidos nas cartas (principalmente nas cartas de Bettelheim) se referem sobretudo ao problema da política e das classes sociais, que será tratado com vagar no próximo capítulo.

O *Cálculo Econômico e Formas de Propriedade* tem, ao nosso ver, uma importância muito maior do que A *Transição* ou as *Cartas* dentro da obra de Bettelheim, vista em seu conjunto, e sua teoria do capitalismo de Estado, em particular. Vejamos como nosso autor se refere a esta obra na referida introdução:

No *Cálculo Econômico e Formas de Propriedade* – texto no qual anuncio a preparação de uma análise da formação social soviética -, eu esboço um abandono da problemática anterior que tendia a fazer depender o desaparecimento de todas as relações mercantis e monetárias e a progressão da planificação socialista do desenvolvimento das forças produtivas (desenvolvimento ainda concebido de certa forma um pouco linear) e não, em primeiro lugar, da revolucionarização das relações sociais. (BETTELHEIM, 1979: p.14)

Nosso problema consiste em saber se o *Cálculo* é um referencial teórico ainda presente na formulação posterior das *Lutas* ou se, ao contrário, podemos considerar que (juntamente com a problemática das forças produtivas), a teorização sobre as formas de propriedade, posse e detenção, e seu entrelaçamento com os procedimentos de planificação, também deva ser encarado como um estágio incipiente do desenvolvimento da teoria do CDE, ultrapassado pela abordagem mais centrada na análise das lutas de classe, desenvolvida posteriormente. Ora, a leitura do *Cálculo* pode sugerir que a ênfase na existência dos mecanismos mercantis na URSS se refere sobretudo ao período que segue as reformas Lieberman nos anos 60, as quais, como se sabe, procuraram revitalizar os mecanismos de mercado na URSS. Se isto for verdade, precisamos discutir se a análise teórica contida nesta obra se oferece como igualmente profícua para o exame de desenvolvimentos históricos anteriores, em especial o período estalinista. Esta hipótese é fortalecida pelo fato evidente que a ênfase na existência de relações mercantis, como aspecto da construção da teoria do CDE, diminui muito nas *Lutas* (embora nunca

desapareça, vide os volumes 2 e 3), onde a ênfase recai sobre a manutenção da divisão capitalista do trabalho nas sociedades de tipo soviético.

Entretanto, sustentamos que a argumentação desenvolvida no Cálculo é fundamental para a posterior construção da teoria do CDE, com base em duas constatações:

- (1) Embora isto não apareça claramente nesta obra, nem nos dois primeiros volumes das *Lutas*, a teoria do CDE tal como Bettelheim a formula, implica que se admita que a URSS pré-Lieberman (inclusive no período leninista) foi capitalista<sup>16</sup>. É interessante notar que este diagnóstico só aparece claramente após a desilusão com a experiência chinesa, pois, como se sabe, a tese do PCC sobre o capitalismo de Estado não questionava o caráter socialista da URSS pré-Krushev. Mais interessante ainda, a adesão parcial de Bettelheim ao programa dos reformadores, no final dos anos oitenta, não o levou a reavaliar a tese do CDE, o mesmo se passando com Chavance<sup>17</sup>. Leve-se em conta também que o desenvolvimento das reformas liberalizantes foi, do ponto de vista dos reformistas, bastante decepcionante. Daí, e da análise de estudos históricos, devemos concluir que não é tão tranquilo que na URSS pós-reformas os mecanismos de mercado fossem tão mais atuantes do que no período anterior. Por exemplo: como mostra o trabalho de Kornai, em plena Hungria pós-reformas, no final da década de setenta, o “constrangimento orçamentário” (a autonomia financeira) das empresas era bastante “suave” (Kornai e Mattits, 1978). Argumentando sobre o crescente papel da moeda nos países reformados

---

<sup>16</sup> Como bem notaram adversários trotskistas de Bettelheim, como Dallemagne e Nair (1972).

<sup>17</sup> Em um congresso em Budapeste sobre o “socialismo de mercado”, realizado em 1989, Bettelheim afirma: “(...) no estado presente das forças produtivas, relações de produção, mentalidade e conhecimento sócio-econômico, as condições supra-mencionadas (eficiência econômica e planejamento democrático – CRB) podem ser satisfeitas, em minha opinião, apenas através de uma pluralidade de mercados (para mercadorias, força de trabalho, capital e crédito). Desta forma a existência do mercado, do trabalho assalariado e de relações capitalistas será abertamente reconhecida, relações que o antigo sistema não aboliu mas sempre negou verbalmente, ainda que aceitasse sua existência *de facto*. O reconhecimento destas relações é um “passo para trás” apenas na imaginação; ele na verdade significa um verdadeiro “passo à frente” em direção ao “princípio da realidade” (BETTELHEIM, 1989, p. 191). Por sua vez, em 1983 Chavance se mostra plenamente convencido da necessidade de que qualquer projeto de esquerda conserve os mecanismos de mercado e o salariato. Entretanto, afirma: “No quadro destas estruturas abstratas concebidas como “horizonte insuperável” da reflexão no estágio atual, variações consideráveis são certamente imagináveis (...) Entretanto, se admitimos a definição do capitalismo como sistema econômico mercantil-salarial, o emprego do termo “socialismo” para qualificar tais alternativas se torna problemático, uma vez que este termo permanece compreendido senão como anti-capitalismo, ao menos como não-capitalismo.”(CHAVANCE, 1983: p.131).

(Hungria e Iugoslávia), Soós (1986) afirma que a diferença entre esta situação e a anterior às reformas é apenas de “grau”.

- (2) O trabalho conceitual presente no Cálculo é, sobretudo em comparação com outras obras de Bettelheim, elaborado em um nível de abstração tal, que nos permite atribuir aos conceitos ali construídos um nível significativo de generalidade. Isto, ao nosso ver, é o que faz com que vários comentaristas, como os autores reunidos em Cutler (*et.ali.*) e Lipietz<sup>18</sup>, tenham dado especial atenção a esta obra como a grande contribuição de Bettelheim para o pensamento marxista. Esta receptividade é ainda mais marcante no trabalho dos seguidores regulacionistas de Bettelheim, como Sapir e Chavance, e é interessante que os problemas aqui levantados só sejam retomados no volume 3 das Lutas, quando Bettelheim dialoga com o trabalho conceitual de Aglietta e Lipietz.

Enfim, consideramos que a problemática desenvolvida nestes trabalhos é não apenas instrutiva a respeito da inserção de Bettelheim dentro do campo althusseriano, como também, e principalmente, central para a construção do conceito de CDE; na medida em que mostra como, nesta variedade de capitalismo, dá-se o processo de circulação, entendido como “momentos do processo de produção e reprodução” (Bettelheim, 1970: 87).

Partindo então para a análise substantiva das obras em questão (em especial do Cálculo), destacamos três temas que, em nossa opinião, articulam a base da argumentação bettelheimiana: (1) a leitura do capitalismo de meados do século XX, realizada sobretudo a partir dos *Grundrisse*, em que Bettelheim se distancia da definição “vitoriana” do capitalismo; (2) a teoria do cálculo econômico; e (3) o conceito de propriedade. No item (4) discutimos duas críticas contemporâneas ao Cálculo e no item (5) propomos uma interpretação para a relação do trabalho de Bettelheim com o do grupo althusseriano.

---

<sup>18</sup> Segundo os autores reunidos em Cutler (*et.ali.*), “A forma mais rigorosa do argumento de que a Rússia e as economias socialistas da Europa (mas não a China) são dominadas por um capitalismo de Estado foi apresentada por Bettelheim em *Economic Calculation and Forms of Property*, e também em sua introdução a *Class Struggles in the USSR: 1917-1923* (CUTLER *et.al.*, 1980: p.295). No texto de Alain Lipietz sobre a relação entre althusserianismo e teoria da regulação (LIPIETZ, 1988), apenas o Cálculo é citado, embora a discussão sobre Bettelheim tenha uma função importante em sua argumentação. Nos trabalhos dos autores que acompanharam Bettelheim durante os anos setenta e depois se converteram ao regulacionismo, como Jacques Sapir, por outro lado, o Cálculo divide espaço com o terceiro volume das Lutas (ver Sapir, 1989).

## (1.2) Os *Grundrisse*: subsídios para uma definição do capitalismo

Pelo que pudemos apurar na literatura de comentário, nenhum ponto do trabalho de Bettelheim no *Cálculo* foi tão solenemente ignorado quanto suas referências aos *Grundrisse* de Marx. Ao nosso ver, estas referências não são somente “argumentos de autoridade” ou “demonstrações de ortodoxia”, mas momentos importantes do argumento científico, uma vez que (a) sugerem uma relação de continuidade entre o advento do CDE e alguns desenvolvimentos do capitalismo no século XX; e (b) fornecem elementos para a construção de uma definição do capitalismo que se aplique a sua fase pós-liberal.

Uma vez que reconhecemos o alto nível de alguns comentaristas, devemos reconhecer que não é à toa que esta teorização passou despercebida. Ela está espalhada por várias partes do livro (embora concentrada no capítulo I), e nem sempre é suficientemente desdobrada. Entretanto, a repercussão da leitura de Moishe Postone (1993) sobre os *Grundrisse* e sua importância inegável para a teoria do CDE nos tornaram sensíveis a esta problemática. A referência à obra de Postone, bem como às de outros leitores dos *Grundrisse* e ao texto mesmo de Marx será recorrente nesta parte de nosso texto, e servirá para nos ajudar a dar um eixo à exposição.

Naturalmente, não temos absolutamente nenhuma pretensão de realizar uma análise aprofundada dos *Grundrisse*, ou nos pronunciar a respeito do seu lugar dentro da obra de Marx<sup>19</sup>, uma vez que o tempo disponível para a realização de nosso trabalho impediria mesmo uma leitura suficientemente detida (e que desse conta de todas as remissões internas do trabalho) desse texto tão difícil.

Entretanto, a proximidade entre os *Grundrisse* e a teoria do CDE constitui um resultado de nosso trabalho de leitura, e mesmo que, no tempo de que dispusemos, não

---

<sup>19</sup> A esse respeito ver, além dos textos de Negri, Postone e Rodolsky, também os trabalhos de Nicolaus (1990), onde explicitamente se faz um esforço de traçar a trajetória de alguns conceitos fundamentais dos *Grundrisse* até *O Capital*. Ao contrário dos autores citados, K. Tribe (1974) se mostra bastante cético a respeito do quanto os *Grundrisse* podem enriquecer a teoria marxista, enfatizando os elementos de continuidade da obra com os trabalhos do jovem Marx. Entretanto, sua leitura peca porque, em suas próprias palavras, “os pontos fracos (*weaknesses*) dos *Grundrisse* são registrados (...) em comparação com os pontos fortes (*strengths*) do *Capital*” (p.761); dessa forma, os temas que aparecem exclusivamente (ou com muito mais ênfase) nos primeiros do que no segundo estão ausentes de sua análise; desta forma, acreditamos, o ponto de vista que adota o impede de perceber as possibilidades de investigação que discutiremos a seguir.

tenhamos tido a oportunidade de explorar todas as possibilidades teóricas por ele suscitadas, acreditamos dever apresentá-lo, no mínimo para sugerir um tema de pesquisa futura (que esperamos ter a oportunidade de aprofundar). De fato, esta afinidade entre os *Grundrisse* e as formas pós-liberais do capitalismo não passaram despercebidas pela literatura de comentário:

Portanto, pode-se dizer, paradoxalmente, que enquanto no *Capital* as categorias são geralmente modeladas a partir do capitalismo privado e competitivo, nos *Grundrisse* elas são modeladas a partir do esquema tendencial do *capital social*. (...) não há dúvida de que *devemos dar novos fundamentos às categorias marxistas* levando em conta o caráter social do desenvolvimento capitalista. Desse ponto de vista, os *Grundrisse* estão em vantagem sobre o *Capital* por que *neles o caráter social das categorias aparece imediatamente como fundamental*. Os pesados entraves que a dialética do privado-público, cuja sobrevivência uma crítica legal permite sobreviver na crítica marxista da Economia Política, estão quase ausentes nos *Grundrisse*. Isto dito, não quer dizer que podemos encontrar nos *Grundrisse* uma reformulação total das categorias. Certamente não. Há momentos que mostram uma grande originalidade nas definições, mas é além de qualquer dúvida que mesmo onde Marx vai mais longe, ele apenas – como sublinhamos – faz alusões à nova realidade social do capital. (NEGRI, 1984: p.27 e 187, grifado no original)

Também impõe-se ressaltar que muitos comentaristas respeitados dos *Grundrisse* acabaram por associar as STS ao capitalismo de alguma forma. Como já dissemos, Postone afirma que as STS foram apenas uma forma diferente de “acumulação capitalista”<sup>20</sup>. Negri, por outro lado, identifica efetivamente as STS com o socialismo, somente para afirmar que

---

<sup>20</sup> Postone formula sua tese da seguinte maneira: « A noção marxiana de sociedade pós-capitalista, então, deve ser distinguida dos modos de acumulação de capital dirigidos pelo Estado (state directed modes of capital accumulation). A interpretação desenvolvida acima, com sua ênfase na forma específica de trabalho como constituidor do capital, é consonante com uma análise histórica do surgimento dos países do « socialismo real » em termos da interrelação entre o desenvolvimento do capitalismo industrial nos centros metropolitanos da economia mundial e o crescente papel do Estado nos países periféricos. Pode-se argumentar que, por uma fase do desenvolvimento capitalista global, o Estado serviu para efetuar a criação do capital total nacionalmente. Em tal situação, a suspensão da circulação livre das mercadorias, do dinheiro, e do capital não implicavam o socialismo. Na verdade, foi um dos poucos, senão o único, meio pelo qual uma « revolução do capital » foi capaz de ser bem sucedida na periferia do contexto do mercado mundial, onde a conexão histórica original entre a revolução burguesa e a consolidação do mercado nacional total não mais existia. O resultado, entretanto, não foi, e não poderia ter sido, uma sociedade pós-capitalista. A sociedade determinada pelo capital não é uma simples função do mercado e da propriedade privada ; it cannot be reduced to the domination of the bourgeoisie » (POSTONE, 1993 : p.40)

o socialismo era o capitalismo levada a seu extremo<sup>21</sup>. Martin Nicolaus<sup>22</sup>, tradutor dos *Grundrisse* para o inglês, defende abertamente a tese do CDE. Enfim, André Gorz<sup>23</sup>, discutindo a possibilidade de planejamento com base no aparelho de dominação constituído no capitalismo, prevê a formação de uma “burguesia de função” nas STS.

Podemos supor quais sejam alguns dos motivos dessa proximidade entre as teorias do CDE e os *Grundrisse*. Em primeiro lugar, nos *Grundrisse* Marx dedica parte de seu texto à discussão de propostas de socialização (como a do bônus-trabalho dos proudhonianos); em segundo lugar, se os *Grundrisse* são menos sistemáticos que o *Capital*, por outro lado trazem indicações do que seria a continuação do trabalho de Marx<sup>24</sup>: entre os pontos que se destacam dos vários esboços do projeto de que *O Capital* é apenas uma parte, temos um livro sobre o Estado e um sobre o Mercado Mundial<sup>25</sup>: assim, aspectos do capitalismo pós-liberal não tratados no *Capital* são esboçados nos *Grundrisse*. Por esse mesmo motivo, há neste último mais elementos para uma definição do capitalismo, que vá além de sua fase liberal.

Esse é, do nosso ponto de vista, o elemento fundamental. Quando nos referimos ao capitalismo, o que queremos dizer? Não seria a teoria do capitalismo de Estado uma extensão indevida do conceito de capitalismo? Aqui o tema mesmo da historicidade do marxismo está colocado. As análises de Marx foram elaboradas somente tendo em vista o capitalismo concorrencial? O que fazer, neste caso, com a teoria marxista em se estudando o capitalismo do século XX? É necessário complementá-lo ou abandoná-lo?

A segunda alternativa é a sugestão de alguns autores adeptos do conceito de *sociedade industrial*. Segundo Dahrendorff, por exemplo, o conceito de capitalismo descreve razoavelmente bem a sociedade europeia ocidental do século XIX, mas deve ser

---

<sup>21</sup> Diz Negri: “A saturação dos espaços sociais produzida pelo planejamento socialista do capitalismo é um resultado de monstruosa fragilidade” (p.167). Também na página 181: “No socialismo há apenas o desenvolvimento do capitalismo maduro”. Em sua introdução à edição inglesa do trabalho de Negri, Harry Cleaver afirma: “O socialismo só pode constituir uma alternativa repressiva para o colapso do capitalismo mercantil – um nível mais avançado de planejamento capitalista no nível do Estado.” (p. xxvi)

<sup>22</sup> Ver a esse respeito Nicolaus (1983).

<sup>23</sup> Ver Gorz (1980), onde se diz: “O proletariado é constitutivamente incapaz de se tornar sujeito do poder. Se seus representantes apossam-se do aparelho de dominação instaurado pelo Capital, reproduzirão o tipo de dominação do Capital e se tornarão, por sua vez, uma burguesia de função” (p.80)

<sup>24</sup> No dizer de M. Nicolaus: “*O Capital* é dolorosamente inconcluso, como um romance de mistério que termina antes da trama ser esclarecida. Mas os *Grundrisse* contém o esboço da trama inteira pelo autor” (p.725)

<sup>25</sup> Ver sobre essa questão Rodolsky, *op.cit.*

abandonado em se tratando de sociedades em que existe o regime democrático, a polarização de classes está sensivelmente enfraquecida e a intervenção estatal na economia é um dado estrutural. Deveríamos aderir a esta tese?

Naturalmente, o desmantelamento dos aparatos de proteção social, a crise do Estado interventor e o progressivo esvaziamento do espaço democrático enfraquece o argumento de que todos os elementos citados se tornaram partes estruturais do capitalismo (ou de qualquer outro sistema). Cabe portanto reconhecer que o capitalismo é mais institucionalmente dinâmico do que se pensa, e que pode se recobrir de várias formas nos diversos estágios de sua história. Mas o que seria o núcleo duro em torno do qual se organizam essas várias formas? Essa questão não pode ser resolvida apenas abstratamente, procurando uma média, uma constante: deve-se mostrar o processo concreto de reprodução social a partir desse nível estrutural fundamental.

Vejamos portanto como os *Grundrisse* nos fornecem elementos para dar conta de fenômenos característico do capitalismo pós-liberal, e mais especificamente, do capitalismo de Estado.

Devemos lembrar, antes de prosseguir, que há uma outra possibilidade de explicação, de caráter histórico, para a proximidade entre os *Grundrisse* e a teoria do CDE. Ao contrário do *Capital*, escrito em um momento de refluxo do processo revolucionário que marcou o século XIX e culminou na Comuna de Paris, os *Grundrisse* são escritos durante o que se convencionou chamar de primeira crise cíclica do capitalismo, a crise de 1857-8<sup>26</sup>. Ele trata com especial atenção do capitalismo no limite de sua existência, em sua crise, envolto em processos que (acreditava então Marx) levariam à sua dissolução: o capitalismo já ameaçado pelas propostas de socialização dos socialistas “utópicos”<sup>27</sup>. Ruy Fausto (1989, p.48) vê nos *Grundrisse*, em comparação com *O Capital*, um maior otimismo quanto às possibilidades de superação do capitalismo, que, como bem nota, não garante sua superioridade teórica. É verdade, mas um fato permanece: essa mesma circunstância

---

<sup>26</sup> O entrecruzamento das experiências da crise e da elaboração da obra fica claro na carta de Marx a Engels de 18 de Dezembro de 1857: “Tenho trabalhado como um homem condenado. Às vezes até as 4 da manhã. É um trabalho duplo: 1) a elaboração de alguns aspectos fundamentais da economia...2) a crise atual” (*apud* NEGRI, *op.cit.*, p.2).

<sup>27</sup> Ver Negri: “a descrição da crise iminente é, ao mesmo tempo, uma polêmica contra o “verdadeiro socialismo”, contra todas as mistificações e travestimentos de comunismo”. (p.2) Ainda segundo o mesmo autor, “Os *Grundrisse* são, deste ponto de vista, talvez o mais importante – se não o único – texto Marxiano sobre a *transição*.” (p.11)

expande sua *abrangência* teórica. O capitalismo em crise, em recomposição, frente a propostas de socialização mais ou menos parciais, já pode ser conceituado.

A teoria do CDE se produz em um ambiente histórico semelhante: tem uma pré-história que começa com o advento das formas de capitalismo intervencionistas; mas seu efetivo ponto de partida é o momento em que são identificados os obstáculos teóricos e concretos para que a estatização das forças produtivas possa ser considerada equivalente à superação do capitalismo. Ela se elabora em um momento de crise do capitalismo, e também diante do fracasso de tentativas de sua superação. O princípio para o qual a teoria do CDE chama atenção é: *a transição para o socialismo só progride com a transformação das relações de produção*. Esta idéia está claramente exposta na discussão de Marx com os proudhonianos:

Chegamos à questão fundamental, que não está mais relacionada ao ponto de partida. A questão geral seria a seguinte: podem as relações de produção existentes e as relações de distribuição que lhes correspondem ser revolucionarizadas por uma mudança na circulação? Outra questão: pode tal transformação da circulação ser efetivada sem tocar nas relações de produção e nas relações sociais que repousam sobre elas? Se toda transformação da circulação pressupõe mudanças em outras condições de produção e levantes (*upheavals*) sociais, seguir-se-ia naturalmente o colapso da doutrina que propõe truques da circulação como uma forma de, por um lado, evitar o caráter violento destas mudanças sociais e, por outro lado, fazer tais transformações aparecerem não como pressuposto mas como resultado gradual da transformação da circulação. Um erro nesta premissa fundamental seria suficiente para provar que um mal-entendido semelhante ocorreu com relação às conexões internas entre as relações de produção, de distribuição e de circulação. (MARX, 1993: p. 122)

A necessidade de transformar as relações de produção é um ponto de contato entre a doutrina de Marx e a de socialistas utópicos, como Fourier:

O trabalho não pode se tornar fruição (*play*), como Fourier desejaria, embora permaneça sua grande contribuição ter afirmado a suspensão não da distribuição, mas do modo de produção, ele mesmo, como o objetivo final. (MARX, 1993 :p. 712)

Em síntese, para Marx as mudanças na circulação não modificam, por si mesmas, a natureza das relações de produção. Entretanto, até que ponto isso é verdade? Muitos críticos da teoria do CDE admitiriam que a mudança na circulação nem sempre é essencial. Entretanto, haveria um critério para saber se as categorias marxistas que definem o capitalismo são aplicáveis a uma situação dada: a lei do valor. Ora, no célebre “Fragmento sobre a Maquinaria” Marx mostra claramente que a determinação do valor pelo tempo de trabalho tem uma importância variável durante o desenvolvimento do capitalismo. Diz Marx:

Exatamente na medida em que o tempo – quantidade de trabalho – é postulado pelo capital como o único elemento determinante da produção, o trabalho direto, tomado como princípio de criação dos valores de uso, desaparece (com o desenvolvimento das forças produtivas - CRB), ou pelo menos, reduz-se quantitativamente e qualitativamente, passando a assumir um papel, obviamente indispensável, mas subalterno, em relação ao trabalho científico em geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais e à força produtiva geral resultante da organização social do conjunto da produção (...) Assim, o capital trabalha para a sua própria dissolução como forma que domina a produção (*apud* BETTELHEIM, 1970: 41-42<sup>28</sup>)

Naturalmente, isso leva a uma nova leitura do capitalismo avançado (que serviu como modelo para a industrialização das STS): e a questão de identificar o capitalismo em uma determinada formação social deixa de passar pela identificação da predominância da lei do valor, que nas STS, segundo a interpretação oficial do PCUS, “operava, mas não regulava” (Grossman, 1960). Em consonância com essa idéia, *a teoria de Bettelheim sobre*

---

<sup>28</sup> Esse mesmo trecho também é analisado em Bettelheim (1983), sendo acompanhado do seguinte comentário: “É preciso, evidentemente, evitar uma interpretação “tecnicista” destas formulações. Quando Marx diz que o papel representado pelo valor de troca, pelo sobretabalho, pela acumulação do produto deste último deve cessar, não diz que o próprio papel cessa. Um elemento essencial do processo de transformação exposto por Marx é a compreensão e o domínio da natureza pelo homem “enquanto corpo social”; ora, esta compreensão e este domínio passam por uma revolução política e ideológica que comanda uma outra relação dos homens com o seu trabalho, uma relação que impõe este trabalho como o que ele é, isto é, um trabalho diretamente social. Daí a importância, quando os trabalhadores exercem o poder político, do desenvolvimento do *trabalho comunista*, que constitui um dos modos de transformação das forças de apropriação e de repartição” (p.44). Devemos concordar com Bettelheim quando diz que na formulação de Marx a tendência identificada não se desenvolverá até seu resultado lógico “automaticamente”, sem a intervenção de lutas políticas. Entretanto, sem cair no “tecnicismo”, devemos notar que Marx efetivamente vê no progresso técnico-científico uma força fundamental na *geração* da tendência.

o CDE não se propõe demonstrar que a lei do valor opera de maneira determinante nas STS. No *Cálculo*, Bettelheim lembra que

(...) Marx sublinhou que o lugar concedido ao cálculo em tempo (ou em quantidade) de trabalho corresponde a um determinado nível das forças produtivas (ver, a propósito, as análises que Marx consagra aos efeitos do desenvolvimento do maquinismo, especialmente nos *Grundrisse*<sup>29</sup> (...)) (BETTELHEIM, 1970: p.23)<sup>30</sup>

Mas não é só o progresso técnico que favoreceria o enfraquecimento do mecanismo de mercado dentro do capitalismo mesmo. A existência de atividades que têm “efeitos sociais globais”, como as atividades ligadas ao bem-estar social e ao desenvolvimento científico tecnológico, faz com que a relação entre seus preços e o seu consumo seja tênue. Isto porque, dada a necessidade destas produções para a reprodução social do capital, elas tendem a ser *subvencionadas* pelo Estado ou por grandes corporações. Esse desenvolvimento leva a uma alteração profunda no funcionamento da economia capitalista:

Esta “perda de significação” dos preços por que podem ser, ou poderiam ser, vendidos num mercado certos produtos, diz respeito à própria produção capitalista; isto quer dizer que, a partir de um determinado grau de socialização das forças produtivas, o “mecanismo de preços” deixa de funcionar para uma parte da produção capitalista, o que implica o desenvolvimento das “produções não rentáveis”, das políticas de subvenção, etc., e o recurso a cálculos monetários que fazem intervir outros preços diferentes dos preços do mercado. (BETTELHEIM, 1970: p.42-3)

---

<sup>29</sup> Negri vai ainda mais longe na ruptura com a teoria do valor trabalho, e na sua substituição pela teoria do dinheiro: “Não há nada, do ponto de vista formal, que a teoria do valor possa oferecer e que a teoria do dinheiro não nos ofereça em uma forma mais efetiva e matizada (coloured) (...) E o dinheiro bem representa essa redução da lei do valor a um mero horizonte. Através da teoria do dinheiro, de fato, por um lado, temos a possibilidade de eliminar o *caput mortuum* da teoria do valor: a relação valor- preço. É o dinheiro que constitui, imediatamente, essa relação, interpretando a oscilação entre a medição (averaging) social dos valores do trabalho social e a sobredeterminação dos preços” (p.40, grifado no original).

<sup>30</sup> Esforços recentes de interpretação dos *Grundrisse* chegaram a conclusões bastante semelhantes, como por exemplo o de Moishe Postone. Ele também enfatiza o fato de que para Marx o tempo de trabalho socialmente necessário tende a se tornar obsoleto enquanto regulador da economia. Cita em apoio à sua interpretação a seguinte citação: “O capital é a contradição em movimento, em que pressiona no sentido da redução do tempo de trabalho para um mínimo, enquanto afirma o tempo de trabalho, por outro lado, como única medida e fonte de riqueza. Portanto ele reduz o tempo de trabalho na forma necessária de forma a aumentá-lo na forma supérflua; daí que afirma o supérfluo em crescente medida como condição – uma questão de vida e morte – para o necessário. » (citado em Postone, *op.cit.*, p.34)

É bastante significativo que Bettelheim, ao falar das “produções não rentáveis”, não remeta seu leitor às passagens dos *Grundrisse* (Caderno V) relativas a esta questão. Embora advirta o leitor a respeito do caráter preliminar de suas considerações, Marx não deixa de enfrentar esta questão, de uma importância tão crucial para a teoria do CDE.

Ainda que não tenhamos examinado a fundo a questão, advertimos desde agora que existe uma relação específica entre o capital e as condições gerais de produção social, e que essa relação difere das condições convenientes ao capital particular e a seu processo de produção particular. (MARX, 1993: p.533)

A questão principal da teoria do CDE pode ser definida a partir desta colocação: *como se organiza a relação do capital com as condições gerais da produção e no que esta relação difere do processo de produção particular de cada empresa?*

Marx continua sua análise neste mesmo fragmento examinando o caso em que o Estado se encarrega de realizar obras (como as de transporte) de interesse do capitalismo como um todo, mas que provavelmente não seriam realizáveis por capitais particulares. A citação seguinte é significativa:

Pode constituir-se uma classe particular de construtores de estradas, a soldo do Estado, ou bem uma parte da população desempregada pode momentaneamente ser utilizada nelas, caindo sob as ordens de condutores de trabalho, etc., que não trabalham como capitalistas, mas como ajudantes altamente especializados (*highly educated menials*) (...) Os trabalhadores são então assalariados, mas o Estado não os emprega enquanto tais, mas enquanto servos ajudantes (*menial servants*) (MARX, 1993: p.529)

A primeira impressão é de que a intervenção estatal corresponderia a estágios “ainda não capitalistas”. Em uma anotação que acompanha o texto acima, Marx cita como exemplo os soldados mercenários romanos, que eram assalariados, mas não produziam valor. Esta impressão, que a afirmação se refere a sociedades pré-capitalistas é reforçada pela seguinte idéia:

O desenvolvimento mais alto do capital existe quando as condições gerais do processo social de produção não são pagas a partir de *deduções da renda social*, os

impostos do Estado – onde a renda e não o capital aparecem como o fundo de trabalho, e onde o trabalhador, embora seja um trabalhador assalariado como qualquer outro, entretanto se encontra economicamente em uma relação diferente (...) (MARX, 1993:p.532).

Se levarmos em conta o exemplo dos soldados romanos, percebemos claramente que o motivo pelo qual estes assalariados não são propriamente assalariados está em que o produto de seu trabalho é um valor de uso para o capital (a estrada), mas não é apropriado como mercadoria, motivo pelo qual seu trabalho é improdutivo.

Marx considera, entretanto, que na forma mais desenvolvida de capitalismo mesmo estas funções já devem estar absorvidas pelo capital: mas isso não quer dizer que a intervenção estatal se dê de fora (cronologicamente) do capitalismo: Marx parece ter em mente uma situação em que a intervenção estatal se dá *nas fronteiras da produção capitalista*. Não está se referindo à situação em que a totalidade da produção material é realizada sob a propriedade estatal. Sua análise se refere sobretudo a atividades que correm paralelas à produção de mercadorias (daí provavelmente a pouca atenção que Bettelheim presta a esse trecho). Devemos admitir que o problema dos investimentos que “não se pagam”, sendo entretanto necessários, e que portanto exigem a intervenção do Estado na economia, não é necessariamente limitado a uma época específica da história do capital; muito embora, naturalmente, possa ser mais comum em uma ou outra fase de seu desenvolvimento<sup>31</sup>. Para esses casos, Marx propõe a seguinte solução conceitual:

A propósito, o próprio Estado e tudo que a ele se conecta pertence às deduções da renda (*revenue*) nacional, pertence por assim dizer aos custos de consumo para o indivíduo, os custos de produção para a sociedade (...) Há tarefas e investimentos que podem ser necessários sem ser produtivos no sentido capitalista, *i.e.*, sem a realização do sobretalho neles contido através da circulação, através da troca, como mais valia (o trabalho pode ser necessário sem ser produtivo. Todas as condições gerais, comunais da produção – enquanto elas não podem ainda ser realizadas pelo capital enquanto tal e e sob suas condições – são portanto pagas com uma parte da renda (*revenue*) do país –

---

<sup>31</sup> A tentativa de situar a intervenção estatal no capitalismo em algum de seus momentos específicos (em sua formação, por exemplo, ou pouco antes de sua crise final) não será alvo de nossa atenção, uma vez que, para o caso das STS, como veremos, o capitalismo estava envolto precisamente nas formas adequadas ao período de acumulação primitiva.

através do tesouro governamental - e os trabalhadores não aparecem como trabalhadores produtivos, mesmo se incrementam a força produtiva do capital (MARX, 1993: p.531-3)

Em nossa opinião, estas considerações são bastante sugestivas, pois mostram que Marx tinha clareza de que a intervenção estatal na economia implicava o aparecimento de novas dinâmicas sociais: isto fica claro quando vemos que ele não considera que o investimento realizado a partir do imposto se dá a partir de capital, e sim da renda (embora possa servir ao capital). A primeira diferença, naturalmente, está no produto do trabalho (valor de uso ou mercadoria), mas há mais: o imposto (ou o subsídio) é fundamentalmente diferente do lucro, pois é obtido pela força, em uma relação que não se define pela noção de equivalência. Naturalmente, a existência do imposto (ou do subsídio) não implica que se tenha abolido o capitalismo; mas sim que, ao lado da dinâmica do lucro, há outras dinâmicas econômicas (o que Théret (1992) chamou de “metamorfose fiscal do Capital”). O que nos interessa aqui é sobretudo o seguinte: *a teoria do CDE sustenta que as estruturas fundamentais do capitalismo estavam presentes nas STS: mas ela não sustenta que não houvesse nada de novo*<sup>32</sup> *nestas sociedades: apenas argumenta que este “novo” não era necessariamente contraditório com o desenvolvimento capitalista nem muito menos a base para a construção de novas estruturas para um novo modo de produção.*

Vimos, portanto, que há nos *Grundrisse* elementos (o descarte da lei do valor para definir o capitalismo e uma teoria do trabalho improdutivo ligado à apropriação de renda pelo Estado) que, a nosso ver, possibilitam a análise do capitalismo pós-liberal. Esses temas voltarão à nossa discussão durante o texto.<sup>33</sup> Vejamos agora como esses e outros elementos podem fornecer o ponto de partida para uma outra definição do capitalismo que englobe essas outras fases do desenvolvimento do capital.

Chegamos então ao ponto em que a discussão dos *Grundrisse* adquire sua maior importância para nosso trabalho: nos *Grundrisse*, mais do que no *Capital*, Marx dedica

---

<sup>32</sup> Quando nos referimos a algo de “novo”, nos referimos tanto a algo historicamente novo (fenômenos específicos à sociedade em questão) quanto teoricamente novo: por exemplo, infelizmente a teoria social marxista não dedicou muita atenção ao problema da conceituação econômica das finanças públicas, dos subsídios, etc.; é possível que novos conceitos, cuja necessidade tenha sido demonstrada pela pesquisa empírica, modifique a dinâmica dos conceitos marxistas tradicionais.

<sup>33</sup> O critério da lei do valor será substituído pelo do trabalho assalariado ainda neste item, e discutido para o caso das STS no capítulo II. O tema da apropriação de renda pelo Estado será discutido no capítulo IV, quando analisarmos a classe dos “capitalistas enquanto proprietários”.

especial atenção ao problema da formação histórica do capitalismo, de sua existência junto a outras formas sociais e de sua possível superação. Em sua introdução à edição inglesa, Nicolaus cita como um dos méritos dos *Grundrisse* a apresentação das diversas mediações através das quais as contradições do capitalismo se apresentam na realidade. Não discutiremos aqui o uso da terminologia hegeliana, mas apenas notaremos que de fato o capitalismo industrial aparece imerso em diversas formas que são suas contemporâneas mas não suas equivalentes: o melhor exemplo é o trabalho improdutivo. Mesmo a alienação aparece parcialmente suspensa pelo advento de estatísticas gerais que informam os proprietários acerca da atividade uns dos outros; formas não capitalistas, como o escravismo colonial, são apresentadas como estritamente dependentes do capitalismo. Enfim, somos levados a concordar com Nicolaus quando afirma que o raciocínio de Marx nos *Grundrisse* é pleno de nuances.

Quando se coloca claramente o problema da reprodução do capitalismo em formações sociais concretas, naturalmente, as condições estão dadas para estabelecer em que condições podemos dizer que o capitalismo se tornou o modo de produção dominante em uma dada formação social.

Segundo nossa leitura, há vários momentos em que Marx procura passar da discussão das determinações conceituais do conceito de capital para o estudo de *como* o capitalismo pode se desenvolver em condições históricas concretas: na discussão sobre a competição, quando nos apresenta a teoria da crise de superprodução, no estudo sobre a acumulação primitiva, nas *Formen*, etc. Entretanto, dado que uma das tarefas principais da teoria do CDE é propor uma solução adequada para a relação entre capitalismo e mercado, apresentaremos aqui um dos momentos em que Marx discute a organização das formações sociais segundo os princípios do capitalismo, enfatizando o papel do dinheiro no processo. Esse trecho recebeu atenção especial de nossa parte pelo fato de que é um dos momentos em que a discussão com os socialistas (em especial Alfred Darimon e John Gray) é mais aberta.

Referimo-nos ao “Capítulo sobre o Dinheiro”, situado logo no começo dos *Grundrisse*, imediatamente depois da Introdução de 1857. Essa discussão multidirecionada fornece numerosos subsídios para nossa discussão. Em especial, porque mostra a conexão entre o dinheiro e o modo de produção capitalista através da descrição de dois processos,

em direções opostas mas seguindo a mesma lógica: a articulação dos diversos elementos que compõem o núcleo estrutural do capitalismo.

O primeiro aparece durante o experimento mental de se imaginar uma sociedade em que o dinheiro perdeu sua autonomia frente à produção, que entretanto ainda se dá no ambiente em que as tensões da produção capitalista estão presentes. Referimo-nos à discussão sobre a proposta do bônus-trabalho: a substituição do dinheiro, sob a forma de metal (que lhe dá uma autonomia que muitas vezes o coloca como obstáculo à produção) por bônus referentes ao trabalho realizado por cada um.<sup>34</sup>

Segundo Marx, essa proposta supõe uma situação em que as contradições que exigem o dinheiro e através dele se reproduzem estejam praticamente superadas, isto é: os preços igualem seu valor de troca; oferta e procura estejam em equilíbrio, o mesmo valendo para produção e consumo; em resumo, a *produção proporcional* está pressuposta. Vejamos por quê:

- (1) o banco que emite os bônus deve ser naturalmente obrigado a comprá-los de volta, como no século XIX era obrigado a comprar ouro: sem a convertibilidade, o dinheiro perderia sua função. Entretanto, no caso do bônus trabalho (e supondo que o bônus efetivamente represente o trabalho nominalmente expresso em sua face), não há um representante da totalidade das mercadorias que se oponha ao trabalho, como havia com o dinheiro; a abolição do que o proudhoniano Darimon chamava o “privilégio” do ouro diante das outras mercadorias implica que o banco não possa escolher uma mercadoria específica para trocar pelo bônus que um eventual trabalhador lhe apresente no caixa. Ele deve ser capaz portanto de transferir ao trabalhador qualquer mercadoria em que o tempo de trabalho expresso nominalmente no bônus esteja materializado: para isso, naturalmente, deve dispor da totalidade das mercadorias para a troca pelo bônus. Ele se torna, portanto, o comprador e o vendedor universal.
- (2) Nesse caso, seria naturalmente uma perda de tempo emitir os bônus. Bastaria que o banco mantivesse um sistema de contas em que se debitariam ou acresceriam mercadorias para cada indivíduo de acordo com seu trabalho.

---

<sup>34</sup> A crer na informação de Nicolaus, nesse trecho a teoria do bônus trabalho é criticada na sua formulação por John Gray.

(3) Nesse caso, o banco deveria ter os seguintes atributos: (a) deveria determinar o valor de troca de todas as mercadorias; (b) deveria, portanto, determinar o tempo de produção de cada uma delas; (c) portanto, também a distribuição dos meios de trabalho; (d) portanto, também *o maior processo de troca, que não é aquele entre mercadorias, mas entre mercadorias e trabalho*; isto é, deveria determinar a distribuição da força de trabalho. O banco tornar-se-ia então não apenas comprador e vendedor, mas também produtor universal.

Vejamos o que pensa Marx dessa autoridade central:

Na verdade, seria ou um governante despótico da produção e *trustee* da distribuição, ou seria nada além de uma junta que organizaria as contas e os registros para uma sociedade produzindo em comum. A propriedade comum dos meios de produção está pressuposta, etc., etc. Os Saint-simonianos fizeram de seu banco o papado da produção <sup>35</sup> (MARX, 1993: p.156)

No trecho acima temos os elementos em torno dos quais se articula nosso trabalho de dissertação: em primeiro lugar, a distinção entre socialização (contas e registros da sociedade produzindo em comum) e estatização (o governante despótico da produção); em segundo lugar, o fato de que mesmo essa oposição só se coloca uma vez extintas (como progresso ou retrocesso) as oposições que caracterizam a sociedade capitalista, o que, como veremos a seguir, não era o caso nas sociedades cuja história discutiremos a seguir. No caso das condições da produção proporcional não estarem dadas, as fórmulas de socialização baseadas em restrições à circulação aparecerão como simples “distúrbios” do processo de produção do capital:

Enquanto essas operações estiverem direcionadas contra o dinheiro enquanto tal, são apenas um ataque a consequências cujas causas permaneceriam inafetadas; *i.e.*, distúrbios do processo produtivo, cuja *base sólida* (grifo nosso – CRB) então tem

---

<sup>35</sup> Comentando esse trecho, Markus afirma que “Aqui a polêmica (contra Darimon) torna abundantemente claro que para Marx a materialização desse perigo (o “despotismo da produção” – CRB) dependia da sobrevivência de alguns traços de produção mercantil na nova sociedade” (p.302); essa é uma interpretação possível, mas não nos parece que a argumentação deixe isso “abundantemente claro”.

também o poder, por meio de uma reação mais ou menos violenta, de definir e dominar esses *distúrbios* (grifado no original) meramente passageiros. (MARX, 1993: p.240)

Se a discussão do bônus trabalho mostra o potencial reestabelecimento do dinheiro em uma sociedade em que há um produtor, comprador e vendedor universal, por outro lado, no “Capítulo sobre o dinheiro” se segue a discussão de como o dinheiro mina as bases das comunidades tradicionais e se transforma em capital. Passamos então da restauração à instauração.

Não apresentaremos a explicação desse processo, que aliás é bem mais conhecido do que o trecho sobre John Gray<sup>36</sup>. Lembremos apenas como é o argumento em linhas gerais: Marx mostra como a troca se dá inicialmente nas fronteiras das comunidades tradicionais, sendo inicialmente apenas troca do excedente produzido na produção de subsistência (ou para o pagamento de tributos). Pouco a pouco, entretanto, a troca vai invadindo as diversas esferas da vida social: o pagamento do exército em dinheiro força o Estado a cobrar tributos em dinheiro, e isso exige que os contribuintes obtenham dinheiro: pouco a pouco sua produção passa a ser orientada para este fim. O financiamento dos gastos da nobreza agem no mesmo sentido, etc. Entretanto, o dinheiro só adquire sua plena significação social quando invade a esfera do trabalho:

É inerente no caráter simples do próprio dinheiro que *ele pode existir como momento desenvolvido da produção somente onde e quando o trabalho assalariado existir* (grifo nosso – CRB). Pois neste caso, longe de subverter a formação social, é ao contrário uma condição e uma força propulsora (*driving wheel*) para o desenvolvimento de todas as forças de produção, materiais e mentais (...) como representante material da riqueza geral, como valor de troca individualizado, o dinheiro deve ser o objeto direto, objetivo e produto do trabalho geral, *i.e.*, o trabalho de todos os indivíduos. O trabalho deve diretamente produzir valores de troca, *i.e.*, dinheiro. Ele deve portanto ser trabalho assalariado. (MARX, 1993: p.223-4)

Logo:

---

<sup>36</sup> Além do mais, o caso das STS é muito mais próximo do primeiro caso, em que as formas mercantis recuperam seu dinamismo, do que ao segundo, em que comunidades tradicionais são lentamente submetidas ao princípio da acumulação capitalista.

(...) a reivindicação de que o trabalho assalariado seja preservado mas o capital suspenso é auto-contraditória, auto-dissolvente. (MARX, 1993: p.308-9)

Se antes tínhamos uma lista de condições para a produção proporcional que, negativamente, definiam o capital, agora temos uma definição positiva: o que define o capitalismo é o trabalho assalariado. Ao longo de nosso trabalho esperamos esclarecer os vários aspectos dessa definição, como a definição do operário como consumidor, a autonomia das formas mercantis, etc.

Resumindo o que dissemos até esse ponto: dispomos agora de uma definição do capitalismo como sociedade mercantil-salarial, que ao nosso ver, resiste ao teste das diversas formas históricas do capitalismo. Como diz Marx,

Várias formas de dinheiro podem corresponder melhor à produção social em seus diversos estágios; uma forma pode remediar males contra os quais uma outra é impotente; mas nenhuma delas, enquanto permanecerem formas de dinheiro, e enquanto o dinheiro permanecer uma relação essencial de produção, é capaz de superar as contradições inerentes na relação monetária, podendo somente esperar reproduzir essas contradições em uma ou outra forma. Uma forma de trabalho assalariado pode corrigir os abusos de uma outra, mas nenhuma forma de trabalho assalariado pode corrigir os abusos do próprio trabalho assalariado. (MARX, 1993: p.123)

Notemos que essa definição do capitalismo, que mais tarde será apresentado por Chavance como “sociedade mercantil-salarial”, nos parece subjazer o trabalho de Bettelheim. Vejamos como a apresenta no Cálculo:

(...) convém sublinhar, em particular, em relação ao que acabamos de dizer, que é a relação salarial, intervindo numa produção mercantil (produção que tem em vista o valor e seu aumento) que constitui uma relação social de produção capitalista. A existência de relações mercantis não basta para caracterizar capitalistas, pois, como sabemos, elas podem desempenhar funções diversas, só se tornando relações de produção no interior da esfera da produção. Uma vez que as relações mercantis estão presentes nessa esfera, fazem penetrar a forma valor no próprio processo de produção, que então se transforma num processo de valorização. (BETTELHEIM, 1970: p.122)

Nas Lutas, a referência aos *Grundrisse* é ainda mais clara:

Precisamente nos *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, Marx demonstra que a existência do salário, da forma valor ao nível da distribuição, prova que “a produção não é ainda diretamente social, nem o fruto da associação, e que o trabalho não é repartido de maneira comunitária. Os indivíduos permanecem subordinados ao trabalho social que pesa sobre eles como uma fatalidade: a produção social não é ainda subordinada aos indivíduos que a manejariam como um poder e uma capacidade comuns” (BETTELHEIM, 1983: p.277)

Partindo deste princípio, a forma valor sobreviveria nas STS, na medida em que a produção persistiria sendo realizada por trabalhos separados, desempenhados pela força de trabalho assalariada. Moishe Postone exprime esta idéia por uma frase de efeito:

De acordo com esta abordagem, a questão crucial do socialismo não é se existe uma classe capitalista mas se existe um proletariado. (POSTONE, 1995: p.39)

Mas Bettelheim não interrompe sua análise nesse ponto. Pelo contrário, segue-se uma extensa exposição sobre como o desenvolvimento dos mecanismos de mercado nas STS pode vir a favorecer a autonomização das empresas enquanto sujeitos jurídicos, e a restauração da propriedade privada dos meios de produção, o que será o assunto do restante de nosso primeiro capítulo. Mais tarde, veremos que a forma salário também induz dinâmicas específicas do capitalismo, o que vem ao encontro de nossa idéia que as relações de produção capitalistas criam pressões para que outras relações sociais sejam adequadas a elas.

Para Bettelheim, o capitalismo de Estado é uma forma social altamente instável (Bettelheim, 1970: 121). Não está determinado, por sua configuração estrutural, se ele será transformado, dando início à transição em direção ao socialismo, ou se regredirá em direção ao reestabelecimento do que, nos próximos itens, caracterizaremos como *unidade de posse e propriedade sob a figura da propriedade*. O que decidirá em que direção “colapsa” o CDE é um processo de luta de classes. O sentido de urgência política característico dos *Grundrisse* é recuperado.

A expressão “luta de classes” não se refere aqui apenas à luta cotidiana pela melhora de vida, que normalmente é enfatizada pelo marxismo reformista, tampouco à luta essencialmente negativa, com o objetivo de atacar as formas imediatas em que se institucionaliza o MPC, normalmente enfatizada pelo marxismo revolucionário, mas sobretudo à luta pela *criação* (tanto a concepção quanto a implementação) de *novas relações sociais* que possam se articular de maneira orgânica. Essa terceira dimensão da luta de classes (que pode entrar, e efetivamente entra, em conflito com as outras duas) é sem dúvida o local onde o socialismo obteve seus piores resultados, como veremos na discussão apenas incipiente sobre o Cálculo Econômico Social, ou na história dos Conselhos de Fábrica. Através dessa nova dimensão, podemos também entender como novas entidades sociais são criadas e acumuladas através do processo de luta política, e passam a interagir sobre ele.

A argumentação de Bettelheim nesse ponto parece bem próxima da de outro intérprete dos *Grundrisse*, Antonio Negri, que enfatiza em sua leitura o acirramento dos antagonismos de classe que acompanha a constituição do capital social. Mas há uma diferença importante: Negri não dedica maior atenção aos conflitos que podem surgir entre capital e Estado, privilegiando exclusivamente os que surgem entre o “capital social” (a “fábrica social”, p.114) e a classe trabalhadora. Para Bettelheim, ao contrário, a necessidade premente que tem o capitalismo das representações de mercado cria diversos conflitos entre o planejamento estatal e o capitalismo, e não apenas entre capitalistas e proletários. Isso é uma consequência de sua percepção de que a autonomização das categorias mercantis é uma decorrência necessária das estruturas (inclusive da organização de classe) do MPC.

Para encerrar o tópico: embora Bettelheim dedique atenção especial ao estudo das relações de mercado e de propriedade no CDE, devemos deixar claro que sua teoria não pretende responder a críticas de um marxismo “vitoriano” (dado que obcecado com o capitalismo inglês do século XIX) como o de David Laibman. Em seu teste de verificabilidade das teorias do CDE e do modo de produção “burocrático – explorador” (Sweezy), ele arrola como critérios para definição de uma formação social como capitalista, tanto critérios que realmente trazem problemas para estas duas teorias, tais como o caráter privado da propriedade, quanto outros, como a ausência de sistema de proteção à velhice e de um sistema educacional universalista, a distribuição dos cargos públicos entre um

pequeno número de famílias, a tendência dos casamentos a se realizarem no interior de cada classe, o nepotismo, etc., que, tomados em conjunto, não formam um conceito, mas uma reportagem sobre a sociedade norte-americana, o que implica que a maioria dos países europeus, por exemplo, teria problemas em se qualificar como capitalistas<sup>37</sup>. Isto em princípio não seria absurdo, mas quem defendesse tal posição seria obrigado a submeter o marxismo a uma revisão muito mais profunda do que a implicada na teoria do CDE. Como disse Postone:

Consequentemente, a teoria marxista tradicional se tornou menos e menos capaz de produzir uma crítica histórica do capitalismo pós-liberal e se viu entre duas opções: poderia “colocar entre parênteses” as transformações qualitativas do capitalismo no século XX e se concentrar naqueles aspectos da forma mercantil que continuam a existir – no que implicitamente concede que se tornou uma crítica parcial – ou ele pode limitar a aplicabilidade das categorias marxistas ao século XIX e tentar desenvolver uma nova crítica, presumivelmente mais adequada às novas condições. (POSTONE, 1993: p.11)

Esperamos que esteja claro para nosso leitor que o argumento de Laibman, embora se oponha a “argumentações abstratas” elaboradas em termos de “estruturas profundas”, não é por isso mais sensível à reflexão histórica: seus critérios de definição do capitalismo excluem qualquer possibilidade de que as classes sociais (ou outros agentes quaisquer), no processo de luta de classes, ou mesmo para se prevenir contra as turbulências do mercado capitalista (que eles conhecem tão bem quanto os economistas marxistas), produzam arranjos institucionais, dentro dos limites mesmo do capitalismo, que contornem temporariamente algumas das tendências imanentes à “dinâmica capitalista”.

Deixaremos a discussão sobre o processo de luta de classes no CDE, inclusive as referentes a posse e propriedade, para o próximo capítulo, uma vez que esta questão é desenvolvida nos textos mais diretamente influenciados pela revolução cultural proletária chinesa. Antes de abandonarmos o primeiro capítulo, entretanto, discutiremos os principais pontos que definem a problemática da propriedade no CDE, pois é na articulação entre a

---

<sup>37</sup> Para não falar no fato de que, segundo alguns destes critérios (por exemplo, o nepotismo), o Brasil seria “mais capitalista” que os Estados Unidos.

problemática posse–propriedade com a problemática poder político-luta de classes que se constrói a teoria do CDE de Charles Bettelheim.

### **(1.3) A Teoria do Cálculo Econômico**

O ponto de partida do trabalho de Bettelheim sobre o Cálculo Econômico é a constatação do caráter heterogêneo dos procedimentos utilizados no sistema de planejamento das STS.

Como se sabe, esses cálculos utilizam não só “grandezas monetárias” como “grandezas físicas”; implicando por conseguinte a “utilização” da moeda e das categorias mercantis. A utilização das “grandezas monetárias” obrigou-nos a levantar a questão da significação dos “cálculos” efetuados com base nessas grandezas; o que é tanto mais para considerar quanto os seus resultados estão antecipadamente inscritos no sistema de preços existentes, sistema este que é, por sua vez, um produto histórico altamente heterogêneo de relações mercantis e de decisões políticas e administrativas. (BETTELHEIM, 1970: p.13)

A referência histórica desta passagem é claramente o conjunto das reformas introduzidas nos países do Leste Europeu, a partir do fim do período estalinista. Estas reformas visavam ampliar a margem de ação dos diretores de empresa, reforçar os mecanismos de controle monetário e incentivar a aplicação de métodos administrativos desenvolvidos a partir da experiência do capitalismo avançado. A posição de Bettelheim a respeito destas reformas é, neste momento, inequivocamente uma recusa:

Como veremos, as análises que seguem, ajudando a traçar uma linha de separação entre cálculo monetário e cálculo econômico e social, sugerem a necessidade, e a possibilidade, de uma “descentralização” do cálculo econômico radicalmente distinta da pseudo-descentralização efetuada atualmente nos países do Leste da Europa. De fato, essa pseudo descentralização não é mais do que a restauração dos “mecanismos de mercado”, ao mesmo tempo que um abandono da planificação socialista. Veremos, também, que o conteúdo desta última se tornou parcialmente obscuro em virtude de um centralismo estatal extremo. Este, derivado de uma hipertrofia do aparelho de Estado,

constitui finalmente obstáculo a uma dominação social da produção e contribui para reforçar o papel das relações monetárias mercantis. (BETTELHEIM, 1970, p16-7)

O que se pode depreender deste trecho sobre a posição de Bettelheim a respeito das reformas do Leste? Em primeiro lugar, ele reconhece a necessidade de transformar profundamente o sistema de planificação na direção de sua descentralização. Mas ele não confunde a descentralização com o desenvolvimento dos mecanismos de mercado: a descentralização deve operar dentro do sistema de planificação socialista. Segundo Littlejohn,

(...) A concepção rigorosa e sofisticada desenvolvida por Bettelheim em TSE ajuda a construção de uma abordagem que possibilita que o problema das relações de produção socialistas seja colocado de uma maneira que evite a conclusão de que alguma forma de “socialismo de mercado” é inescapável (LITTLEJOHN, 1979: p.224)

Mas, perguntaríamos, de que modo Bettelheim justifica sua recusa em identificar, na utilização dos mecanismos de mercado, um progresso em direção a uma gestão mais eficiente da economia socialista? Por que não aderir à posição de Lange, para quem o mercado no socialismo operaria como um mecanismo “automático” (dotado de um mecanismo interno de auto-regulação) mas não “espontâneo” (como no capitalismo liberal, em que a direção da economia como um todo é determinada pelo funcionamento do mercado)?

O problema, para Bettelheim, não está apenas na sua desconfiança com relação à eficiência do “socialismo de mercado” (manifesta em obras anteriores à sua ruptura com o marxismo soviético, como em *Problemas Teóricos da Planificação*). Trata-se de uma questão central de sua conceituação do CDE e da agenda política que propõe (muito embora, como vimos, não se possa derivar uma da outra mecanicamente): a “restauração” dos mecanismos de mercado operava uma progressiva “restauração” dos dispositivos característicos da instituição da propriedade privada.

A chave para compreender este raciocínio é a análise do conceito de *cálculo*. Este conceito é trabalhado em diferentes momentos da obra de 1970, e nem sempre de maneira muito sistemática - o que é um problema, aliás, de boa parte de sua exposição. Com base na

leitura da totalidade da obra, apresentaremos uma reconstrução do conceito que se nos afigura fiel.

Para Bettelheim, o cálculo opera com variáveis medidas empiricamente. Entretanto, admitindo-se que, uma vez constituído o sistema de planificação, seu processo deva ser iniciado pela medição dos valores das variáveis relevantes, impõe-se como logicamente necessário (e portanto, historicamente necessário no momento de constituição do sistema de planificação) que o conceito destas variáveis esteja definido, o que quer dizer, que expresse uma realidade concreta que seja economicamente relevante.

Assim, o cálculo feito em termos monetários, com base nas categorias de mercado, não mede a “demanda” mas a *demanda de mercado*, a demanda monetária. Por outro lado, esta demanda se apresenta com poder de influenciar a produção econômica, através de gastos em moeda, transferindo ao seu possuidor poder sobre a produção social. Assim, ao gastar, o consumidor informa ao produtor que deve aumentar sua produção, e ao poupar informa que a produção deve ser desacelerada. Ora, para que faça sentido o cálculo monetário, portanto, supõe-se que existam empiricamente os sujeitos jurídicos característicos do capitalismo, e que tanto o consumo quanto, o que é muito mais importante, a decisão sobre a produção se atomize (isolando os agentes econômicos) e ao mesmo tempo se concentre (sob o controle dos detentores dos meios de produção que operam a valorização do valor).

O objetivo deste argumento de Bettelheim é claramente demonstrar que as formas de cálculo são engendradas a partir de relações de produção específicas, que ajudam a reproduzir. As categorias mercantis não podem portanto ser “usadas”, como instrumentos “lógico-formais” sem consequências políticas importantes. Com base nisso, Bettelheim recusa a distinção, sugerida pelo soviétólogo Gregory Grossman, entre moeda “passiva” (a moeda fiduciária que circulava entre as empresas de Estado) e “ativa” (característica das economias ocidentais e que circulava no mercado de bens de consumo da URSS):

(...) A partir do momento em que a “transcrição” em unidades monetárias de diferentes “quantidades físicas” de produtos não é um puro “exercício intelectual”, mas serve de guia a ações (isto é, “decisões”), a moeda não pode ser denominada “passiva”; segundo o código utilizado para esta “transcrição” (isto é, segundo o “sistema de preços”), esta ou aquela ação aparecerá como “economicamente racional” ou

“justificada”. Torna-se evidente que não se pode falar em passividade da moeda a partir do momento em que intervêm noções como as de “custos monetários”, “períodos de recuperação” (das quantidades de moeda investidas) ou de “rentabilidade monetária”. (BETTELHEIM, 1970: p.27)

Esta idéia, da transcrição das categorias mercantis dentro do sistema de planificação mesmo, é fundamental para compreender o citado “caráter heterogêneo” dos procedimentos de planificação. Estes procedimentos envolvem tanto cálculos monetários quanto decisões políticas. Entretanto (embora a argumentação de Bettelheim oscile neste ponto), não se deve deduzir, deste diagnóstico, que a heterogeneidade implique que ambos os fatores tenham um peso igual:

(...) estas decisões (políticas sobre o plano – CRB), para serem ao mesmo tempo compatíveis com as exigências da reprodução e com os objetivos dos planos (a todos os níveis e, portanto também no nível dos objetivos estratégicos das classes), não podem ser “arbitrárias” durante muito tempo. As “pressões” que pesam sobre essas decisões exprimem portanto leis objetivas, que são, ao mesmo tempo, as do nível econômico e diretamente as do nível político. Nesse caso, os preços são também determinados por leis sociais objetivas. O fato de estas leis determinarem os preços através de “decisões” não deve ocultar o seu caráter “objetivo”, como aliás na economia capitalista, nunca são aparentemente as leis objetivas que “fixam” os preços, mas os “vendedores” e os “compradores”. (BETTELHEIM, 1970: p.39)

Notemos que as leis do “nível político” podem inclusive reforçar as do nível econômico, ao invés de entrar em contradição com elas:

(...) a própria política, à qual são efetivamente submetidas certas “empresas”, está dominada pela procura do lucro, o que significa que as “perdas” ou os “menores lucros” impostos a certas frações do capital social visam a assegurar as condições mais favoráveis à produção de mais-valia e à sua apropriação pelos grupos industriais e financeiros mais poderosos. (...) (BETTELHEIM, 1970: p.161-2)

Bettelheim chama “fetichismo do plano” esta opacidade das múltiplas relações sociais envolvidas no processo de planificação, e a percepção do plano como um todo indiferenciado.

O grau de espontaneidade de uma economia baseada nos mecanismos monetários é tal, que Bettelheim não se dispõe a considerar as “medidas” em que se baseia como “medidas” efetivas, negando mesmo ao Cálculo Econômico Monetário (CEM) o estatuto de cálculo econômico.

Tais custos (de produção – CRB) não resultam, de modo nenhum, de “medidas” (no sentido em que se pode falar de operações de medida nas “ciências da natureza”). São meras *grandezas de contabilidade*, cujas “dimensões” “se apresentam espontaneamente”, através de um “sistema de preços”; este sistema tanto aparece como “produzido pelo mercado” como parece resultar de “decisões administrativas” ou “regulamentares”, o que não modifica em nada o caráter *dado* dos preços; este caráter não é sequer modificado pela utilização de “preços esperados”, isto é, futuros, ou “planificados”, na medida em que em nenhum momento intervêm medidas, mas exclusivamente *operações de contabilidade* mais ou menos complexas, reais ou fictícias, presentes ou futuras. Deste modo, os “cálculos econômicos” efetuados nestas condições não passam de *cálculos monetários ou de contabilidade*; será pois por simples comodidade de exposição – e em razão da função que estes cálculos preenchem – que eles serão eventualmente designados pelo termo de “cálculo econômico monetário”; este termo não deve, pois, enganar-nos em relação à realidade que designa.

O que dissemos implica que existe necessariamente um corte radical entre qualquer *cálculo monetário* e um *cálculo econômico*; este último remete não só para a *medida* dos gastos de trabalho mais ou menos úteis, mas também para a própria utilidade social dos diferentes produtos ou atividades. (BETTELHEIM, 1970: p.24-5)

Este último ponto é interessante, pois revela um pano de fundo programático da teorização sobre o CEM. A este se opõe, na teorização bettelheimiana, o conceito de Cálculo Econômico Social (CES). Esta forma de cálculo se baseia na comparação entre valores de uso, não no que se refere a suas propriedades físicas (o que seria naturalmente impossível) mas no que tange seus “efeitos sociais úteis”. Bettelheim deixa em aberto a questão de saber se esta grandeza poderia ser medida com um grau de formalização que permitisse introduzir uma unidade de medida para a utilidade social. Esse ponto é

importante, pois implica que o progresso na transição para o comunismo não levaria necessariamente ao fim das categorias abstratas, mas à produção de novas categorias<sup>38</sup>.

Por que motivos o CES não se desenvolveu nas STS? Como já dissemos, acreditamos que o principal motivo (derivável da análise de Bettelheim) foi a falta de espaços de participação política democrática na gestão econômica. Entretanto, nosso autor lista uma série de outras razões para o grau incipiente de desenvolvimento do CES nas STS:

(a) razões objetivas

(a1) o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas: como vimos, a evolução do pensamento (após a publicação do *Cálculo*) de Bettelheim foi claramente no sentido do descarte desta idéia. Entretanto, no estudo da circulação no CDE, a referência ao nível de desenvolvimento das forças produtivas conserva uma certa importância, tanto, por exemplo, como índice auxiliar para medir o grau de socialização da economia (uma vez que nos informa se uma alocação de recursos por meios políticos é devida a um elevado grau de socialização ou a uma escassez generalizada que exige o racionamento), quanto considerado como índice da possibilidade de se reduzir a jornada de trabalho, proporcionando um acréscimo do que, para Marx, e para Bettelheim, era a “verdadeira riqueza”, o tempo livre<sup>39</sup>.

(a2) a existência, nas sociedades em transição para o socialismo, de “relações que se desdobram, necessariamente, de relações mercantis”. Como vimos, o sistema de planejamento soviético é marcado por uma intensa heterogeneidade, consequência da coexistência contraditória de dois tipos de Cálculo Econômico.

---

<sup>38</sup> Bettelheim sugere mesmo a possibilidade de produzir uma unidade de medida que permita a formalização destas necessidades sociais: “(...) esta unidade é, realmente, uma unidade de medida, e a natureza dessa medida assim como das técnicas que lhe correspondem deviam ser teoricamente definidas (senão não se mede nada), para que possa remeter para “equivalências sociais”. Mas, então, tal “unidade” deixaria de ser uma moeda e as “grandezas” expressas nessa “unidade” deixariam de ser preços. Fica em suspenso o problema da possibilidade de formalizar a este grau a avaliação das unidades sociais, processos indispensável para que possa ser definida uma verdadeira “unidade de medida”.

<sup>39</sup> Bettelheim cita a *Crítica do Programa de Gótha*: “ Sendo a verdadeira riqueza a plena capacidade produtiva de todos os indivíduos, a unidade de medida não será o tempo de trabalho, mas o tempo disponível” (Bettelheim, 1970: 67).

Esta heterogeneidade se explica por uma série de fatores. Entre estes a possibilidade, dada à maior parte das sociedades em transição, de recorrer a um sistema de preços “herdado” das sociedades anteriores, que pôde ser utilizado com algumas modificações. Mas, à medida que a socialização das forças produtivas progride, a utilização das categorias mercantis tende a se tornar mais e mais obsoleta. É interessante notar que este argumento, que era bastante comum em autores marxistas do início do século, não tem o mesmo sentido na obra de Bettelheim. Isto porque, segundo ele,

O conceito de “socialização das forças produtivas” tem de ser desenvolvido, uma vez que existem, obviamente, vários “tipos de socialização”, em particular, uma socialização capitalista e uma socialização socialista das forças produtivas. Em todo o caso, mesmo a socialização capitalista das forças produtivas tende a reduzir o papel do trabalho direto na produção do valor de uso e a aumentar o do “trabalho geral”, que não pode ser “medido” nas mesmas condições em que o trabalho direto, nem submetido ao mesmo tipo de relações mercantis. (BETTELHEIM, 1970: p.41)

Voltaremos a essa discussão no item seguinte. Por ora, basta-nos a idéia que a articulação entre CEM e CES nas formações sociais em transição é essencialmente contraditória. Reflete relação conflitual profunda entre elementos capitalistas e socialistas presentes nestas formações. Aqui se introduz a primeira grande separação que define o conceito de CDE: a separação entre as diversas unidades produtivas, que faz com que cada empresa opere como um sujeito econômico. Esta análise ainda se pauta pela teoria da transição elaborada em moldes althusserianos na Transição.

(b) razões subjetivas (ou ideológicas):

(b1) Muitos economistas marxistas deduziram erroneamente que, uma vez que a teoria do valor de Marx foi construída com base na crítica da dedução do valor de troca pelo valor de uso, o CES poderia também fazer abstração do valor de uso.

Segundo Bettelheim, isto é insustentável, pois o CES deve justamente desenvolver-se “em um espaço que não é o do valor e dos preços” (p.42).

(b2) No mesmo sentido, a luta contra as concepções marginalistas do valor levaram os economistas marxistas a abandonar todo cálculo feito “à margem”. Operou-se, portanto,

(...) um duplo desvio: por um lado, pretenderam-se aplicar a certas formas do cálculo econômico social as críticas que só são fundadas ao nível da teoria do valor; por outro lado, generalizam-se as críticas, feitas ao marginalismo, a todos os cálculos efetuados “à margem”. Este último desvio só pode conduzir a um impasse, pois o cálculo à margem não é mais do que o cálculo diferencial (de que é impossível prescindir). (BETTELHEIM, 1970: p.42)

Apresentada desta forma, a distinção bettelheimiana entre CEM e CES parece seguir o procedimento tradicional, no estudo das STS e na teoria da transição para o socialismo, identificando a ação de “dois princípios” na economia de transição, um ligado à existência dos mecanismos de mercado e outro à atuação dos órgãos planejadores. Como sabemos, esta postura é bastante problemática, pois geralmente — na teorização de Preobazhensky ou de Bukharin sobre os dois “reguladores” da economia, na distinção entre “mecanismos” burocráticos e mercantis no trabalho de Kornai — aparece associada ao procedimento de definir o modo de produção pela forma de circulação. Mais importante ainda, esse procedimento foi normalmente usado pelos teóricos da tese da “sociedade de transição” para distinguir na economia soviética um elemento capitalista (o mercado) e um elemento socialista (o plano)<sup>40</sup>.

Entretanto, na operação de Bettelheim esta distinção tem um sentido diferente. Em primeiro lugar, como vimos, porque Bettelheim, sob influência da Revolução Cultural, se recusa a identificar a centralização com o desenvolvimento do CES. Isto tem como

---

<sup>40</sup> Comentando a idéia de que o plano por si só constituiria um “princípio econômico” autônomo, Markus comenta, a nosso ver acertadamente: “(...)pressupor uma “lógica do plano” além dos determinantes materiais e sociais expressos na realidade efetiva das relações de poder é um extremo caso do pensamento fetichista desmascarado por Marx: a transformação da “mão invisível” de Smith em uma força da razão social *per se* diretamente metafísica (porque desprovida de qualquer correlato institucional) (p.297).

conseqüência importantíssima para a teoria do CDE que *sua ênfase recaia não sobre a dicotomia plano x mercado, mas sobre o par mercado e burocracia x regulação social.*

Em segundo lugar, porque Bettelheim não define o caráter da formação social soviética em termos das formas de cálculo: pelo contrário, a *desneutralização* operada no conceito de cálculo econômico visa a demonstrar que este é apenas uma forma de manifestação de relações de produção concretas. Assim, afirma Bettelheim:

Devemos, evidentemente, distinguir radicalmente a existência dessas relações e a do modo de produção capitalista, pois ele (como qualquer outro modo) só existe quando existe simultaneamente *um conjunto de relações sociais correspondentes* (grifo nosso - CRB). Se isso não acontece, se as relações sociais de produção características de determinado modo de produção apenas se combinam com relações sociais relevando de um outro modo de produção, não estamos na presença de um modo de produção, mas de uma forma de transição. (BETTELHEIM, 1970: p.118)

E conclui:

(...) o desenvolvimento para o capitalismo de uma formação em transição não pode ser explicada pelo “desenvolvimento do mercado”. Este desenvolvimento é um efeito do desenvolvimento para o capitalismo, e é ele mesmo determinado por uma alteração nas relações de forças sociais. (BETTELHEIM, 1970: p.121)

Em terceiro lugar, por que a estatização das forças produtivas não implica absolutamente que se tenha atingido os objetivos da transição para o socialismo. A análise desta idéia constitui o assunto de nosso próximo item. Antes de abandonarmos essa discussão, porém, uma comparação com uma interpretação clássica sobre as STS pode esclarecer como a teoria do cálculo de Bettelheim se diferencia das interpretações tradicionais.

No estudo seminal da Escola de Budapeste sobre as STS, Gyorgy Markus, discutindo a teoria do capitalismo de Estado de Castoriadis e Lefort (ver Cap.III e IV), afirma que, se as STS fossem capitalistas, seriam sociedades capitalistas “irracionais”: não teriam conseguido lidar com o problema já resolvido pelos antigos fenícios (Castoriadis): fazer coincidir a produção com a demanda solvente. Ao invés disso, a nomenklatura optou

por investir na indústria pesada, menos lucrativa que a de bens de consumo (embora essa preferência se realizasse ciclicamente; ver Markus, p.306-7, e nosso item (4.5)), e distribuía o acesso aos bens públicos de acordo com relações de prestígio, e não por critérios de mercado. Chamamos atenção para o fato que esse diagnóstico de irracionalidade só se aplica à burocracia se consideramos que ela funciona como burguesia (o que é o caso de Castoriadis, ver item (3.4)); se consideramos a burocracia das STS equivalente às suas análogas ocidentais, é perfeitamente coerente com o *interesse de expansão* da burocracia o programa desenvolvimentista soviético; embora essa seja exatamente a tese de Markus, ele não deveria, em nossa opinião, deduzir daí que a burocracia era a única força por trás do desenvolvimento econômico, uma vez que, como veremos, o desenvolvimento econômico acabaria por minar as bases da dominação burocrática. Teremos a oportunidade de nos deter sobre esse processo mais tarde. Por enquanto, voltemos à questão da racionalidade da burocracia.

Segundo Markus, a teoria do CDE procede como os antropólogos conservadores, que atribuíam às sociedades não-ocidentais uma racionalidade imperfeita, um pensamento pré-lógico, etc.; não eram capazes de descobrir novas formas de racionalidade. Podemos perceber a importância desse argumento para a tese de Bettelheim. Não haveria uma miopia teórica na incapacidade de perceber outros “princípios de racionalidade” além do CEM?

Curiosamente, Markus não parece acreditar nisso. Faz uma única concessão à tese de Castoriadis: concorda que as STS pertencem ao mesmo “universo sócio-histórico” do capitalismo. As STS seriam sociedades parasitárias do capitalismo (como eram os nômades pastores em relação aos grandes impérios hídricos). Essas sociedades parasitárias são mais comuns na história do que se pensa, e por vezes podem até dominar politicamente o organismo social “primário”. Esse diagnóstico tem como consequência a constatação de que as STS não têm precisamente o tipo de “nova racionalidade” cuja identificação as teorias do CDE não seriam capazes de identificar:

(...) no curso de sua evolução histórica as sociedades do Leste Europeu parecem se tornar menos e menos capazes de gerar inovações significativas em qualquer dos campos substanciais, criadores de valores, da vida social, da tecnologia passando pela ciência até a arte. Com o conservadorismo político segue-se o caráter crescentemente imitativo de todos os setores da sociedade – até que uma constituição

quase completa dos valores tipicamente “burgueses” na vida cotidiana e nas motivações das pessoas ocorra. O funcionamento dessas sociedades não se dá de acordo com os princípios da racionalidade instrumental (que são, de fato, constantemente violados). Mas eles também foram incapazes de gerar “um novo princípio prático de racionalidade (exceto como mito ideológico). A sua lógica oculta – uma lógica de dominação nua – não apenas não pode ser nunca explicitada, mas parece ser a lógica de um *status quo* sempre se expandindo, insuficiente para a determinação da direção da mudança econômico-social. Portanto, elas inevitavelmente “recaem” (*fall back*) na racionalidade instrumental, um princípio que elas negam na ideologia e não podem realizar adequadamente na prática (...) É essa *esterilidade “histórico-mundial”* (grifo nosso-CRB) das sociedades do Leste que constitui o mais importante argumento para considerá-las como meras variantes de uma cultura capitalista. Entretanto, ainda temos que oferecer uma explicação para isso que leve em conta as diferenças estruturais básicas entre as sociedades do Leste e do Oeste. (MARKUS, 1983: pp.312-3)

O conteúdo do texto acima nos parece perfeitamente coerente com a tese do CDE, pois enfatiza o conflito entre a racionalidade instrumental (o CEM) e a falta de qualquer racionalidade alternativa plenamente constituída (a “esterilidade histórico-mundial” do regime). Entretanto, não estamos de acordo com a idéia de que o “parasitismo” se exercesse pelas sociedades do Leste sobre as sociedades ocidentais, ou ao menos, que se exercesse exclusivamente nessa relação. A inserção da nomenklatura nas STS não deixa de ter certa analogia com o parasitismo descrito por Markus, desde que se entenda que essa inserção, se não pode ser descrita como “produtiva”, foi politicamente necessária, como veremos no capítulo IV.

#### **(1.4) A Teoria da Propriedade:**

Se a discussão sobre o capitalismo contemporâneo teve pouco espaço na literatura de comentário, o mesmo não se pode dizer da discussão sobre o conceito de propriedade. de fato, a maioria dos comentadores parece reconhecer nesta discussão a grande contribuição de Bettelheim para a teoria econômica marxista.

O ponto de partida da análise está na teoria althusseriana dos períodos de transição, desenvolvida por Balibar em sua contribuição a *Lire le Capital*. Entre os traços que, para

Balibar, caracterizam um período de transição, Bettelheim destaca a importância da “não-correspondência entre propriedade e apropriação real” na teoria da transição para o socialismo. O exemplo clássico desta não-correspondência é a fase de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, onde a propriedade já era formalmente capitalista mas, no plano da apropriação real, havia o controle dos meios de produção pelos produtores diretos. De maneira análoga, Bettelheim define “a forma específica da não-correspondência da fase de transição para o socialismo” da seguinte forma:

(...) o modo de propriedade é formalmente – para os principais meios de produção – o de toda a sociedade, enquanto o modo de apropriação real ainda é o das coletividades limitadas de trabalhadores, pois é apenas no nível dessas coletividades que se efetua a apropriação real da natureza. (BETTELHEIM, 1968: p.31)

Não nos ocuparemos ainda de outra não-correspondência característica do modelo althusseriano, a que envolve as estruturas econômicas e políticas. Vejamos agora como esses problemas são trabalhados por Bettelheim. É necessário verificar se a argumentação de nosso autor coincide inteiramente com a de Balibar, ou se novos elementos são introduzidos, se termos semelhantes são nuançados. Os termos que podem não corresponder uns aos outros em uma formação social em transição são os seguintes:

- (a) **detenção**: trata-se da relação dos produtores imediatos com os meios de produção que intervêm no processo de trabalho em que tomam parte. Este conceito parece relacionar-se sobretudo com o manuseio dos instrumentos de produção (e a capacidade de exercê-lo). Este é sem dúvida o conceito menos desenvolvido no *Cálculo*, mas a idéia de transformação dessa dimensão do processo de produção imediato, e da sua relação com a posse e a propriedade será desenvolvida nos trabalhos sobre a China, onde tomará a forma de luta pela superação entre trabalho de direção e de execução, entre trabalho intelectual e braçal (e, portanto, entre detenção e posse). A detenção parece se referir ao controle sobre as condições do trabalho individual (como a que o artesão, mesmo se for um escravo, detém sobre seu trabalho<sup>41</sup>).

---

<sup>41</sup> A importância do conceito de detenção fica clara quando examinamos a questão da qualificação do trabalho em uma sociedade socialista hipotética. Pensando nessa questão, o marxista analítico John Roemer (1996)

- (b) Posse: relação entre agentes (não necessariamente os produtores diretos) e meios de produção quando os primeiros controlam o processo de trabalho e as *condições materiais* de sua reprodução. Este conceito se refere sobretudo ao trabalho de direção dentro de cada unidade de produção, à capacidade de distribuir a força de trabalho pelas diferentes atividades, de organizar o encadeamento dos diferentes processos de trabalho dentro da unidade e a utilização dos instrumentos técnicos (daí o termo “*condições materiais* de produção”). Esta definição é importantíssima, por dois motivos: em primeiro lugar, porque uma distinção muito clara entre posse e detenção implica que as relações de produção não foram revolucionarizadas; por outro lado, uma distinção muito clara entre posse e propriedade implica que o controle social das unidades de produção não é suficientemente desenvolvido. Se o conceito de posse é facilmente diferenciável, portanto, tanto do conceito de detenção quanto do de propriedade, verificamos um processo de autonomia da empresa. O conceito de posse parece se referir sobretudo ao controle das condições de produção dentro da unidade produtiva (como o que um conselho de fábrica pode ter, mesmo em uma economia de mercado).
- (c) Propriedade: relação entre agentes (não necessariamente os produtores imediatos nem os possuidores efetivos) e os meios de produção em que os primeiros controlam o processo de produção e as *condições sociais* de sua produção. Este conceito não se refere tanto ao poder sobre o processo imediato de trabalho (condições “materiais” da produção) mas sobre a inserção deste

---

elaborou o conceito de “exploração socialista”; não podemos reconstruir seu argumento (ver pp.27-28) em seus vários passos, mas o resumiremos assim: um grupo (uma “coalizão”) é explorado “socialisticamente” se os frutos de seu trabalho qualitativamente superior são apropriados igualmente pelos membros de outros grupos (outras coalizões) que não dispõem desse diferencial de habilidade. Esse tipo de exploração pode ocorrer durante o período socialista, e seria extinto apenas na sociedade comunista. Não podemos discutir a definição de exploração adotada por Roemer (o “critério RP”, relações de propriedade) no espaço deste trabalho, mas chamamos a atenção para (a) o “importante problema dos incentivos” (p.28) que a discussão de Roemer introduz, e (b) para o fato de que, em sua rápida discussão sobre as STS (pp.33-34), Roemer não reconhece nas STS o predomínio da “exploração socialista”; sua discussão privilegia a “exploração feudal” (ligada ao *status* de ser membro do partido comunista); sobre a existência de “exploração capitalista” nas STS, pronuncia-se da seguinte forma: “Os proponentes da tese de que o *capitalismo de Estado* é a forma apropriada de descrever a União Soviética também estão dizendo que o aparelho de Estado é controlado por um estrato (*stratum*) que emprega os meios de produção no seu próprio interesse. Como na questão anterior (sobre o caráter “socialmente necessário” da exploração feudal nas STS – CRB), está além do escopo de nosso trabalho ir adiante nessa discussão.” (p.34)

processo no conjunto da economia (condições “sociais” de produção). Implica, portanto, a decisão sobre a criação ou extinção de unidades de produção, a disposição sobre os produtos nelas produzidos e o estabelecimento de relações com outras unidades de produção. Nas formações sociais em transição para o socialismo, se refere sobretudo à capacidade dos centros planejadores de organizarem a economia nacional como um todo. O conceito de propriedade parece se referir sobretudo ao controle do produto do trabalho (como o que um capitalista pode ter mesmo se o processo de trabalho ainda não é formalmente subsumido).

Em uma sociedade em transição para o socialismo, portanto, as relações de detenção (a natureza do trabalho, e a progressiva redução do tempo a ele dedicado) e de posse (a democracia na produção) devem ser revolucionarizadas ao mesmo tempo em que a propriedade estatal deve ser progressivamente transformada (na medida mesmo em que este Estado evolua para um não-Estado). É fácil perceber que este processo supõe uma relação cada vez mais direta entre os produtores imediatos e o poder político central. É fácil perceber também que o progresso da transição faria a distinção entre as três dimensões se tornar obsoleto. Como bem diz Postone, o socialismo não deveria ser a mudança de pólo na relação social-individual, mas sim a progressiva superação dessa oposição.

Nas formações sociais em transição, o lugar em que esta separação se mostra em todos os seus aspectos é a empresa. Segundo Bettelheim,

O caráter capitalista de “empresa” (que, principalmente na indústria, é a “unidade de produção” concreta sobre a qual, regra geral, se exerce a propriedade de Estado nas formações sociais em transição) está implícito no fato da sua estrutura assumir a figura de uma dupla separação: a separação dos trabalhadores de seus meios de produção (que tem como contrapartida a posse desses meios pelas empresas, isto é, na realidade, pelos seus dirigentes) e a separação das empresas umas das outras. Esta dupla separação constitui a figura central do modo de produção capitalista, servindo de suporte ao conjunto das contradições desse modo de produção, uma vez que estas opõem o caráter “privado” da propriedade ou da posse ao caráter social das forças produtivas. O capitalismo de Estado e as nacionalizações constituem meros meios formais de “ultrapassar” parcialmente essas contradições, isto é, de deslocar, na verdade, os respectivos efeitos. (BETTELHEIM, 1970: p.108)

É importante frisar que a existência da empresa favorece e é favorecida pelo desenvolvimento do cálculo monetário:

Favorece, pois, na ausência de vínculos estreitos entre os produtores diretos e o poder central, a coordenação entre as diferentes unidades de produção deve ser feita por um plano, que só pode ser exclusivamente coercitivo. A centralização extremada, operada através da repressão policial sobre os produtores diretos, introduz uma opacidade adicional no sistema econômico, em substituição ou em complemento da opacidade de mercado:

Por sua vez, um tal desenvolvimento do aparelho de Estado, do número de seus agentes, da sua “autoridade” e extensão das funções repressivas tornam cada vez mais difícil o *próprio conhecimento dos fenômenos econômicos reais*. O aparelho de Estado interpõe-se entre a direção política e a realidade econômica e social, fazendo pressão sobre esta direção e *servindo de cortina*. Esta cortina não só esconde a realidade mas tende a desempenhar o papel de um “espelho”, que reenvia à direção política a imagem dos seus próprios desejos, enquanto os agentes do aparelho do Estado desenvolvem as suas próprias intervenções (estas são também intervenções políticas, mas correspondem a uma *política diferente* da da direção).

(...)

Quando este movimento ultrapassa um certo limiar, pode haver, de fato, ruptura da unidade de poder político. Neste caso, uma parte do poder pode ser exercida por agentes de uma “política capitalista” que dirigem um maior ou menor número de organismos centrais ou locais, de unidades de produção e de instituições ideológicas. Podemos dizer que esta é uma das bases sociais do desenvolvimento de um “mundo paralelo”, o qual implica a formação gradual de um “segundo poder”. (BETTELHEIM, 1970: pp.177-8)

Esta situação torna virtualmente impossível o controle consciente da economia (foi o que ocorreu durante o primeiro plano quinquenal, como veremos no capítulo IV). Diante disso, as lutas políticas podem se desenvolver em diversas direções, entre as quais a da transformação das relações de produção capitalistas ou seu desenvolvimento pleno após a retirada dos entraves que limitavam a operação da propriedade privada (uma versão fraca desta segunda alternativa seria o conjunto das reformas do Leste Europeu). Notemos ainda que a questão da opacidade, ao revelar um aspecto “informacional” da teoria da

propriedade, enfatiza que pode haver discrepâncias entre o direito legalmente reconhecido e o que é efetivamente exercido: o aspecto informacional remete à dimensão do *poder*.

Revelando-se portanto o CEM mais eficiente do que o planejamento centralizado, no que se refere à alocação de recursos entre unidades econômicas que tendem a se autonomizar, reconhece-se que supera, ainda que parcialmente e de maneira contraditória, a separação entre empresas. Por outro lado, a separação entre os trabalhadores e os meios de produção é da mesma forma articulada pela introdução da figura do salário. É necessário notar, entretanto, que cada uma dessas separações deve ser trabalhada politicamente de forma diferente na política socialista:

A eliminação da moeda das relações entre os trabalhadores e as unidades de produção exige uma revolucionarização ideológica, assim como uma transformação e um elevado nível de desenvolvimento das forças produtivas. A eliminação da moeda nas relações entre unidades de produção exige uma dominação do plano sobre as unidades de produção. Para que implique o desaparecimento das relações mercantis, esta dominação do plano deve ser a forma de dominação social dos trabalhadores sobre os meios de produção, a forma de apropriação social dos meios de produção e dos produtos pelos próprios trabalhadores, e, portanto, não só a forma da unidade do trabalho à escala de uma formação social mas também a forma de socialização do trabalho. (BETTELHEIM, 1970: p.116).

E, por outro lado, a autonomização das empresas parece ser favorecida pelo progresso do CEM, pois, como vimos, as próprias categorias desta forma de cálculo supõem sujeitos atomizados, e favorecem sua reprodução. As prováveis contradições entre o CEM e a propriedade estatal tendem a ser resolvidas por apelos à “eficiência” que favoreçam uma posterior descentralização. É notável, entretanto, que cada tipo de cálculo defina seu próprio critério formal de eficiência; e não há a possibilidade de se obter um critério substantivo de eficiência (a opinião dos diferentes agentes que participam da vida social) dadas as condições de extrema centralização.

O livre desenvolvimento da empresa, portanto, tende a favorecer a resolução da não-correspondência entre detenção, propriedade e posse pela restauração da propriedade capitalista plena. Entretanto, a existência desta não-correspondência se deve a um outro

termo, qual seja, a existência de “organismos econômicos que dependem do poder político”, definidos como se segue:

O termo “organismo econômico que depende do poder político” continua a ser uma noção descritiva. No que diz respeito às formações sociais de transição, esta noção designa instituições extremamente diversas: órgãos de planificação, órgãos de “repartição material” de certos produtos (por exemplo, na União Soviética, os organismos de “abastecimento técnico material”), os órgãos de contribuições e impostos de Estado, as instituições financeiras e bancárias, etc. Os aspectos comuns a estes organismos residem no fato de eles se situarem fora da esfera da produção material; nas condições da transição, as suas relações com as unidades econômicas não assumem necessariamente a forma equivalente (porque podem operar transferências “unilaterais”); aliás, a sua atividade não é determinada principalmente pelas relações de produção a que podem estar submetidos, mas sim por relações políticas. Concretamente, são “instrumentos institucionais” da ação do nível político. Falta elaborar os conceitos teóricos correspondentes a esta noção descritiva, o que não pôde ser feito aqui. (BETTELHEIM, 1970: p.153)

Resumindo, temos que a divisão capitalista do trabalho concentra poder de decisão na empresa, mesmo que os organismos centrais procurem se opor a essa tendência. Ressalte-se, entretanto, que isto se dá em grande parte por que não há possibilidades de participação política democrática: nessa situação, os organismos centrais só dispõem de duas fontes de informação sobre a situação da economia: as informações oferecidas pelas empresas e os resultados da operação do mercado. Como veremos, isso deu margem a fenômenos surpreendentes, em que o Estado, *com o objetivo de reassumir controle sobre as empresas*, teve que assegurar o bom funcionamento dos mecanismos de mercado.

Como vimos, a simples centralização burocrática não implica no progresso em direção a formas mais avançadas do CES. Para isso, é necessário que a natureza das relações de detenção, posse e propriedade seja revolucionada através da superação da divisão capitalista do trabalho e da transformação do aparelho de Estado. Mas isso é matéria do próximos capítulos.

### (1.5) Críticas ao método:

Podemos discutir a validade teórica do encaminhamento de Bettelheim: adiantar conceitos, para só então empreender a análise histórica, não significaria renunciar à reivindicação de dialética, imanência, ou mesmo historicidade, objetividade, etc.? Esta crítica foi apresentada já na época da publicação do Cálculo por K. Nair (1972) e por J.L. Dallemagne (1972). Em termos não propriamente frios e distanciados, Nair define o método de Bettelheim da seguinte forma:

À mumificação da teoria, Bettelheim a chama ciência. A rigidez do método que ele coloca em prática remete a um marxismo cadavérico e congelado, tendo muito tempo permanecido na câmara mortuária do estalinismo. (...) A menos que se caia em um idealismo especulativo (...), a análise teórica não precede a análise histórica (...) Eis por que o encaminhamento de Bettelheim é em seu conjunto viciado na raiz, dado que ele afirma inocentemente que o objetivo de sua obra é “apresentar e precisar um certo número de conceitos” que devem ser, em um segundo nível, colocados em prática “em uma análise concreta...” (NAIR, 1972: p. 7)

Deixemos de lado a acusação de estalinismo, que o próprio Nair revê em um adendo ao texto. Examinemos com atenção uma outra estratégia argumentativa utilizada em seu texto: a crítica ao “formalismo”. Para Nair, a criação de conceitos antes da análise produz conceitos que não podem ser aplicáveis a não ser que se “force” os dados a provar a teoria. Os únicos conceitos que poderiam ser válidos seriam aqueles elaborados durante um estudo concreto. Nair propõe como paradigma a análise contida n’O Capital, onde, segundo ele, Marx teria elaborado sua teoria do capitalismo a partir do exemplo inglês. Acompanhemos, portanto, o caminho que sua crítica ao “formalismo” segue.

Em um primeiro momento, o “formalismo” parece ser entendido a partir de uma definição de “forma” como aparência, dado superficial. Assim, Bettelheim teria errado ao caracterizar a empresa como “matriz de reprodução das relações capitalistas”, ignorando

que a esta “forma” pode assumir diferentes “conteúdos” em uma sociedade de transição. Vejamos:

Este tipo de argumento é problemático, visto que tende a reconhecer atributos objetivos a uma forma independente de sua finalidade. Ora, esta finalidade é diferencial: em si mesma, a empresa não é nem capitalista nem socialista. (NAIR, 1972: p.8)

Dallemagne, por sua vez, afirma:

Constatando as **formas** (grifado no original) similares nas sociedades de transição e no modo de produção capitalista, Bettelheim as identifica nominalmente, e depois lhes opõem enquanto formas capitalistas a uma idéia do socialismo (DALLEMAGNE, 1972: p.26)

Devemos lembrar que partir desta opinião para acusar um marxista de ortodoxia representa um claro contrasenso. Stalin, insuspeito de heterodoxia (no sentido como hoje a entendemos), usava exatamente o mesmo tipo de argumentação para justificar a presença das formas mercantis na URSS:

(...) Entre nós foram conservadas principalmente a forma, o aspecto exterior das antigas categorias do capitalismo; quanto ao fundo, essas categorias mudaram radicalmente, segundo as necessidades do desenvolvimento da economia nacional, da economia socialista. (Stalin, *apud* NAVES, 1998: p.85)

Voltemos, entretanto, ao mais importante: qual a pertinência da acusação de formalismo lançada por Nair contra Bettelheim, neste primeiro sentido do termo? Acreditamos que ela se baseie em fatos reais, mas que não funciona como acusação. Apenas caracteriza o procedimento de Bettelheim, que efetivamente afirma (e talvez esse seja o grande salto teórico do Cálculo) que *as formas não são indiferentes, que elas também constituem o conteúdo de uma relação social*. A caracterização só funcionaria como acusação se Nair demonstrasse que este não é o caso. Estamos de acordo portanto com Naves quando afirma, referindo-se ao argumento das “formas”:

Ora, essa resposta é inadequada. Primeiro, porque ela procede uma separação entre a forma e o conteúdo que, transformando a forma em mero recipiente “inerte” que aceitaria qualquer matéria que fosse colocada dentro dele, retira dela o seu caráter de necessidade, e não consegue, assim, explicar a sua persistência em uma sociedade que não deveria mais exigí-la. Segundo, porque ela ignora que “forma” *para Marx significa relação*, como demonstra Bettelheim. (NAVES, 1998: p. 85)

Há ainda um outro sentido em que a acusação de “formalismo” é proferida. Nair e Dallemagne enfatizam muito o aspecto “anti-histórico” do trabalho de Bettelheim, e a todo momento chamam a atenção para as dificuldades da Revolução Russa e o quanto estas impuseram limites ao processo revolucionário. Trata-se, em nossa opinião, de perder o essencial: dizer que o capitalismo não foi abolido, pode ser, inclusive, o reconhecimento do quanto eram grandes as dificuldades para fazê-lo. Mas o essencial é, antes de tudo, chamar a atenção para um nível da realidade normalmente ignorado pelas análises marxistas da URSS, o nível estrutural, dos padrões que escapam, por vezes ou sempre, do controle de qualquer força política, e que operam sob seus pés. A sugestão de que, para Bettelheim, Lenin seria apenas um enganador (Dallemagne, p.44), é emblemática desta incapacidade de aceitar uma discussão que fuja do padrão ortodoxo. Lenin, como qualquer ator social, pode estar fazendo a história sem fazê-la como quer<sup>42</sup>.

Enfim, a acusação de a-historicismo sempre deve ser vista com cuidado: muitas vezes o apelo à historicização é apenas uma forma, nem mesmo muito sofisticada, mas ambígua o suficiente para confundir, de exigir a utilização de um instrumental que se considera “objetivo”. Por exemplo, “historicizar” pode querer dizer situar um fato em relação ao conflito entre forças produtivas e relações de produção, ou em relação ao processo de luta de classes postulado como motor da história, em relação aos sutis mecanismos de exercício do *poder*, ou ainda em relação à racionalização, à modernização, etc, todos entendidos como fatos comprovados (o que não são) e não como instrumentos teóricos (o que podem ser). Um outro tipo de apelo à história naturalmente é o de apresentar evidências que contradigam uma hipótese. Naturalmente, neste caso a crítica deve ser ainda mais rigorosa formalmente, dotada da clara consciência do ponto em que a

---

<sup>42</sup> O que não implica, naturalmente, que devemos supor sinceridade em todas as suas afirmações. Os depoimentos políticos devem sempre ser entendidos a partir da noção de que normalmente são proferidos tendo em conta os efeitos que produzirão.

evidência fere a teoria, e de uma boa estimativa da gravidade do ferimento. Infelizmente, poucos debates candentes seguem este padrão, e este não é um deles.

Pensamos que a principal contribuição de Bettelheim à teoria marxista das sociedades em transição esteja justamente em seu esforço de sistematização. Por tempo demais, as interpretações marxistas da URSS se ativeram a uma análise “histórica”, que não apenas apresentava o desenvolvimento da URSS como resultado de uma série de guinadas da cúpula bolchevista, mas incorriam no agravante, que não as tornariam aceitáveis por qualquer historicista honesto, de utilizarem, como fontes, justamente os textos desta liderança. Podemos verificar este fenômeno nos textos mesmos de Nair e Dallemagne, onde muitas vezes raciocínios inteligentes produzem resultados decepcionantes em função de argumentos de princípio, que os autores não entendem como tais, talvez por considerá-los argumentos “históricos”. Por exemplo, tanto Nair quanto Dallemagne dão um salto em sua argumentação quando argumentam *formalmente*: segundo ambos, Bettelheim afirma ter havido uma restauração do capitalismo, utilizando argumentos tais que o obrigariam a admitir que o capitalismo nunca foi abolido; concordamos com este argumento, e Bettelheim também o fará (ver capítulo IV). Mas os autores parecem considerá-lo uma *demonstração por redução ao absurdo*: é lógico que o socialismo existia antes de Stalin, logo qualquer tese que nos leve a afirmar o contrário está errada.

Antes de abandonarmos o primeiro capítulo, entretanto, há uma discussão que precisa ser feita, não apenas pela constante atenção que recebe na literatura de comentário, mas, sobretudo, porque nos informa muito sobre a inserção da teorização de Bettelheim sobre as formas de propriedade e de circulação na teoria do CDE, servindo, outrossim, de serve de ponte para o próximo capítulo: como se relaciona a análise até aqui apresentada com a teoria althusseriana da transição citada no início deste item?

### **(1.6) Bettelheim e o Grupo Althusseriano diante da Propriedade na Transição:**

Procuraremos, agora, estudar a relação entre os trabalhos de Bettelheim e os do grupo althusseriano, no que concerne à teoria das formações sociais em transição e ao conceito de propriedade. Como vimos anteriormente, isso se justifica porque as teses

althusserianas constituíram um ponto de partida para o desenvolvimento da teoria de nosso autor, e, mesmo, um ponto de virada teórica fundamental no seu processo de distanciamento em relação ao marxismo soviético.

Tenhamos em mente a relação de Bettelheim com o que Saes (1998) denominou a “morfologia geral” dos períodos de transição presentes no autor que, dentro da divisão do trabalho estabelecida na redação de *Lire le Capital*, ficou encarregado de elaborar a teoria althusseriana da transição, Étienne Balibar. Esta morfologia é composta de três elementos: (1) a não-correspondência entre apropriação real e propriedade formal; (2) a não-correspondência entre estruturas políticas e econômicas; e (3) a articulação entre diferentes modos de produção.

É a primeira não-correspondência que sem dúvida recebe muito mais destaque no texto bettelheimiano. A primeira inovação de Bettelheim, no que se refere ao esquema balibariano, é a introdução de um novo termo, que pode dar origem a uma nova não correspondência: *a detenção*. Naturalmente, a introdução do novo termo redimensiona de certa forma os outros dois. A idéia de detenção nos permite estudar fenômenos particularmente sutis como os diferentes momentos do estabelecimento do controle sobre o processo produtivo pela direção, bem como das formas de resistência que se opõem a estas tentativas de controle. Desta forma, a relação passa a ter três termos, referentes à situação do produtor direto, do proprietário e do Estado. Este entra no esquema althusseriano como termo de outra não-correspondência, qual seja, entre as instâncias políticas e econômicas. Haveria aí uma diferença substantiva?

De fato, alguns comentaristas identificam uma ruptura essencial entre Bettelheim e o althusserianismo, na maneira como articulam os conceitos de propriedade e apropriação real (Balibar) ou posse (Bettelheim) – não encontramos menção ao conceito de detenção. Segundo Lipietz, por exemplo, Bettelheim se diferencia de Poulantzas por não incorrer no erro do “juridicismo” ao definir a propriedade econômica. Em outra passagem, Lipietz define o juridicismo como:

(...) identificar as relações de produção capitalistas no nível da relação de propriedade jurídica. Estamos assim condenados a não reconhecer em tal forma econômica as relações de produção capitalista, pensando que não são ainda (putting-out) ou que não são mais (capitalismo de Estado dos países do Leste). (LIPIETZ, 1986: p.11)

De maneira análoga, Littlejohn considera que:

É igualmente importante evitar transpor a distinção entre propriedade jurídica e posse econômica para a economia à maneira althusseriana de distinguir propriedade econômica (equacionada com relações de produção) e apropriação real (equacionada com as forças de produção). (...) Bettelheim, na Transição, é influenciado pela concepção althusseriana da dominância das relações de produção, mas ao menos esta concepção de propriedade econômica o capacita para distinguir entre relações de produção e formas jurídicas de propriedade de uma maneira rigorosa. (LITTLEJOHN, 1979: p.220)

Há nestas duas citações a detecção de uma primeira diferença entre Bettelheim e o grupo althusseriano, no que tange a suas respectivas definições de propriedade: segundo esta visão, Bettelheim não relacionaria o conceito de propriedade ao seu reconhecimento jurídico. Ao nosso ver, essa diferença, tal como é colocada, não se refere a uma profunda divergência teórica, mas antes de mais nada ao processo de definição do objeto: não é justo acusar Poulantzas de juridicismo ou Bettelheim de a-juridicismo, quando ambos reconhecem estar tratando de instâncias específicas do MPC, respectivamente, a instância política e a instância econômica. Não podemos esquecer que, quando Bettelheim redefine seu objeto e elabora uma síntese da teoria do CDE, no terceiro volume das *Lutas*, a dimensão jurídica parece desempenhar um papel importante quando diferencia, dentro da classe dominante, as frações de classe “capital enquanto função” e “capital enquanto propriedade”.

Entretanto, não podemos deixar de perceber aqui uma diferença de ênfase, ou uma nuance semântica, que pode ter consequências teóricas interessantes: quando Bettelheim discute a propriedade, a partir da instância econômica e não da instância jurídica, dá ao fenômeno da circulação um destaque que não foi comum no campo althusseriano. De fato, se tivermos em mente a definição de propriedade acima oferecida, a dimensão da circulação pode ser entrevista na idéia de condições sociais de produção. Entretanto, aqui elas podem se referir também à dimensão jurídica. Entretanto, em um outro momento deste mesmo texto, a ênfase na circulação aparece muito mais clara em outra definição da propriedade:

(...) o poder de associar os objetos que entram no seu campo e muito em particular os meios de produção, a determinadas utilizações, e de *dispor dos produtos obtidos a partir desses meios de produção* (BETTELHEIM, 1970: p.87. grifo nosso-CRB)

A idéia que Bettelheim se destaca entre os autores althusserianos, por sua ênfase na esfera da circulação (que entretanto é menor, naturalmente, do que a do marxismo soviético), foi notada por alguns comentaristas, como Lipietz:

O esquecimento desta primeira relação, sua redução a uma ilusão jurídica e ideológica, corresponde sem dúvida a uma simples reação: o marxismo stalinista limitou por muito tempo sua crítica do capitalismo à anarquia do mercado. Colocando a ênfase sobre a extração de mais-valia e a despossessão do produtor direto do controle de seu trabalho, o althusserianismo clássico persegue fins políticos legítimos. Mas isto não é desculpa (autonomia do teórico!) para uma não tomada em conta da realidade: o caráter mercantil do modo de produção capitalista.

(...)

Bettelheim vem retificar este erro fundamental mostrando que a separação das unidades mercantis é uma separação real no seio do processo de produção social, induzindo uma contradição real na reprodução econômica, que vem só formalmente recobrir a planificação nos países de propriedade pública dos meios de produção. (LAPIETZ, 1986: p.11-14)

Esta diferença de ênfase dá origem, na análise de Lipietz, a um mal-entendido. Lipietz acusa o althusserianismo de não dedicar a devida atenção ao fenômeno da circulação, e, por isso, não perceber como há *contradições estruturais* no MPC decorrentes do desdobramento no tempo das relações de troca (que se manifestariam, por exemplo, na crise de superacumulação). Em nosso ver, Lipietz incorre aqui em um erro que sempre será um risco para o regulacionismo: estudar os fenômenos de curto e médio prazo (o que é correto e extremamente desejável) e dar às entidades assim descobertas o *status* de estruturais (o que é errado). O althusserianismo não teria problemas em discutir as crises do capital, nos termos das contradições entre os *efeitos* combinados das estruturas econômica e política (dentro dos quais deve ser procurada a realidade do mercado). Mas isso não implicaria considerar que as estruturas aí existentes sejam em si contraditórias. Por

exemplo, a contradição de interesses entre dois sujeitos jurídicos não remete para uma contradição interna do próprio Direito Burguês.

Entretanto, a afirmação de Lipietz, se entendida como a detecção de um deslocamento de ênfase, não deixa de encontrar certa justificação conforme o texto althusseriano em questão, sempre tendo em mente que estamos trabalhando com diferenças de ênfase<sup>43</sup>.

Quais as consequências desta diferença para a teoria do CDE? A princípio, ela parece somente dar origem a uma abordagem em que as relações de propriedade não são estudadas a partir do sistema jurídico legal, mas sim, a partir das relações concretas de produção e circulação. Daí resulta que o Direito é abordado sobretudo nos termos da capacidade dos agentes de se comportarem como sujeitos jurídicos: o burocratismo aparece como um momento da administração política em que ainda não se desenvolveu uma socialização efetiva. Isto é interessante se tivermos em mente que a abordagem da política no período de transição, que discutiremos no capítulo seguinte, não passa pela discussão da concepção poulantziana do Estado. Talvez isso se deva, ao menos em parte, ao fato de que as duas estruturas básicas que definem o conceito poulantziano (o burocratismo e o Direito Burguês) são “endogeneizadas” na discussão da propriedade econômica. Como veremos, esse distanciamento em relação à abordagem estrutural do Estado, se aqui pode ser uma vantagem, na discussão sobre a política se revelará um sério obstáculo à argumentação teórica consistente.

Em resumo, a diferença de ênfase entre Bettelheim e o grupo althusseriano não deve ser entendida como um corte radical na teorização sobre a transição, mas sim como incorporação à discussão da primeira não-correspondência que compõe a morfologia althusseriana (entre apropriação real e propriedade) de muito do que se relacionaria à segunda (entre instância política e instância econômica). Embora isso constitua parte da discussão do segundo capítulo, adiantamos que torna difícil a identificação da operação desta distinção dentro da teoria da transição bettelheimiana.

---

<sup>43</sup> A idéia de que se trata de uma diferença de ênfase mais do que uma diferença essencial fica evidente na seguinte afirmação de Althusser: “Já expliquei bastante a Bettelheim, que o compreendeu (e que me fez compreendê-lo por sua vez): não podemos dar, mesmo no socialismo, a um sujeito jurídico *direitos* que *excedam* seus poderes reais, sob pena de decair no imaginário” (Carta a Franca Madonia de 19 de Maio de 1966, editado em Althusser, 1998)

Mas a nuance referente à ênfase no processo de circulação, e o conceito de propriedade dela derivado, que se encontram em Bettelheim, podem ter uma consequência teórica muito mais interessante. Ela pode ajudar a superar um problema da tese da não-correspondência entre propriedade formal e apropriação real. Como notou Saes, esta tese precisaria estabelecer um critério de diferenciação entre as sociedades de transição, em que uma estrutura “se antecipa” sobre a outra, de modos de produção específicos, em que não há correspondência entre a apropriação real e a propriedade, como foi o caso do modo de produção feudal, onde coexistiam a não-separação entre os trabalhadores e os meios de produção, do ponto de vista da apropriação real, e a separação entre ambos os fatores, no nível da propriedade. Ainda segundo Saes,

(...) a caracterização da separação como “antecipada” com relação à configuração da relação de apropriação real ou, inversamente, como “correspondente” a essa configuração depende da introdução, na análise, de elementos ausentes da teoria althusseriana do modo de produção em geral: diferentes modos de extração do sobretrabalho prestado pelo trabalhador expropriado ao proprietário dos meios de produção, diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas (estando estes relacionados com aqueles. Por exemplo: a complementaridade do caráter salarial da relação entre trabalhador e proprietário dos meios de produção e da centralidade da máquina no sistema fabril) (SAES, 1997: p.60)

Ora, a ênfase no processo de circulação possibilita a introdução de um critério interessante de distinção do período de transição entre o capitalismo e o socialismo: o da existência da *relação salarial*, entendida como elo de ligação entre as categorias mercantis e a divisão capitalista do trabalho no processo imediato de produção. Como veremos nos capítulos 2 e 4, a relação salarial recupera sua importância, na argumentação de Bettelheim, no momento de sua síntese final da teoria do CDE, e é um elemento central da resposta que a tese do CDE pode oferecer aos seus melhores críticos.

Um último comentário deve ser feito a respeito da relação entre Bettelheim e Althusser: a única divergência reconhecida entre ambos é levantada logo ao início da Transição, e se refere à idéia de “sobrevivências”. Aqui discute-se o terceiro elemento da morfologia althusseriana da transição: a idéia de que as não-correspondências “exprimem a

coexistência, numa formação social concreta, de diferentes modos de produção” (SAES, p.61).

A concepção de Althusser sobre a transição não pode portanto ser entendida fora de sua leitura específica do *Capital*, e em especial no seu esforço de definição do objeto da obra. Para Althusser, é errado pensar que o objeto do *Capital* seja o exemplo inglês, pois mesmo este exemplo é submetido a numerosas “purificações”; por exemplo, a teorização de Marx supõe uma situação em que haja apenas duas classes em conflito, o que nunca foi o caso na Inglaterra. Este exemplo ilustra as diferentes características isoladas no conceito de MPC, que é definido antes no contexto de uma teoria geral dos modos de produção.

Mas o que as diferenças entre o conceito de MPC e a realidade concreta de uma formação social específica (como por exemplo, a inglesa) podem ensinar ao materialismo histórico? Segundo Althusser, estas “impurezas” ou sobrevivências devem ser compreendidas a partir da constatação que, nas formações sociais específicas, sobrevivem formas herdadas de modos de produção anteriores e ainda não completamente subordinados pelo MPC.

A crítica de Bettelheim a esta posição se baseia justamente na recusa desta idéia de “sobrevivência”. Para Bettelheim, antes de mais nada, cabe distinguir, o exame destas impurezas, do objeto de estudo da teoria da transição: as impurezas estão presentes em todos os tipos de sociedade, e se as consideramos o objeto da teoria da transição, corremos o risco de esvaziar o conceito de transição para definir todas as sociedades como “em transição”. Ao contrário de Althusser, que considera tais “sobrevivências” como “exteriores” à estrutura do MPC dominante ou em vias de se tornar dominante, para Bettelheim

O que por enquanto chamaremos de “sobrevivências” (expressão que faz pensar em legados de um passado que a história não teria podido apagar) representa, na verdade, os *produtos* das estruturas em que essas pretensas “impurezas” não são “sobrevivências”, pois não são estranhas às estruturas reais em que se encontram. Ao contrário, são o resultado do conjunto de relações que constituem essas estruturas, quer dizer principalmente do nível próprio do desenvolvimento das forças produtivas, das desigualdades de desenvolvimento que caracterizam essas forças e das relações de produção ligadas a essas desigualdades de desenvolvimento. (BETTELHEIM, 1968: p.18)

A discussão das “sobrevivências” em Bettelheim nos remete a uma realidade muito clara, à existência de categorias mercantis na URSS. Ora, como já vimos, esta existência (que não é uma “sobrevivência”, mas sim uma “presença”) já foi discutida ao nos referirmos à primeira não-correspondência da morfologia althusseriana, tendo sido a base para a discussão das formas de cálculo econômico. Na citação acima, o desenvolvimento desta não-correspondência parece estar ainda condicionado ao desenvolvimento das forças produtivas, uma idéia que Bettelheim abandonaria logo. Mas a idéia da não-correspondência permanece: ela é redimensionada em termos de luta de classes.

Atente-se que Bettelheim dá uma ênfase muito maior do que Althusser à articulação entre elementos dos MPs anteriores e os do MP nascente. Como já vimos, a articulação entre as diferentes formas de Cálculo remete a diferentes momentos da luta de classes. Daí que, a nosso ver, a relação de Bettelheim com este terceiro elemento da morfologia da transição deve ser procurada sobretudo na seguinte idéia: a coexistência de diferentes MPs no período de transição se refere sobretudo ao processo de luta entre as classes que constituem estes MPs, e na maneira como cada uma delas consegue predominar em cada instância da vida social. Assim, se formas de representação características do capitalismo (como a moeda) sobrevivem na sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo, isto se deve ao fato de que a burguesia não foi completamente eliminada, ou, mais precisamente, a relação social em que se engendra a burguesia – o Capital – não foi eliminado. Neste capítulo, este fato foi analisado com ênfase no processo de circulação. Agora nos debruçaremos sobre o processo de produção, e sobre as lutas que foram travadas em seu interior.

## Capítulo II

### O “núcleo duro” das relações de produção capitalistas

(2.1.) O exemplo chinês; (2.2) a luta dentro da produção na URSS; (2.3.) URGENSE e a tese do “salariado amenizado”; (2.4) a burguesia de Estado e sua propriedade

Neste capítulo discutiremos a existência da relação capital-trabalho na URSS. Definimos a relação capital-trabalho como a separação entre os produtores diretos e os meios de produção, revestindo-se da forma salarial. Nas condições em que “não controlam os meios de produção, e nem são parte dos meios de produção” (Chattopadhyay, 1989), os produtores diretos formam um proletariado. Desta idéia podemos depreender que:

- (1) Se os produtores diretos não controlam as condições da produção, não podemos falar de socialismo. O controle dos meios de produção por parte dos produtores diretos deve ser entendido tanto como o controle das condições imediatas da produção (através de conselhos de fábrica), como também da possibilidade real de participarem democraticamente da gestão dos meios de produção, em posse do Estado<sup>44</sup>. Os defensores da tese do CDE devem demonstrar que este não era o caso na URSS. Faremos isso no item (2) deste capítulo e no capítulo seguinte.
- (2) Se os trabalhadores estão separados dos meios de produção e não fazem parte dos meios de produção – como na escravidão – a forma de exploração do sobretrabalho (por aqueles que detêm o controle dos meios de produção) se reveste necessariamente da forma salarial. Isto porque a forma mercantil é necessária para a apresentação da venda da força de trabalho como uma relação

---

<sup>44</sup> Visto que não há exemplo histórico de sociedade socialista, devemos ter uma certa abertura para quais seriam as formas institucionais do controle democrático sobre a produção. Sobre a questão de saber se é um procedimento válido classificar uma sociedade a partir de um modelo abstrato de sociedade, ver nossa Introdução, item (0.5), objeção nº1.

entre indivíduos iguais, sujeitos de Direito. É interessante notar que, como veremos no capítulo seguinte, autores como Bruno Rizzi ou Cornelius Castoriadis, partindo da idéia de que a força de trabalho na URSS era alocada pela força, acabam por concluir, seja qual for sua teorização anterior (como a teoria do “coletivismo burocrático”), que o regime soviético tendia para uma forma de servidão. Os defensores da tese do CDE devem, portanto, demonstrar que os produtores diretos na URSS eram efetivamente proletários (e não, por exemplo, escravos), que participavam da relação salarial e não eram propriedade das unidades de produção (nem do Estado). Este último ponto não é sempre enfatizado nem pelos proponentes da tese do CDE nem por seus críticos: mas é central para se discutir se os trabalhadores soviéticos efetivamente não eram, em sua maioria, alocados autoritariamente. Sustentamos este argumento com base num trabalho de análise bibliográfica apresentado resumidamente no apêndice I.

- (3) Se os trabalhadores estão separados dos meios de produção, há necessariamente alguém que ocupa a posição de explorador do sobretrabalho, e, se esta separação se reveste da forma salarial, a posição de burguesia. Entretanto, isto não quer dizer que apenas a burguesia intervenha no processo de manutenção desta separação. Em processos de constituição de sociedades capitalistas, como no que Marx chamou de “acumulação primitiva”, o Estado é chamado a ocupar um importante papel na separação dos trabalhadores de seus meios de produção. Além do que, a burguesia pode coexistir com outras classes dominantes, como a aristocracia. Introduziremos no item (2.4) a discussão sobre as classes sociais nas STS, uma discussão que continuaremos nos dois capítulos seguintes.
- (4) Se a relação salarial se torna a forma dominante de exploração de sobretrabalho, em uma dada formação social, as formas mercantis são necessariamente ativadas de alguma maneira. Pois é preciso que haja bens de consumo disponíveis no mercado para que o salário cumpra seu papel. A existência deste mercado, por sua vez, obriga que o regime adote progressivamente formas de gestão adequadas à produção mercantil. Para um exemplo dessa dinâmica, remetemos o leitor ao apêndice I, ou à análise dos ciclos de investimento no capítulo IV.

As considerações acima nos permitem discutir a seguinte posição de Sweezy:

(...) a relação capital-trabalho, ainda que um traço básico e necessário do capitalismo, não é em si suficiente para definir o sistema capitalista em sua forma histórica plenamente desenvolvida. Para tal definição, é necessário acrescentar que o capital existe não como uma entidade única que se depara com uma classe trabalhadora expropriada, mas com muitos capitais organizados separadamente e agindo independentemente uns dos outros (SWEEZY, 1985: pp.100-101)

A objeção de Sweezy, formulada para criticar a idéia, atribuída a Bettelheim, de que a separação entre os produtores imediatos e os meios de produção basta para definir uma sociedade como capitalista, deve ser levada a sério. Tal objeção é bastante intuitiva: pensamos no capitalismo imediatamente em termos de propriedade privada. Mas ao mesmo tempo, quando Sweezy, na mesma direção, afirma que não basta a relação capital-trabalho para definir o capitalismo, sendo necessária ainda a idéia da fragmentação da propriedade, algo soa errado para quem está acostumado com a teorização de Marx. Ora, se há *capital*, alguma forma de capitalismo está presente, ainda que não necessariamente como modo de produção dominante em uma determinada formação social.

Parte da dificuldade está no fato que, historicamente, o capitalismo se desenvolveu *depois* da existência do mercado; que, não sendo seu exato contemporâneo, não pode ser considerado seu único índice de existência. Como vimos no capítulo anterior, somente quando a forma mercantil penetra nas relações de produção, quando se constitui a relação salarial, podemos dizer que há capitalismo. Mas o fato é que, tendo se constituído relações comerciais antes do capitalismo, e dado o papel fundamental que estas tiveram na gênese do MPC, é comum que se considere que o MPC repousa fundamentalmente em relações mercantis.

Um dos objetivos desta tese é defender um conceito forte de MPC que o entende como totalidade. Não consideramos que a constituição de um mercado de trabalho, de um estado burocrático burguês, de uma ideologia burguesa, da propriedade privada, sejam acidentes históricos, mas sim que entre eles há uma relação de estreita dependência e que a existência de um pressiona fortemente no sentido do surgimento do outro. Assim, sustentamos que *a relação salarial tendencialmente engendra a propriedade privada*: seja

no capitalismo ocidental, onde somente ela dá à propriedade o seu sentido capitalista, mesmo se antes ela já era reconhecida juridicamente (por exemplo, como propriedade feudal); seja na sociedade soviética, onde seus elementos constitutivos (como a autonomia financeira) vão progressivamente se constituindo (ou ao menos há uma forte pressão para que eles se constituam) no interior da propriedade estatal.

Acreditamos que os pontos (2) e (4) fornecem o princípio para uma resposta adequada a Sweezy. Não pretendemos argumentar que na URSS havia um capitalismo “puro” (cuja existência seria questionável na grande maioria dos casos conhecidos pela história moderna), mas que, em meio a uma institucionalidade bastante heterogênea, reproduzem-se as estruturas que definem o MPC. A existência do mercado de trabalho e do mercado de bens de consumo acaba por pressionar pela “ativação” dos mecanismos de mercado, como vimos no exemplo acima.

No que se segue discutiremos (1) como Bettelheim produz um pano de fundo programático a partir da Revolução Cultural Chinesa, em função do qual discute as relações de produção na URSS; (2) como se deu na URSS a separação entre trabalhadores diretos e os meios de produção, em dois de seus movimentos: a extinção dos comitês de fábrica (com a consequente adoção do regime de diretor único), e a adoção (ou tentativa de adoção) de métodos de produção tayloristas; (3) a tese do “salarizado amenizado”, elaborada pelo grupo URGENSE; e (4) o problema sociográfico de se isolar a burguesia na formação social soviética a partir da discussão precedente.

### **(2.1) O exemplo chinês:**

Neste item trataremos da discussão sobre as relações de produção na transição entre o capitalismo e o socialismo no trabalho de Bettelheim sobre a Revolução Cultural Proletária chinesa<sup>45</sup>, em que várias idéias importantíssimas para o processo de formulação das teses apresentadas nas *Lutas* são desenvolvidas.

Aqui concentraremos nossa atenção nas teses que procuraram colocar em questão o “núcleo duro” das relações de produção capitalistas. Para o maoísmo, este núcleo era

composto de duas relações estritamente ligadas: (1) a separação entre funções de execução e direção; e (2) a separação entre trabalho intelectual e braçal.

A superação destas duas separações não se dá com a estatização das empresas capitalistas (de fato, este é um dos principais pontos fracos do marxismo soviético: a confusão das relações de propriedade jurídica com as relações de produção): deve ser levada a cabo ao longo de um processo de luta política dentro da fábrica. Segundo Bettelheim,

A supressão da propriedade jurídica privada dos meios de produção e a execução de um plano econômico são condições necessárias mas não suficientes para uma apropriação social efetiva dos meios de produção. Esta última exige uma transformação radical do processo social de produção, transformação que não se pode impor aos produtores imediatos, mas que deve ser o resultado de uma ação coletiva unificada. (BETTELHEIM, 1971: P.129)

Chavance resume os objetivos desta luta:

Os requisitos essenciais para esta transformação das relações de produção são aqueles que estão sendo implementados, por exemplo, na China (de um modo contraditório, é certo, pois a luta de classes continua): transformação da gerência industrial na direção de um crescente controle do planejamento central por parte dos produtores; transformação da relação direta entre o operário e a máquina, na direção de um crescente domínio do processo tecnológico e social de produção na fábrica, na unidade de produção e, eventualmente na própria sociedade; transformação das formas iniciais de cooperação socialista entre as empresas, na direção de uma socialização efetiva de toda a produção; transformação das relações comunistas mais rudimentares objetivando resolver a contradição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e entre a cidade e o campo. Este imenso movimento – este crescimento revolucionário, que representa um ponto de inflexão da história da humanidade – está, em muitos aspectos, apenas começando na China. (CHAVANCE, 1980: p.95)<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Uma formulação mais “prática” (traduzida em medidas concretas), embora menos rigorosa teoricamente, deste programa pode ser encontrada em MACCIÓ (1970, p.217): “(...) o partido comunista deve prestar a maior atenção, durante o período de construção do socialismo: (...) 1º- nas relações que ele estabelece com os técnicos burgueses bem como com os novos técnicos formados nas escolas socialistas: com efeito, a atitude destes frente a seu trabalho e à classe operária retardará ou aproximará o início do processo de ultrapassagem da divisão burguesa do trabalho. (...) 2º- nas relações que ele estabelece com a classe operária: com efeito, sua

A maneira pela qual estas lutas se desenvolveram na China foi, a crer nos trabalhos do grupo de Bettelheim, bastante heterogênea e multidirecionada, e não cabe discutir aqui em que medida os diagnósticos deste grupo sobre a realidade chinesa se revelaram exatos. O exemplo chinês nos interessa sobretudo como *pano de fundo programático*, e é assim que o apresentaremos. Lembramos ainda que este pano de fundo programático sobrevive mesmo depois que, em 1977, Bettelheim reconhece mais claramente os limites da experiência chinesa.

O ponto de partida programático da discussão de Bettelheim sobre a Revolução Cultural está na chamada *Carta de Anchan*, escrita por Mao-Tsé-Tung. Os princípios enunciados na carta de Anchan foram resumidos da seguinte forma pelo vice-presidente do Comitê Revolucionário da fábrica de bonés de Pequim em entrevista concedida a Bettelheim:

Aplicar a carta de Anchan significa colocar a política no posto de comando, reforçar a direção política do partido, conduzir energicamente o movimento de massa, aplicar o sistema de duas participações – participação dos quadros no trabalho produtivo e participação dos operários na gestão, na reforma dos regulamentos no que eles têm de irracional, realizar a tripla união dos quadros (na China “quadro” designa os quadros políticos), dos técnicos e dos operários, e conduzir energicamente uma revolução técnica. Estas são as idéias gerais da carta de Anchan. (BETTELHEIM, 1979: p. 22)

O tipo de organização industrial desenvolvido a partir de então na China é bastante complexo. Entre as formas de gestão que se desenvolveram então, Bettelheim destaca: os grupos de gestão operária, formados para substituir o comissário de partido na fábrica após a Revolução Cultural, e que participam do “controle, orientação, verificação, trabalho ideológico, retificação do trabalho, etc.” (Bettelheim, 1979), isto é, da gestão cotidiana da fábrica; os Guardas Vermelhos<sup>47</sup>, encarregados do trabalho ideológico dentro da produção;

---

plena adesão à nova sociedade socialista é essencial ao desencadeamento do processo de transformação, no sentido proletário, das relações de produção.”

<sup>47</sup> Como veremos, a presença destacada dos Guardas Vermelhos indica que no momento em que Bettelheim viaja à China (viagem que deu origem à obra *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*), vive-se já um período de refluxo com relação aos movimentos mais “espontâneos” da Revolução Cultural, quando o partido já assumiu o controle de grande parte das instituições surgidas em 1966-67. Mais sobre isso no capítulo IV.

e os Comitês Revolucionários, organizados sob a direção do partido e que zelam pela aplicação das decisões políticas na fábrica, inclusive as relativas ao plano.

O plano na China era pensado como um “plano unificado”, identificado como:

(...) a unificação de diferentes planos de unidades de produção, com o fim de reunir num conjunto planos articulados nos diferentes níveis: plano de desenvolvimento do conjunto da China, planos provinciais, planos locais, etc. (BETTELHEIM, 1979: p.69)

Como sabemos, o plano na URSS também era um balanço entre diferentes balanços, mas parece haver uma diferença significativa aqui na sugestão, da parte de Bettelheim, de que este movimento de baixo para cima tinha uma forma mais abertamente política e não simplesmente econômica, como se pode ver na ênfase nos planos elaborados por instâncias políticas (como as províncias) e não pelas unidades econômicas (como as empresas). Mais importante, Bettelheim explicitamente diferencia a descentralização chinesa da iugoslava (como vimos no capítulo anterior), dado que a primeira não passava pela utilização dos mecanismos de mercado: seu esforço está em mostrar que havia a possibilidade de controle político, por parte dos produtores diretos, das decisões do centro.

Em seu texto há elementos que tornam a sustentação do argumento difícil; pois não apenas os comitês revolucionários, mas também os grupos de gestão operária, eram controlados (estes últimos “ideologicamente”) pelo Partido, o que obscurece um pouco o grau de efetividade do controle popular (mais tarde, como veremos no quarto capítulo, Bettelheim reconhecerá que a principal fraqueza da Revolução Cultural foi o fraco impulso dado à democracia). De qualquer maneira, a diferença programática em relação ao exemplo soviético é notável. Descrevendo a posição das lideranças contra as quais se desencadeou a revolução cultural, Bettelheim afirma:

De uma maneira geral, os partidários da via capitalista preconizavam uma orientação favorável a formas e a princípios de gestão semelhantes àqueles em vigor na URSS. São esses princípios que fundam, por exemplo, o que se chama correntemente na China – para opor à “carta de Anchan” a *carta de Magnitogorsk* (grifo nosso – CRB) (...) (BETTELHEIM, 1979: p.96)

O aspecto mais notável do processo de transformação na China, e também o mais conhecido, foi a obrigação dos quadros de participarem da produção como trabalhadores diretos (segundo o mesmo princípio, os oficiais eram obrigados a servir periodicamente como soldados).

O primeiro aspecto da transformação em curso diz respeito à divisão entre tarefas de direção e tarefas de execução. Certamente a distinção dessas tarefas subsiste, mas a divisão entre os que se encarregam de umas e de outras tende a se extinguir. (BETTELHEIM, 1979: p.93)

Naturalmente, mesmo autores maoístas admitem que se tratava apenas do início de um processo que deveria levar à transformação do que se entende mesmo por tarefas intelectuais e tarefas braçais<sup>48</sup>. Mas, naturalmente, a obrigação dos quadros participarem da produção tinha consequências importantes neste sentido: dificultava a adoção de um despotismo de fábrica exacerbado ou uma deterioração das condições de trabalho, uma vez que os quadros que optassem por isso teriam que se submeter eles mesmos a estas condições; e, mais importante, formava entre os produtores diretos a opinião que a superação da divisão capitalista do trabalho era desejável, e que o poder de Estado estava comprometido com este objetivo.

Fernandes (1998) chama atenção para o fato que as formulações chinesas sobre o CDE na URSS não se baseavam no contraste entre a visão da transição esboçada acima (que privilegia a transformação das relações de produção) e a realidade soviética; concentravam suas críticas nas reformas do período Krushev (nas quais os teóricos do PCC criticavam sobretudo as diferenças de remuneração), o que os levava inclusive a

---

<sup>48</sup> Como observa Postone: "Para Marx, portanto, o fim da pré-história significa a superação da separação e oposição entre trabalho intelectual e manual. Dentro do quadro de sua crítica histórica, entretanto, esta oposição não pode ser superada apenas através da fusão do trabalho intelectual e braçal tal como existem hoje (como foi promulgado, por exemplo, na República Popular da China nos anos 60). Seu tratamento da produção nos *Grundrisse* implica que não apenas a separação destes modos de trabalho, mas também as características determinantes de cada um, estão enraizados na forma de produção atual. Sua separação pode ser superada apenas pela transformação de ambos os modos existentes de trabalho manual e intelectual, isto é, pela constituição histórica de uma nova estrutura e uma nova organização social do trabalho. Esta nova estrutura se torna possível, de acordo com a análise de Marx, quando a sobreprodução não é mais necessariamente baseada no trabalho humano direto » (p.29).

considerar a URSS pré-Krushev como uma ditadura do proletariado. Isto levou Fernandes a afirmar:

O fato é que a incorporação desta abordagem (da primazia analítica das relações de produção - CRB) por Bettelheim se deu em linhas muito mais próximas às do próprio Castoriadis (ver o final deste capítulo - CRB) do que das análises “oficiais” chinesas e albanesas desenvolvidas até então – sua preocupação teórica principal se voltou para o exame dos mecanismos de controle efetivo do processo de produção existentes na URSS, e não das diferenças de remuneração (FERNANDES, 1997: p.38)

Entretanto, embora chame atenção para dois fatos importantes – os limites da crítica chinesa à URSS e a proximidade da teoria do CDE de Bettelheim com outras formulações dentro da esquerda ocidental –, a interpretação de Fernandes peca por se ater ao *discurso* dos dirigentes chineses. Mais importante para o maoísmo francês, entretanto, é a maneira como a prática dos chineses foi apreendida no imaginário de parte da esquerda ocidental da época. Assim, Lipietz foi levado a afirmar:

(...) os conceitos econômicos desenvolvidos por Balibar e Bettelheim mostram que a edificação socialista na China é a crítica em atos da acumulação capitalista na URSS. Seja qual for a reverência ritual dos chineses a Stalin! (LIPIETZ, 1973: p.752)

Assim, a revolução cultural chinesa produziu uma alternativa de transição para o socialismo que teve grande impacto junto à esquerda ocidental, em especial entre os que não podiam mais se identificar com o marxismo ocidental. Não nos cabe discutir em que medida as esperanças então suscitadas se mostraram justificadas, ou em que medida certas descrições eram precisas, mas apenas determinar com precisão a maneira como elas deram origem a um discurso teórico original.

Vejamos agora como a luta pela desestruturação do “núcleo duro” das relações de produção capitalistas se deu na conjuntura revolucionária de 1917 na Rússia, e os desdobramentos que tiveram lugar nos primeiros anos do poder soviético.

## (2.2) As lutas dentro da produção na URSS:

Neste item analisaremos as formas pelas quais a luta pela superação da divisão capitalista do trabalho fracassou na Rússia pós-revolucionária, nos concentrando em dois pontos: o esvaziamento da idéia de controle operário e a implantação do taylorismo na URSS.

- (I) Na Rússia de 1917, o principal espaço destas lutas foram os Comitês de fábrica (*fabrichno-zavodnye komitety*, ou *Fabzavkomy*)<sup>49</sup>. Formados já em março de 1917, representavam uma forma de organização que aproximava-se tanto quanto possível do ideal da democracia socialista. Constituiu-se assim o que Brinton chamou de *situação de duplo poder na economia*.

A origem dos comitês de fábrica está nos antigos conselhos de anciãos (STAROST), que representavam os operários junto aos patrões e exerciam sobre eles uma tímida pressão; a atuação dos *starostes* era bastante limitada pelo fato que os patrões tinham o hábito de demitir os operários que participavam das negociações. Após fevereiro de 17, entretanto, os comitês proliferaram por toda a Rússia, encorajados pela conjuntura que lhes permitia uma atuação muito mais ousada.

Os representantes de Comitê permaneciam em contato direto com os trabalhadores, pois não abandonavam seus ofícios. Naturalmente, este era apenas um primeiro passo em direção à transformação das relações de produção que, de acordo com os objetivos do socialismo marxista, deveria avançar no sentido de que a natureza mesma das formas de trabalho fossem alteradas, e os trabalhos executados nas diferentes fábricas fossem coordenados democraticamente. Mas não se poderia esperar mais do que primeiros passos, decorrido apenas um mês do início do processo revolucionário.

No fim do mês de março os comitês das fábricas bélicas produzem algo semelhante a uma carta de Direitos do Comitê de Fábrica, inspirada em um documento lançado pela fábrica Dynamo. Entre seus pontos, destaca-se o seguinte:

---

<sup>49</sup> Para Mandel, os comitês de fábrica tiveram uma importância central nas lutas de dezessete, em especial entre Julho e Outubro, quando a agitação dentro da fábrica contrastava com os impasses da esfera política mais ampla. Teve lugar então “uma luta cada vez mais intensa por poder, com os comitês de fábrica sob constante pressão da base. Foi lá que os trabalhadores concentraram suas principais energias em um esforço desesperado para evitar o colapso econômico e o desemprego em massa e para manter a classe trabalhadora física e moralmente intacta”. (MANDEL, 1984: p.264)

(...) o comitê de fábrica controla a gestão administrativa, econômica e técnica da empresa. Os representantes do comitê de fábrica devem ser providos das informações necessárias para executar suas tarefas, e devem ser-lhes fornecidos os documentos oficiais de gestão, os orçamentos, a descrição do que entre a e sai da fábrica. (FERRO, 1980: p.79)

Apesar de seu potencial revolucionário (em especial seu potencial longo prazo), ou talvez por isso, no momento de sua criação, os comitês não receberam o apoio de nenhum partido político, nem mesmo sob a forma de moções de apoio nos momentos de maior agudização das lutas contra o patronato.

A resposta do patronato vem sob a forma de um *lock-out* em massa<sup>50</sup>. Os comitês passam a gerir as fábricas eles mesmos, uma iniciativa que é mais bem sucedida nas empresas pequenas e médias do que nas grandes. É quando um boicote bancário invalida todas as operações financeiras executadas pelas fábricas autogeridas, provocando um retrocesso do movimento.

Este fracasso inicial leva os comitês a se organizarem nacionalmente. Em uma conferência em Petrogrado, inicia-se a preparação de uma conferência pan-russa e abraça-se a palavra de ordem “Todo o Poder aos Sovietes”. Segundo Ferro,

Esta conferência de Petrogrado, com seu conselho (o soviete dos comitês de fábrica) foi a primeira instituição criada *ex nihilo* pelas próprias classes populares. Ela nasceu de uma iniciativa das fábricas de armas e das empresas agrupadas de um bairro da capital. Em seguida, em menos de um mês, 367 fábricas organizaram suas Conferências em toda a capital. (FERRO, 1980: p.87)

---

<sup>50</sup> David Mandel enfatiza muito em sua análise a importância do aspecto *defensivo* do processo de constituição dos comitês de fábrica, como reação dos operários a tentativas de *lock-out*, fechamento de empresas, transferência de empresas inteiras para outras regiões do país (em função da ofensiva alemã ou da agitação fabril), etc.; ele cita o depoimento de Levin, um operário da fábrica Dynamo, em uma conferência dos comitês de fábrica em Agosto de 1917: “Mas o que controlaremos se não nos resta nada senão paredes, paredes vazias (...) É bem provável que estejamos diante de uma greve geral dos capitalistas e industrialistas. Temos que nos preparar para tomar as empresas em nossas mãos para neutralizar a fome com que a burguesia conta tão pesadamente como força contra-revolucionária”(p.275). Mandel chama a atenção para o fato que Levin não era um anarquista, e que após outubro ele consistentemente se opôs a todas as tomadas de empresas que não fossem absolutamente justificadas pela sabotagem ou fuga da gerência.

Os comitês de fábrica tiveram participação importante na organização das Jornadas de Julho, e foram especialmente ativos na tomada do poder pelos bolcheviques em outubro. Podia-se esperar que, com o apoio do recém-instaurado governo bolchevique, livres dos entraves colocados pelas classes dominantes derrotadas e pelo governo provisório, enfim, deparados com a possibilidade de organizar a produção dos diversos conselhos com o apoio do Estado, os comitês de fábrica florescessem no novo Estado Soviético.

Ainda mais porque, em que pese as numerosas ressalvas ao controle operário presentes nas declarações de princípios dos bolcheviques, a proximidade entre alguns bolcheviques e os conselhos durante as lutas de 1917 forçaram alguns de seus membros a tirar conclusões lógicas do movimento dos soviets. Vejamos este depoimento dado por um delegado bolchevique de Odessa no primeiro Congresso Pan-Russo dos Soviets (17-22 de outubro):

(...) as comissões de controle não devem ser simples comissões de vigilância, elas devem ser as células do futuro que desde agora preparam a transferência da produção às mãos dos operários.(BRINTON, 1973: p.69)

Se acreditarmos no testemunho de Ordzhonikide, Lenin chegou mesmo a sugerir que:

Nós devemos mudar nossa palavra de ordem e ao invés de dizer “Todo o poder aos soviets!”, devemos dizer “Todo o poder aos Comitês de Fábrica!” (*apud* BRINTON, 1973: p.69)

Mas não foi esta postura que prevaleceu entre os bolcheviques. Poucos dias depois da insurreição de 25 de outubro, o governo bolchevique afirma que a economia nacional deve ser organizada de maneira centralizada, e que os comitês de fábrica favoreciam ideais anarco-sindicalistas e pequeno burgueses. Em 14 de novembro de 1917, é criado o Conselho de Controle Operário de toda a Rússia.

A idéia de controle operário é bastante sinuosa. Há duas maneiras de definir controle operário, que dependem do sentido que se dá ao termo controle. Seguindo Brinton,

(...) Há duas situações possíveis: em uma, a classe operária (o conjunto dos produtores) toma todas as decisões fundamentais. Ela o faz diretamente, através de organismos de sua escolha com os quais ela se identifica completamente, e que ela domina totalmente (comitês de fábrica, conselhos operários, etc.). (...) A outra situação possível é aquela em que estas decisões fundamentais são tomadas “do exterior”, quer dizer pelo Estado, pelo Partido, ou não importa por que organismo sem verdadeiros laços com o processo de produção em si. A separação entre os produtores diretos e os meios de produção (base de toda sociedade de classe) é mantida. Este tipo de situação não tardará a mostrar o que é: uma nova forma de opressão. (BRINTON, 1973: p.21)

Nove nota que esta ambiguidade é especialmente presente no termo russo *Kontrol'*:

(...) a palavra russa *kontrol'* significa não uma apropriação (*takeover*) mas sim inspeção e conferência (como no francês *contrôle de billets*). Sua (a de Lenin, quando se referia ao controle operário no Primeiro Congresso dos Sovietes em Junho de 1917 - CRB) ênfase estava na prevenção da sabotagem e da fraude pelos capitalistas. Entretanto, de quando em quando *Kontrol'* transformava-se (*shades into*) em Controle, tornando-se a completa regulação da produção e da distribuição pelos trabalhadores, na “organização em nível nacional” da troca de grãos por bens manufaturados, etc. Mas como isso se daria permanece indefinido. Lenin negava o sindicalismo: “Nada como a ridícula transferência das estradas de ferro para os ferroviários, ou dos curtumes para os curtidores”. A solução para tudo (*cure-all*) seria “todo poder aos soviets”, embora como (ou se) eles operariam as estradas de ferro e os curtumes não é dito. (NOVE, 1992: p.34)

Portanto, a interpretação bolchevique é clara: o controle operário significa operações de recenseamento, supervisão, etc. a serem realizadas sobre o conjunto da produção que, ademais, permanece intacto do ponto de vista das relações de produção predominantes. Isto fica claro neste trecho de um texto de Lenin:

(...) o controle operário pode se tornar o recenseamento, nacional, geral, universal, o mais minucioso e o mais escrupuloso da produção e da repartição dos produtos. (...) (*apud* BRINTON, 1973: p.64)

## Ferro analisa os meandros do decreto de criação do Conselho Operário:

O artigo 1º e o artigo 14º, início e fim do decreto, decidem que o passado fica abolido, e que os operários controlam as fábricas. Os artigos intermediários dissipam esta afirmação. Desde o artigo 3º, o legislador procede a primeira operação burocrática: o Soviete do Controle Operário é parte dos sovietes dos deputados. No artigo 4º, a segunda operação: precisa-se que 10 de seus membros serão representantes do Soviete dos deputados, os delegados sindicais constituirão a outra parte. Os delegados dos Comitês de Fábrica serão limitados a um total de 5 enquanto o número de representantes dos sindicatos é indefinido, dependendo da decisão do *bureau* dirigente.

O artigo 5º e os seguintes precisam bem que os órgãos subalternos, isto é, os Comitês de Fábrica, controlam as atas e a correspondência patronal. Mas, terceira operação burocrática, suas próprias decisões dependem de instância suprema que de fato irá, pouco a pouco, ocupar o lugar do patrão. O controle operário torna-se controle do Estado, dito Estado Operário. (FERRO, 1980: p.195-6)

Na composição do Conselho, os comitês de fábrica eram minoritários. O conselho era composto por 5 representantes do conselho de fábrica; 5 do conselho dos sindicatos; 5 da associação dos engenheiros e técnicos; 2 dos agrônomos; 2 do Conselho Sindical de Petrogrado; 1 de cada federação sindical com menos de 100.000 membros; 2 para cada federação sindical com mais de 100.000 membros.

No que se refere à luta operária, o primeiro deslocamento de poder que se nota na composição dos conselhos é a perda de espaço dos conselhos de fábrica em benefício dos sindicatos. É indiscutível que os sindicatos possuíam a vantagem natural de uma organização centralizada que eventualmente (se lhes fosse dada real margem de ação para tanto) poderia favorecer sua participação ativa na gestão da economia nacional. Por outro lado, é igualmente inquestionável que, em comparação com os conselhos de fábrica, a possibilidade de controle da direção pela base nos sindicatos é muito menor.

O conflito entre os sindicatos e os comitês de fábrica é aberto, e no 2º Congresso dos sindicatos, aprova-se a moção segundo a qual

(...) os Comitês de Fábrica devem ficar subordinados às instâncias superiores. Toda a moção sindical tinha por objetivo transferir o poder dos comitês para os sindicatos. O último artigo, o 14º, diz que os comitês de fábrica e a comissão de controle sindical são

guiados por instruções vindas do conselho nacional do controle operário. (FERRO, 1980: p.197)

Mas o processo de centralização que se desenvolveu a partir de então levará ao sacrifício também da autonomia sindical. A partir de então, sua função seria limitada ao que agora se atribuía aos conselhos de fábrica: a manutenção da disciplina fabril.

A burocratização pós-outubro seguiu com uma velocidade incrível, e três dias depois de promulgado o decreto sobre o conselho operário, a idéia da criação de um conselho nacional de economia já circulava. Ele foi criado em 5 de dezembro com o nome de Conselho Supremo de Economia Nacional – VSNKh, na sigla russa – com o objetivo de “organizar a atividade econômica da Nação e os recursos do governo”. A ele foram subordinados tanto o conselho de controle operário quanto o recém criado Gosplan (Comissão Estatal de Planejamento), fundado em 22 de fevereiro de 21, que terminaria por substituir o VSNKh.

A posição de Bettelheim ao comentar estes acontecimentos é oscilante entre o reconhecimento dos diversos matizes do problema, em seus melhores momentos, e a contradição, em seus piores momentos. Em geral, pode-se dizer que, na escritura do primeiro volume, Bettelheim apóia o governo bolchevique: ele não vê nos Comitês de Fábrica uma alternativa efetiva ao processo real de burocratização que então se desenvolve.

Desta forma, concorda com Lenin nas críticas à proposta autogestionária dos Comitês de Fábrica, indo mesmo às vezes mais longe que sua fonte:

A passagem para o controle operário e o abandono do tipo de “gestão centralizada” e anárquica, para o qual se orientam os comitês de fábrica, chocam-se antes de tudo com a presença, ainda profunda nas massas, da ideologia burguesa e pequeno-burguesa favorável ao “cada um por si”, ao egoísmo de empresa e a uma concepção abstrata de “liberdade”. (BETTELHEIM, 1979: p.134)

Esta posição traz dificuldades para seu argumento. Vejamos por quê.

- (1) Em primeiro lugar, é verdade que os comitês de fábrica representavam um risco de retorno ao capitalismo, ao enfatizar a autonomia de fábrica e tornar

necessárias as formas mercantis (o que aconteceu na Iugoslávia). David Mandel cita uma demonstração de “egoísmo de empresa” bastante clara:

Nem todas as acusações de “mestnichestvo” (localismo) dirigidas aos comitês de fábrica eram infundadas. Em um ato amplamente divulgado, a fábrica de borracha Treugol’nik recusou-se a cumprir a ordem do SC (Soviet Central-CRB) para ceder algumas de suas reservas de combustível. Ela argumentou que havia trabalhado duro por sua própria iniciativa durante todo o ano de 1917 para juntá-las e que enquanto elas podiam manter Treugol’nik funcionando por vários meses, trariam pouco benefício distribuídos por várias fábricas. (MANDEL, 1984: p.372)

Por sua vez, Nove declara:

Os líderes locais não tinham nem o treinamento nem o senso de responsabilidade para “supervisionar” e “controlar” a produção e a distribuição. Eles podiam vender e efetivamente vendiam materiais, furtavam e desobedeciam instruções. (NOVE, 1992: p.43)

Entretanto, a instituição do diretor único já deixa de ser um risco para se tornar um passo decidido na direção da reconstituição da empresa capitalista. O próprio Lenin afirmava, quando introduziu o diretor único, que se tratava de um “passo atrás”, um retorno aos “critérios de gestão capitalistas”. E, como ficará claro mais tarde, esta medida em nada contribuiu para eliminar o “egoísmo de empresa”, embora efetivamente tenha eliminado uma possibilidade de participação democrática. De fato, a defesa incondicional da democracia no local de produção coloca muitas questões que nem sempre recebem respostas satisfatórias de seus proponentes. Mas, uma vez que se tenha fixado como objetivo a superação da divisão do trabalho dentro da fábrica – e este é o caso do socialismo marxista, (vide a citação do *Capital* sobre as cooperativas de trabalhadores no item (2.4) deste capítulo) – o reestabelecimento da disciplina de fábrica é certamente contraditório com seu projeto a longo prazo.

(2) Em segundo lugar, devemos lembrar que os comitês de fábrica efetivamente tentaram se organizar em nível nacional. Segundo Brinton (que se baseia no trabalho de Deutscher sobre os sindicatos soviéticos para afirmá-lo), poucas

semanas após a Revolução de Outubro, os comitês de fábrica tentaram formar sua própria organização nacional, e encontram uma forte oposição por parte dos sindicatos bolcheviques. Em dezembro de 1917, o Conselho Central de Petrogrado dos Comitês de Fábrica publica um “Manual prático para a execução do controle operário na indústria” (BRINTON, 1973: p.86), em que insistia sobre o fato que os comitês não deveriam se limitar a tarefas de fiscalização e recenseamento, mas também deveriam assumir a gestão da fábrica. Em 13 de Dezembro, o *Izvestia* publica as “Instruções Gerais sobre o Controle Operário” conforme o decreto de 14 de novembro, conhecido como “Contra-Manual”, onde toda ingerência dos comitês de fábrica fica proibida, e onde se afirma que os comitês de fábrica devem se fundir com os aparelhos sindicais. Portanto, o poder bolchevique efetivamente sabota o esforço de auto-organização operária. Como bem nota Brinton, a partir daí será no mínimo parcial acusar os comitês de incapacidade de coordenação.

- (3) Em segundo lugar, aceitando-se a tese que a gestão pelos comitês implicou uma redução da eficiência, e que portanto, teria “começado mal” a tarefa da revolucionarização das relações de produção, devemos nos perguntar se a centralização extremada que se seguiu implicou um acréscimo de eficiência<sup>51</sup>. Sem dúvida, a deterioração das condições de vida durante o período do comunismo de guerra não decorreu apenas da ação do governo soviético, e não se pode menosprezar os danos causados pela invasão estrangeira (entre os quais o maior sem dúvida foi o massacre de homens e mulheres soviéticos) e pelo boicote internacional ao regime nascente. Mas não podemos negar que a política implementada então, com seu grau extremado de centralização administrativa, favoreceu intensamente o crescimento do mercado negro, a inflação (que prejudicava especialmente os operários que não se entregassem à especulação), etc.; de fato, a iniciativa de introduzir o “salário em espécie” (substituição do salário monetário pelo pagamento em produtos) tornou a comercialização

---

<sup>51</sup> Um trabalhador de Petrogrado, citado por Mandel (*op.cit.*, p.376), afirmou no começo de 1918: “Sem ser um anarquista, quando vejo a confusão no centro, eu involuntariamente me torno um”.

clandestina obrigatória, pois operários pagos com peças de automóvel ou parafusos não têm escolha senão vendê-los<sup>52</sup>.

Além do apelo à eficiência ser questionável (diante da alternativa efetivamente implementada) enquanto argumento a favor do esvaziamento dos comitês, devemos ressaltar a importância deste processo para a análise teórica da revolução russa e para a teoria social. *O fim dos mecanismos de controle direto foi também o fim da experiência propriamente socialista na URSS.* Daí em diante, o que temos é um governo socialista, instaurado no topo de um Estado Burguês, que administra a economia capitalista segundo um determinado programa socialista, o da Segunda Internacional, que tem aqui sua “vingança póstuma” (Althusser), no momento em que os bolcheviques orientam suas políticas segundo parâmetros tecnicistas e autoritários.

Em 3 de março de 1918, dia da assinatura do tratado de paz de Brest-Litovsky, o governo bolchevique (o VSNKh) edita um decreto de importância crucial para nossa discussão:

Uma das primeiras decisões tomadas pelo VSNKh tem por objeto as condições de gestão das unidades de produção e as modalidades de *designação dos dirigentes das empresas* (grifo do autor – CRB) expropriadas. Esta decisão corresponde a um decreto de 3 de março de 1918 aplicável à indústria, pelo qual cada “direção principal” (*glavk*) encarrega-se de nomear, nas empresas dela dependentes, um comissário, representando o governo, e dois diretores (um técnico e outro administrativo). Somente as decisões do diretor administrativo podem ser contestadas pelos comitês de fábrica ou por aquele que o representa; quanto ao diretor técnico, depende exclusivamente da direção da indústria. (...) Via de regra, os diretores nomeados pelos *glavki* são engenheiros e antigos dirigentes de empresas, inclusive antigos capitalistas. (BETTELHEIM, 1979: p.141)

---

<sup>52</sup> O caos causado pela hiper-centralização é comprovado por vários estudiosos. Segundo Nove, “(...)Em janeiro de 1919 nas capitais provinciais - *i.e.*, a maioria das cidades, somente 19% de toda a comida vinha dos canais oficiais; este número subiu para 31% em Abril de 1919, e flutuou daí em diante; em abril de 1920 era apenas 19%. (...) em certos momentos, mesmo o governo foi obrigado a “legalizar” o comércio ilegal. Por exemplo, em setembro de 1918 os malvados especuladores e *meshochniki* foram autorizados a levar sacos pesando até 1,5 kg de Petrogrado a Moscou, e neste mês, de acordo com Kristman, eles forneceram quatro vezes mais que as organizações oficiais”. Como vemos, longe de evitar o caos econômico, a hipercentralização apenas modificou superficialmente os interesses egoístas que se aproveitariam da tendência “centrífuga”.

Como veremos no item (2.4), a promulgação deste decreto inicia um processo de autonomização da direção da empresa que tem uma importância central para nossa caracterização das classes sociais na URSS.

Ao final do comunismo de guerra, os bolcheviques não tiveram alternativa senão promover o “retorno” à economia de mercado. Neste momento a iniciativa operária, reprimida nos anos anteriores, estava já bastante comprometida, e as alternativas de gestão prometidas pelos comitês de fábrica não existiam mais. Mas é notável que não tenha havido iniciativas do Estado “proletário” no sentido de incentivar estas alternativas. Por ironia, portanto, a centralização que deveria impedir a autonomização da fábrica nas mãos dos operários, levou inexoravelmente à autonomização das fábricas nas mãos dos diretores de empresa.

No capítulo anterior, já havíamos descrito uma situação em que a centralização cria um tal grau de opacidade que torna a eficiência econômica (sob qualquer critério) impossível. Uma das saídas que se pode então seguir (dependendo da relação de forças no seio de uma dada sociedade) consiste em adotar a gestão descentralizada característica do capitalismo como alternativa. Este raciocínio, que Bettelheim usa para explicar a passagem do estalinismo para o revisionismo, é também aplicável à passagem do comunismo de guerra para a NEP.

A NEP, entretanto, se diferencia da URSS de Krushev (entre outras coisas) pelo fato que o recuo em relação aos objetivos do socialismo é transparente. Ao se reestabelecer o livre comércio, ou quando se deu liberdade econômica para os camponeses, não se considerava que se estava dando um passo adiante em direção ao socialismo. Até o fim da NEP, termos que depois se tornariam comuns, como “preços socialistas”, “mercado socialista”, ainda não haviam aparecido no ideário bolchevique. As contradições desenvolvidas a partir deste novo cenário serão analisadas mais adiante.

- (I) O Taylorismo: a separação entre os produtores imediatos e os meios de produção na Rússia pós-revolucionária não se deu apenas no movimento de destruir os aparelhos de auto-organização dos trabalhadores formados durante o ano de 1917. Logo após a assinatura do tratado de paz de Brest-Litovsky, Lenin lança a seguinte proposta:

É preciso organizar, na Rússia, o estudo e o ensino do sistema Taylor, sua experiência e sua adaptação sistemáticas. (*apud* LINHART, 1983: p.77)

Nada poderia ser mais surpreendente, vindo da pena de uma liderança operária. De fato, se analisarmos o trabalho do engenheiro americano Frederic Winslow Taylor, desenvolvido a partir de 1890, veremos que ele, embora efetivamente possa em algumas circunstâncias ser adequado ao propósito de aumentar a lucratividade de uma firma capitalista (não em todas, como podemos perceber pelo questionamento de algumas de suas idéias pelo capitalismo mais recente), implica um tal grau de desumanização do trabalho que dificilmente pode-se compreender como um movimento de origem operária pode levantar a bandeira de sua implementação.

O ponto chave do sistema Taylor é justamente o esforço de aumentar a produtividade através de uma expropriação do saber operário que elimine as perdas causadas pela determinação do ritmo do trabalho pelos próprios operários. Como bem diz Linhart:

Em última análise, segundo Taylor, trata-se de um problema de relação de forças e de saber. Mais precisamente, de relação de forças no saber. No fundo, os operários sentem-se livres para frear a produção porque os patrões e os dirigentes de empresa os deixam praticamente livres para usar os métodos de trabalho que consideram bons, que lhes foram transmitidos por seus camaradas mais experientes. O *know-how* profissional é, de certa forma, um capital nas mãos dos operários: os patrões compram o uso deste capital mas não dispõem dele diretamente e, por conseguinte ignoram de que modo o trabalho deve ser feito, qual o tempo “justo” que deve ser designado para cada tarefa , etc. Contando com esta ignorância de seus empregadores, os operários impõem suas próprias normas, inferiores à produtividade possível. Troquemos esta posição de monopólio dos operários em termos de *know-how* profissional e eles ficarão em nossas mãos, no que diz respeito a normas de tempo e de rendimento: esta é a conclusão de Taylor, o objetivo explícito de todo seu sistema de “direção científica do trabalho”. (LINHART, 1983: pp.78-9)

Ainda seguindo a argumentação de Linhart, este processo é claramente o mesmo que foi descrito por Marx no Livro I do Capital da seguinte maneira:

Os conhecimentos, a inteligência e a determinação que o camponês e o artesão independentes desenvolvem, em pequena escala, mais ou menos como o selvagem pratica a arte da guerra, sob forma de astúcia pessoal, passam a ser solicitados somente para o conjunto da fábrica. As potências intelectuais da produção desenvolvem-se de um único lado porque desaparecem em todos os outros. O que os operários parcelários perdem concentra-se, à face deles, no capital. A divisão manufatureira lhes opõe as potências intelectuais da produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esta cisão (...) completa-se (...) na grande indústria que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e a engloba a serviço do capital. (*apud* LINHART, 1983: p.82)

O que leva Linhart a afirmar:

Em uma análise do modo de produção capitalista “puro”, a “organização científica do trabalho” de Taylor é a que está em melhor posição para encarnar o processo de trabalho capitalista, levado à sua essência. (LINHART, 1983: p.83)

Ora, esse programa para a produção, cujo contraste com o programa dos conselhos não poderia ser maior, é abraçado por Lenin e por parte da liderança bolchevique. Linhart argumenta convincentemente que isto não se devia absolutamente a ilusões a respeito da natureza íntima do taylorismo que eventualmente fossem alimentadas por Lenin, que já em 1913 publicava um artigo chamado “Um sistema científico para esmagar o operário” (Linhart, p.85). Linhart é cuidadoso ao mostrar como a discussão do taylorismo está presente em vários esboços de trabalhos de Lenin que depois se tornaram consagrados, como *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Segundo sua pesquisa, a opinião de Lenin sobre o taylorismo oscila entre dois pontos: o primeiro, a crítica social, se revela em numerosas notas em que Lenin critica a política de “aburguesamento” e de formação de uma nova “aristocracia operária”; o segundo, a crença no aspecto “racionalizador” do taylorismo, que é visto como potencializador do desenvolvimento socialista. Ora, como entender este segundo aspecto, frente a tudo que foi dito sobre o caráter “extremado” da divisão capitalista do trabalho sob o taylorismo?

Há duas possibilidades revolucionárias no sistema Taylor, a crer no texto de Lenin.

- (1) O aumento da produtividade pode levar a uma redução da jornada de trabalho. Lenin chega mesmo a sugerir uma jornada de trabalho de seis horas seguidas por quatro horas de participação na gestão do Estado. Esse argumento é claramente subestimado por Linhart (e por Bettelheim) quanto a seus desdobramentos possíveis. Seria necessário lembrar que Marx via na extensão do tempo livre “a verdadeira riqueza”, como vimos no capítulo I. A elevação da produtividade permitiria assim a redução da necessidade de se trabalhar para os outros, e criaria o tempo necessário para se constituir novas formas de convivência, inclusive de trabalho autônomo (Gorz). A razão pela qual este argumento não é desenvolvido por Bettelheim (e nem por Linhart) é que ele sem dúvida recoloca a “problemática das forças produtivas” em cena: não seria melhor negócio promover o desenvolvimento técnico e esperar pelos “ganhos de produtividade” em tempo livre? Na verdade, esta proposta, se aponta para o fato importante que a redução da jornada de trabalho deve ser o objetivo principal a ser alcançado, ignora o aspecto político da questão: uma organização da produção que enfraqueça a participação operária na produção também a enfraquece politicamente, e inviabiliza a luta política que certamente seria necessária para obter a redução da jornada de trabalho reduzida. Um resultado possível, e efetivamente obtido na experiência da Rússia pós-revolucionária, é “o pior de dois mundos”: uma jornada de trabalho mais excruciante e com a mesma duração, ou mesmo com uma duração aumentada. Como diz Arbix:

A jornada de trabalho, dirigida pela “vontade única”, seria intensificada até os avançados anos 30 e a administração do Estado continuaria nas mãos dos dirigentes partidários, não sendo jamais repartida com os trabalhadores. Na produção, os métodos e técnicas vistos por Lenin como uma evolução da ciência humana não aceitariam o divórcio sugerido. Sua essência, um pouco mais complicada do que havia imaginado Lenin, tinha sua gênese na necessidade de se controlar o trabalho e o trabalhador de modo a permitir o crescimento contínuo da produtividade, entendida como Deus, patrão e padrão da produção capitalista. (ARBIX, 1997: p.25)

Naturalmente, no caso da Rússia, o aspecto de enfraquecimento da classe operária dentro da produção não pode ser entendido senão em relação à desaparecimento das formas

democráticas na URSS. A fórmula leninista de seis horas no trabalho e quatro na gestão do Estado não chegou sequer a ser testada, visto que as quatro horas diárias de democracia jamais se materializaram.

(2) Se as tarefas de levantamento e controle definidas pelo sistema Taylor forem realizadas pelas massas trabalhadoras, o taylorismo será não expropriação, mas socialização de saber. A principal fraqueza deste argumento é que entende a participação popular essencialmente como auxiliar na aplicação da disciplina taylorista. Estamos diante da mesma questão do “controle operário”: ora, se os trabalhadores, após o trabalho, “supervisionam”, quem efetivamente “faz”, “decide”? Ora, a relação de forças dentro da produção aumenta consideravelmente as possibilidades deste poder de decisão recair sobre os administradores, ou sobre a burocracia. Entretanto, deve-se reconhecer que, caso efetivamente fosse possível que, mesmo sem ter controle das condições imediatas de produção, os produtores imediatos exercessem um poder social efetivo através da sua participação ativa na gestão do Estado, isso teria uma importância significativa para a determinação do grau de socialização da economia. Para tanto, seria necessário que se desenvolvessem formas de ampliação da democracia no nível nacional. Isto será objeto de nosso próximo capítulo. Vale notar, entretanto, que o taylorismo acabou por fortalecer de maneira definitiva as tendências autoritárias da sociedade soviética, como bem notou Arbix:

(...) a mesma legitimidade alcançada pelo governo na sociedade sustentava o controle sobre o sistema produtivo. Funcionando como um complemento necessário à fragmentação social imposta pela ausência de democracia e direitos de organização e expressão, a micro-divisão operada nos processos de trabalho impedia que os trabalhadores exercessem atividades de concepção das tarefas, que seriam deixadas, naturalmente, nas mãos dos quadros técnicos gerenciais.

Essa organização do trabalho empurrava os trabalhadores a concentrarem-se apenas nos processos parciais da produção, em aberto contraste com os apelos oficiais, que convidavam todos a se voltarem para os objetivos maiores, fixados pelo Estado. A eficácia política deste sistema era evidente. Mas, do ponto de vista da produção, era a

desordem que comandava, com perda da capacidade de coordenação entre setores de uma mesma unidade e mesmo inter-empresas. (ARBIX, 1997: pp.27-28)

Este último ponto nos parece central, no que se refere à discussão do taylorismo na URSS: enquanto programa de reestruturação da produção com vistas a aumentar a produtividade, ele nunca foi implementado na URSS com o mesmo grau de eficiência que se verificava nos países ocidentais. Segundo URGENSE<sup>53</sup>, na URSS e nas outras STS predominava um *taylorismo arritmico*: por um lado, havia expropriação do saber operário, salário por peças, redução do trabalho a um ciclo de gestos repetitivos controlados pela normas de rentabilidade, trabalho em equipes e crescimento da importância do trabalho de vigilância, *características que são suficientes para definir o taylorismo* (URGENSE, 1982, p.102-103). Mas por outro lado, reinava uma profunda arritmia no processo produtivo, que tinha momentos “mortos” (em que a produção e a produtividade eram drasticamente reduzida) e “fortes” (em que o esforço de produção era drasticamente intensificado), o que se deve a uma série de fatores – sobre isso ver *infra* a discussão sobre os trabalhos da Escola Húngara de Economia –, cuja materialização mais visível eram as dificuldades de aprovisionamento. Assim, o ritmo constante e regulado que permitiu no Ocidente um crescimento da produtividade a níveis significativos, não pôde ser implementado na URSS.

Entretanto, o taylorismo, quando conjugado com o funcionamento do aparelho repressivo, foi fundamental para disciplinar a classe operária e atomizá-la até o ponto em que qualquer forma de auto-organização fosse impossível. Como notou Arbix:

Um dos fatores mais significativos que esteve na gênese do casamento entre o fordismo e o produtivismo socialista pode ser encontrado na firme disposição burocrático-governamental de coibir qualquer forma de oposição real e potencial emanada da sociedade. A hipercentralização da economia, entendida como instrumento do sucesso da União Soviética, não permitiria hesitações: a resistência dos camponeses contra a coletivização forçada e o ressentimento dos operários industriais diante dos sacrifícios impostos pela industrialização seriam alvos privilegiados da atenção governamental desde o período da guerra civil. (ARBIX, 1997: p.23)

---

<sup>53</sup> URGENSE: Unité de Recherches Grenobloise sur les Économies et les Normes du Socialisme Existant; grupo de pesquisadores influenciados pelo regulacionismo em seus primórdios, que na época em que foi elaborado o estudo aqui discutido (1980) compreendia: W.Andreef, A.Bayrou, Z.Chorfi, D.Durand, B.Moulin e I.Samsom.

Tendo estudado já dois movimentos ao longo dos quais se deu a separação entre o produtor direto e os meios de produção na URSS pós-revolucionária, daqui até o fim do capítulo, discutiremos alguns aspectos teóricos do primeiro desdobramento lógico da separação ente os produtores diretos e os meios de produção: a existência de classes sociais.

### (2.3) URGENSE e o “salariado atenuado”

Neste item discutiremos a tese, elaborada pelos autores do grupo URGENSE, segundo a qual nas STS haveria um “salariado atenuado”. Esta questão é importante porque nossa discussão está bastante calcada na idéia que havia um proletariado na URSS, e a predominância do salariado é o índice deste fato; o qualificativo “atenuado” parece introduzir uma objeção parcial a esta idéia, que portanto merece nossa atenção.

A expressão “salariado atenuado” quer dizer:

(...) um salariado que, sob o ângulo da mobilização da força de trabalho, é um salariado *não puro* (existência de limites não econômicos ao trabalho), parcial (o trabalho no mercado negro faz com que ele escape em parte da relação oficial de dominação) e frouxo (perda de controle sobre a mobilidade dos trabalhadores). (URGENSE, 1982: 109)

Vejamos, portanto, quais são as características que, na opinião de URGENSE, “amenizavam” o salariado nas STS, todas elas formando um quadro de “fraqueza do estímulo econômico”:

- (i) a relativa penúria de bens de consumo: segundo URGENSE, este fenômeno esvazia o significado econômico da quantia monetária paga como salário, e desestimula o empenho dos operários (que eram pagos por peça). Esta é uma tese clássica para explicar a baixa produtividade do trabalho nas STS, e ficou conhecida como tese da “poupança forçada” (*forced savings*). Ora, voltaremos a esta idéia na Parte III, mas já adiantamos que Asselain e Portes

mostraram (através da análise empírica) como o fenômeno da poupança forçada não tinha absolutamente o nível de generalidade que a teoria previa, nem tampouco como conseqüência a desvalorização *social* da moeda. Segundo Asselain,

Para além da diversidade de situações particulares, devemos sublinhar que em nenhum caso estamos próximos de uma completa desvalorização social da moeda. A prática frequente do segundo emprego em todos os níveis de renda – sacrifício deliberado de lazer por ganho monetário – é suficiente para testemunhá-lo. Para o conjunto dos domicílios, o *constrangimento orçamentário* (necessidade de viver dentro de seu orçamento - CRB) *continua determinante* (grifado no original). Com raras exceções, o montante consumido é diretamente função da renda (...). (ASSELAÏN, 1981: p.42)

- (ii) a possibilidade de ganhos trabalhando para o mercado negro: é verdade que a “segundo jornada” realmente é um fator de redução da produtividade, uma vez que o trabalhador dedica menos energia a cada uma de suas atividades do que dedicaria caso tivesse apenas uma ocupação. Entretanto, se é verdade que este fato dificulta a aplicação do programa taylorista, não vemos em que o trabalhador ter dois empregos dificulta em qualquer sentido a identificação do salariado capitalista. O empenho na produção é um recurso de mercado disponível ao trabalhador, e ele o vende segundo as oportunidades que se lhe oferecem.
- (iii) A penúria de mão-de-obra: este é um caso um pouco mais complexo, mas como veremos, tampouco implica uma alteração da natureza do salariado. Como bem nota URGENSE, nas STS há

*(...) uma contradição entre uma penúria global e os excedentes locais de mão-de-obra.* Esta contradição não pode ser compreendida senão à luz do funcionamento de conjunto das ECP (Economias Centralmente Planificadas – CRB). (...) Diante do controle da execução de seus planos pela administração, as empresas adotam diversas práticas de gestão em violação do exposto no plano, entre as quais uma das mais importantes é a constituição de reservas ou estoques, não declarados à administração, de diversos recursos; estes permitirão fazer face aos futuros problemas de aprovisionamento e à arritmia do processo de trabalho. Daí que a mão de obra se encontra, assim, colocada de

reserva no interior das empresas. Os trabalhadores correspondentes, remunerados por salários fracos, são normalmente encarregados de tarefas auxiliares e por vezes mesmo totalmente desocupados em certos períodos do ano. Estes são os trabalhadores supranumerários. (URGENSE, 1982: p.110)

Deve-se notar ainda que os trabalhadores, vistos como “recursos”, apresentavam aos olhos dos administradores uma grande vantagem sobre os outros “recursos” escassos: eles podiam ser contratados diretamente com moeda, e, segundo Kornai, era muito mais provável que uma empresa conseguisse recursos monetários adicionais do centro do que recursos materiais. Isso se explica facilmente: em princípio, o Estado podia emitir moeda adicional sempre que considerasse um pedido justo, mas havia um limite físico para o atendimento de pedidos por recursos materiais (naturalmente, esse processo tinha um limite: ver *infra* o exemplo da inflação estalinista). Alguns pontos de estrangulamento da produção podiam assim ser superados pela substituição de um recurso escasso por trabalho humano.

Daí a competição entre empresas por mão-de-obra, que efetivamente melhorava a posição dos trabalhadores nas negociações com as empresas, e explica por que estas tinham que ser tolerantes com seus atrasos, pequenos furtos, ritmos lentos, etc.

Ora, esta “vantagem” do trabalho humano se explica justamente por seu caráter salarial: é o fato de que ele é remunerado monetariamente (e que aí cessam as obrigações da empresa contratante) que incentiva as empresas a disputá-lo, e é esse mesmo fato que faz com que o mercado de trabalho seja também um “mercado de vendedores”, embora em grau menor que os outros mercados nas STS, uma vez que os trabalhadores, como disse Asselain na citação acima, tinham “constrangimento orçamentário rígido”. Portanto, longe de representar uma mudança da natureza do salariado, a penúria de mão-de-obra é apenas uma conseqüência da existência do mercado de trabalho em uma economia estatizada.

- (iv) O não-controle pelo plano da mobilidade da força de trabalho: argumento que nos parece surpreendente, uma vez que este mesmo fato serve de base para nosso argumento de que existia um mercado de trabalho na URSS. Vejamos como URGENSE justifica a sua utilização para seus propósitos argumentativos:

Se levamos em conta, ainda, o não-controle pelo plano da mobilidade da força de trabalho, quer dizer, o fato de que a mobilização escapa em parte às exigências da produção e da acumulação, somos levados a sugerir que nas ECP *se reproduz uma relação salarial atenuada*. (URGENSE, 1982: p.109)

Ora, aqui nos parece haver um mal-entendido sobre a situação mesma do assalariado no sistema capitalista. No capitalismo, o operário só é obrigado a se submeter às “exigências da produção e da acumulação” porque deve se submeter às exigências de lucratividade de *algum capitalista*, mas não de *um capitalista específico*, como bem notou G. Coehn. Portanto, é próprio do capitalismo, aliás, é mesmo definidor do capitalismo que o operário pode mover-se em busca de um melhor emprego tanto quanto sua situação econômica lhe permitir.

É interessante notar que URGENSE não recorre ao argumento da “garantia do trabalho” nas STS, como faz Sweezy, para afirmar o caráter não-capitalista destas sociedades. Segundo URGENSE, a garantia do emprego é mais uma função da dinâmica interna da economia do que uma garantia legal, que aliás pode causar certas ilusões: além disso, embora haja a garantia contra o desemprego absoluto (o que sem dúvida já é uma grande coisa), muitos (30% dos homens e 40% das mulheres da Tchecoslováquia em 1980) exercem funções abaixo de sua qualificação. Enfim, há o “desemprego no local de trabalho”, o estoque de mão de obra não-utilizada ou sub-utilizada nas empresas<sup>54</sup>.

Enfim, não podemos concordar com URGENSE quando ela entende o salariado atenuado como algo essencialmente diferente do salariado capitalista. De fato, dentro de nosso esquema teórico, o salário é a forma capitalista por natureza; embora naturalmente, possa ter características específicas dependendo de o grau em que, por exemplo, o MPC é dominante em uma determinada formação social.

Mas isso não quer dizer que não aceitemos a idéia que, por exemplo, a garantia de emprego, com todas as suas limitações, seja um verdadeiro benefício para a classe trabalhadora, efetivamente impedindo que a exploração capitalista chegue a extremos para os quais naturalmente tenderia. Entretanto, este nos parece apenas mais um benefício

---

<sup>54</sup> Lembramos ainda que, segundo Ticktin (1976), a Espanha também tinha uma lei que proibia as empresas de demitirem seus trabalhadores antes que estes obtivessem uma nova colocação (p.37).

conseguido pela classe operária em sua luta por melhores condições de trabalho, que mostra o quanto é específico o mercado de trabalho. É verdade que este benefício é gerado, como vimos, não apenas pela legislação existente mas pela dinâmica mesma das STS. Mas o mais importante é que as formas de “resistência passiva” (absenteísmo, falta de empenho na execução, participação no mercado negro, indisciplina) é a única forma de luta que restou à classe trabalhadora, e que são as mesmas características (a hipercentralização em especial) que lhes dão essas “vantagens” (visto que a planificação hiper-centralizada impede o planejamento eficiente) e que lhes tiram o direito mínimo de se organizar em sindicatos independentes para negociar aumentos salariais. De fato, como bem argumenta Sapir, a proibição de organizações operárias independentes está ligada à situação de penúria de mão-de-obra, e vice-versa. Uma vez impossibilitados de influir sobre a produção por meio de suas organizações, os operários “*votam com os pés*”. Como diz Sapir:

A situação de penúria de mão-de-obra conduz o poder a colocar em ação um sistema coercitivo extremamente brutal, cuja aplicação permanece entretanto aleatória em muitos casos (...) Isto produz o comportamento da classe trabalhadora soviética que exprime sua insatisfação de maneira individual, por uma extrema mobilidade de fábrica em fábrica. A gravidade da penúria de mão-de-obra faz com que a legislação visando estabilizar a força de trabalho seja, no mais das vezes, inoperante, em razão da *cumplicidade ativa dos diretores* (grifo nosso – CRB). (SAPIR, 1985:165)

Enfim, embora reconheçamos um grau razoável de politização da relação salarial, afirmamos que este fenômeno não é absolutamente desconhecido no capitalismo ocidental (é mesmo a regra no capitalismo europeu ocidental). E mais: seja em seu aspecto vantajoso para a classe operária (uma melhor posição na negociação de seu contrato), seja em seu aspecto repressivo (que segundo Sapir, funciona de maneira “aleatória”), não chega a moldar o sistema social até o ponto de nos distanciarmos do “sariado capitalista”. Aliás, é surpreendente que estes dois aspectos sejam apresentados como argumentos em favor da mesma tese, como é o caso do texto de URGENSE em discussão. É fácil perceber que, se um dos dois aspectos moldasse o sistema social, o outro seria suprimido: se a alocação da força de trabalho fosse primordialmente autoritária, os trabalhadores não estariam em posição vantajosa no mercado de trabalho, muito pelo contrário, estariam tendencialmente

reduzidos à escravidão. Por outro lado, se esta posição fosse vantajosa até o ponto em que os trabalhadores efetivamente tivessem controle sobre suas condições de trabalho, isso indicaria que a alocação autoritária fora reduzida a um mínimo.

Neste item tratamos da existência de um proletariado na URSS. No próximo item, entretanto, enfrentaremos uma questão que remete diretamente ao aspecto mais contra-intuitivo da teoria do CDE: a forma de existência da burguesia em uma economia sem propriedade pessoal dos meios de produção.

#### **(2.4) A Burguesia de Estado e sua Propriedade:**

Tendo identificado a permanência (e mesmo o aprofundamento) da divisão capitalista do trabalho na URSS, devemos agora nos colocar uma outra questão. Uma vez que podemos identificar na URSS um proletariado, onde identificaríamos uma burguesia? Naturalmente, não incorreremos no “erro” dos teóricos oficiais do estalinismo que admitiam a existência de um proletariado ao mesmo tempo em que defendiam que na URSS não havia classes exploradoras. Ora, isto é um contra-senso. Se os produtores diretos estão separados dos meios de produção, e são por isso forçados a vender sua força de trabalho, são forçados a vender para alguém, e nossa suspeita é que este alguém detenha a posse dos meios de produção de alguma forma.

Neste ponto retomaremos a questão da propriedade privada, discutida amplamente no primeiro capítulo, para colocar pela primeira vez a questão das classes sociais no CDE. Como veremos, a existência de *propriedade social do capital*, isto é, *não pessoal*, traz problemas para a identificação sociográfica das diferentes classes.

O problema surge em decorrência do fato que, ao admitirmos que possa haver propriedade capitalista sem que haja títulos de propriedade emitidos em favor de indivíduos concretos (seres humanos), somos forçosamente colocados frente ao problema de identificar certos indivíduos como uma classe de “proprietários” por um outro critério que não o da posse do título de propriedade. Naturalmente, não poderíamos identificar relações de produção capitalistas sem isolar uma burguesia.

O problema da propriedade privada “social” aparece já no capitalismo do final do século XIX. Marx percebia o surgimento das sociedades anônimas como uma forma de superação da propriedade privada dentro do capitalismo. Esta reflexão ocupa todo o Capítulo XXVII do Livro III do *Capital*, “O papel do Crédito na Produção Capitalista”. Neste texto, Marx se refere da seguinte forma ao processo de formação das sociedades anônimas:

O capital, que repousa sobre um regime social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, adquire assim diretamente a forma de capital da sociedade (capital de indivíduos diretamente associados) *por oposição ao capital privado* (grifo nosso – CRB), e suas empresas aparecem como empresas sociais por oposição às empresas privadas. *É a supressão do capital como propriedade privada dentro dos limites do mesmo regime capitalista de produção* (grifo nosso – CRB). (MARX, 1978: p.415)

Mais adiante Marx escreve:

Isto equivale à supressão do regime de produção capitalista dentro do próprio regime de produção capitalista e, portanto, a uma contradição que se anula a si mesma e aparece *prima facie* como simples fase de transição em direção a uma nova fase da produção. (MARX, 1978: p.417)

Estas declarações (especialmente a segunda, em que se abole o “regime de produção” capitalista) são efetivamente surpreendentes. Se argumentamos que, para Marx, o que define o capitalismo são as relações de produção, a relação capital-trabalho, como poderíamos pensar que a simples substituição do capitalista individual por uma *board of directors* poderia extinguir o capitalismo. Naturalmente, poderíamos argumentar que a abolição do regime de produção se dá dentro do regime de produção, mas esta frase, considerada em si, é simplesmente sem sentido. Ignorando, portanto, a forma truncada pela qual o argumento é apresentado, examinemos o conteúdo da argumentação considerada como um todo.

Uma formulação que nos parece esclarecer a questão é a seguinte:

O sistema de ações engendra já a antítese da forma tradicional em que os meios de produção social aparecem como propriedade individual; mas, ao revestir a forma de ação, seguem enquadrados dentro do marco capitalista; por conseguinte, este sistema, em vez de superar o antagonismo entre o caráter da riqueza como riqueza social e como riqueza privada, se limita a imprimir-lhe uma nova forma. (MARX, 1978: p.418)

Portanto, se é verdade que o próprio desenvolvimento do capitalismo engendra o fim da propriedade pessoal, também é verdade que, se as relações de produção (o “marco capitalista”) permanecem inalteradas, o capitalismo tende a domesticar esta tendência: a propriedade social é reapropriada “por uns poucos” (Marx, 418)

Ao nosso ver, a chave para entender este capítulo está nas considerações de Marx sobre o desenvolvimento da produção cooperativa. Vale a pena apresentar esta argumentação por extenso.

As fábricas cooperativas de operários são, dentro da forma tradicional, a primeira brecha aberta nela (na nova forma de propriedade capitalista - CRB); apesar de que, onde quer que existam, sua organização efetiva apresenta, naturalmente, e não pode deixar de apresentar, todos os defeitos do sistema existente. Mas, dentro destas fábricas aparece abolido o antagonismo entre o capital e o trabalho; ainda que, neste momento, somente sob uma forma em que os operários associados são seus próprios capitalistas, quer dizer, empregam os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Estas fábricas demonstram como, ao chegarmos a uma determinada fase de desenvolvimento das forças materiais produzidas e das formas sociais de produção adequadas a elas, do seio do regime de produção se desenvolve naturalmente outro novo. Sem o sistema fabril derivado do regime capitalista de produção, não se poderiam ter desenvolvido as fábricas cooperativas; e muito menos sem o sistema de crédito, fruto do mesmo regime de produção. O sistema de crédito, base fundamental para a gradual transformação das empresas privadas capitalistas em sociedades anônimas capitalistas, constitui também o meio para a extensão paulatina das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações devem ser consideradas, tanto quanto as fábricas cooperativas, como formas de transição entre o regime capitalista de produção e o da produção associada; a única diferença é que num caso o antagonismo parece

abolido negativamente, enquanto que no outro caso aparece abolido positivamente.  
(MARX, 1978: p.419).

Nossa interpretação do texto acima é a seguinte: o desenvolvimento do capitalismo favorece a superação da propriedade privada, mas o desenvolvimento das “forças materiais” por si só não implica que esta seja substituída pela propriedade social. No sistema das sociedades por ações esta tendência é realizada de forma “passiva”, e, dada a existência das relações de produção capitalistas e, portanto, das classes sociais do capitalismo, a classe dominante tende a se apropriar deste tipo de propriedade social, que continua, portanto, como propriedade capitalista.<sup>55</sup> No sistema das cooperativas, onde “aparece abolido o antagonismo entre capital e trabalho”, esta propriedade já - não pessoal vai se tornando cada vez mais social.

A chave para a distinção está na diferença entre abolição “negativa” da propriedade privada e abolição “positiva”. Na abolição negativa, a propriedade privada tende a desaparecer, mas, dado que nada surge em seu lugar, ela tende a se re-organizar, caso permaneçam presentes as classes às quais esta propriedade estava historicamente, e sociologicamente, ligada. No caso da abolição positiva, por outro lado, surgem novas relações de produção (no lugar da antiga relação capital-trabalho), que tendem a tornar a desapareição da propriedade privada permanente.

Entenderemos, portanto, a propriedade privada social como aquela que é fruto da *abolição negativa* da propriedade privada, entendida como propriedade pessoal. Em nossa opinião, as relações de propriedade na URSS eram deste tipo, o que se coaduna de maneira razoavelmente clara com nossa argumentação anterior de que as relações de produção capitalistas não haviam sido eliminadas.

---

<sup>55</sup> Como diz Offe: “o advento da “produção privada sem o controle da propriedade privada”, ou seja, o desenvolvimento *necessário* de elementos estruturais heterônomos, levou Engels à expectativa de que com isso se estivesse “preparando de forma satisfatória o terreno para a expropriação futura pela sociedade global”, enquanto Marx se limita a interpretar o sistema das sociedades anônimas como uma “superação latente da propriedade do capital”. De forma inequívoca, transparece em ambos a concepção de uma incompatibilidade estrutural crescente entre as relações de apropriação capitalistas e as inovações institucionais que se formam em consequência do modo de produção capitalista, ou funcionam como meio para a sua conservação. (OFFE, 1984: pp.180-181)

É interessante notar ainda que Marx via nas sociedades anônimas uma forma de “capitalista coletivo”, e a mesma expressão é utilizada por Engels para se referir ao Estado quando este se torna proprietário das empresas capitalistas.

O que fica claro é que a existência de relações de produção capitalistas na ausência de propriedade pessoal dos meios de produção, traz dificuldades consideráveis para uma definição rigorosa da estrutura de classes em uma sociedade dada. A primeira dificuldade está em saber se devemos realmente procurar por um grupo de *indivíduos*. Os autores reunidos em Cutler (*et.al.*) argumentam que

Nada, aqui, nos informa que os agentes da produção capitalista devem ser indivíduos humanos. O capitalista deve ser reconhecido como um agente para as finalidades das leis contratual e de propriedade, mas não há razão pela qual a categoria de agentes devidamente reconhecidos para esses objetivos se deva limitar aos indivíduos humanos. A categoria de agentes capazes de operar como um capitalista é uma função do sistema jurídico da formação social em questão. Por exemplo, uma série de leis em meados do século XIX, na Grã-Bretanha, começando com a lei das Sociedades Anônimas de 1844 (...) estabeleceram uma nova categoria de agente econômico capaz de funcionar como *locus* de decisão e de celebrar contratos com empregados e outros agentes. (...) Um capitalista deve ser capaz de calcular em termos de mercadorias, e deve ser capaz de dar instruções e supervisionar o trabalho de seus empregados. Mas não há necessidade, no conceito de posse capitalista, de que tais tarefas sejam desempenhadas por um único indivíduo humano. O cálculo, por exemplo, pode ser efetuado por um aparelho organizacional que envolve tanto pessoas quanto máquinas (por exemplo, computadores, tabuladores e classificadores, etc.), de modo que os produtos do cálculo não podem, de modo algum, ser reduzidos ao trabalho de qualquer indivíduo humano. (...) Mas se os cálculos capitalistas e a supervisão podem ser realizados por um grupo ou por um aparelho, não há necessidade de que o capitalista seja um indivíduo humano. (CUTLER *et. al.*, 1980: p.253-254).

Mas adiante neste mesmo texto, sintetizam seu argumento:

O marxismo tem sustentado, tradicionalmente, que as classes consistem em indivíduos humanos e, em particular, que as relações de produção são essencialmente relações entre classes, isto é, entre sujeitos humanos como membros de classes distintas. Nessa concepção, a sociedade anônima, ou a ordem religiosa, funcionando como um

latifúndio feudal na Europa Medieval, só aparentemente podem funcionar como locus independente de decisão, quando, na verdade, são a criação de um ou mais sujeitos humanos, de seus grandes acionistas, diretores e supervisores, num caso, e de bispos, abades, etc. no outro. (CUTLER *et.al.*, 1980: p.262)

Portanto, podemos pensar em classes formadas por grupos que, somente considerados como tais são uma classe: neste ponto, o exemplo das ordens religiosas que funcionavam como senhores feudais é especialmente feliz. Esta consideração é importante, pois no terceiro volume, Bettelheim fará uma distinção dentro da classe dominante soviética que passará pelo reconhecimento do partido como fração de classe, entendido exatamente da maneira sugerida acima: não se trata de dizer que cada membro do partido seja um burguês, mas que o partido, como grupo, atua desta forma.

Mas esta afirmação não resolve nosso problema, pois ainda não temos idéia de quem, exatamente, desempenha o papel de burguesia. Isto ocorre porque trata-se de uma concepção exclusivamente *funcional*; para termos idéia da importância deste problema, consideremos a posição de Castoriadis, a ser discutida com mais detalhe no capítulo seguinte, que tem uma postura teórica geral bastante semelhante à de Bettelheim (foco nas relações de produção e diagnóstico de "capitalismo burocrático": lembremos que no primeiro volume das *Lutas* Bettelheim fala de burguesia de Estado, ou burguesia burocrática de Estado. A proximidade já foi notada na literatura de comentário, como em Fernandes, *supra*, p.xl). Castoriadis afirma a existência de um "capitalismo burocrático" na URSS, e afirma que a burocracia exerce o papel (ou a função) que antes era da burguesia. Esta idéia, ao nosso ver, pode nos conduzir a equívocos: por exemplo, os militares fazem parte da burguesia, cumprem funções burguesas? E os funcionários do correio? E os responsáveis pelo departamento de trânsito, pelo comissariado de educação? Nos parece bastante duvidoso que estes atores possam ser considerados burgueses, mas nos parece que inequivocamente são burocratas.

A principal dificuldade da detecção das classes dominantes na URSS está, portanto, em diferenciar *dentro* do setor estatal, em primeiro lugar, os envolvidos na administração econômica; mas mais do que isto, entre agentes envolvidos na planificação, na gestão direta da fábrica, na administração do monobanco, etc.

Se definimos a burguesia como a classe que detém os meios de produção no capitalismo e, se a opomos ao proletariado, devemos determinar quem “detém” o poder sobre os meios de produção. Esta tarefa é difícil, pois aqui *os direitos de propriedade estão fragmentados*: os administradores de empresa, por exemplo, organizam a gestão cotidiana da fábrica e tomam importantes decisões de caráter técnico, a função que Cutler (*et.al*). denominam “coordenação e supervisão”. Mas a principal dificuldade está em que as outras funções que tais autores atribuem ao capitalista – direção de investimento, planejamento de produção, operações da produção – são determinados em um complexo processo de negociação entre empresas e autoridades planejadoras. Envolve, portanto, uma discussão aprofundada das formas de exercício do poder estatal, que será objeto de nosso quarto capítulo.

Mas não abandonaremos nosso capítulo sem dar uma resposta a esta questão: quem constitui a burguesia estatal na URSS? Nossa resposta se dá pela articulação de quatro argumentos, que se referem a diferentes aspectos da definição de burguesia. Aqui apresentaremos apenas três desses argumentos.

Nosso primeiro argumento implica um deslocamento do eixo em que normalmente essa questão é pensada, e pode parecer um argumento *ex machina*. Neste ponto, como ao longo da tese, procuraremos entender cada elemento da estrutura nos termos de sua relação com os outros termos, e sugerimos que a identificação sociográfica da burguesia seja realizada a partir da discussão da classe que se lhe opõe dentro do processo de produção capitalista: o proletariado.

Como vimos, é fundamental, para que se argumente que havia um proletariado na URSS, que os membros da classe dos produtores diretos não sejam considerados parte dos meios de produção, como na escravidão. Isto é, na expressão de G.A. Cohen, cada proletário é obrigado (pela sua separação frente meios de produção que pudessem garantir sua subsistência) a vender sua força de trabalho para algum membro da classe capitalista (sob pena de morrer de fome), mas não é obrigado a vender sua força de trabalho a nenhum membro específico da classe capitalista. Ao contrário, o escravo é obrigado a ceder sua força de trabalho a um membro específico da classe escravocrata.

É fundamental para a definição do proletariado, portanto, a idéia do mercado de trabalho. Como sabemos, o mercado de trabalho é, na maioria dos países capitalistas

contemporâneos, bastante politizado. De fato, dispositivos como a liberdade sindical e o seguro-desemprego, como nota Cohen, podem mesmo amenizar bastante a obrigação de vender a força de trabalho. Mas o que aqui é conceitualmente importante é a inexistência da referida obrigação de vender sua força de trabalho a um capitalista específico. Isto é, a relação do trabalhador com o detentor dos meios de produção deve se dar por meio de um contrato, estabelecido entre ambos como contrato entre partes iguais; os efeitos ideológicos do salário são centrais à sua definição.

Ora, estamos partindo da premissa, ao longo de toda esta tese, que, na URSS, a alocação da força de trabalho se dava por meios essencialmente mercantis. Admitimos que o grau de verossimilhança desta afirmação varie conforme o período estudado, mas achamos que ela é essencialmente verdadeira para o setor industrial urbano (não o é em geral para o *kolkhoz*, obviamente não o é para o trabalho forçado, dos quais trataremos no capítulo IV).

Ora, isto posto, *definiremos como burgueses na URSS os administradores de empresas*, rubrica sob a qual incluiremos os envolvidos com a administração econômica situados entre os diretores de empresa e de Glavki (grandes trustes de Estado). Os escolhemos como membros da burguesia não apenas por serem encarregados da supervisão cotidiana do processo de trabalho, mas sobretudo por serem eles os que decidem a contratação de operários: é com eles que os operários se defrontam no mercado de trabalho, e com eles estabelecem *contratos*.

Nosso segundo argumento parte da distinção entre diferentes segmentos sociais dentro do setor estatal. No capítulo seguinte, nos debruçaremos mais atentamente sobre o problema da burocracia, mas aqui cabe fazer uma distinção importante, que extraímos do trabalho de Grossman: a distinção entre *khozyaistvenniki* e *apparatchki*.

Os *khozyaistvenniki* são os administradores do setor econômico que são responsáveis pela produção e respondem pelos resultados, que podem ser medidos de maneira mais ou menos objetiva. O *khozyaistvennik* é o nosso burguês de Estado. Mesmo Grossman, que trabalha com um referencial diferente do nosso, afirma:

O *khozyaistvennik* é a contraparte soviética do empresário capitalista, cuja habilidade especial está em procurar oportunidades de lucro. Ele é normalmente um engenheiro treinado; muitas das questões com as quais ele deve lidar são questões de

engenharia. O “malabarista” *khozyaistvennik* sabe onde os recursos estão, tem conexões que transcendem fronteiras ministeriais, sabe como garantir patronos poderosos, e é capaz de criar soluções inovadoras. (...) o *khozaistvennik* é um trabalhador incansável – um *workaholic* que vive, come, e bebe no seu trabalho. (GREGORY, 1989: p.515)

A grande dificuldade em ser um *khozyaistvennik* está no fato que seu trabalho seria virtualmente impossível se ele se ativesse às normas legais (ou estabelecidas pelo plano).

Se o *khozyaistvennik* observasse todas estas regras e leis, ele se veria impossibilitado de satisfazer seus superiores com seus resultados. Ele portanto deve quebrar as regras e mesmo as leis. Seus superiores lhe dizem para usar quaisquer meios possíveis para obter sucesso. Este, de fato, é seu trabalho. A literatura soviética enfatiza o risco inerente de ser um *khozyaistvennik* e a necessidade de se quebrar regras e leis. (GREGORY, 1989: p.516)

Ora, a necessidade de se entrar em conflito constante com o sistema legal mostra que há uma oposição clara entre relações de produção e certos aspectos do sistema legal. Nos parece claro que esta oposição é entre empresas essencialmente capitalistas e um aparato econômico estatal que limita a inclinação “natural” do empresário a se orientar pelos critérios do egoísmo de empresa (isto é, pelo resultado conjunto de outros empresários se orientando da mesma forma). Como veremos no capítulo IV, a atuação do *khozyaistvennik* envolve muitos aspectos diferentes, alguns relacionados à busca de lucros, outros relacionados à formação de redes corporativas em que se obtêm recursos raros por vínculos políticos de lealdade (o *blat*).

Em oposição ao *khozyaistvennik* está o *apparatchik*, o funcionário encarregado de “documentação técnica, estabelecimento de normas, ou o planejamento de produção ou de fornecimento” (GREGORY, 1989: p.518). Os funcionários do Gosplan se encaixam nesta categoria. Os *apparatchiki* são os limites à livre ação dos *kozyaistvenniki*: eles os limitam e controlam, e têm a importante função de informar o centro sobre as atividades dos *kozyaistvenniki*. O fato que não podem normalmente ser cobrados em função de resultados objetivos mensuráveis contribui para que sejam menos predispostos a falsificar informações do que os *kozyaistvenniki*.

O que é importante neste momento de nossa argumentação é sustentar que a burguesia de Estado (os *khozyaistveniki*) deve ser distinguida da burocracia (*apparatchiki*) nas STS. A maneira pela qual elas se interrelacionam é complexa, e será melhor elucidada no quarto capítulo.

O terceiro argumento se baseia em nossa resposta particular a uma questão bastante debatida na bibliografia sobre a estratificação social na URSS: não seriam os *khozyaistveniki* parte da classe operária, visto que recebem seus rendimentos sob a forma de salários? É o que afirmam os autores de Hindess (*et.al.*):

Em particular, a distinção manual/não manual, embora necessária para os modos capitalistas de posse, não é em si uma distinção de classe. Os trabalhadores não manuais podem ser pagos de maneira diferente dos trabalhadores manuais e podem ter condições de trabalho diferentes, mas estão igualmente separados dos meios de produção (CUTLER *et.al.*, 1980: p.241).

De fato, esta interpretação pode reivindicar a fidelidade à letra de Marx, que escreveu no mesmo capítulo XXVII do Livro III do *Capital*:

(...) pois o pagamento do gerente é ou deve ser um simples salário para remunerar um certo tipo de trabalho qualificado cujo preço regula o mercado de trabalho, como o de outro trabalho qualquer. (MARX, 1978: p.415)

Entretanto, há uma diferença significativa entre o gerente e o assalariado no que se refere à sua posição de poder dentro da produção. Isso pode ser visto pelo fato que um gerente pode normalmente demitir ou contratar um trabalhador manual, ao passo que um trabalhador manual dificilmente demitirá um gerente, e menos provavelmente ainda contratará o presidente da empresa (que pode ser apenas um gerente). A linha de poder desce verticalmente de maneira mais ou menos inequívoca.

De fato, nos parece que a instituição do diretor único tende a produzir mecanismos pelos quais o diretor não seja apenas um trabalhador que cumpre seu horário: seria difícil “taylorizá-lo”, entre outras razões porque alguém precisaria cuidar das dificuldades administrativas que citamos quando nos referimos aos *khozaystvennik*, e estas dificuldades surgem exatamente da incapacidade do Estado de decidir pela empresa (daí a necessidade

de delegar poderes). Será necessário, então, criar dispositivos que o façam sentir identificado com a empresa como um todo (ao contrário do trabalhador manual, que só precisa se preocupar com o cumprimento de sua tarefa), *agindo portanto como se fosse um capitalista ocidental*. Ora, estes mecanismos se desenvolveram na URSS através de um sistema de prêmios, que representavam uma parte importante do rendimento de trabalhadores e diretores de empresa (mas não dos *apparatchikki*, como nota Gregory, que normalmente sequer conhecem as normas de atribuição de prêmios). Mas há entre os dois casos uma distinção fundamental:

Os prêmios dos trabalhadores manuais são concedidos por desempenho individual:

Os prêmios do pessoal operário são atribuídos pelas performances seguintes: ultrapassagem do plano de produção, de produtividade, de normas de rendimento; desserte de uma máquina suplementária; execução do plano de qualidade, de nomenclatura da produção, cumprimento de uma tarefa no tempo planejado, (...) Seguem-se os prêmios individualizados (...) prêmios de sobriedade, de exatidão, de regularidade (...) (LAVIGNE, 1981: p.98)

Por outro lado, os prêmios dos quadros de empresa são concedidos por desempenho da empresa. Vejamos alguns critérios:

(...) produção vendida, rentabilidade, produtividade do trabalho, aproveitamento das capacidades produtivas, baixa do custo, realização de uma produção de qualidade superior em uma porcentagem dada da produção total, execução correta dos contratos, ausência de reclamações. (LAVIGNE, 1981: p.99)

A origem da remuneração é também diferente: há um *fundo de salários* (que paga os operários exclusivamente) e um *fundo de encorajamento material* (que paga principalmente os quadros, ver LAVIGNE, 1987).

Tendo sua remuneração ligada ao funcionamento da empresa, o diretor tem um bom incentivo para identificar-se com ela e atuar em função de seu interesse (tornar-se um “funcionário do capital”), o que não é o caso do operário: ele tranquilamente sacrificará os interesses da empresa, e constantemente o faz, como vimos. O que vemos, portanto, é *um movimento de reforço, no campo da remuneração, da identificação entre o diretor de*

*empresa e sua empresa*: uma breve olhada nos critérios de concessão de prêmios para os diretores mostra que sua remuneração vai se tornando função de seu bom desempenho enquanto proprietário de sua empresa. Portanto, aqui também acreditamos que os dados suportam nossa tese que a permanência das estruturas capitalistas (no caso, a separação entre trabalho intelectual e braçal) tende a engendrar progressivamente pressões no sentido do fortalecimento e do desenvolvimento dos mecanismos característicos do capitalismo.

Nosso último argumento se refere à inserção dos diretores de empresa dentro da dinâmica global das economias do Leste. Entretanto, para apresentar esta idéia, precisaremos antes nos aprofundar no estudo da reprodução econômica na URSS, o que só faremos no capítulo IV, quando apresentaremos a teoria dos ciclos econômicos. Então procuraremos mostrar como os diretores se diferenciam dos burocratas, o quanto é importante a prática de contratar no mercado de trabalho para o funcionamento global da economia (inclusive para o funcionamento do mercado), e o quanto estão empenhados em fazer crescer a produção de suas empresas.

Dada esta caracterização, entretanto, chamamos atenção para um fato importante: a identificação dos administradores de empresa como burgueses de Estado, nos termos descritos acima, foi elaborada dentro da argumentação dos dois primeiros volumes das *Lutas*, onde se trata dos períodos anteriores à constituição do sistema de planificação econômica stalinista. Daí a facilidade com que Bettelheim identifica na URSS um alto grau de desenvolvimento da autonomia de empresa, a aplicação do princípio do *khozraschot*, etc. No que se refere ao período stalinista, entretanto, esses fenômenos são contrabalançados por uma série de outras dinâmicas, o que faz com que os administradores de empresa, embora ainda ocupem um papel importante, sejam incluídos em uma categoria sociológica mais ampla: a burguesia de partido. Mas isso será assunto para nosso capítulo IV.

## Apêndice I:

### O Mercado de Trabalho na URSS

Como afirmamos no início do capítulo, estamos partindo da hipótese que na URSS havia um mercado de trabalho, isto é, de que a força de trabalho era uma mercadoria. A importância desse fato para a teoria do CDE dificilmente poderia ser subestimada. Ela é sua prestação de contas a um critério de verificação sugerido por críticos ferozes da tese do CDE, como Dallemagne:

Além do mais, entre essa pseudo-identificação de classe e sua caracterização de burguesia atenuada pelo epíteto “de Estado”, há uma demonstração que Bettelheim não faz. A burguesia não é o conjunto dos detentores-proprietários dos bens e meios de produção. Essa classe definida no nível do MPC em seu conjunto extorpe a mais-valia ao valorizar o valor (*en mettant la valeur en valeur*), conforme à categoria capital. O que implica a transformação da força de trabalho em mercadoria. *Tal é a relação de produção que define a burguesia* (grifo nosso – CRB). Sobre esse ponto decisivo, Bettelheim está mudo. Ele se contenta em evocar a ditadura dessa “burguesia” sobre os trabalhadores graças aos bens e meios de produção.

Ora, ao que parece está instituído na URSS um “passaporte interior”. Uma medida bastante desagradável para os trabalhadores, mas que não constitui um fator de liberação de sua força de trabalho permitindo-lhes entrar em concorrência para vendê-la! (DALLEMAGNE, 1972: p.40)

Examinemos então como essa questão aparece na bibliografia. Desde já adiantamos que nosso trabalho de pesquisa bibliográfica, nos conduz a aceitar a idéia de que na URSS havia um mercado de trabalho. Isso não significa absolutamente que o mercado de trabalho fosse um mercado “livre”, isto é, que não houvesse constrangimentos políticos à

mercantilização da força de trabalho. No caso da URSS, isso se expresse sobretudo pela garantia de emprego, que já discutimos no tópico (2.4).

Nesse item, em que discutimos e rejeitamos a identificação, por URGENSE, de uma relação salarial atenuada, apresentamos o mecanismo básico de funcionamento do mercado de trabalho: a penúria da força de trabalho gerada pela garantia de venda (que se aplicava à força de trabalho bem como às outras mercadorias) forçava os administradores de empresa a tolerar a alta rotatividade da força de trabalho. No dizer de Alec Nove,

Os elementos de mercado estavam presentes porque os bons trabalhadores (muitas vezes quaisquer trabalhadores) eram raros, porque a mão-de-obra podia movimentar-se a despeito de qualquer restrição legal, e porque, embora limitada pelas restrições quanto a seu fundo salarial total, a gerência dispunha de algum terreno para manobra. (NOVE, 1963: p.285)

Entretanto, ao contrário das empresas que produziam as outras mercadorias, os vendedores de força de trabalho (os operários) tinham constrangimento orçamentário severo (precisavam viver dentro de seu orçamento). Isso teve consequências fundamentais para a dinâmica da economia soviética, uma vez que, para manter a produtividade do trabalho, a burocracia central precisou manter um certo nível de equilíbrio de mercado. Tal fica claro nos trabalhos de Portes e Asselain, que mostraram que os níveis de poupança não eram próximos aos supostos pelos estudiosos que consideravam o mercado de consumo soviético em permanente desequilíbrio.

Com o objetivo de não interromper nosso argumento, introduzindo um número excessivo de citações, reservamos para este apêndice a apresentação dos trabalhos a partir dos quais elaboramos nossa opinião sobre o mercado de trabalho na URSS.

Já quando comentava os resultados do primeiro plano quinquenal, Trotsky criticava os altos níveis de rotatividade da mão de obra na URSS:

Stalin nos informa que *na maioria dos estabelecimentos* (grifo do autor – CRB) a composição dos operários se modifica “no transcurso de meio ano, e inclusive de um semestre”, pelo menos em 30 a 40 por cento. Esta cifra, que pareceria inverossímil não fosse o próprio Stalin que a fornece, adquire um caráter particularmente ameaçador se levamos em conta a luta administrativa que a burocracia sindical, de acordo com a do

Partido e a dos Sovietes, empreendeu contra a flutuação no transcurso desses últimos anos. (TROTSKY, 1973: p.102)

Essa rotatividade teve consequências importantes. Segundo Holzman (1960), a intensa inflação (aberta) do período estalinista foi uma inflação essencialmente *salarial* (*wage inflation*) causada por

(...) uma feroz competição por trabalhadores, em especial trabalhadores qualificados, no mercado de trabalho. Tal competição foi possível porque *o mercado de trabalho, no começo dos anos trinta, era essencialmente um mercado livre* (grifo nosso – CRB). O resultado era uma rotatividade extremamente alta e um rápido crescimento dos salários, de maneira que, por todo o período anterior à guerra, houve um “surto salarial”, ou seja, o crescimento não-planejado do salário excedeu o crescimento planejado (HOLZMAN, 1960: pp.126-127)

Após 1939, as severas restrições penais, impostas tendo em vista conter a mobilidade do trabalho, tiveram como resultado o controle do processo inflacionário (aberto). O que é notável é que, como bem notou Hodgman, a burocracia central percebia o descontrole monetário decorrente da procura por força de trabalho como uma perda de poder, o que a levava a apertar os controles financeiros sobre as empresas: estas eram obrigadas então a se submeter à disciplina financeira, isto é, passavam a operar sob “constrangimento orçamentário” severo.

Naturalmente, não pretendemos com este exemplo, ou com essa dissertação, esgotar a questão da relação entre trabalho assalariado, categorias de mercado e disciplina financeira; à qual voltaremos no capítulo IV (sem tampouco esgotá-la), quando discutirmos os ciclos de investimento nos trabalhos dos fundadores da Escola Húngara de Economia. Mas apenas indicamos a existência de um vínculo sociológico forte entre a divisão capitalista do trabalho e a categoria salário, que se reflete no funcionamento das formas mercantis, as quais permanecem em vigor enquanto as relações de produção capitalistas sobreviverem.

Talvez a objeção mais comum (lembramos do comentário irônico de Dallemagne citado acima) à tese do mercado de trabalho na URSS seja a existência dos passaportes internos e autorizações de residência, ou *propiskas*, que em tese impediriam os

trabalhadores de se moverem livremente entre as diversas regiões do país em busca de melhores condições para vender sua força de trabalho. De fato, se esse sistema tivesse se mostrado eficaz, nossa hipótese se veria seriamente ameaçada.

Entretanto, não é o que mostra o trabalho de Buckley (1995). A autora analisa os resultados da política de “administração científica” da migração na URSS, e conclui que, embora o sistema de passaporte interno e *propiska* (autorização de residência) tenha sido eficaz em restringir o acesso de imigrantes ilegais aos serviços sociais básicos escassos<sup>56</sup>, não foi capaz de impedir a migração, em especial a migração do campo para a cidade, em função da penúria de mão-de-obra e da cumplicidade dos gerentes<sup>57</sup>.

O sistema de passaporte e *propiska* foi uma método mítico de administrar cientificamente os fluxos migratórios. O sistema administrativo revelou no geral uma baixa eficácia em controlar as correntes migratórias agregadas (grifo nosso – CRB). Pouco foi realizado em termos de prover informações precisas para os propósitos da planificação. O sistema exerceu, entretanto, uma importante função em termos de acesso a programas e benefícios sociais. (BUCKLEY, 1995: p.)

Sapir (1997), por outro lado, mostrou que havia uma alta correlação entre a variação de salários e a migração rural, o que reforça a idéia que a migração era condicionada pela situação do mercado de mão-de-obra<sup>58</sup>. No mesmo estudo, Sapir verifica uma forte

---

<sup>56</sup> A sobrecarga que a migração causou nesses serviços foi um fator determinante no resgate dessa herança czarista pelo governo de Stalin.

<sup>57</sup> É interessante notar que a autora considera que a originalidade de seu trabalho está justamente em mostrar que, por exercer esta função de restrição ao acesso a serviços sociais, o esforço estatal de controlar a mobilidade da força de trabalho não pode ser visto simplesmente como um fracasso administrativo, como o via a bibliografia anterior. Isto é, esses trabalhos eram ainda mais enfáticos na afirmação da ineficácia do controle de migração. Dada a dificuldade em encontrar essa bibliografia em bibliotecas brasileiras, expomos aqui o balanço da autora: “Em seu exame da redistribuição populacional, R. Lewis e R. Rowlands argumentam que os obstáculos legislativos tiveram pouca importância na restrição da migração. Sua análise colocou muito pouca ênfase nos efeitos do sistema de passaporte e autorizações de residência (*propiskas*). Um argumento similar foi adotado por Peter Grandstaff, que afirma que tais restrições não eram importantes e que, em essência, havia um mercado de trabalho em funcionamento na antiga União Soviética. A opinião de Basil Kerblay que o sistema de passaporte e *propiska* constituía um sistema “que foi altamente impopular sem se mostrar um obstáculo real para a migração” foi em geral aceito pelos estudiosos ocidentais. Em um exame recente da legislação sobre passaportes, Mervyn Matthews concentrou-se na estrutura das leis e no seus efeitos na liberdade individual mais que em sua influência agregada na migração.” (BUCKLEY, 1995: p.1; aqui damos a página do arquivo que obtivemos na página da Slavic Review na Internet, ao passo que na bibliografia consta a referência tal como foi originalmente publicada )

<sup>58</sup> Entretanto, Sapir deixa claro que vários outros fatores, além do salário, podiam influir na escolha da estratégia individual no mercado de trabalho: estratégias de ascensão social, possibilidade de exercício de atividades paralelas, *status* associado ao emprego, etc.

correlação entre variação do salário e emprego na construção e na indústria, os dois principais componentes do setor manufatureiro.

Chamamos atenção ainda para o fato que os elementos não mercantis do sistema econômico, se não refletem o controle social da produção, não devem ser considerados uma forma “superior” (do ponto de vista da teoria do socialismo) de controle social em comparação com o mercado. Ao contrário, podem indicar a presença de elementos servis ou característicos do período de acumulação primitiva; ou ainda, de um novo modo de produção, o coletivismo burocrático (Rizzi), o managerialismo (Burnham), ou o Modo de Produção Estatal (Laurat). De maneira análoga, não seria uma prova de “independência frente aos imperativos mercantis”, mas simplesmente de descaso e irresponsabilidade social, se os burocratas não impusessem medidas que visassem garantir o equilíbrio da esfera do consumo pessoal.

## Capítulo III

### A armadilha nº 1

(3.1) A centralidade do tema Estado; (3.2) a correspondência com Paul Sweezy; (3.3) os Soviéticos; (3.4) Bettelheim e a natureza do Estado Soviético Nascente; (3.5) propriedade Pública e propriedade estatal; (3.6) as teses do Coletivismo Burocrático e do Capitalismo Burocrático

#### **(3.1) A centralidade do tema Estado**

Neste capítulo discutiremos a inserção da teoria do Estado, ou, mais precisamente, da teoria da inserção do Estado no CDE, tal como aparece, explícita ou implicitamente, nos primeiros esforços de aplicar a teoria do CDE ao caso soviético. Concentrar-nos-emos sobretudo nos textos que compõem a correspondência entre Bettelheim e P. Sweezy e nos dois primeiros volumes das Lutas.

Como vimos no primeiro capítulo, há algumas *separações* fundamentais que caracterizam o CDE: a separação entre as diversas unidades de produção (que abordamos no primeiro capítulo), a separação entre os produtores imediatos e os meios de produção (que abordamos no capítulo precedente) e a separação entre os aparelhos de Estado e a população, da qual trataremos agora.

Em nossa opinião, esta é a parte menos elaborada da discussão de Bettelheim, e é também o ponto em que sua ruptura com o marxismo oficial foi menos completa (embora, sem dúvida, já estivesse iniciada) no momento da redação dos dois primeiros volumes das Lutas. A principal razão para isso está em que Bettelheim não insiste no tema da democracia como definidor do Estado pós-capitalista, o que lhe traz duas dificuldades teóricas:

- (a) definir claramente o que distingue a intervenção do político no econômico no socialismo e no capitalismo;

- (b) aplicar consistentemente a teoria do CDE ao caso soviético no período anterior ao estalinismo (e mesmo no período estalinista).

Argumentaremos a favor desta interpretação ao longo do capítulo. Antes de fazê-lo, entretanto, devemos esclarecer qual a importância de se discutir a estrutura do Estado para a teoria do CDE.

Como já deixamos claro, o ponto de partida da teoria do CDE de Charles Bettelheim foi a recusa de identificar a estatização dos meios de produção com o advento do socialismo. Entretanto, quando o fez, não pretendia recusar a idéia que o socialismo incluía a socialização dos meios de produção; mas sim esclarecer que a estatização não implica a socialização. Esta operação teórica impõe a definição de cada um dos termos da desigualdade: a estatização, que além de existir historicamente, é estudada extensamente por Bettelheim; e a socialização, que é sem dúvida mais difícil de ser estudada, dada a ausência de um exemplo histórico de socialização dos meios de produção, tornando a necessidade de definir teoricamente a socialização muito maior.

Esclareçamos melhor este ponto: não estamos afirmando que seja necessário ter uma concepção clara e detalhada do socialismo para elaborar a teoria do Capitalismo de Estado. Autores trabalhando dentro de perspectivas políticas bem diferentes, como Kautsky ou Castoriadis, também chegaram à conclusão que na URSS havia capitalismo de Estado (um termo que inclusive não era estranho ao trabalho de Weber). Isto é fácil de entender do ponto de vista lógico: não é preciso definir o capitalismo em oposição ao socialismo, mas se lhe pode opor outros modos de produção, como o feudalismo ou o modo de produção asiático, ou mesmo outros critérios de classificação, como sociedades tradicionais, civilizações, etc. Mas, uma vez que a teoria marxista dos modos de produção projeta logicamente o conceito de socialismo, quanto menos formalizado for este conceito, mais fácil será aplicá-lo indevidamente, e sua existência traz para os estudiosos que utilizarem a teoria do CDE um risco adicional: a possibilidade de confundir o CDE com o socialismo. Esta dificuldade é, sem dúvida, reforçada pela confusão sobre o tema em muitas passagens dos textos fundadores do marxismo.

A formulação das definições teóricas sobre a transição ao comunismo que subjaz a teoria do CDE foi formulada de maneira sintética por Fabrègues<sup>59</sup> (1977). Segundo Fabrègues, com a revolução proletária inicia-se a transição ao socialismo, considerado o estágio menos avançado da sociedade comunista. Nesse período, a sociedade ainda é essencialmente capitalista (com a estatização dos meios de produção, torna-se capitalista de Estado), mas o poder político nas mãos do proletariado garante a continuidade do processo de transição. A perda de poder político pelo proletariado anula a transição. Ao fim do longo processo de luta de classes que se segue, o Estado, as classes e o mercado tendem a desaparecer. Quando essa tendência se realiza, advém o comunismo, cuja primeira fase, o socialismo, se define pelo fato que os produtores diretos regulam diretamente a produção social. No comunismo, enfim, a divisão do trabalho é superada, o tempo de trabalho radicalmente reduzido, com o que se começa a superar o “reino da necessidade”<sup>60</sup>.

Se a transição é definida em função do “poder político nas mãos do proletariado”, devemos saber o que isso significa claramente em termos de fenômenos que possam ser detectados em uma análise empírica. O que nos traz diretamente o problema da socialização, que, segundo a definição dada acima, é o principal traço definidor do socialismo. Dada a necessidade de um critério, fixamos o seguinte: a socialização da economia é a articulação orgânica entre a democracia e a administração econômica. Na definição de Habermas,

O que existe de “socialista” nisso é a esperança que as exigentes estruturas de reconhecimento mútuo, que conhecemos de circunstâncias concretas, se transportem, através das comunicações de processos de formação de vontade e opinião, para as relações sociais intermediadas pelo direito e pela administração. (HABERMAS, 1992: p.67)

É óbvio que esta definição é insuficiente se nos propomos a elaborar um programa para a implantação concreta do socialismo, ou mesmo defender a aplicação desse programa

---

<sup>59</sup> Pseudônimo com que Bérnard Chavance escrevia na revista francesa *Communisme*.

<sup>60</sup> Essa sequência, que apresentamos como parâmetro útil a nossa exposição, pode naturalmente ser questionada. Não fica claro, por exemplo, por que o CDE seria uma passagem necessária. Se o comunismo, visto como idéia reguladora, coloca critérios para a transição, é difícil pensar em que o CDE avançaria nas direções estabelecidas por estes critérios. Entretanto, devemos reconhecer, o próprio Fabrègues adverte para o caráter ainda pouco elaborado de suas teses.

em bases éticas - o que não é, absolutamente, nosso objetivo. Mas nos parece claro que, do ponto de vista teórico, definições abstratas (como por exemplo a seguinte: o capitalismo se define pela separação entre capital e trabalho) são necessárias. Como *nosso propósito nos obriga apenas a produzir um critério operacional de identificar a "socialização"*, o critério democrático nos parece satisfatório: ele é definido segundo alguns pontos conhecidos (direito de voto, possibilidade de se expressar livremente, possibilidade real de que se tente implementar estas decisões, etc.), e nos parece de acordo com a tradição teórica marxista a que se filia Bettelheim, em especial a expressa na análise de Marx sobre a Comuna de Paris. Visto que a socialização implica a gestão social do que concerne ao conjunto da sociedade, é necessário que haja um espaço em que estes problemas gerais sejam colocados, e este espaço também é o do Estado, embora não possa ser só o do Estado. Daí a importância de saber se o Estado é democrático. Resumindo, portanto: a importância de saber se o Estado é amplamente permeável à participação democrática é fundamental para a aplicação da teoria do CDE pois este é um critério necessário (embora não suficiente: é necessário que esta participação se articule com a produção material) para saber se há socialização dos meios de produção.

No que segue discutiremos: (1) como se delineia uma concepção do político e do Estado na correspondência entre Bettelheim e Paul Sweezy, quando da invasão da Tchecoslováquia em 1968; (2) como se desenvolveu e fracassou a experiência de radicalização democrática dos *soviets* na Rússia revolucionária e pós-revolucionária; (3) como Bettelheim analisa este processo nos dois primeiros volumes das *Lutas*; (4) a importância da democracia para distinguir a propriedade estatal e a propriedade social; (5) as interpretações que viram no processo de burocratização desenvolvido na URSS o advento de um novo modo de produção; e a importância destas contribuições para a teoria do CDE.

### **(3.2) A correspondência com Paul Sweezy:**

Neste item estudaremos a concepção do Estado e do poder político que serve como pano de fundo da análise do CDE no caso soviético.

Com esse objetivo em mente, discutiremos em detalhe a correspondência entre Bettelheim e Sweezy publicada na *Monthly Review* após a invasão da Tchecoslováquia em 1968. Esta ênfase se justifica não apenas porque é neste texto que Bettelheim desenvolve com mais vagar seu pensamento sobre o assunto, mas também porque é aqui que o tema adquire centralidade na discussão sobre o CDE na URSS.

A correspondência se inicia após a invasão da Tchecoslováquia por tropas do Pacto de Varsóvia, que colocou para a esquerda ocidental a questão: pode um país socialista engajar-se em um processo de expansão internacional agressiva?<sup>61</sup>

Ora, como veremos a seguir, Bettelheim usa como critério para discutir a natureza do Estado a linha política seguida por este. Daí que a invasão da Tchecoslováquia pode, mesmo, significar o indício de uma natureza de classe distinta do Estado soviético.

Como vimos, a transição, para Bettelheim (e para o althusserianismo em geral), era caracterizada por algumas não-homologias estruturais, entre as quais a não-homologia entre o Estado e as relações de produção. Ora, se definimos a natureza de classe do Estado a partir da linha política adotada pela sua direção, uma mudança desta linha pode de fato alterar esta natureza de classe e resolver a não-homologia pela restauração do capitalismo. Vejamos agora como esta posição é construída ao longo do debate.

Sweezy sugere a seguinte interpretação para o engendramento das relações de classe nas sociedades “pós-revolucionárias”:

Considero o processo em questão de maneira um pouco diferente (da que considerava nas cartas anteriores – CRB), não sendo a relação entre o desenvolvimento de uma nova burguesia e o alargamento do mercado uma simples relação de causa/efeito, mas antes uma relação de tipo dialético e de interação recíproca. Inicialmente produz-se a consolidação do poder por uma camada burocrática dirigente (que não constitui ainda uma classe dirigente), fenômeno que é acompanhado e seguido por uma despolitização das massas. Sem entusiasmo revolucionário e sem participação

---

<sup>61</sup> Alguns autores questionariam a legitimidade desta questão. Roemer, por exemplo, criticando a negligência do marxismo em desenvolver uma teoria satisfatória do socialismo, argumenta: “(...) não há nenhuma teoria amplamente aceita do comportamento político dos Estados socialistas. De fato, a resposta de muitos ou da maioria dos marxistas, por exemplo, é que pelo menos um dos países envolvidos não é socialista. Esse argumento é tautológico, e não científico: uma vez que dois países socialistas jamais poderiam lutar entre si, a premissa (de que ambos são socialistas) deve ser falsa”. Entretanto, não entraremos nesta questão, uma vez que o que nos interessa é o debate teórico que se seguiu à invasão (e que cada vez menos se baseou no problema da guerra), mais do que o fenômeno que o desencadeou.

das massas, a planificação centralizada torna-se cada vez mais autoritária e rígida; e é acompanhada por um agravamento das dificuldades e por reveses econômicos. Para tentar resolver estes problemas, que se tornam cada vez mais sérios, os dirigentes apelam para técnicas capitalistas, confiam maiores poderes aos dirigentes de empresas econômicas e, no que diz respeito à orientação e à direção destas empresas, confiam cada vez menos na planificação centralizada, para se apoiarem cada vez mais nas pressões impessoais do mercado. (...) O termo lógico de um tal progresso, que ainda não foi atingido em parte alguma (e que, evidentemente, nem poderá jamais ser atingido), será o estabelecimento e a legitimação de novas formas da propriedade privada de empresa. Quando tal termo for atingido, poderemos então falar de uma nova classe dirigente no pleno sentido da palavra. (SWEEZY, 1971: p.46)

Não se pode deixar de notar neste trecho (com exceção de sua última parte) uma notável similaridade com a análise desenvolvida nas *Lutas*. Vejamos, portanto, como Bettelheim se posiciona em relação a esta idéia.

De início, Bettelheim deixa claro que o fato que a propriedade estatal não implica o socialismo não quer dizer que o estatuto da propriedade seja indiferente; ao contrário, a estatização no período imediatamente pós-revolucionário é uma necessidade imposta pela luta de classes. Embora ela não implique a eliminação das relações de produção burguesas, desorganiza a antiga burguesia, modificando de maneira decisiva a relação de forças entre as classes.

A instauração da ditadura do proletariado permite à classe operária, através da sua vanguarda, impor certas relações proletárias; este é um dos efeitos da nacionalização dos principais meios de produção, pois essa nacionalização aniquila o quadro jurídico no interior do qual a burguesia exercia a sua dominação. (BETTELHEIM, 1971: p.63)

Entretanto, como já vimos no capítulo anterior, a estatização dos meios de produção, por si só, não elimina as relações de produção capitalistas. Estas persistem, e dão origem a novas classes - como as diferentes frações da burguesia de Estado - que se envolvem novamente em um processo de luta de classes. Há aqui uma diferença entre os dois missivistas a respeito da teoria da propriedade. Enquanto Sweezy vê, no caso soviético, um processo de *restauração* das classes sociais dentro da propriedade estatal (cuja existência exclui o capitalismo), Bettelheim vê o fracasso da tentativa de transformar as relações de

produção que nunca deixaram de ser capitalistas (apesar da propriedade estatal). Essa idéia, bastante complexa, é entretanto associada a uma concepção sobre o “fracasso” da transição que é por vezes bastante crua, como na passagem abaixo, onde se explica que a transição é interrompida

(...) quando os representantes dessas forças tomam a direção do Estado e do partido dirigente; a partir daí, o caráter de classe do Estado, da propriedade estatal e da planificação já não é proletário mas burguês. (BETTELHEIM, 1971: p.63)

Quais são, essencialmente, as conseqüências que esta modificação no equilíbrio de poder entre as classes traz para a forma específica do Estado? Este ponto é importante, pois nele é inserida a concepção de Bettelheim sobre o *Estado Burguês*. Esta concepção não é sempre claramente enunciada, o que torna necessário um trabalho de seleção de trechos e análise de sua coerência.

Em essência, podemos dizer que o caráter de classe do Estado é dado pela linha política seguida pelo partido que controla o aparato estatal. Vejamos como se constrói este raciocínio. A primeira definição de Estado Burguês apresentada é a seguinte:

O aspecto essencial do Estado Burguês é a separação entre o aparelho de Estado e as massas: o aparelho de Estado está “acima” das massas, domina-as e reprime-as, ao passo que o Estado da classe operária já não é verdadeiramente um Estado porque é o instrumento do exercício do poder pelas próprias massas trabalhadoras (é nisto que reside o essencial da Comuna de Paris, do poder dos Sovietes, dos Comitês revolucionários, etc.). (BETTELHEIM, 1971: p.66)

Como entender esta “separação” do Estado em relação às massas? É claro que, se a entendemos apenas como função de reprimir as massas, este traço não define o Estado Burguês, mas todos os Estados, com a exceção parcial do proletário. Esta idéia é reformulada mais adiante com a introdução de uma nova idéia, a da predominância do partido sobre o Estado:

Com efeito, a ditadura do proletariado exige que o aparelho de Estado esteja subordinado ao partido proletário. Só esta subordinação permite lutar contra a tendência

para a autonomização do aparelho de Estado, evitar a via capitalista e assegurar o desaparecimento do Estado, com a condição de que as relações entre o partido e as massas sejam corretamente articuladas. (...) O aparelho dominante do poder proletário, portanto, é o partido marxista-leninista, e não o aparelho de Estado. (BETTELHEIM, 1971: p.90)

O papel predominante do partido se deve à importância que a luta ideológica adquire no processo de transição. Diríamos mais: se as relações de produção no socialismo são planificadas, a importância da ideologia é central mesmo na sociedade socialista desenvolvida, pois a opinião dos agentes é central no processo de planificação. Isto nos traz à complexa questão da democracia socialista. E aqui nosso autor se enreda em alguns problemas.

A referência anterior à Comuna de Paris e aos Soviotes sugere que Bettelheim está abraçando a descrição do marxismo clássico sobre o Estado-Comuna: a revogabilidade do mandato dos funcionários, a predominância da democracia direta, etc. Mas por que então não citar esta tese de uma vez? Na verdade, a tese de Bettelheim é diferente: ela não toca com suficiente precisão na questão da forma específica que deve assumir o Estado na transição entre o capitalismo e o socialismo.

A diversidade das formas concretas que o poder da classe operária pode assumir não modifica o seu caráter de classe, enquanto a relação dos órgãos de poder com as massas não for uma relação de dominação/repressão, mas uma relação de vanguarda/massas, permitindo a estas exprimir os seus pontos de vista e à direção concentrar as idéias justas vindas das massas. Quando, pelo contrário, os órgãos do poder se separam das massas, quando as dominam e reprimem, deixam de ser os órgãos de um Estado da classe operária e tornam-se os de um Estado Burguês puro e simples. Não pode existir meio termo ou “terceira via”, em particular, não pode existir um “poder de estado da burocracia”, pois uma burocracia está sempre ao serviço de uma classe dominante; mesmo quando abusa dos seus privilégios administrativos. (BETTELHEIM, 1971: pp.66-7)

É especialmente preocupante a idéia de que a direção deve sintetizar as idéias “justas” das massas, apresentada sem que se explicita como – e por quem – se decidirá quais idéias são justas e, mais ainda, quem ocupará os cargos de direção. O que aqui era

apenas um risco no primeiro volume das *Lutas*, parece se converter em catástrofe consumada na seguinte passagem:

A definição da linha revolucionária proletária não pode, portanto, depender de um simples “voto majoritário”, tanto de uma assembleia popular ou operária quanto de um congresso do partido ou de uma reunião do comitê central. A experiência mostra que, geralmente, em face de uma situação profundamente nova, somente uma minoria encontra a via justa, mesmo num partido proletário experimentado. Nessas condições, considerar que um voto majoritário possa resolver as dificuldades e determinar a linha justa seria completamente ilusório. De modo geral, o que é justo não aparece imediatamente como tal, mas somente às custas de uma luta, de uma livre discussão, através da experiência e da prova do tempo. (BETTELHEIM, 1979: p.376)

Ora, caso se trate de estabelecer, *ex ante*, como devem ser tomadas as decisões, esta afirmação da irrelevância das formas do poder político tem consequências gravíssimas. Pois é claro que a forma de seleção da direção determina que tipo de relação dirigidos-dirigentes teremos, e as possibilidades de questionamento democrático – possibilidades reais, através da intervenção ativa dos governados que deveriam poder agir sobre os dirigentes, demovê-los, *não apenas falar para eles (mesmo que falar mal deles)*, como parece sugerir a afirmação de Bettelheim sobre a necessidade de “ouvir” as críticas do proletariado – é fundamental para determinar o grau de “separação do Estado com relação às massas”.

Comentando o trecho citado acima, Milliband afirma:

Isto posto, não surpreende que Bettelheim tenha uma noção bastante elástica da ditadura do proletariado; e que ele não tem dificuldades em identificá-la nos anos seguintes à revolução Bolchevique, com a ditadura do partido (mais sobre isso no item seguinte – CRB), apesar do isolamento crescente deste, de sua “autonomização”, (...) e da emergência de uma burguesia de Estado. Uma vez que a “linha correta” é localizada em uma minoria, todo o resto se torna fácil, desde que, é claro, pertencamos a ela, ou a aprovemos. (MILLIBAND, 1975: p.196)<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> A crítica de Ticktin às formulações de Bettelheim sobre política vão no mesmo sentido, e não são menos contundentes: “Bettelheim parece confiar em mobilizações de massa e reuniões comunais controladas de cima. Ele nunca sugere que deve haver discussão aberta, abertura às facções e eleições abertas à diferentes pontos de vista competindo. Colocar a política no comando, portanto, se reduz à imposição das opiniões do líder. Fundamentalmente, trata-se apenas de uma fachada para a imposição da vontade de um grupo social particular. (TICKTIN, 1976: p.18)

Da forma como Bettelheim apresenta a questão, portanto, somos forçados a concordar com Sweezy quando ele afirma que

(...) o esquema de Bettelheim (o importante é saber qual a classe no poder) não é falso, mas é pouco útil, na medida em que não há um critério objetivo para determinar isso. (SWEEZY, 1971: p.71-2)

A constatação desta fraqueza leva Bettelheim a reformular parcialmente sua posição e estabelecer os seguintes critérios para determinar a “natureza da classe no poder”:

(1) *a natureza dos interesses de classe que o poder serve*. Parece-nos que esta idéia se refere à seguinte problemática:

(...) a ditadura do proletariado tem essencialmente como efeito *permitir o estabelecimento de determinadas condições políticas* (grifo nosso – CRB) requeridas para que os produtores diretos possam dominar coletivamente, quer dizer, à escala social, os seus meios de produção e as suas condições de existência.

O domínio dos trabalhadores sobre as suas condições de existência exige, antes de mais nada, que o antigo aparelho de Estado seja destruído e substituído por um aparelho radicalmente diferente. Se o novo aparelho de Estado é semelhante, no essencial, ao antigo, só poderá assegurar a reprodução das mesmas relações sociais. (BETTELHEIM, 1971: p.82)

Aqui já parece haver um deslocamento em direção a uma crítica mais articulada do Estado Burguês, e a sugestão que os aparelhos mesmo deste Estado devam ser substituídos. Mas a ênfase nos interesses ainda direciona a discussão para a linha política do partido.

Este critério também nos parece correto, mas insuficiente. Pois (a) pode ser do interesse da classe operária momentaneamente se servir do aparelho de Estado Burguês (por exemplo, do exército burguês); (b) um dos “interesses de classe do proletariado”, segundo o supõe a teoria marxista, é a constituição do Estado-Comuna: de onde se deduz que este critério acaba por apontar a necessidade de produzir um conceito *estrutural* do Estado, que nos oriente na decisão sobre seu caráter de classe.

(2) As relações concretas que os órgãos do poder mantêm com as massas trabalhadoras: aqui volta a idéia do distanciamento entre o aparelho e as massas.

Sem cair no formalismo dos “critérios abstratos” estabelecidos à margem de qualquer consideração de tempo e espaço, pode-se dizer que uma característica extremamente importante do poder não-proletário, ou do poder que já perdeu largamente o seu caráter proletário, é a existência de um aparelho de Estado colocado acima das massas e que age de forma autoritária em relação a elas. (BETTELHEIM, 1971: p.83)

Como já vimos, este critério se revela insuficiente se não inclui uma descrição das formas específicas a serem adotadas pelo poder proletário. Bettelheim procura resolver este problema introduzindo um novo elemento, o conceito de “estilo de direção”.

O papel dominante do partido e a natureza ideológica e política deste papel determinam o lugar essencial que a luta ideológica de classe ocupa no seio do partido e a necessidade de um certo “estilo de direção”, de um estilo de direção que precisamente se possa qualificar como proletário. Só este estilo de direção permite progredir na via do socialismo, não pela coerção (que jamais faz progredir nesta via) mas pela ajuda ideológica e política prestada ao conjunto dos trabalhadores. (...) a existência do poder proletário joga-se, em última análise, ao nível das relações do partido com as massas. (BETTELHEIM, 1971: p.91)

Acreditamos que a idéia de estilo de direção deve ser, logicamente, apenas o complemento da defesa dos mecanismos democráticos. Como poderíamos, sem confiar exclusivamente na “firmeza ideológica” dos dirigentes, esperar que eles se comportassem de maneira não autoritária com seus liderados, se estes não tivessem verdadeiro poder sobre eles? Se esse não é o caso, o máximo que se pode ter em termos de estilo de direção é um *paternalismo mais ou menos condescendente*, como nas afirmações sobre as lideranças que “ouvem” os trabalhadores, afirmações que nos deixam pensando sobre o grau de sinceridade com que “as massas” devem se dirigir a dirigentes que têm poder de vida e morte sobre elas.

A teoria política subjacente ao trabalho desenvolvido por Bettelheim na década de setenta nos parece ser claramente o ponto mais fraco de sua obra. Naturalmente, pode-se pensar em várias justificativas para essa fraqueza, que levem em conta sua posição ideológica, a inserção de sua obra em um determinado momento histórico, etc. Mas nenhum desses fatores autorizam-nos a ignorar os problemas reais que seu texto nos apresenta:

- (1) Em primeiro lugar, Bettelheim opera nesse momento em completa ruptura com a metodologia que subjaz a toda sua obra: como vimos no capítulo I, é um princípio fundamental de sua teoria do CDE que as *formas* sociais não são neutras (ou, como disse Naves, a forma é relação), a forma mercantil não pode conviver com quaisquer relações de produção, a forma empresa não é sociologicamente neutra. Entretanto, como nos mostra a exposição acima, Bettelheim claramente afirma que o caráter do poder não depende da forma que ele assume<sup>63</sup>.
- (2) A única indicação substantiva que Bettelheim nos fornece sobre a forma que deve assumir o poder para que se engendrem relações sociais de caráter socialista é sua quanto à necessidade de domínio do partido sobre o Estado. Ora, é preciso perceber que esta idéia tem consequências seríssimas para a teoria do CDE, pois pode esvaziar o conteúdo do socialismo. Ela de fato pode implicar a redução drástica da possibilidade de se constituir a necessária pluralidade de opiniões que deve caracterizar uma democracia radicalizada. Como bem notou Althusser,

(...) *Se o partido "se torna Estado", temos a União Soviética* (grifo nosso – CRB). (...) Por princípio, coerentemente com sua razão de ser política e histórica, o partido deve estar fora do Estado, não só

---

<sup>63</sup> Uma formulação de Bettelheim, que só não é desastrosa para sua teoria mais geral por que felizmente não foi desenvolvida, é a que afirma que nem todos os membros da direção do Estado ou da economia formam a burguesia de Estado, uma vez que há, entre estes, comunistas que desenvolvem práticas proletárias, e que permanecem ideologicamente ligados ao proletariado, *pertencendo, portanto, ao proletariado e não à burguesia*. Sobre esta idéia Milliband se pronuncia com justificada impaciência: "Isso claramente retira da noção de burguesia de Estado todo senão o mais subjetivo e arbitrário significado. (...) Ou pode ser que o critério seja estabelecido por uma autoridade maior (alusão ao culto de Bettelheim pela liderança – CRB), caso em que é obviamente possível ser um comunista hoje, um membro da burguesia de Estado amanhã, ou retrospectivamente, ou o que for" (MILLIBAND, 1975: p.195). É fácil notar que o problema aqui está na falta de atenção à dimensão *estrutural*, bem como de uma definição minimamente *formal*, e é interessante que seja Milliband, um opositor da abordagem de tipo estrutural, a criticar Bettelheim por isso.

do Estado burguês, mas, com mais razão ainda, do Estado Proletário. O partido deve ser o instrumento número um da “destruição” do Estado burguês, antes de se tornar, prefigurando-o, um dos instrumentos do desaparecimento do Estado. A exterioridade política do Partido com relação ao Estado é um princípio fundamental que se pode encontrar nos raros textos de Marx e de Lenin sobre essa questão. (...) É essa autonomia do partido em relação ao Estado que permite pensar a possibilidade (ou a necessidade) do que formalmente se chama de “pluralismo”. (ALTHUSSER, 1998: p. 70)

Outro membro do grupo althusseriano, Etienne Balibar, chegou a conclusões semelhantes, e viu na fraqueza teórica da afirmação inequívoca do papel do partido um dos problemas centrais da Revolução Cultural chinesa:

A Revolução Cultural afirmava que *o partido está na luta de classes*, não como um puro termo, uma “aquisição” definitiva, senão como um lugar e um ponto de partida decisivo nesta luta. Segundo nos parece (...) essa tese logo se transformou no seu contrário: se tornou a tese que, sob a ditadura do proletariado, a luta de classes se desenvolve *antes de mais nada* (se não exclusivamente) *no partido*; se “concentra” nele. O que quer dizer que é sempre *no partido* e só nele que devemos buscar as “duas vias” e solucionar seu conflito. O que quer dizer igualmente: nenhuma “fração” particular do partido tem assegurada sua permanência no poder (Liu, Lin Piao, Teng, os “quatro”...) mas *o partido como tal está seguro de que a questão se solucionará em seu seio*. “Seguro de vida” para o Partido! Enquanto que as massas são mais do que nunca utilizadas, manipuladas para *sustentar* tal ou qual tendência. Ao preço de uma inversão formal da prática estalinista (a unidade a todo preço da “direção coletiva” no seio do partido se torna a “luta de classes no seio do partido”), o resultado é exatamente o mesmo. (BALIBAR, 1981 p.975)<sup>64</sup>

O pluralismo político é um problema central da teoria do socialismo; ele coloca claramente a questão dos arranjos institucionais concretos em que se poderia pensar o controle social da produção, para além das afirmações genéricas sobre “luta contra a alienação”, “ligação orgânica entre lideranças e massas”, etc. De fato, o pluralismo pode ser defendido em nome de várias posições: por exemplo, em termos éticos, em nome do direito de organização, expressão, etc., o que seria apropriado se nosso trabalho tivesse como um

---

<sup>64</sup> Devemos notar que esse trecho é inspirado, de acordo com Balibar (*ibidem*), no trabalho de Bettelheim sobre a China no período pós-maoísta, que discutiremos no próximo capítulo.

de seus objetivos defender o programa socialista. Mas também pode-se afirmar a conexão necessária entre pluralismo e socialismo em termos puramente sociológicos: do ponto de vista da necessidade lógica de uma organização social pluralista, partindo da premissa de que o socialismo tem determinadas características. Nesse sentido, argumenta Saes:

Deve-se porém agregar que, sem o pluralismo partidário socialista, não é possível sequer o desenvolvimento efetivo de uma gestão popular da economia; ou por outra, a construção efetiva de uma economia socialista. A efetividade da apropriação da economia pelo conjunto dos trabalhadores depende do funcionamento concreto – para além das metáforas usuais – de uma democracia de massa. E esta não pode se concretizar através de um sistema de partido único. Caso um único partido político seja reconhecido pelo Estado pós-revolucionário como representante político das classes trabalhadoras, processar-se-á inevitavelmente uma fusão entre três aparelhos: o aparelho partidário, o aparelho estatal e o aparelho econômico controlado pelo Estado. Essa fusão converterá os altos quadros partidários em senhores incontestes e absolutos do aparelho de Estado e da economia estatizada. E, nessas condições, os dirigentes do partido passarão a agir como um novo grupo social dominante, submetendo ainda uma vez as classes trabalhadoras à opressão. (...) Mais claramente: a possibilidade de rotatividade partidária socialista se configura como o método político adequado para evitar o amálgama, no processo social concreto, entre diferentes aparelhos (partidário, estatal, econômico); bem como para assegurar o exercício de um permanente controle de massa sobre os funcionários do Estado. (SAES, 1998: p. 34)

Dito isto, é notável como muitos teóricos socialistas de prestígio passaram ao largo do tema: é o caso de Bettelheim. Como explicaríamos esse fenômeno? Aqui cabe um breve excursão, que tem como objetivo explicar a importância teórica dessa discussão sobre democracia.

Um primeiro fator que explica a ausência relativa do tema do pluralismo é sem dúvida a pouca importância que o tema recebeu no trabalho dos fundadores do marxismo. Segundo R. Dahl, embora a leitura dos trabalhos de Marx e Engels indique claramente que ambos eram adeptos de “alguma forma de governo democrático” (p.125), o tema do pluralismo é surpreendentemente ausente de seus trabalhos. Segundo Dahl,

O que é significativo, por contraste com a moderna teoria democrática, é o ponto em que a análise de Marx e Engels abruptamente pára. Que eles viam e aprovavam na Comuna uma ampla variedade de instrumentos para o controle democrático, é evidente. *O que eles nunca afirmaram nem em qualquer lugar deduziram foi a necessidade de que partidos políticos operassem no quadro democrático da Comuna.* (DAHL, 1990: p.126)

Dahl identifica duas causas para essa omissão:

- (1) a primeira, de caráter contextual, é o fato de que a absoluta maioria dos partidos políticos da época de Marx e Engels realmente se ajustavam à idéia que deles faziam os dois fundadores do marxismo: grupos representando diferentes facções da classe dominante, operando em regimes de voto censitário, disputando o butim do erário público. A experiência dos partidos operários de massa, no final da vida de Engels, teria provocado uma mudança parcial dessa posição, que entretanto não levou a uma defesa inambígua do pluralismo.
- (2) A segunda é de caráter mais teórico. Segundo Dahl, é possível identificar, em vários pontos do marxismo, uma concepção *harmonicista* do socialismo: com o fim das classes sociais, a base social para os conflitos políticos seria extinta, e esses tenderiam a desaparecer (ou “definhar”, como o Estado). Ora, a doutrina do pluralismo tem como pressuposto que haja discordâncias entre os homens, e que portanto devemos procurar criar arranjos institucionais que permitam o encaminhamento desses conflitos.

Essa observação de Dahl tem um profundo alcance teórico: de fato, é possível identificar em alguns trechos de Marx, e em vários dos pensadores marxistas do século XX (inclusive entre alguns dos mais críticos do marxismo soviético), a idéia de uma “totalidade normativa”, isto é, a noção de que, com a superação das sociedades de classes, a fragmentação característica da sociedade burguesa, a partir da qual os indivíduos se vêem como algo separado da sociedade e com interesses antagônicos entre si, desapareceria. Segundo Jay, esta era, por exemplo, a posição do jovem Lukács, que mais tarde reviu sua posição.

Contra essa tese insurgiu-se o marxismo althusseriano, negando terminantemente que a história fosse um processo no qual o proletariado pudesse ser apresentado como “sujeito

universal”, processo que culminaria com a “fusão sujeito-objeto” no comunismo. Para Althusser, a história era um processo sem sujeito, e o comunismo não era entendido em termos de “felicidade humana”, mas como um novo modo de produção. Como vimos, Bettelheim é simpático ao althusserianismo: isso o impediu de resolver a questão da socialização com a adoção de uma visão jovem-lukácsiana do processo histórico. Mas que alternativa restaria para pensar a autonomia dos “produtores livremente associados”?

Em nossa opinião, a única saída para esse dilema é a abdicação, por parte da teoria socialista, da possibilidade de totalização “completa e final”, por mais distante no futuro que se projete essa idéia. A totalização (dizendo claramente, a socialização) que caracterizaria a política socialista, seria permanentemente construída e reconstruída politicamente através de procedimentos democráticos: uma idéia que, segundo Jay, aparece pela primeira vez em Gramsci<sup>65</sup>.

A totalização pelos sujeitos concretos (e não por um sujeito transcendente) naturalmente é imperfeita, inconclusa, sempre por fazer. Não tem uma direção conhecida desde o começo: numerosas divergências podem surgir, como nota Saes: referentes a questões ecológicas, ao ritmo de desenvolvimento econômico, etc.; daí a necessidade do pluralismo. Necessidade política, mas, e isso é o que mais nos interessa aqui, também necessidade lógica para a concepção (mesmo para a concepção teórica) de uma sociedade socialista.

Se insistimos sobre esta fraqueza da teoria de Bettelheim, é porque ela terá graves consequências para seu esforço de aplicação do conceito de CDE à URSS. Como veremos a seguir, ela o levará a ser oscilante no que se refere à pertinência de sua crítica ao período leninista (o que, como notou a literatura de comentário, entra em contradição com as hipóteses constitutivas do conceito de CDE).

Devemos lembrar que a discussão sobre o Estado não se refere apenas às formas de exercício do poder político; em uma economia estatizada, tem importantes consequências para o conceito mesmo de CDE:

---

<sup>65</sup> Jay nota, entretanto, que há também em Gramsci um “holismo” de caráter croceano, que convive com o “holismo” acima descrito.

Em resumo, se é um aparelho de Estado separado das massas que detém os meios de produção (devido à estatização destes) e se, além disso, este aparelho não está submetido ao controle dum partido ligado às massas e que ajude estas a lutar pelo controle do emprego dos meios de produção, estamos em presença de uma estrutura de relações que reproduz a separação dos produtores diretos dos seus meios de produção. Nestas condições, se a combinação das forças de trabalho e dos meios de produção se realiza através de uma relação salarial, isto significa que as relações de produção são relações capitalistas e que os que ocupam postos de direção no aparelho de Estado central e nos aparelhos a eles ligados constituem coletivamente uma burguesia - um Estado - capitalista. (BETTELHEIM, 1971: p.84)

Dada a estatização dos meios de produção, a discussão sobre o Estado adquire o *status* de uma discussão sobre relações de produção. Assim, uma má compreensão da natureza deste problema engendra uma série de dificuldades para a discussão mesma das relações de produção na URSS. Do ponto de vista da teoria do socialismo, só podemos concordar com Saes (1987) quando afirma:

No programa político socialista, o termo *democracia* não mais serve para designar *variações* possíveis da organização estatal e do regime político. A organização estatal socialista-proletária e o regime político socialista-proletários são *invariantes*, isto é, são democrático-proletários ou não são socialistas-proletários. Assim, *democracia* serve, aqui, para designar a própria essência do Estado e do regime político socialista-proletário. (SAES, 1987: p. 31)

Com isso em mente, vejamos como esta questão se colocou no processo de constituição da sociedade soviética e como esses problemas foram resolvidos:

### (3.3) Os soviets

Após a Revolução de fevereiro de 1917, abre-se na Rússia uma série de novas alternativas de luta política, bem como novos arranjos institucionais; os comitês de bairro, os movimentos nacionalistas, etc. Nascem procurando influenciar a ação do Estado, ou

procurando ocupar o espaço por ele ocupado – neste último caso, criando uma situação de *duplo poder*.

Algumas dessas alternativas já se haviam feito presentes na Revolução de 1905 – é o caso dos soviets. No entanto, a partir da Revolução de Fevereiro elas se encontram redimensionadas, na medida em que se coloca com maior radicalidade a questão da natureza mais ou menos transformadora de cada uma delas, assim como sua viabilidade no que se refere à capacidade de substituir as formas capitalistas – ou pré-capitalistas – de organização política. Assim, como no caso dos comitês de fábrica, na luta política em que se vêem envolvidos os soviets fazem-se as apostas sobre a viabilidade real de uma alternativa à estrutura social anterior.

O poder soviético construído a partir de Outubro não pode escapar de uma análise à luz dessas experiências. Questões a esse respeito se insinuam irresistivelmente: em que medida estas alternativas possuíam um potencial de ruptura real? Em que medida a atuação dos bolcheviques foi coerente com o propósito de transformar as relações de produção dominantes na sociedade russa?

Observemos com atenção o exemplo do Soviete de operários e soldados de São Petersburgo, cuja importância para o desenrolar dos acontecimentos de 1917 dispensa comentários.

O primeiro soviete de S. Petersburgo nasce em 14 de outubro de 1905, em consequência da iniciativa de trabalhadores em greve. Não há consenso a respeito do grau de “espontaneidade” com que surgiram estes movimentos: se havia em sua composição militantes partidários, estes eram bem menos numerosos do que no soviete de 1917, mas também é verdade que nenhum partido pode reivindicar tê-los concebidos programaticamente.

O soviete de 1905 não consegue se articular suficientemente com os movimentos camponeses e com as revoltas do exército, e dura apenas cinquenta dias. No entanto, em 1917 esta articulação se faz de maneira intensa, e forma-se uma rede de organizações capaz de constituir-se em um novo poder que se coloca frente ao velho aparelho de Estado. Origina-se então a situação de duplo poder.

O segundo soviete de S. Petersburgo surge em 27 de fevereiro de 1917, sediado no palácio Táuride, sob a presidência do menchevique georgiano Chjzeide; a atitude dos

partidos frente aos soviets é vacilante. Inicialmente, os mencheviques são os mais receptivos à formação dos soviets. Concebem a situação de duplo poder como uma aliança constitucional entre o governo burguês e a classe operária, um momento crucial da construção de uma sociedade burguesa desenvolvida, o que, no programa menchevique, constituía o horizonte possível da revolução na Rússia de 1917.

Os bolcheviques, por sua vez, tiveram uma posição oscilante. Em fevereiro de 1917, o manifesto bolchevique do dia 27 convocava os operários a votar nos representantes para o governo provisório, mas nada falava da eleição para os soviets. Somente quando da publicação das “Teses de Abril” de Lenin, os bolcheviques passaram a considerar a possibilidade de realizar a revolução socialista e converter os soviets em uma alternativa ao “poder burguês”. Nas “Teses” era pela primeira vez lançada a palavra de ordem “Todo o Poder aos Soviets”, onde os soviets são comparados à Comuna de Paris. Mas deve-se notar que, ao publicar as “Teses de Abril”, o Pravda as qualificou, em uma nota, de “inaceitáveis”. A resistência bolchevique à proposta dos soviets era, portanto, ainda forte.

É um erro comum e gravíssimo romantizar a história dos soviets: seja, considerando-os como mito de fundação da URSS, como fez a ideologia oficial leninista, seja denunciando sua “perversão” pelos bolcheviques autoritários; a burocratização dos soviets, que precede sua neutralização após Outubro, processa-se a partir de vários pontos e em várias direções. Utilizando a terminologia de Marc Ferro, podemos dizer que a burocratização se operou:

- (a) “pelo alto”: à medida que os partidos consolidavam seu controle, através dos soviets, sobre os comitês de bairro, de fábrica, etc.; segundo Lisa Foa (1976: p.109), já em sua origem o comitê executivo do soviete tinha 30 membros: 8 eleitos pelos delegados e 15 “designados pelas organizações socialistas”. Esse processo de instrumentalização foi bastante sinuoso, e seria errôneo explicá-lo apenas por um fator: por exemplo, deduzir a posição de cada um dos atores de sua simples conveniência estratégica: por exemplo, quando Lenin lança as teses de Abril, os bolcheviques ainda são minoritários nos soviets. Ou, inversamente, explicar a burocratização como simples reação à contra-revolução, como uma cruel necessidade: deixando de lado a discussão

sobre a legitimidade de se transformar necessidade em virtude em questões teóricas, devemos lembrar que não é preciso um grande esforço para pensar a burocratização como contra-revolução ela mesma.

- (b) “por baixo”: realizada à medida que as diferentes instituições lutavam pela sobrevivência, buscando uma maior “eficiência” em sua ação: por exemplo, ainda segundo Foa:

No momento de sua constituição – Escreve M. Liebman – o soviete de Petrogrado estava composto por 1300 membros. Pouco depois essa cifra havia subido a 3000 (...) Nestas condições, o poder real se concentrou em uma instância mais restrita, o comitê executivo (...) Mas também o comitê executivo tendia a ampliar-se, e foi necessário criar um conselho ainda mais restrito. Assim, pequenos comitês ocupavam o lugar dos órgãos diretamente eleitos” (FOA, 1976: p.109)

Assim, o processo de burocratização foi fruto de diferentes dinâmicas convergentes, que atravessavam as diferentes lutas sociais em curso. Para entender esse entrelaçamento, é preciso recapitular a história da relação do bolchevismo com os soviets. Já em abril começava a ficar evidente que se delineava uma contemporização (aos olhos do bolchevismo) dos soviets frente ao governo provisório. Nesse mês, o soviete proibiu manifestações políticas por 48 horas. A partir de maio, com o agravamento das tensões econômicas e os impasses relativos à continuidade da guerra, cresce a contestação à legitimidade do governo provisório, bem como da direção dos soviets que propunham a conciliação; nada menos do que um quarto da população de Petrogrado sai às ruas para protestar. Mas é no mês de Julho que a tensão entre o programa socialista e a estratégia política dos soviets chega ao ápice: em 9 de Julho, os soviets proibiram uma manifestação, convocada pelos bolcheviques sob a palavra de ordem “Todo o poder aos soviets”. No mesmo mês, quando intensas mobilizações de massa indicavam um processo de intensa radicalização popular, a repressão às “Jornadas de Julho”, associadas pelo governo provisório ao bolchevismo, é conduzida pelos soviets. Neste momento, *Lenin retira a palavra de ordem “todo o poder aos soviets”*. Esse conflito tem consequências profundas: de agora em diante, os soviets só serão concebidos como órgãos da ditadura do proletariado sob a condição de se submeterem ao controle partidário.

Mas a situação parece reverter-se logo depois: o fracasso das ofensivas militares do governo provisório, juntamente com as ameaças de golpe de Estado por Kornilov, levaram a uma intensa radicalização popular. O soviete de Petrogrado cria uma comissão de defesa, no que é seguido por vários outros sovietes.

Neste momento, mesmo os mencheviques e SR se afastam do governo provisório, e propõem a criação de uma Assembléia Democrática; a proposta menchevique de criação de um pré-parlamento recebe a aprovação da maioria do comitê central bolchevique. Entretanto, essa incipiente reconciliação não se realizou, pois o equilíbrio de poder em que se baseava foi novamente rompido, desta vez a favor dos bolcheviques, que começavam a colher os juros de seu isolamento anterior: apresentavam-se, legitimamente, como única alternativa independente ao governo provisório já então completamente desacreditado.

Já nos primeiros dias de setembro os bolcheviques conquistam a maioria dos sovietes de Petrogrado, Moscou e outras cidades menores. Acusam mencheviques e SR de sabotar a organização do Segundo Congresso Pan-Russo dos Sovietes. Surge uma nova tensão. Ora, a decisão dos bolcheviques de revalorizar os sovietes era, antes de mais nada, uma tentativa de alçar ao *status* de principal instituição política da Rússia organismos em que eram hegemônicos; mas também era uma forma de permanecer fiel ao ideal socialista do Estado Operário; e enfim, uma oportunidade para se aproximar dos partidos menchevique e SR. Quando esses três objetivos passam a divergir, acontece Outubro.

Em uma operação cuidadosamente planejada, envolvendo principalmente a guarda dos sovietes de Petrogrado, um grande destacamento é enviado ao palácio do governo; Kerenski é deposto; e a plenária do Congresso dos sovietes “recebe” do partido bolchevista o poder de Estado.

Ao contrário do que pode parecer, Outubro não foi uma vitória da democracia socialista dos sovietes sobre o Estado Burguês. Fundamentalmente, por que o processo de burocratização dos sovietes havia sido intenso; estavam agora sob rígido controle do partido bolchevique, que os utilizava como “correia de transmissão”. Após a tomada do poder em Outubro, a existência dos sovietes se tornou meramente formal; manteve-se intacto o aparelho de Estado que se tinha tomado ao governo provisório, recrutaram-se os mesmos burocratas (recrutados ainda pelo regime czarista), e declarou-se que os sovietes só viriam a se reunir novamente dali a seis meses. Os bolcheviques não estabeleceram o

poder dos soviets: tomaram ao governo provisório o controle do Estado Burguês por intermédio dos soviets, mas, também, *em detrimento* dos soviets.

A política seguida pelos bolcheviques vai no sentido de justamente reforçar e levar até seu termo o processo de burocratização “pelo alto”. Se é verdade que a fraqueza do movimento de massas neste momento (dada a burocratização “por baixo”) não favorece a revolucionarização das formas da política, também é notável como a Revolução de Outubro não contribuiu em nada para o desencadear deste processo. Como no caso dos comitês de fábrica, se devemos evitar o erro de culpar unilateralmente o bolchevismo pelo fracasso do movimento conselhistas, é impossível não reconhecer seu fraco comprometimento com o ideal auto-gestionário.

Já no Congresso dos Soviets em que os bolcheviques anunciaram a tomada do poder, ficou estabelecido que o Congresso dos Soviets de toda Rússia, supostamente o órgão máximo do poder soviético, só voltaria a se reunir seis meses depois: posteriormente, essas reuniões foram se tomando cada vez mais espaçadas. No momento em que se elabora a Constituição de 24, embora ainda se afirme que o órgão político máximo é o Congresso dos Soviets da URSS, o espaço entre as reuniões é aumentado para dois anos.

O Conselho dos Comissários do Povo (*Sovnarkom*), mesmo sendo, em tese, subordinado ao VtsIK, na verdade se sobrepõe a ele. Já em 30 de Outubro de 1917 (cinco dias depois da revolução!) o *Sovnarkom* lança um decreto em que atribui a si mesmo funções legislativas. No momento em que a Constituição é adotada, se generalizara a prática do VtsIK apenas ratificar as decisões do *Sovnarkom*. Lembremos que os membros do *Sovnarkom* não eram escolhidos pelas instituições soviéticas, mas pelo partido bolchevique, que por vezes examinava as questões administrativas antes mesmo do *Sovnarkom*. Era a conclusão lógica do processo de “burocratização pelo alto”.

Mas a adesão ao Estado Burguês não se limitou à extinção dos espaços de participação democrática popular. Outra ofensiva da burocratização se deu na esfera da organização militar. Os soviets haviam formado suas guardas, e comitês de bairro haviam surgido para desempenhar, além de outras funções, a de defesa. Essas instituições eram submetidas ao comitê de fábrica (guarda vermelha) ou mesmo gozavam de relativa autonomia (comitê de bairro).

A convivência destas formas com os sovietes não era pacífica. O soviete de Petrogrado criticava a maneira pela qual a Guarda Vermelha perturbava o relacionamento entre a classe trabalhadora e o exército. A Guarda causava incômodos por não ser uma emanção dos sovietes, mas dos comitês de fábrica. A guarda jamais foi legalizada.

Um dos motivos para tanto é que os bolcheviques iniciaram, tão logo tomaram o poder, mas principalmente após o início da Guerra Civil, a reorganização do exército em termos burocráticos, nos moldes do exército burguês (ou, como dizia Bettelheim se referindo ao exército czarista, feudal-burguês). Trotsky se encarregou desta tarefa, e recrutou os antigos oficiais czaristas. Diferenças de tratamento (alojamento, alimentação, etc.) entre oficiais e soldados foram implementadas, e mesmo o antigo sistema de saudações do exército czarista foi reintroduzido. Se a vitória na guerra civil é um bom argumento em defesa dessa opção, novamente lembramos que não se deve transformar a necessidade em virtude, acreditando que a natureza dessas relações sociais foram alteradas pelo fato de, agora, o exército estar sob comando bolchevique.

Neste quadro, a única instituição que muito timidamente colocava em questão o burocratismo no Estado Soviético (embora muitas vezes tenha comprometido sua eficiência) foi a dos onipresentes comissários de partido. Não se pode falar, entretanto, de uma contratendência significativa neste caso. Isto seria procedente se tais comissários fossem eleitos democraticamente, o que não era o caso – eles eram apenas designados pelo Partido. Se levarmos em conta que o Partido progressivamente se burocratizava, esse fenômeno aparece apenas como uma superposição de estruturas burocráticas, que embora possa representar um comprometimento da “eficiência” da burocracia, não coloca em cheque as relações sociais em que esta se baseia.

Entretanto, não devemos desprezar a importância dos conflitos entre a burocracia profissional e os quadros políticos, que serão melhor discutidas no nosso quarto capítulo. Aqui nos limitamos a apontar que esses conflitos têm um potencial de ruptura mínimo com as relações de produção existentes. Mesmo o critério (do qual, repetimos, discordamos) sugerido por Bettelheim na correspondência com Sweezy, que prega a necessidade de controle do partido sobre o Estado, condiciona a atuação do Partido a seu compromisso em transformar as relações de produção, o que não era aqui absolutamente o caso: tratava-se,

isso sim, de reforçar a divisão capitalista do trabalho e evitar a dissidência política entre os quadros ou entre os que se encontravam sob sua autoridade.

### **(3.4) Bettelheim e a natureza do Estado Soviético nascente:**

Como vimos na discussão da correspondência com Sweezy, Bettelheim discute a natureza do Estado Soviético em função das medidas concretas tomadas pelo poder político, e só em menor medida em função da sua institucionalidade específica. Isto traz consequências importantes para sua análise do primeiro período da histórica soviética: Bettelheim atribui ao poder bolchevique então implantado uma natureza de classe proletária, em função das medidas “justas” por ele adotadas. Isto o leva a proclamar que o essencial deste período foram as

(...) relações que o PCUS foi capaz de estabelecer entre o movimento de massas, considerado na sua diversidade, e uma direção política dotada de grande conhecimento teórico. (...) O PCUS “participa” do movimento histórico; mas não o “determina”; ele torna efetiva transformações latentes; ele é dominante, mas o processo objetivo é determinante (...) (BETTELHEIM, 1979: p.59)

O uso da terminologia althusseriana<sup>66</sup> indica o esforço em estabelecer sua narrativa histórica em termos teóricos mais abstratos, mas também implica uma visão da teoria específica da transição entre o capitalismo e o socialismo, que afirma o papel dominante do partido no processo de transição e, mais, a importância teórica da linha do partido para definir a natureza mesma do modo de produção dominante em uma formação social em transição.

A implantação da Ditadura do Proletariado significa realmente que a classe operária torna-se a classe dominante, e isto não pode efetivar-se através de órgãos como os sovietes, que são organizações de massa, nem dos órgãos estatais, oriundos exclusivamente daqueles. Portanto, a constituição do proletariado como classe

---

<sup>66</sup> Devemos chamar a atenção para o fato que, aqui, esta terminologia é significativamente esvaziada. Desvinculados do conceito de estrutura, os termos “dominante” e “determinante” parecem significar apenas “importante” e “mais importante”.

dominante opera-se necessariamente através de um aparelho especificamente proletário por sua ideologia e seus objetivos, e pelo papel de direção e unificação que desempenha em relação às classes populares, isto é, através de um partido proletário que exerça essa função política e ideologicamente *dirigente*, inclusive em relação aos aparelhos estatais oriundos das organizações de massa. (BETTELHEIM, 1979: p.104)

A atuação do partido realmente parece definir a natureza do *Estado*. Assim, a tomada do poder pelos bolcheviques pode implicar a destruição do antigo Estado:

O caráter proletário da Revolução de Outubro manifestou-se por sua capacidade de destruir o aparelho de repressão czarista e burguês (BETTELHEIM, 1979: p. 255)

Visto que seria bastante difícil argumentar que o Estado Burguês na URSS fora destruído, dado o alto grau de centralização e de burocratização existente nos aparelhos recebidos como herança pelos bolcheviques (que reconheciam este fato), Bettelheim explica estes traços pela especificidade da Revolução Russa, que foi um entrelaçamento de processos revolucionários socialistas e democrático-burgueses.

(...) a forma particular de combinação do processo revolucionário proletário com o processo revolucionário democrático e do lugar considerável que este ocupa em relação ao primeiro (devido à debilidade do papel ideológico dirigente do partido bolchevique em relação ao processo revolucionário democrático). O lugar que a Revolução Russa reserva à centralização estatal e à coerção exercida por aparelhos especializados explica-se da mesma maneira. (BETTELHEIM, 1979: p.256).

É curioso que, ao mesmo tempo em que Bettelheim afirma o papel dirigente do partido neste período, discute abertamente o fenômeno da “fusão” entre o partido e o aparelho de Estado, que chegou ao ponto em que Preobazhensky sugere a extinção do partido. Estas duas linhas de argumentação são conscientemente assumidas por Bettelheim:

O processo de transformação do partido bolchevique ocorrido entre 1918 e 1923 apresenta, assim, um duplo aspecto: de um lado, tende a preservar o caráter proletário da política do partido; do outro, tende a autonomizar o aparelho administrativo do partido e, por isso, a aumentar a independência de um corpo de funcionários que, nas condições

existentes, têm cada vez mais um caráter burguês e pequeno-burguês (BETTELHEIM, 1979: p.277)

Estes quadros administrativos são “anti-socialistas” em função de seu “distanciamento com relação às massas”, e não em função de sua forma específica de organização. Vejamos, por exemplo, como Bettelheim define “burocracia”:

(...) observaremos apenas que o termo “burocracia” descreve geralmente a situação dada aos agentes de certos aparelhos sociais por um conjunto de relações que os constituem num grupo guindado a uma posição de relativa autonomia, tanto em face da classe dominante (da qual ela concentra uma parte dos poderes) quanto das classes dominadas. (...) A “burocracia” representa o embrião de uma nova burguesia presente nos aparelhos de Estado e do partido dirigente. (BETTELHEIM, 1979: p.281-2)

Notemos que a definição da burocracia apenas em termos de seu distanciamento em relação às massas traz dificuldades para o conceito de CDE. Se Bettelheim entende que a burocracia traz em si o embrião da nova burguesia, deveria descrever mais atentamente a trilha que leva a primeira entidade a se transformar na outra. O problema da distinção burguesia–burocracia será central em nossa discussão da teoria da Nova Classe, de Milovan Djilas (que examinaremos no quarto capítulo), ou na tese do Capitalismo Burocrático de Castoriadis (que discutiremos no item 3.4 abaixo).

Notemos, entretanto, que apesar de tantas oscilações, Bettelheim percebe claramente as tendências dominantes no processo, quando afirma:

Os efeitos de classe do processo de autonomização dos aparelhos de Estado são o enfraquecimento do papel dirigente do proletariado sobre seus próprios aparelhos estatais e o correspondente fortalecimento da burguesia. (BETTELHEIM, 1979: p.295)

Entretanto, Bettelheim assume a fórmula leninista do “Capitalismo de Estado sob a Ditadura do Proletariado” (Bettelheim, 1979, p.404) para descrever o período pós-revolucionário (entendido como o que vai até a morte de Lenin). A principal razão que o leva a considerar o poder bolchevique então instalado como “amplamente popular” é o vigor com que o povo soviético se dedicou à tarefa de defender a revolução na guerra imperialista e na guerra civil.

Este argumento é bastante frágil, pois *as massas podem apoiar o poder sem exercê-lo*. Uma série de fatores poderiam levá-las a tanto: valores nacionalistas, a esperança com relação ao futuro do poder bolchevique (esperança que não necessariamente estava já realizada ou seria realizada algum dia), aversão às propostas reacionárias dos russos brancos (que não significava necessariamente apoio entusiasmado ao bolchevismo), esperanças inspiradas pelas propostas bolchevistas de paz e reforma agrária (medidas que não têm conexão necessária com o socialismo), e, *last but not least*, a propaganda, a repressão, etc.

Para discutir a natureza do Estado Soviético, Bettelheim propõe o seguinte critério analítico:

Deve-se fazer uma distinção entre o poder político e o poder bolchevique (que “materializa” esse poder), o poder de Estado (através do qual se exerce a coerção contra a burguesia e os elementos contra-revolucionários) e as formas desse poder, assim como os aparelhos e as organizações que lhe permitem concretamente desenvolver ações determinadas (mas sendo possível também opor-se ao poder do proletariado na medida em que – sob pressão de outras classes ou em consequência de erros cometidos pelo partido – eles escapam ao controle deste último, “autonomizando-se”). (BETTELHEIM, 1979: p.92)

Embora esta distinção seja importante, o esforço de demonstrar que a burocratização apenas “corrompe” a direção bolchevique, ou que a burocracia “se rebela” contra as decisões do partido bolchevique nem sempre é bem-sucedido. Muitas medidas concretas em direção à repressão dos movimentos de massa e à burocratização foram tomadas pelo Partido bolchevique mesmo<sup>67</sup>.

Naturalmente, não devemos ler um autor pelos seus pontos fracos. Mesmo várias vezes declarando a natureza proletária do poder soviético, Bettelheim não está

---

<sup>67</sup> O esforço de Bettelheim para “salvar” a memória de Lenin foi duramente criticado por parte expressiva da literatura de comentário. Sweezy afirma, sobre a atitude de Bettelheim frente a Marx, Engels e Lenin: “Bettelheim os cita como se estes fossem entidades infalíveis, entidades supra-históricas, que jamais cometeram erros que pudessem dar margem aos “desvios economicistas”. Milliband., por sua vez, afirma: “(...) Lenin é descrito como o líder quase onisciente, equipado com um mecanismo de auto-correção para as raras oportunidades em que cometeu o que poderíamos chamar de erros. Senão todos, a maioria dos erros foram cometidos (...) por outras pessoas, e devido a uma aplicação errônea das políticas e opiniões de Lenin. Nesta perspectiva, Lenin é bem conscientemente apresentado como um protótipo exato do Presidente Mao, em termos que são copiados de descrições frequentes aplicadas à liderança deste último.” (Milliband, p.197).

absolutamente cego para o fato que as políticas implementadas pelos bolcheviques envolvem muitos aspectos contraditórios, comprometendo (mesmo que, sob outros aspectos, favorecendo) a transição entre o capitalismo e o socialismo.

Mais importante ainda, após a desilusão com o exemplo chinês, Bettelheim volta a afirmar a centralidade da democracia para a transição socialista, e no terceiro volume das *Lutas*, muda de posição em relação ao período leninista e mesmo em relação à Revolução de Outubro. Como ele mesmo diz então,

Já não penso, hoje, depois desta longa investigação histórica, que a Revolução de Outubro seja uma autêntica revolução socialista proletária. (...) Sem dúvida, a Revolução Bolchevique realmente levou ao poder um partido que falava em nome do proletariado, mas que, de fato, agia frequentemente contra os interesses dos que afirmava representar. Os estudos de Marc Ferro, neste ponto, são particularmente eloquentes. (...) Outubro reforça o capitalismo em nome de idéias socialistas apesar da subjetividade dos atores de uma tal história. (BETTELHEIM, 1982: p.4)

No próximo capítulo discutiremos as conclusões de Bettelheim sobre o caráter da Revolução de Outubro após sua desilusão com a China. Entretanto, na medida em que abandona sua condescendência em relação à direção bolchevique, consideramos que esta autocrítica é mais um reforço da análise desenvolvida anteriormente (na medida em que se lhe aumenta a coerência) do que um abandono da perspectiva anterior.

### **(3.5) Propriedade pública e propriedade estatal**

Dada a importância da idéia de propriedade social dos meios de produção para o marxismo, é surpreendente a pouca sistematicidade dos trabalhos marxistas sobre o assunto. No que se segue, procuraremos desenvolver, com base em indicações retiradas de diversos autores das mais diversas correntes dentro do pensamento marxista, uma distinção entre propriedade estatal e propriedade pública, que se coadune com o conceito de socialismo. Temos, portanto, consciência do caráter fragmentário dessas reflexões.

Deixemos claro que nosso propósito não é elaborar um programa político que oriente a ação de quem quer que se proponha o objetivo de alcançar o socialismo. Apenas propomos alguns critérios *teóricos* para a identificação da socialização da produção em situações concretas. Como esperamos ter deixado claro, nosso objetivo neste capítulo, e especialmente neste item, não é defender a causa do socialismo em bases éticas ou científicas, mas apenas desenvolver o conceito de socialismo, com o objetivo de discutir com aqueles autores que identificam na URSS uma forma de socialismo.

Começaremos nossa discussão com a seguinte afirmação dos autores reunidos em Cutler (*et. al*):

Os socialistas terão de reconsiderar o que entendem por posse comunal dos meios de produção. Isso significa, em particular, a necessidade de desenvolver conceitos de agentes comunais de posse e dos possíveis modos de posse na separação, comunal, dos meios e condições de produção. (CUTLER *et. al*, 1980: p.292)

O Estado pode, segundo este critério, se tornar um “agente comunal de posse”? Colocando nos termos de nossa discussão: a propriedade estatal pode se tornar propriedade social? Vejamos quais os critérios que os autores reunidos em Cutler (*et. al*). estabelecem para identificar o grau de socialização da propriedade:

Uma maior socialização do sistema de empresas estatais tem, portanto, de envolver transformações complexas em pelo menos três aspectos. Dois deles referem-se à supressão de relações mercantis e o terceiro à natureza do agente comunal da posse. As relações mercantis no sistema de empresas estatais envolvem uma dupla separação: as empresas estão separadas entre si e os trabalhadores estão separados dos seus meios de produção. Dizer que as empresas estão separadas entre si é dizer também que o agente da posse comunal, nesse caso o aparelho planejador estatal, não está em condições de dirigir o próprio processo de produção: pode regular as condições nas quais a produção ocorre, mas seu controle sobre a produção é limitado pela mediação de distintas agências de posse no nível da empresa. Uma maior socialização exige, portanto, um controle crescente pela agência comunal de produção e distribuição e a conseqüente supressão das formas mercantis de distribuição. Consideremos agora a separação entre os trabalhadores e seus meios de produção. Argumentamos acima que a organização social da produção envolve sempre alguma forma de posse na separação. O importante,

nesse nível, não é se os trabalhadores estão ou não separados (desses meios), mas a natureza de sua relação com o agente diretor da posse. A supressão das relações mercantis entre os trabalhadores e as empresas, e a democratização das relações entre o agente de posse e seus empregados, é um segundo aspecto da maior socialização do sistema de empresas estatais. Finalmente, os agentes da posse comunal na URSS e outras economias socialistas não estão manifestamente sujeitos a controle democrático popular – embora existam diferenças significativas em relação às proporções e possíveis efeitos de iniciativas populares. O significativo, no caso, não é simplesmente o fato da posse por uma agência comunal, mas também o caráter do agente comunal de posse, a medida de sua sujeição ao controle democrático-popular pela massa da população trabalhadora. (CUTLER *et. al.*, 1980: pp.298-9)

Devemos concordar que a posse pelo Estado é uma posse “comunal”? A nosso ver, esta formulação gera muitas armadilhas para o argumento, uma vez que tenderíamos a associar o termo “comunal” a formas socialistas (ou mesmo comunistas), o que o próprio Hindess afirma não ser o caso. Entretanto, poderíamos pensar o comunal simplesmente como “referente ao conjunto da economia nacional”. Neste caso, efetivamente a propriedade estatal se qualifica como “comunal”, posto que implicava responsabilidade sobre o conjunto da produção nacional. E deve-se notar que a burocracia central efetivamente precisava se dedicar a esta tarefa com empenho (embora dentro dos limites da acumulação capitalista), sob pena de sofrer com a resistência passiva dos trabalhadores descrita no capítulo anterior, o que sacrificaria, a longo prazo, inclusive as suas próprias possibilidades de satisfação material. Por exemplo, os administradores do Estado – os nossos já conhecidos *apparatchki* – realmente procuraram em diversos momentos assegurar o abastecimento de bens de consumo da população. Entretanto, dadas as possibilidades mínimas de ação política organizada pelos trabalhadores soviéticos, esta responsabilidade não pesou o suficiente sobre os *apparatchki* para podermos falar em controle popular sobre o aparelho de Estado. Com isso em mente, optamos por descartar a caracterização da propriedade estatal dos meios de produção na URSS como “comunal”, dadas as confusões que poderiam emergir em função da utilização desta expressão. Entretanto, quando falarmos de propriedade *estatal*, teremos em mente sempre este compromisso que pode ser mais ou menos forte entre os burocratas e a administração do conjunto da economia nacional. Lembrando que, como dissemos no primeiro capítulo e neste último, o “conjunto

da economia nacional” pode ser administrado segundo diversos interesses, o que pode conduzir a resultados virtualmente opostos.

Definiremos como propriedade *pública*, ou propriedade social, a propriedade que se estabelece nos termos que Cutler (*et.ali.*) define como critérios de socialização, a saber: a possibilidade de democracia no local de produção, a possibilidade de democracia no Estado e a integração das diversas economias para além do vínculo mercantil. Estes critérios, entretanto, precisam ser melhor discutidos.

Estabelecemos, portanto, a distinção entre propriedade pública e propriedade estatal nos seguintes termos:

- (1) A propriedade estatal será tanto pública quanto mais o Estado estiver submetido a formas de controle democrático universalistas. Assim, a primeira condição necessária à publicidade da propriedade é a existência de mecanismos de eleição para os administradores do Estado, bem como a possibilidade real de controle da atividade destes administradores por parte da população. Neste sentido, nossa discussão se aproxima dos modelos clássicos de Estado-Comuna e dos princípios da democracia de base; já nos referimos à necessidade *sociológica* da democracia e do pluralismo para o conceito de socialismo: aqui precisamos enfatizar a necessidade de que estejam disponíveis os meios legais e os subsídios para a elaboração do que Michael Harrington (1978;p.357) chamou de “contra-plano” pelos “contra-planejadores”, isto é, para que diferentes visões do plano nacional possam concorrer politicamente: caso contrário, cairíamos na visão harmonicista recusada, com muita propriedade, por Dahl. Mas isso é apenas parte da questão.
- (2) É preciso integrar a questão da forma de Estado com a da forma da gestão econômica, pois, por definição, no socialismo a economia é gerida politicamente<sup>68</sup>. Se a estrutura econômica capitalista permanece intacta, as

---

<sup>68</sup> Daí que não podemos aceitar a seguinte posição: “Em sua introdução à edição inglesa do Cálculo Econômico, Barry Hindess argumenta que (...) (Bettelheim-CRB) não distingue a questão das relações políticas predominantes dentro do aparelho estatal e a das relações econômicas nas quais esse aparelho está implicado no sistema de empresas estatais. O caráter político do aparelho de Estado, o fato de que está longe de ser submetido a um controle democrático popular pelos trabalhadores não é suficiente para mostrar que as relações econômicas capitalistas são dominantes no sistema de empresas estatais”. Concordamos que a tese sobre o poder de Estado não é suficiente para a definição das relações de produção, mas achamos que este não é o argumento de Bettelheim (que privilegia as relações de produção em sua análise). Entretanto, para saber se

formas de democratização, mesmo que “radicais”, correm um sério risco de serem domesticadas pelas diferenças de poder dentro da sociedade, decorrentes do sistema econômico. Por exemplo, a autoridade do representante do conselho de fábrica responsável pelas relações comerciais entre as empresas ou com o Estado tende a ser reforçada, em detrimento da autonomia da base, se as relações de mercado desenvolvem-se sem limites. Mais importante, se as formas de controle democrático não se articulam à estrutura econômica, o controle efetivo dos participantes na democracia tende a ser esvaziado, por exemplo, por assimetria de informação entre os “formalmente proprietários” e os gestores efetivos. É preciso, portanto, transformar as relações de produção, *não apenas no espaço da produção imediata*, mas também levando a economia para a esfera pública. Isto é, conectar as condições de sobrevivência material com a participação política, o que pode ser obtido, entre outras maneiras, com o que Lange, Roemer e Mandel<sup>69</sup> definiram como o *dividendo social*, isto é, uma remuneração independente do trabalho oferecido à sociedade, igual para todos os indivíduos que participem do processo de planejamento democrático. A partir desse momento, e à medida em que este dividendo cresça em importância na formação da renda dos indivíduos, dá-se um importante passo em direção à

---

uma dada sociedade é socialista, a determinação do caráter do Estado é, senão suficiente, *necessária*, dado o fato de que no socialismo a economia é gerida politicamente. Concordamos portanto com Max Schachtman quando este afirma: “A supremacia econômica da burguesia sob o capitalismo está baseada na propriedade dos instrumentos decisivos de produção e troca. Daí seu poder social, daí o Estado Burguês. O domínio social (*social rule*) do proletariado não pode se expressar na propriedade privada do capital, mas apenas na “propriedade” (*ownership*) do Estado em cujas mãos está concentrado todo o poder econômico decisivo. Daí que seu poder social se baseia no seu poder político. Na sociedade burguesa, os dois podem estar dissociados; no Estado proletário, eles são inseparáveis” (*apud* BELLIS, 1979: p.98)

<sup>69</sup> (LANGE, 1964: pp.83-4) A idéia é desenvolvida por Roemer nos seguintes termos: “Não advogo a distribuição dos lucros em proporção ao valor do trabalho realizado, uma fórmula que muitos vêem como socialista *par excellence*. (...) o valor do trabalho realizado variará grandemente entre as pessoas, devido a habilidades diferentes (...) Não acredito que os indivíduos são os principais responsáveis pelo valor de mercado das habilidades que adquiriram”.(ROEMER, 1993: p.348-9). Em segundo lugar, diz Roemer, a distribuição de acordo com o valor do trabalho traria problemas de eficiência para o planejamento, pois problemas sérios emergiriam para a alocação da força de trabalho se ela fosse determinada exclusivamente pelo diferencial de salários. Mandel enfatiza o papel democrático do dividendo social: “Por que não deveria a distribuição de uma quantidade adicional de bens e serviços gratuitos ser ligada ao desempenho econômico anual *total* da sociedade, *tornado transparente através do debate público e das telecomunicações* (grifo nosso -CRB)? Não seria este um incentivo para todos os produtores e distribuidores aumentarem a quantidade e melhorarem a qualidade de suas produções e racionalizarem sua organização do trabalho, se um dado aumento no montante de bens e serviços efetivamente produzidos e consumidos fosse ligado a, digamos, uma extensão específica das férias gratuitas e viagens para todos (se tal fosse a opção majoritária)?” (MANDEL, 1991: p.94)

superação da condição de operário, o que é o objetivo central da transição. Se a produção é planificada, a extinção da separação entre trabalho intelectual e braçal só pode significar a entrada dos produtores imediatos no processo de planificação social.

Naturalmente, essa definição é insuficiente como programa político, não apenas por sua brevidade, mas também por não considerar a possibilidade de conflito prático entre seus elementos. Como bem notou David Held:

Mas, a regulação democrática da sociedade é compatível com o planejamento? O modelo da Comuna, de democracia direta, é compatível com um processo de tomada de decisões que produza um número suficiente de decisões para coordenar uma sociedade complexa, de grande escala? É a produção eficiente compatível com a abolição progressiva da divisão do trabalho? (...) O que acontece se as novas formas de associação não funcionarem imediatamente, ou simplesmente não funcionarem no longo prazo? (HELD, 1987: p.132)

Estas questões deveriam nortear a política socialista, que não deveria se furtar à tarefa de defender sua viabilidade, como projeto político racional que pretende ser. Entretanto, não são fundamentais para a discussão de nossa dissertação. Com base nos critérios acima descritos, devemos reconhecer que o progresso em direção a formas de propriedade pública foi bastante limitado na URSS, o que não implica dizer que não tenha havido esforços neste sentido; por exemplo no caso das cooperativas agrícolas durante a NEP. Como vimos, após a extinção dos sovietes e comitês de fábrica, as questões propostas por Held perdem sentido, pois a própria experiência socialista, cujo caráter incipiente agora estamos em condição de ver melhor, é interrompida.

Entretanto, embora não houvesse uma propriedade efetivamente pública dos meios de produção, havia sem dúvida a administração voltada para o conjunto da economia. Como pensar este processo? Este será nosso objetivo no próximo item.

### (3.6) As teses do Coletivismo Burocrático e do Capitalismo Burocrático:

A estatização dos meios de produção na URSS levou uma série de autores a ver na burocracia a nova classe dominante, que teria se desenvolvido no quadro de um novo modo de produção (a tese do coletivismo burocrático) ou que substituiu a burguesia no exercício mesmo de suas funções dentro do quadro do MPC.

Segundo Krygier (1981), os proponentes destas teses se dividem em dois grupos: teóricos oriundos do trotskismo<sup>70</sup> e dissidentes políticos das chamadas “democracias populares”. Neste item discutiremos o trabalho de Bruno Rizzi e Castoriadis, ambos ex-trotskistas. Muito embora Castoriadis não seja normalmente incluído entre os autores adeptos da teoria da nova classe dominante, provavelmente dada sua classificação da URSS como “capitalista”, a definição da burocracia como equivalente funcional da burguesia justifica, em nossa opinião, sua inclusão neste item: pois ambos, Rizzi e Castoriadis, precisam fornecer uma explicação para a dinâmica da burocracia enquanto classe, que presumimos, diferencia-se bastante de sua dinâmica enquanto “casta”. Por outro lado, deixaremos para o outro item a discussão de dissidentes como Bahro e Djilas, dado que (em nossa opinião) eles não centram seu foco na discussão da burocracia, mas sobretudo nos quadros políticos, em especial no Partido. Como o papel destes quadros será muito importante para a discussão do capitalismo de partido no terceiro e quarto volume das Lutas, propomos que suas contribuições sejam analisadas quando analisarmos a tese do capitalismo de partido.

- (i) O ex-trotskista italiano Bruno Rizzi é normalmente citado como o primeiro a teorizar a existência na URSS de um novo modo de produção, nem capitalista nem socialista. Em 1936 lança “A Burocratização do Mundo”<sup>71</sup>. Rizzi afirma que as revoluções proletárias que degeneraram em sociedades

---

<sup>70</sup> Vale notar que, para vários dos ex-trotskistas, a burocratização da sociedade não era um fenômeno restrito à URSS, onde apenas foi levado ao extremo um processo que ocorria no mundo todo, com a constituição de regimes estatistas na Alemanha Nazista, na Itália Fascista, nas ditaduras de terceiro mundo e até mesmo na América do *New Deal*. Era esta a posição de James Burnham, que via se desenvolver uma “revolução managerialista” conduzida pelos *managers* das grandes burocracias privadas e estatais; Lucien Laurat, por sua vez, caracterizava a nova classe como “pluto-tecnocrática” no ocidente e “buro-tecnocrática” na URSS.

<sup>71</sup> O livro foi lançado com recursos do autor em edição francesa. O livro foi destruído pelo governo de Vichy e torna-se uma raridade até sua reedição pela Éditions Champ Libre em 1977. Na verdade, trata-se do primeiro volume de uma série de três, dos quais o segundo nunca foi escrito e o terceiro (*Quo Vadis America?*) não foi reeditado.

“coletivistas burocráticas”( Rizzi, 1983, p.54), foram apenas uma das vias possíveis de acesso a uma nova forma de sociedade, que *resolve as contradições do capitalismo sem eliminar a exploração*. Saber se será possível uma nova revolução proletária é portanto uma tarefa fundamental, a questão política por trás da obra:

A URSS tornou-se o eixo da política mundial e será o baluarte da revolução proletária ou a cilada onde tombará o proletariado mundial (RIZZI, 1983: p.10)

O processo de burocratização é descrito da seguinte maneira:

Os funcionários do Estado e o Partido Bolchevique, enquanto socializavam a terra e industrializavam o país, minavam cada vez mais o poder dos trabalhadores, acabando por granjear o monopólio do Estado. Para atingir este objetivo, tiveram de aliar-se aos técnicos, sem os quais nada conseguiriam (...) Chegou-se destarte ao ponto de a direção econômica e política se achar monopolizada pela burocracia, com o beneplácito da nova Constituição. No seio da burocracia, só a divisão do trabalho conta, trabalho que, no seu conjunto, visa à manutenção da predominância política e dos privilégios econômicos. (RIZZI, 1983: p.26)

Após asseverar que a burocracia detém coletivamente a propriedade dos meios de produção (p.30), Rizzi afirma que “(...) a exploração passa do domínio do indivíduo para o da classe” (p.35). A maneira pela qual a burocracia organiza sua exploração é descrita da seguinte forma:

Semelhante classe é todo-poderosa, pois manipula as alavancas que um Estado policial, criado para a sua salvaguarda. Ela fixa, como bem lhe parece, os salários e os preços de venda ao público, com taxas tais sobre os preços de custo que as “sanguessugas” burguesas de outrora aparecem como “honestos comerciantes”. (RIZZI, 1983: p.27)

É errado (dentro da concepção marxista a que Rizzi se filia) dizer que no capitalismo “tradicional” a exploração é “individual”. O correto seria dizer “privada”, o que em nada contradiz a idéia de uma exploração “de classe”. O fato de que indivíduos particulares se

apropriem do lucro não implica que a mais-valia correspondente a este lucro tenha sido gerada pelo capital possuído por estes indivíduos (aliás, essa era a base para a admissão por Trotsky da possibilidade teórica – jamais realizada, em sua opinião – de existência do CDE). O lucro é realizado na circulação de capital, onde se articulam turbulentamente as diferentes frações do capital. Como vimos no capítulo anterior, o proletário tampouco é obrigado a vender sua força de trabalho a um capitalista específico, mas apenas a algum capitalista. Chattopadhyay argumenta em um sentido convergente com o nosso:

Em Marx, a propriedade privada dos meios de produção tem dois significados. No primeiro e mais fundamental deles os meios de produção são propriedade privada quando uma parte da sociedade tem um monopólio sobre eles, em outras palavras, quando são propriedade de classe. (CHATTOPADHYAY, 1992: p.95)

Se Rizzi quisesse demonstrar uma “mudança de quantidade em qualidade”, portanto, deveria mostrar que a mudança no mecanismo de circulação causa uma mudança fundamental na natureza da estrutura econômica (o que, naturalmente, poderia ter feito). Para isso, deveria determinar quais seriam as estruturas deste novo modo de produção e qual seria sua dinâmica de funcionamento. Entretanto, ao definir a forma pela qual a burocracia exerce seu domínio, Rizzi se limita a mostrá-la distorcendo as categorias do capitalismo – os preços. Ora, este raciocínio nos parece essencialmente inconsistente. Em primeiro lugar, qual a necessidade da burocracia definir os preços muito acima dos preços de custo para assegurar seu – devemos dizer “lucro”? – se ela também, em princípio, controla os salários? Mais: se ela é todo-poderosa, por que se dar ao trabalho de distribuir aos trabalhadores moeda apenas para pilhá-los desta mesma moeda posteriormente? Não seria mais fácil simplesmente fazê-los trabalhar pela força? A definição da dominação burocrática realmente parece se basear no uso da força, e nossas suspeitas se confirmam na seguinte passagem:

(...) digam-no com uma única palavra: escravatura! (RIZZI, 1983, p.74)

Ora, a escravatura não é o coletivismo burocrático, mas um modo de produção específico, bastante estudado e documentado. Do fato que seu argumento não consegue

superar esta oscilação entre a sobrevivência das categorias mercantis e as formas servis, devemos concluir que, ou se reputa a Rizzi um argumento formalmente errado ou se admite que a formação social que descreve é algo essencialmente instável, a qualquer ponto pronta a colapsar em um sentido ou em outro.

Essa mesma oscilação entre caracterizar o trabalho na URSS como proletário ou escravo aparece também no trabalho de outros autores que consideram a burocracia como classe dominante. É o caso de Castoriadis, sobre cujos trabalhos nos debruçaremos agora.

Como já vimos, Fernandes (1998) notou uma clara correspondência entre os trabalhos de Bettelheim e os de Castoriadis, em especial o texto “As Relações de Produção na URSS”, que Castoriadis escreveu com o pseudônimo de Paul Cardan. O próprio Castoriadis chama a atenção para a proximidade, sugerindo mesmo um plágio. Em uma nota anexada a esse texto (anos depois, quando da sua publicação em livro), em que discute em termos muito duros um trabalho de Bettelheim sobre a planificação soviética (*Problemas Teóricos e Práticos da Planificação*, anterior à ruptura dos anos sessenta), Castoriadis comenta:

(Bettelheim – CRB) Não apenas mudou de cliente nestes últimos tempos (defende agora a burocracia chinesa), mas também até descobriu que não há porque confundir a “propriedade jurídica” e as “relações de produção reais”, descobrimento que atribui por certo a seu amigo Paul Sweezy (generosidade compreensível, porque desde logo, como se pode ver, o descobrimento não é seu). Inventou simultaneamente a existência da “burguesia de Estado” (?) na Rússia – o que lhe permite escamotear mais uma vez o problema da burocracia. (CASTORIADIS, 1976: p.214)<sup>72</sup>

De fato, há uma semelhança notável entre os dois autores: a ênfase no estudo das relações de produção. Isso fica claro na passagem seguinte, que poderia muito bem fazer parte do texto das *Lutas*:

Na literatura “marxista” sobre a Rússia, encontramos uma dupla confusão: em um plano geral, se identifica as formas de propriedade com as relações de produção; e, mais

---

<sup>72</sup> Não nos pronunciaremos sobre a sugestão de plágio, pois precisaríamos dispor de material (inclusive bibliográfico) sobre Castoriadis e Bettelheim que não está ao nosso alcance. Entretanto, vale lembrar que a discussão de Castoriadis tampouco saiu do nada, mas é intensamente influenciada pela crítica dos conselhistas dos anos 20-30, que também são citados por Bettelheim.

precisamente, pretende-se que a propriedade estatal ou “nacionalizada” confere automaticamente um caráter “socialista” à produção. (CASTORIADIS, 1976: p.158)

Neste ponto as duas análises se parecem muito, e podemos dizer que, por vezes, a análise de Castoriadis é mais consequente que a de Bettelheim. Por exemplo, quando defende a necessidade dos comitês de fábrica para transformar as relações de produção. Entretanto, como o próprio Castoriadis bem nota, há uma diferença importante, a partir da qual as duas análises divergem: enquanto Bettelheim identifica na URSS uma burguesia de Estado e enfatiza a permanência dos mecanismos de mercado, Castoriadis considera que o processo de burocratização dá origem a uma nova classe, funcionalmente equivalente da burguesia, a burocracia. É difícil saber em que medida ainda se pode falar de capitalismo neste caso. Certas formulações do texto do fundador de *Socialisme ou Barbarie* não ajudam:

O capitalismo burocrático não é senão o desenvolvimento extremo das leis mais profundas do capitalismo, chegando à negação interna destas mesmas leis. (CASTORIADIS, 1976: p.183)

Acrobacias à parte, permanece a dúvida, e neste ponto Castoriadis nos parece muito mais próximo de Rizzi do que de Bettelheim<sup>73</sup>. Daí em diante, esta convergência nos parece ainda maior, e será teoricamente decisiva para o argumento de Castoriadis: esta convergência se dá nos dois pontos centrais da argumentação dos dois ex-trotskyistas:

- (i) na caracterização da burocracia como uma casta de parasitas: a burocracia não procura orientar a economia segundo o interesse nacional, mas segundo seus próprios interesses, a saber, o desenvolvimento da indústria militar, da indústria de bens de consumo voltada para o consumo dos burocratas, e a

---

<sup>73</sup> Este ponto não passou despercebido pela literatura de comentário. Bellis escreve: “Nos escritos do próprio Cardan (pseudônimo de Castoriadis), a ênfase na ascensão da burocracia partidária-estatal na União Soviética e na Europa do Leste tende a ser apresentada como um momento da emergência, em escala mundial, de um novo capitalismo burocrático, dominado por uma classe gerencial-burocrática, uma concepção que tem mais afinidades óbvias com a teoria do “coletivismo burocrático” de Rizzi e com a “Revolução Gerencial” de James Burnham do que com a maioria das interpretações do “capitalismo de Estado” descritas acima (ainda mais porque Cardan parece negar a aplicabilidade das leis e tendências documentadas no *Capital* ao capitalismo soviético ou, mesmo, a qualquer formação social capitalista contemporânea), embora opte por manter essa designação.” (Bellis, 1979)

máxima exploração da mão de obra (p.173). Ora, não vemos como distinguir estes objetivos dos de uma classe de escravocratas, nem como aproximá-los dos interesses que definem a burguesia, suposto equivalente funcional da burocracia no Ocidente.

- (ii) Na oscilação entre caracterizar a força de trabalho como proletária ou escrava: segundo Castoriadis, o proletário, desprovido de meios de produção, não tem solução senão vender sua força de trabalho “para o Estado” (p.201). Mas esta “venda” é fundamentalmente diferente da que ocorre no sistema capitalista concorrencial:

Examinemos agora mais atentamente em que consiste essa “venda” da força de trabalho. (...) Como a classe capitalista, a burocracia dita suas condições no “contrato de trabalho”. Mas os capitalistas dominam economicamente dentro de limites muito precisos que impõem, por um lado, as leis econômicas que regem o mercado, e por outro, a luta de classes. (...) Já vimos que esta situação muda no período de decadência e de crise orgânica do capitalismo, e que, em particular, a vitória do facismo em grande escala traria consigo não apenas a *transformação do proletariado em uma classe de modernos escravos industriais* (grifo nosso-CRB), mas também profundas transformações estruturais da economia em seu conjunto.

Seja como for, pode-se comprovar que a economia russa se encontra muito mais próxima deste último modelo que da economia capitalista de concorrência no que diz respeito às condições da “venda” da força de trabalho. (CASTORIADIS, 1976: p.203)

Novamente temos a transformação progressiva do proletário em escravo, o que, como já dissemos, não caracterizaria um novo modo de produção, mas sim o modo de produção escravista (MPE).

Partindo de nosso trabalho de pesquisa, contestamos esta idéia. A força de trabalho não era predominantemente escrava. Lembremos o texto acima de Castoriadis: o proletariado não tem saída senão vender sua força de trabalho *ao Estado*. Bem, como já argumentamos no último item do capítulo anterior, o operário não vende sua força de trabalho *ao Estado*, mas sim a empresas (estatais) específicas. No apêndice I, argumentamos que a mão-de-obra não era alocada autoritariamente. Mesmo que se admita, segundo os diferentes períodos históricos, que tenha havido tentativas de controle neste

sentido, estas não foram essencialmente bem-sucedidas. Caso se pudesse dizer que a mão-de-obra era alocada autoritariamente no sentido em que diz Castoriadis, estaríamos diante de uma sociedade em processo de rápida degeneração em direção ao escravismo.

O que nos parece é que as teses do coletivismo burocrático aceitam de partida a descrição da sociedade soviética oferecida pela explicação oficial, excluídos seus aspectos mais evidentemente falsos (como a idéia de que a Constituição de 1936 era a “mais democrática do mundo”), mas mantida a idéia fundamental de que o Estado (não mais visto como “socialista” ou “de todo o povo”) controlava toda a vida social<sup>74</sup>. Ora, isto pode corresponder à visão que a burocracia, ou os quadros políticos tinham de uma situação ideal. Mas não é esse o quadro que nos mostra a bibliografia historiográfica. A resistência passiva e o “voto com os pés” dos trabalhadores *lhes garantiu a posição de proletários* (sem dúvida preferível a de escravos do Estado). Como diz Lipietz,

Marx fala da luta contra os “abusos”: Engels, já o vimos, emprega este mesmo termo para definir a relação entre o Estado Capitalista e os capitalista individuais. Abusar é transgredir a norma, não para aboli-la, mas para distorcê-la em seu proveito. É o comportamento tendencial do agente privado no mundo da concorrência, seu comportamento “corporativo”. Naturalmente, somente a resistência dos concorrentes no mercado entrava os abusos, o Estado pode quanto ao mais estabilizar, garantir as normas fixadas. Mas a resistência aos abusos não é a luta contra o sistema de normas: ao contrário, ela tem seu papel no concerto das “forças produtivas”, da lei do valor, *ela constringe os capitalistas a ser verdadeiramente empresários, e não rentistas* (grifo nosso - CRB). Em resumo, a classe operária desenvolve as forças produtivas do Capital *enquanto se faz mercador capitalista de sua própria força de trabalho* (grifo nosso - CRB). (LIPIETZ, 1978, p.10)

Ora, uma vez que os operários não estavam submetidos à alocação autoritária, não podemos ver o Estado como um empregador único (um monopsonio de força de trabalho): não era ele quem contratava a força de trabalho proletária, mas sim empresários

---

<sup>74</sup> Esse ponto foi notado por Chavance (1981, p.1318): “A crítica se desenvolve então sobre a base das formas de representação inerentes a tal sistema, sem uma crítica verdadeira dessas mesmas formas (...) sua (a de Castoriadis - CRB) reação contra os marxismos que pretendem deduzir tudo das relações “econômicas” – nos termos dos pretensos “direitos de propriedade” – é por certo justificada; está menos justificado o fato de menosprezar a pertinência sempre efetiva da relação econômica profunda, a relação-capital, sob suas formas múltiplas e diversificadas (...)”

específicos, que por este motivo denominamos burguesia de Estado. Esta circunstância tirava do aparelho planejador central uma parte sociologicamente importante do seu controle sobre o conjunto da economia. Por isso afirmamos que era importante, no estudo das STS, diferenciar os diversos grupos sociais que se encontram juridicamente incluídos dentro do setor estatal.

Mas esta não era a única circunstância que reduzia o poder do centro em relação a estes administradores de empresas. A própria complexidade de se estabelecer as bases para uma economia planificada autoritariamente em nível nacional tornava impossível para a burocracia central controlar o conjunto da economia sem delegar poderes para as empresas. Daqui depreendemos uma nova forma de discussão da propriedade, sem dúvida a mais complexa entre as dimensões deste problema: a do poder de decisão dentro da economia, em oposição ao direito legal que cada agente tem. Como bem nota G.A. Coehn, a questão é especialmente complexa posto que, embora só se possa ter mais ou menos direitos, pode-se ter poder em maior ou menor grau. Entretanto, deixaremos esta questão para o momento em que discutirmos a URSS com o sistema de planejamento já completamente implementado, tarefa que enfrentaremos no capítulo seguinte.

Para concluir este item: há, nos autores aqui discutidos, uma idéia que nos parece essencialmente equivocada: a identificação de um “grande monolito” que seria a classe dominante soviética. Como vimos no capítulo anterior, para compreender o funcionamento, e, principalmente, a evolução da sociedade soviética, é necessário diferenciar diversos setores dentro do aparelho estatal. No capítulo anterior falamos dos *khozaystveniki*, os administradores que preferimos definir como burguesia de Estado. Faltam algumas considerações sobre os *apparatchiki*, os burocratas no sentido mais comum do termo. Mais adiante discutiremos um terceiro elemento, os quadros políticos, que de fato se assemelham bem mais às descrições que os teóricos do coletivismo burocrático, ou do capitalismo burocrático, dão da burocracia.

Consideramos de fundamental importância diferenciar os burocratas *strictu sensu* tanto dos burgueses de Estado quanto dos quadros políticos. Isto porque não nos parece adequada a visão que os burocratas sejam essencialmente “parasitas” do corpo social soviético. Eles tinham um importante papel na organização da economia em nível nacional, que discutiremos no capítulo seguinte. Mas já aqui adiantamos que deve-se considerar que

existiu, na URSS, uma burocracia *strictu sensu*, que se encarregava tanto das funções de que normalmente se encarregam as burocracias nos Estados Ocidentais (administração de contas públicas, correios, provimento de serviços sociais essenciais, etc.), quanto de uma nova categoria de questões relativas ao planejamento econômico. Como argumentaremos a seguir, sua participação no processo de gestão da economia planificada era bastante importante, mas não era, ou não era principalmente, o que normalmente lhe é atribuído na bibliografia sobre o coletivismo burocrático. A burocracia não impôs uma lógica voluntarista ao processo de acumulação na URSS, mas, ao contrário, constantemente atuou no sentido de conter os ânimos mais exaltados dos quadros políticos, e efetivamente pagou um alto preço por fazê-lo.

## Capítulo IV

### O Capitalismo de Partido

(4.1) Um novo olhar sobre a URSS da década de 20; (4.2) os termos da ruptura com o PCC; (4.3) o sistema Kolkhoziano; (4.4) o trabalho concentracionário; (4.5) o sistema de planejamento; (4.6) capital como propriedade e como função; (4.7) a teoria da crise de superacumulação absoluta de capital; (4.8) a contribuição da Escola Húngara de Economia: os ciclos de Bauer; (4.9) Lefort e o totalitarismo;

#### **(4.1) Um novo olhar sobre a URSS da década de 20:**

Neste último capítulo de nossa dissertação, analisaremos a discussão de Bettelheim sobre o *Capitalismo de Partido*, conceito que nosso autor desenvolve para estudar o período da história da URSS que se segue à coletivização da agricultura e à montagem do aparato de planejamento: o estalinismo.

Uma das maiores dificuldades para a interpretação da obra de Bettelheim como uma unidade articulada está na ruptura entre os dois primeiros e os dois últimos volumes das *Lutas*. Embora haja profundas modificações nas referências teóricas e nas chaves de interpretação histórica, a narrativa histórica é retomada no terceiro volume do ponto em que havia sido abandonada no final do segundo! Isso traz dificuldades para o intérprete, posto que ficamos sem saber, na primeira leitura, se ainda se reivindica a validade das premissas e conclusões desenvolvidas anteriormente.

Entretanto, em um colóquio em 1983, organizado por Bernard Chavance, Bettelheim apresentou um trabalho que é, entre seus textos da década de 80, o que mais se aproxima de

uma revisão de sua análise da história da URSS nos anos 20. Vejamos como se apresenta então sua exposição.

De acordo com Bettelheim, no processo revolucionário desenvolvido ao longo do ano de 1917 entrecruzaram-se vários processos revolucionários: um processo revolucionário “burguês” (representado essencialmente pelas forças que apoiavam Kerensky); um processo revolucionário popular (a revolução soviética) que tem nos movimentos dos conselhos sua maior expressão; um processo de revolução camponesa ligado à luta pela terra; e um processo de *bolchevização*, durante o qual o partido bolchevique consegue aglutinar por um momento as forças camponesas e conselhistas, utilizando-as para derrotar o governo provisório. O objetivo do partido bolchevique era fazer crescer “seu próprio poder, que ele queria absoluto e irreversível” (Bettelheim, p.285). Com esse objetivo, e dada a crise do governo provisório, dá-se a Revolução de Outubro, na verdade um “golpe de Estado” (p.286). Esta revolução foi uma revolução capitalista, que Bettelheim distingue das “revoluções burguesas” pelo fato que as últimas tradicionalmente estão associadas a movimentos mais ou menos “democráticos” inspirados por ideais iluministas.

Contrariamente à revolução “burguesa” de 1789–1793 essa revolução capitalista não é apoiada pela maioria das classes populares mas por uma minoria de operários, uma pequena maioria de camponeses, por uma parte do *Lumpenproletariado*, e ainda pela onda crescente de membros dos aparelhos de Estado e do Partido (os *apparatchiki*) e por aqueles que esperam entrar nestes aparelhos. (BETTELHEIM, 1983: p.288)

Desde a tomada do poder pelos bolcheviques, o novo poder se depara com uma crescente resistência por parte de setores camponeses e conselhistas, que percebem claramente o quão pouco o bolchevismo se sentia comprometido com seus ideais. Na medida em que conseguiu vencer estas resistências, bem como a resistência das antigas classes dominantes (organizadas no exército branco), consolidando seu poder em 1921, o partido bolchevique levou a cabo uma *revolução capitalista* (mas não burguesa) na medida em que, *na prática*, e *apesar da imagem que pudessem ter seus líderes a respeito de si mesmos*, as medidas adotadas pelo poder soviético levaram a uma extensão da relação salarial e à destruição das antigas relações de produção pré-capitalistas.

Por mais que reconheçamos que Bettelheim está certo em notar como suas considerações anteriores sobre a Revolução de Outubro e o período leninista estavam em contradição com sua análise mais geral (fato amplamente notado pela literatura de comentário, ver Dallemagne, 1972, ou Nair, 1972), devemos dizer que sua reviravolta é brusca demais. Do ponto de vista de sua construção teórica mais geral, ele está correto em dizer que o efeito concreto da instauração do poder bolchevique foi a extensão das relações de produção capitalistas. Mas isso não o autorizaria a negar, ou mais precisamente subestimar, o fato de que os bolcheviques podiam perfeitamente acreditar que quando estavam “buscando o poder”, estavam também “construindo o socialismo”. Da mesma forma, a associação entre o poder bolchevique e os interesses da burocracia não pode ser tão mecanicamente estabelecida, uma vez que o relacionamento entre ambos foi sempre tenso, como mostram os últimos textos de Lenin. Enfim, Bettelheim não pode desprezar o apoio que o novo poder obteve de setores expressivos das classes populares, por exemplo, ao legalizar a transferência, já havia muito realizada na prática, das terras para os camponeses (embora a propriedade formalmente passasse para o Estado). Nosso autor não fez bem, nesse ponto, a articulação entre a perspectiva de longo e a de curto prazo.

O texto de 1983 nos diz pouco sobre a NEP. Isto se deve ao fato que Bettelheim mantinha então sua posição expressa já nas *Lutas* e, mais claramente em um texto de 1982, que a NEP não foi um *recuo* em relação ao objetivo da transição socialista. A NEP era vista, mesmo entre setores do partido bolchevique como uma solução a longo prazo, embora não uma solução final, para problemas candentes, como a organização da produção industrial destroçada na guerra civil ou a aliança com o campesinato, que, durante a NEP, recebeu autorização para voltar a comercializar sua produção (o que resultou em um crescimento expressivo da produção agrícola). Bettelheim afirma, como Moshe Lewin, que a NEP poderia de fato ter sido a base para um desenvolvimento alternativo na URSS. Entretanto, o grupo dirigente (Stalin à sua frente) percebia a existência da agricultura privada como um obstáculo à acumulação industrial (que era de fato prejudicada pelo fato que os camponeses aumentavam seus preços ou reduziam suas vendas em função de desproporções entre a produção agrícola, muito maior, e a produção de bens manufaturados, bastante atrasada, causando escassez de grão nas cidades).

A *contra-revolução estalinista* apenas leva até o fim o processo desencadeado pela revolução de 1917 (Bettelheim não leva em conta, em 1983, o “interlúdio” da NEP). Os principais traços desta contra-revolução são:

Essa segunda etapa da revolução conduz, através de uma expropriação completa dos trabalhadores independentes, a um uso intensivo do terror e das deportações em massa, a uma subordinação suplementar dos sindicatos, à sujeição dos camponeses vencidos a uma neo-servidão (que prepara a extensão do salariado ao campo) e a uma expansão sem precedente do capital, do aparelho policial e do trabalho concentracionário. Um de seus resultados é uma industrialização rápida e a proliferação de aparelhos de Estado, com a conseqüente expansão de uma *classe capitalista de tipo novo*. Esta classe estabelece-se exclusivamente, em sua constituição e seu desenvolvimento, a partir da direção do partido, e ela dispõe ademais de uma posição de monopólio (uma vez eliminado o capitalismo privado). (BETTELHEIM, 1983, p.290)

É neste processo que o “sistema” stalinista se consolida, dando origem ao CDP, que de agora em diante analisaremos.

Vale lembrar, desde já, que a criação do conceito de capitalismo de partido (CDP) não implica uma revisão da aplicação da teoria do CDE anteriormente exposta. Em primeiro lugar porque o CDE e o CDP aparecem como momentos diferentes da história da URSS. O CDE se refere ao período que vai até o final da NEP, o CDP ao período estalinista. Por outro lado, a quase totalidade dos traços que compõem o conceito de CDE estão presentes também no CDP.

Este capítulo se ocupará sobretudo dos textos dos dois últimos volumes das *Lutas*. Utilizaremos também artigos publicados depois de encerrada a série das *Lutas*, pois algumas questões parecem melhor resolvidas (ou ao menos mais claramente formuladas) nestes pequenos textos – é o caso da incorporação do trabalho da Escola Húngara de Economia. Este tema, e alguns outros, serão discutidos no que chamaremos de “Segundo debate Bettelheim x Sweezy”, suscitado pela publicação dos dois últimos tomos das *Lutas*, dez anos depois do primeiro debate.

A primeira coisa que se nota nestes textos é uma maior abertura para a incorporação de autores não necessariamente marxistas. Em um colóquio em 1980 sobre a “atualidade do marxismo”, Bettelheim já dizia:

Será portanto vão, hoje em dia, pretender operar um enésimo “retorno a Marx” com vistas a “fundar” um enésimo marxismo. É necessário, ao contrário, apoiando-se em Marx, desenvolver aquilo cujas bases ele lançou, a saber *uma análise das formas, das transformações e das relações sociais*. Trata-se de elaborar não só um “novo marxismo”, mas uma análise social revolucionária, que nós talvez pudéssemos chamar uma “*sócio-análise*”, uma teoria social crítica que se enriqueça de tudo que ensine o *movimento real*, quer se trate de sucessos alcançados ou de derrotas sofridas. (BETTELHEIM, 1980: p.78)

Daí se abre a possibilidade de introduzir novos elementos no argumento: a problemática do totalitarismo (referência à obra de Lefort e discussões com Hanna Arendt), do clientelismo, etc; os sistemas kolkhozianos e o trabalho compulsório são analisados como subsistemas; incorpora-se uma parte importante do instrumental regulacionista, que, como veremos, tem em Bettelheim um antecessor. Se é verdade que isso tende a enriquecer a argumentação, tornando-a multifocal, há também a possibilidade real de um obscurecimento da articulação entre os elementos em função da sobreposição de focos.

Como veremos adiante, não consideramos que o CDP e o CDE difiram nos aspectos centrais que foram descritos no capítulo 2: em ambos há um proletariado separado dos meios de produção, em ambos o Estado está livre de controle por parte da população, em ambos permanecem as categorias mercantis. Dito isto, neste capítulo centraremos nosso foco sobretudo nos aspectos em que o CDE e o CDP estão em mais clara oposição: o crescimento da importância dos quadros políticos na regulação econômica, a constituição dos subsistemas kolkhoziano e concentracionário, e, *last but not least*, o surgimento do aparelho de planejamento. Além disso, discutiremos a incorporação de outros referenciais teóricos por Bettelheim: a problemática do totalitarismo, o trabalho da Escola Húngara de Economia, etc.

No que segue, discutiremos (4.2) os termos em que se dá a ruptura de Bettelheim com o Partido Comunista Chinês; (4.3) o Capitalismo de Partido e o sistema de planejamento; (4.4) a distinção entre capital como propriedade e capital como função; (4.5) a teoria da crise de superacumulação absoluta de capital, desenvolvida por Bettelheim e, mais tarde, por Paresch Chattopadhyay; (4.6) a incorporação dos trabalhos da Escola Húngara de Economia; (4.7) a incorporação da teoria do totalitarismo de Claude Lefort.

#### (4.2) Os termos da ruptura com o PCC:

Em uma carta aberta à Associação de Amizade Franco-Chinesa (da qual era presidente), Bettelheim resume suas impressões sobre os acontecimentos que sucederam à morte de Mao-Tse-Tung:

A acusação de golpe de Estado lançada contra os “quatro” não é convincente: como regra geral, os que realizam efetivamente um golpe de Estado declaram que aqueles que eliminaram pretendiam tomar o poder pela força. (...) dois dirigentes presos, Yao Wen-Yuan e Tchang Tchouen-Kiao, trouxeram uma importante contribuição, ainda que insuficiente, à análise das bases de classe das tendências à restauração capitalista na China. (...) (daí) a censura feita a Tchang-Tchouen Kai de ter pretendido proceder uma análise de classes da sociedade chinesa atual (...) Se – como penso – estas acusações (de corrupção, espionagem, etc. - CRB) não correspondem à realidade, é impossível confiar em dirigentes que enganam o povo ao proceder à eliminação daqueles com quem estão em desacordo, não enunciando claramente as bases deste desacordo mas recorrendo à calúnia (...) De fato, o exame dos textos publicados na China no curso desses últimos meses e o que sabemos do desenvolvimento das práticas reais me conduzem a considerar que triunfa atualmente uma linha revisionista. A crítica de Teng (Tsiao-Ping, líder máximo da China falecido recentemente - CRB) foi abandonada enquanto predominam os apelos dando primazia à produção sobre a revolução. A disciplina e a ordem são exaltados (...) O problema da existência da burguesia no seio do partido é escamoteado. (...) Tal é o julgamento que sou levado a formular a respeito daquilo que se passa na China.<sup>75</sup> (BETTELHEIM, 1977: pp.19-21).

Notemos que, entre as críticas, encontra-se a denúncia da prisão de Tchang-Tchouen-Kia pela tentativa de elaborar uma análise de classes da sociedade chinesa. Em um artigo publicado no mesmo número de *Communisme* em que Bettelheim lança sua carta aberta, Bernard Chavance (escrevendo sob o pseudônimo de Bernard Fabrègues) cita o

---

<sup>75</sup> A carta se encerra pouco depois com as seguintes palavras: “A Associação de Amizade Franco-Chinesa é dominada por uma corrente que apoia a direção atual do PCC – isto a despeito das dúvidas que experimentam numerosos amigos da China presentes na Associação – de onde concluo que é justo que apresente minha demissão da presidência da Associação de Amizade Franco-Chinesa, o que faço pela carta presente. Peço-lhes de boa vontade que a transmitam ao Bureau Nacional e aos membros da Associação e que façam publicar seu texto em *Ajourd’hui la Chine*. Dirijo-lhes a expressão de minha amizade e de minha solidariedade ao povo chinês. Charles Bettelheim”.

depoimento de uma fonte oficial chinesa (Huo Kuo-Feng), bastante significativo a este respeito:

Eles (os quatro - CRB) confundiram deliberadamente com a exploração de classe a diferença que existe entre os quadros dirigentes do partido, do governo e do exército, por um lado, e a grande massa do povo, por outro, com vistas a procurar um pretense argumento econômico para apoiar sua *asserção estúpida* (grifo nosso - CRB) sobre a existência de “uma burguesia” no partido e no exército. Isto é simplesmente inverter o verdadeiro e o falso, confundir o branco e o negro. (*apud* FABRÈGUES, 1977: p.13)

É interessante notar que a crítica de Fabrègues à nova liderança chinesa segue de perto a crítica de Bettelheim, na introdução das *Lutas*, ao marxismo soviético: ele mostra como são reabilitadas as teses do primado das forças produtivas (pp.13-14), a tese da necessidade de fortalecimento do Estado (p.15). Em um outro texto publicado no número seguinte da revista, Fabrègues reconhece enfim que a crítica chinesa do capitalismo na URSS não foi ela mesma suficientemente profunda:

É com efeito patente que todas as análises, mesmo as mais avançadas, da corrente revolucionária chinesa, não tocam no dogma fundamental: a propriedade socialista. O ponto extremo consiste em vislumbrar que esta propriedade socialista possa se tornar, de novo, uma propriedade capitalista, devido a causas superestruturais (lembramos do debate entre Bettelheim e Sweezy - CRB). Mas a identificação da transformação do sistema de propriedade (...) e o estabelecimento do “sistema socialista” permanece intacto. (...) O capitalismo é analisado por manifestações de desigualdades na repartição, pela pretendida “desagregação” da planificação “socialista”, por fenômenos marginais como o roubo, a especulação, a pilhagem da propriedade de Estado. (...) a crítica chinesa do capitalismo na URSS frequentemente assemelhou-se a uma censura, ilusória, de não ser um capitalismo de Estado suficientemente *consequente*. (FABRÈGUES, 1977: p.48)

*A questão Stalin* é finalmente colocada com toda a clareza:

Que a teoria chinesa do socialismo tenha permanecido presa à ideologia do capitalismo de Estado, aparece enfim no caráter mistificado da denúncia da “restauração

do capitalismo na URSS". (...) A prova mais evidente: ter aceito a mistificação de Kroutchev, o terreno onde ele colocou o debate; o de uma "ruptura" com o estalinismo. Os chineses aceitaram este terreno, mesmo se eles tomaram o contrapé dos kruchovistas, ao defender Stalin e o Estalinismo. (...) uma barreira intransponível, malgrado todos os esforços críticos, estava então colocada para uma compreensão real do capitalismo na URSS e da história da luta de classes neste país, e para a análise dos problemas da transição e do socialismo para a China ela mesma. (FABRÈGUES, 1977: p.49)

A carta de demissão de Bettelheim da associação franco-chinesa suscitou uma resposta enviada à *Monthly Review* por Neil Burton, um canadense que vivia na China onde trabalhava como especialista estrangeiro. Burton se diz preocupado com os argumentos de Bettelheim, que considera essencialmente equivocados. Afirma que a reação popular à notícia da queda dos "quatro" foi vista com euforia pela população (não acredita que tais manifestações possam ter sido artificialmente incitadas). Subestima a importância de algumas das acusações de Bettelheim, como a de que o poder na China forjava notícias e fotografias, *embora não as negue* (!). Também considera que a política externa chinesa (que sustentava regimes ditatoriais no Zaire e alimentava simpatias pelo regime de Pinochet) podia mesmo ser desconcertante para quem não estivesse familiarizado com a "dialética". Ao lado de argumentos pouco convincentes como estes, entretanto, tecia considerações válidas sobre aspectos negativos da Revolução Cultural, o clima de incerteza e o medo da repressão (embora parecesse crer que estes fenômenos desapareceram sobre o novo governo), aspectos que Bettelheim vai efetivamente reconhecer.

A carta de Burton deu margem a uma resposta em que Bettelheim reavalia todo o processo da Revolução Cultural. Em primeiro lugar, concede a Burton que as tendências que se seguiram à morte de Mao não eram novas, e que o período em que rigorosamente a Revolução Cultural deu margem ao surgimento de algumas (mesmo que incipientes) alternativas ao modelo das STS foi bem mais curto do que antes pensara:

De fato, quando se analisa retrospectivamente o que se passou a partir de 1965-1966, pode dizer-se que esta transformação na correlação de forças começou a manifestar-se desde os primeiros meses de 1967 (quando foi criada e depois abandonada a forma política da comuna de Xangai) e que prosseguiu depois com fluxos e refluxos. (BETTELHEIM, 1981: p.13)

Quais foram, no entender de Bettelheim, as causas do fracasso da Revolução Cultural, do ponto de vista dos que a pensavam como movimento em direção a uma forma mais avançada de sociedade)? Da leitura do texto depreendemos três fatores fundamentais:

- (1) O principal obstáculo ao caráter progressista da Revolução Cultural foi sem dúvida o fraco empenho na constituição de formas democráticas que permitissem fazer avançar um movimento de massas autêntico, e não um processo de manipulação da opinião por parte de tendências conflitantes dentro do PCC. Lembremos que, entre novembro de 1966 e fevereiro de 1967, um movimento de conselhos de diversas procedências (muitos dos quais originados dentro de fábricas) dissolve a prefeitura de Xangai, e proclama uma “comuna”, supostamente destinada a funcionar de acordo com os princípios do ideal marxista da Comuna de Paris. A Comuna não recebe apoio do poder central, e é logo substituída por comitês revolucionários, em que a influência do exército é cada vez mais sentida. Bettelheim vê nisso o fraco comprometimento do PCC com a defesa da democracia. Em um pós-fácio à sua obra de 1974, afirma:

Aqui eu desejaria sobretudo ressaltar que a amplitude da derrota me parece devida, entre outros, ao fato que a Revolução Cultural não foi acompanhada de uma expansão suficientemente ampla e poderosa das práticas democráticas, e que esta insuficiência se explica pelas relações políticas e ideológicas que continuaram a prevalecer no interior do PCC mesmo durante a Revolução Cultural. (...) A existência dessas relações progressivamente freiou o movimento próprio das massas. Condenou-as à passividade. Tornou-as assim indiferentes, pouco a pouco, a apelos revolucionários que não desembocavam mais em uma prática real de transformações sociais. (BETTELHEIM, 1979: p.175)

- (2) A ausência de formas de participação democrática tornou impossível a participação popular no processo de planificação macro-econômica, ficando as lutas sociais *limitadas ao âmbito da produção imediata*. Isso possibilitou a reprodução de mecanismos familiares aos estudiosos da história soviética, como era o caso de nosso autor:

A este respeito, a continuação das transformações parciais do *processo de produção imediata*, impostas pela Revolução Cultural, chocou-se com a *ausência de transformação fundamental do processo de reprodução*. No essencial (fixação da taxa de acumulação, divisão dos investimentos por setores, etc.), continuou a desenvolver-se fora do controle dos produtores imediatos. (...) A *separação* dos produtores imediatos dos seus meios de produção só foi, pois, levemente abalada, daí a reprodução das relações capitalistas e mercantis. (BETTELHEIM, 1981: p.86)

Destes dois fatores resulta o aspecto limitado do movimento de 1966-7, haja vista tanto a impossibilidade de participação popular no processo de decisão política quanto os constrangimentos impostos ao movimento de massas por esta circunstância. Assim, mesmo momentos de irrupção popular assumiam um carácter sectário e ideologicamente fechado. *Reinvindicações progressistas deviam ser apresentadas como uma reafirmação, mais do que uma modificação, da linha seguida pelo poder central.*

Uma das características das lutas destes últimos anos é, certamente, a forma sectária como elas geralmente foram conduzidas. (...) O sectarismo traduz, em grande medida, a continuidade da *influência* das formas *degeneradas* da ideologia bolchevique, que se desenvolveram no decurso dos anos trinta e que levaram à *transformação do marxismo no seu contrário*.

Uma das características das lutas dos últimos anos (características que permitem explicar a derrota da linha revolucionária) é o aspecto *intensamente personalizado que elas tomaram*. Esta personalização das lutas culmina naquilo que tomou a forma de um verdadeiro “culto a Mao”. Este “culto” teve, momentaneamente, um papel positivo, mas, no conjunto, foi profundamente negativo. (BETTELHEIM, 1981: p.74-5)

Enfim, o processo de ruptura de Bettelheim com a China foi também uma oportunidade de reformulação teórica que produziu retificações expressivas com relação a suas posições anteriores, em especial no que se refere à importância da democracia na definição do socialismo, na atenção que voltou a dedicar ao processo de reprodução social, e em outros aspectos que enunciaremos abaixo.

Neste primeiro momento, a ruptura com o referencial teórico que informou a teoria do CDE, a partir dos anos 60, é ainda limitada. Como veremos, nos anos seguintes, Bettelheim e seu grupo se distanciaram de seu arcabouço teórico inicial, até o ponto em que

o instrumental marxista se tornou apenas um ponto de partida para a incorporação de diversas contribuições. Isso tem uma grande importância para a teoria do CDE (ou do CDP), que é avaliada em termos bastante críticos por Chavance nos anos oitenta, sem que no entanto se questione a definição da URSS como capitalista. Esse processo passou pela adesão ao regulacionismo, pela incorporação maciça do trabalho dos autores da escola húngara e pelo retorno a um estilo mais acadêmico, que volta a imperar nos últimos textos de Bettelheim e principalmente no de seus discípulos mais proeminentes, Chavance e Sapir.

Passemos então à discussão da sociedade soviética a partir da “contra-revolução estalinista”.

#### **(4.3) O Sistema Kolkhoziano**

Apesar do decreto sobre a terra, publicado logo após a revolução de Outubro, ter declarado estatizada a totalidade das terras da URSS, ao longo da maior parte dos anos 20, a agricultura soviética se baseou sobretudo na propriedade privada da terra pelos camponeses, que expropriaram os grandes proprietários durante a Revolução de Outubro. Em 1927, as “economias camponesas individuais” forneciam 92,4% do cereal comercializado.

Entretanto, na medida em que nos aproximamos do final da década, a chamada “crise das tesouras” se agrava exponencialmente, dada a decepcionante capacidade demonstrada pelo setor industrial para fornecer aos camponeses bens industrializados que justificassem o aumento da produção agrícola. A crise de abastecimento que daí se seguiu levou a uma modificação drástica da política agrária do poder bolchevique.

Já no final dos anos 20, começam de novo as requisições de trigo, que haviam sido no essencial extintas durante a NEP. Em 27 de dezembro de 1929, Stalin anuncia a política de “liquidar o *kulak* enquanto classe”. Em 5 de janeiro de 1930, o comitê central adota uma resolução em favor de um ritmo maior para a coletivização da terra. A mudança de orientação é visível:

(...) Em dezembro de 1929, os “objetivos” previstos para 1933 deveriam (dada a revisão dos objetivos da coletivização – CRB) ser amplamente ultrapassados já em 1930,

e que as previsões de “coletivização” dobram entre novembro e dezembro de 1929. A resolução de 5 de janeiro de 1930 fixa “como tarefa a coletivização da enorme maioria das economias camponesas” ao longo do quinquenato. Além do mais, ela prevê que no outono de 1930, e no mais tardar na primavera de 1931, a coletivização “integral” (*splochmaia*) deve ser realizada no essencial nas principais regiões cerealíferas do Baixo e do Médio Volga e do Cáucaso do Norte, e um ano mais tarde nas outras regiões cerealíferas. (BETTELHEIM, 1982: p.33)

A coletivização se dá em uma velocidade extraordinária, em um frenesi do qual participaram funcionários, militantes do PCUS e estudantes no esforço de transformar o campo atrasado e combater os “elementos pequeno burgueses” que se opusessem à transformação socialista. Vejamos como progrediu a porcentagem das terras coletivizadas:

Data	%
01-06-28	2,1
01-06-29	3,9
Out. 29	4,1
01-01-30	15,5
20-01-30	21,0
20-02-30	50,0
01-03-30	59,3

(Fonte: Bettelheim, p. 37)

Dado o caráter desenfreado deste processo, o próprio Stalin foi obrigado a reconhecer que “excessos” haviam sido cometidos, em um artigo bisonhamente denominado “A vertigem do sucesso”, publicado em 2 de março de 1930<sup>76</sup>. A publicação deste artigo marca uma trégua no processo de coletivização, provocada pela necessidade de não prejudicar a semeadura da primavera, cujo fracasso implicaria uma onda de fome. Na

---

<sup>76</sup> Segundo Bettelheim, “Não é certo que o Comitê Central ou o *Bureau* Político tenham sido consultados sobre este artigo. Em todo caso, ele semeia a desordem entre os quadros locais, uma vez que estes tinham todas as razões para pensar que, ao recorrer aos métodos agora denunciados por Stalin, eles não faziam senão ser fiéis às instruções da direção. Certos quadros acreditavam mesmo que este artigo era falso e procuraram se opor à sua difusão, chegando mesmo a lhe confiscar entre os camponeses. Estes, ao contrário, acolheram o artigo como uma “carta de alforria” (BETTELHEIM, 1982: p.38).

verdade, esta atitude revela o medo da revolta camponesa, que poderia se manifestar (como de fato se manifestou mais de uma vez) pela revolta aberta ou simplesmente pela negligência no trabalho realizado nas fazendas do Estado. O esforço de coletivização foi uma verdadeira guerra contra o campesinato; para que se perca de vez qualquer ilusão a respeito do caráter “voluntário” da adesão ao *kolkhoz*, vejamos como progride a porcentagem das terras coletivizadas quando a repressão é amenizada:

Data	%
01-03-30	59,3
10-03-30	58,0
Abril 30	37,0
Mai 30	28,0
Junho 30	24,0
01-10-30	21,7

(Fonte: Bettelheim, 39)

Esse processo se reverte com a chegada do inverno. Nos primeiros meses de 1931, uma nova “ofensiva socialista” é realizada e a porcentagem de lotes coletivizados chega a 57,1% em 1º de julho. Em 1939, os “camponeses individuais” não constituem mais que 3,1% da população rural.

As condenações de camponeses que se recusam a se juntar ao *kolkhoz* ou que, mesmo no *kolkhoz* recusam-se a realizar as tarefas “diligentemente” são pesadíssimas, e incontáveis. Muitos encontraram a morte por fuzilamento ou na deportação (ver o próximo item). Segundo Bettelheim,

O medo é tamanho que a passividade se desenvolve: enquanto que anteriormente eram necessários dois milicianos para acompanhar um preso, em 1931 basta um homem para acompanhar um grupo de prisioneiros. (...) Famílias inteiras são presas, inclusive suas crianças. (BETTELHEIM, 1982: p.45)

O processo chega a seu auge no período que vai de 1932 a 1934, quando as requisições chegam a um tal ponto que milhões de camponeses morrem de fome.

Respondendo a uma carta do escritor Sholokov, que protestava contra os “excessos localizados” cometidos contra os camponeses, Stalin manifesta sua opinião sobre o campesinato russo e deixa implícito o modo como devem ser tratados seus membros:

(...) Os honoráveis cultivadores de vossa região, e não somente de vossa região, se entregaram à sabotagem e estavam resolvidos a deixar os operários e o Exército Vermelho sem grãos. O fato que a sabotagem era silenciosa e aparentemente sem violência (o sangue não era derramado) não impede que, em realidade, os honoráveis cultivadores travassem uma guerra “silenciosa” contra o poder soviético. (*apud* BETTELHEIM, 1982: p.47)

Mas o que justificava tamanha ofensiva contra o campesinato, um dos pilares da Revolução de Outubro? Para Bettelheim, a resposta é clara: trata-se de um processo de acumulação primitiva, tal qual aquele analisado por Marx no *Capital*.

A “lógica” profunda do processo histórico que acaba de ser descrito em seus grandes traços é uma *lógica de classe*, a de uma revolução capitalista. Esta destruiu até a raiz as conquistas da revolução camponesa de 1917. Seus agentes são os quadros do partido e os aparelhos de Estado. O triunfo da revolução capitalista exige que sejam aniquilados os camponeses trabalhando como pequenos produtores independentes. Assim como Marx já escrevera a propósito da “acumulação primitiva” (...) (BETTELHEIM, 1982: p.48)

Esse processo de acumulação primitiva produziu um sistema de exploração *sui generis*, a *quase-servidão de Estado*. Estavam submetidos a ela os trabalhadores dos *kolkhozes* (os trabalhadores dos *Sovkhozes* e das SMT eram assalariados). Vejamos agora como esta nova modalidade de exploração se organiza no “sistema kolkhoziano”.

O sistema kolkhoziano compreende o *kolkhoz*, os órgãos do Estado e do Partido que os dirigem e os lotes pessoais (na verdade familiares, dada a organização do trabalho por família, com maior participação das mulheres) dos kolkhozianos (parcelas de terra em que os membros do *kolkhoz* tinham permissão de cultivar para seu próprio consumo ou para comercializar com vistas a seu próprio lucro).

A produção dentro do *kolkhoz* se organiza da seguinte forma:

O *kolkhoz* saído da “coletivização pelo alto” se caracteriza pela existência em seu seio de uma forte *estrutura hierárquica*: um pequeno número de dirigentes designa os produtores diretos e os meios de trabalho para uma determinada tarefa (estas correspondem às ordens provenientes de organismos situados “acima” do *kolkhoz*). Os produtores diretos são assim reduzidos ao papel de *simples executantes*, situados no escalão inferior de uma estrutura onde certos traços da *organização capitalista do trabalho* se combinam com *formas militares de comando* que favorecem a reprodução de um tipo particular de *despotismo agrário*. (BETTELHEIM, 1982: p.72)

Os *kolkhozianos* não tinham o mesmo *status* político dos operários (ou dos “trabalhadores intelectuais” do Partido e da administração): eles não podiam se sindicalizar, (nem mesmo em sindicatos subordinados ao Estado), não tinham direito à previdência social, não recebiam ajuda do Estado para seu alojamento, eram obrigados a pagar taxas (como pedágios) que não eram cobradas dos outros cidadãos, e pagavam preços maiores por várias mercadorias. Mais importante: *eles não podem deixar o kolkhoz por sua própria iniciativa*. Como vimos no apêndice I, essa proibição nem sempre foi efetiva, mas sem dúvida era um grande passo à frente em direção à escravidão, se comparado com a situação do proletariado.

Se lembrarmos que, durante esta tese, por várias vezes acentuamos a importância do mercado de trabalho *de facto* para a caracterização do proletariado soviético, podemos perceber claramente que a situação dos *kolkhozianos* era de fato diferente da dos proletários. Daí que Bettelheim caracterizará o sistema *kolkhoziano* como uma “servidão de Estado”. As semelhanças com o regime servil que reinava na Rússia Imperial até 1861 não passaram despercebidas dos camponeses: de fato, a autorização para deixar o *kolkhoz* era chamada por eles de “carta de emancipação”, tal como no tempo da “segunda servidão”.

Entretanto, não se deve ver a servidão de Estado como um retorno puro e simples ao regime anterior. Bettelheim destaca três pontos que tornam a diferença entre ambos clara:

- (1) O *kolkhoz* não é um domínio senhorial, isto é, a produção não visa a satisfazer as necessidades, por exemplo, dos administradores do *kolkhoz*, mas sim satisfazer as exigências da acumulação estatal em nível social. Assim, a produção *kolkhoziana* está submetida à produção capitalista;

- (2) O processo de trabalho dentro do *kolkhoz* reproduz, de certa forma, a divisão do trabalho capitalista. A separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, por exemplo, é amplamente desenvolvida;
- (3) Os dirigentes dos *kolkhoz* não são senhores feudais, mas apenas agentes subordinados nomeados (e frequentemente removidos) pelas autoridades centrais.

Este último ponto merece alguns outros comentários: não se pode pensar o dirigente do *kolkhoz* como um análogo do dirigente de empresa soviético. Na verdade, os *kolkhozes* têm camadas dirigentes, mais do que “dirigentes únicos”. Vejamos como se compunham estas camadas:

(...) Devemos notar que no fim dos anos 30, a camada dirigente *kolkhoziana* é ainda relativamente pouco relevante. Nesta época, existiam em torno de 240 000 *kolkhozes*. Nestes contam-se (...) 582 000 presidentes de *kolkhoz*, suplentes da presidência e gerentes de firmas de criação de animais. No que se refere aos quadros agrícolas, devemos juntar 80 000 agrônomos, e 96 000 outros agrotécnicos (...), isto é, um total de 758 000 quadros (..) o que é uma cifra pequena para uma população *kolkhoziana* de mais de 80 000 000. (BETTELHEIM, 1982: p.81)

A estes somem-se os quadros médios, que, em termos de formação, se distinguem muito pouco dos camponeses: em 1939, um quarto destes quadros era completamente analfabeto. Como é fácil perceber, a função de quadros desta natureza não pode ser “técnica”, mas apenas “coercitiva”.

A remuneração dos *kolkhozianos* se dá através da divisão pelos trabalhadores do saldo que resta ao *kolkhoz* depois de atendidas todas as necessidades do Estado. Este saldo é dividido de acordo com o número de “dias-trabalho” realizado por cada trabalhador na produção *kolkhoziana*. Na verdade, um “dia-trabalho” pode não corresponder exatamente a um dia de trabalho, pois trabalhos mais difíceis podem valer mais de um “dia”. Dada a enormidade representada pelas requisições estatais, chegamos por vezes a situações como a seguinte:

(...) Em 1939, 15 700 kolkhozes sofreram cobranças tais que não puderam pagar qualquer renda monetária a seus membros e 46 000 puderam pagar, no máximo, 0,2 rublo por “dia-trabalho”. (BETTELHEIM, 1982: p.87)

Diante de tudo que foi dito, poderíamos concluir que a coletivização da agricultura soviética foi um fracasso. Segundo Bettelheim, isto seria um erro: na verdade, a coletivização foi, *do ponto de vista da lógica de classe que a presidiu*, marcada por dois fracassos e quatro vitórias, que do ponto de vista do poder, compensaram amplamente os fracassos:

Os dois fracassos foram:

- (1) os péssimos resultados obtidos no esforço de aumentar a produção agrícola de maneira contínua e progressiva. Até o fim da Segunda Guerra, o nível de produção anterior a 1930 não havia sido alcançado. Assim, a baixa produtividade agrícola se constituirá em um freio para o desenvolvimento futuro;
- (2) o dano irremediável causado às relações entre o poder e o campesinato, que sempre verá o Estado como um expropriador, como a imposição de um regime de semi-servidão.

Os quatro sucessos:

- (1) a vitória política sobre o campesinato que, durante o processo de coletivização, teve quebrada toda a base de sua economia tradicional, foi reduzido a uma situação de atomização completa, em que a única possibilidade de revolta (amplamente utilizada) era a negligência;
- (2) o sucesso em realizar uma *super-exploração* sem precedentes do campesinato, o que contribuiu de maneira decisiva para o esforço de industrialização;
- (3) o surgimento do sistema kolkhoziano, forma relativamente estável que permitiu perpetuar as outras vitórias (por exemplo: os lotes familiares permitiam que a remuneração monetária aos camponeses fosse baixíssima);
- (4) a formação de um exército industrial a ser utilizado no esforço de industrialização;

Antes de abandonar este tópico, devemos fazer algumas considerações sobre a “relativa estabilidade” do chamado “sistema kolkhoziano”. Naturalmente, poderíamos divagar sobre o caráter “relativo” desta estabilidade, mas isso não se nos apresenta promissor. Acreditamos que esta afirmação da “estabilidade” é contraditória com a caracterização do processo de “acumulação primitiva”, uma forma essencialmente transitória. Lembremos que, em seu texto de 1982 citado acima, Bettelheim afirma que a servidão de Estado prepara a conversão do campesinato em proletariado agrário.

Essa discussão é importante pois é um teste crucial para as hipóteses do “terceiro modo de produção” burocrático: uma dominação em que a burocracia administra a economia e a força de trabalho é alocada autoritariamente pode ser estável? Acreditamos que o exemplo do *kolkhoz* nos mostra que não. O sistema kolkhoziano é um dispositivo de acumulação primitiva, e portanto transitório, em que efetivamente convivem formas servis e capitalistas (daí o termo *quase-servidão*). Para termos uma idéia do caráter “misto” desse sistema, analisemos uma realidade diferente: a do trabalho concentracionário, o momento em que a dominação estatal efetivamente “colapsa” em uma situação de servidão.

#### **(4.4) O Trabalho Concentracionário:**

Desde sua origem, o regime soviético recorreu ao terror como forma de defender o poder recém-conquistado. Inicialmente, o terror se abate sobretudo sobre os membros das antigas classes dominantes, mas também sobre os dirigentes de empresa (de cuja fidelidade se duvida), operários, e especialmente sobre os camponeses. O período do comunismo de guerra foi um período em que a repressão cresceu com grande intensidade, e a guerra civil certamente não favoreceu nenhum esforço de controle sobre o aparato repressivo, em especial sobre a *Cheka* (depois rebatizada NKVD, depois rebatizada KGB).

Entretanto, após o lançamento da NEP, o terror e a repressão de massa sofrem um refluxo (sem que o ambiente de repressão tenha jamais desaparecido). O reforço da aliança com os camponeses, a concessão de autonomia para os quadros e mesmo para os comerciantes que antes operavam no mercado negro eliminaram, ou ao menos colocaram

sob controle, a maioria dos grandes focos de tensão. De fato, segundo Sapir, *no nível local* (isto é, sem interferir nas decisões do poder central ou mesmo nos níveis intermediários) os sindicatos voltaram a ser ativos (no que encontraram forte resistência dos diretores de empresa) e teve lugar uma revitalização parcial dos mecanismos eleitorais.

Entretanto, na passagem para a década de trinta, ao mesmo tempo em que se leva adiante o abandono da NEP, uma nova escalada da repressão de massa e do Terror se inicia, para chegar a seu ápice em meados dos anos trinta, quando atinge níveis raramente (ou jamais) vistos em tempos de paz.

Antes de prosseguir com nossa exposição, apresentemos a distinção, operada por nosso autor, entre “terror” e “repressão de massa”. Na repressão de massa, os indivíduos são punidos por atos que se acredita, ou ao menos se argumenta, que cometeram, ainda que as provas sejam por vezes ridículas ou a legislação seja excessivamente vaga para permitir um amplo poder de discricção às autoridades. No terror, por outro lado, os indivíduos são punidos por pertencerem a determinadas camadas sociais, correntes de opinião ou instituições. Um exemplo de repressão de massa é um operário que é condenado a deportação por atraso, ou um camponês que esconde o grão e é fuzilado no local. Um exemplo de terror é o caso da repressão que se abate sobre quadros do partido acusados de serem “trotskystas” pelo fato de terem trabalhado sob as ordens de um trotskysta (foi o caso da historiadora E. Guinzbourg), ou um camponês que é deportado por ser um *kulak* (sem que seja necessário provar que ele cometeu qualquer crime, como por exemplo, se recusar a entregar sua vaca ao confisco). A distinção é, Bettelheim o admite, dificilmente operacionalizável na maioria dos casos (por exemplo, quando os perseguidos pelo terror são submetidos a um processo formal), mas tem a função de distinguir a existência de um aparelho de repressão “impessoal” extraordinariamente desenvolvido e as perseguições “individualizadas”, conhecidas como terror “inquisitorial”.

Na virada do final dos anos vinte predomina inicialmente a repressão de massa, que se abate sobretudo (mas não somente) sobre operários e camponeses. Os operários são submetidos a uma legislação do trabalho tão cruel que dificilmente encontrará par em regimes fascistas. Falhas mínimas como pequenos atrasos, negligência no cumprimento das funções ou discordâncias menores com os chefes podem ser punidos de maneira incrivelmente severa. O PCUS orienta expressamente os dirigentes de fábrica para que

demitam os operários “negligentes”, que lhes sejam negados os cartões de racionamento e que lhes seja retirada sua moradia (o que quer dizer: dele e de sua família), ainda que durante o inverno russo. Felizmente, uma parte destes regulamentos é pouco aplicada, dada a posição relativamente vantajosa dos operários frente aos administradores de empresa, nas condições de penúria de mão de obra. Isso faz com que, embora a repressão sobre a classe operária seja muito intensa (poucas ditaduras de direita fariam concorrência à URSS neste aspecto), o operariado é menos atingido pela repressão de massa que outras classes sociais, em especial o campesinato. Mas devemos lembrar ainda que um grande número de empresas soviéticas era administrado diretamente pela NKVD, contando com operários detentos (que trabalhavam em condições precaríssimas) como mão-de-obra. Muitas vezes, esses operários (os *zeki*) eram alocados em fábricas normais com o objetivo de mostrar aos operários livres a miséria que os esperava se fossem considerados negligentes. Para se ter uma idéia da difusão desta prática, uma fonte citada por Bettelheim afirma que 30% dos trabalhadores de Magnitogorski, verdadeira usina modelo, cumpriam algum tipo de pena. Bettelheim é feliz em notar a semelhança entre estas práticas e as “casas de terror” ou os “depósitos de mendicância” (onde os trabalhadores eram forçados a trabalhar) existentes no período inicial do desenvolvimento do capitalismo na França, na Inglaterra e na Alemanha, com o objetivo de “disciplinar pelo trabalho” a verdadeira massa de pobres e desocupados que surgiram com a desagregação do feudalismo (p. 213).

O campesinato é a grande vítima do terror estalinista, e, certamente, de toda a história da URSS. Milhões de famílias são deportadas ou simplesmente executadas durante o processo de coletivização. A fome se espalha pelo campo, em grande parte em consequência da decisão de não enviar alimentos a regiões que não aceitassem a coletivização. Milhões de camponeses morrem de fome nestas condições. Esta “guerra anti-camponesa” (Bettelheim, p.210) se processa em duas grandes vagas: uma primeira na virada dos anos trinta e uma segunda em 1932-34. Em 1933, a repressão é tão intensa que a utilização de trens para levar deportados começa a comprometer o funcionamento da malha ferroviária.

A partir da metade dos anos trinta, a repressão torna-se tendencialmente mais “individualizada”. Desde o começo da década, começam a aparecer casos de repressão contra quadros que se ajustam à definição de Terror dada acima: a repressão se abate então

sobre técnicos e engenheiros (como no famoso “caso Shakty”), bem como sobre os supostos “partido industrial” e “partido camponês”, etc.. Entretanto, em seguida ao assassinato (muito provavelmente a mando de Stalin) de Kirov, líder do PCUS em Leningrado, a repressão sobre os dirigentes bolcheviques que discordavam da linha estalinista cresce exponencialmente, sob a iniciativa do grupo de Stalin. O auge deste processo são os chamados “processos de Moscou”<sup>77</sup>, em que acusações inacreditáveis de espionagem para a Alemanha Nazista ou participação no assassinato de Kirov (que teria sido portanto um complô envolvendo milhares e milhares de pessoas, como, por exemplo, a já citada E. Guinzbourg) servem de base para o assassinato de toda a velha guarda bolchevique, tocando verdadeiros mitos de 1917 como Bukharin, Zinoviev e Kamenev. É interessante notar que o decreto fixando as normas para a condução deste processo (em que a simples confissão servia de base para a acusação) foi assinado *no dia mesmo do assassinato de Kirov*, o que sugere fortemente que já havia sido preparado anteriormente.

O terror se abate também sobre o comando militar:

São destituídos, presos ou condenados sete vice-comissários da Defesa, três (em cinco) marechais, 13 (em 15) dos chefes de armada, 3 (em 4) comandantes de exército de primeiro nível, todos os 12 comandantes de exército de segundo nível, 60 (em 67) comandantes de corpos do exército, 136 dos 199 comandantes de divisão, entre quinze mil e vinte mil oficiais. (BETTELHEIM, 1982: p.220)

Essa onda de terror se encerra em 1938. Entretanto, em 1939, os campos de concentração recebem novas multidões oriundas das regiões conquistadas após o pacto Hitler–Stalin. Poloneses, Lituanos (somente dos países bálticos estima-se que tenham sido deportadas 170 000 pessoas) e habitantes da Bessarábia e da Bukovina são deportados. Mas a repressão de então não poupa tampouco os quadros, diplomáticos ou militares que se opuseram à aliança com o nazismo. Entre estes, acusados de oposição ativa ao socialismo, os ex-combatentes da Guerra Civil espanhola.

---

<sup>77</sup> São três os grandes “processos de Moscou”: o primeiro, iniciado em 19 de Agosto de 1936, tem entre seus acusados mais ilustres Kamenev e Zinoviev. O segundo, iniciado em 23 de Janeiro de 1937, tem como principal acusado Piatakov. E o terceiro, iniciado em 2 de Março de 1938, tem como principais acusados Bukharin, Rykov e, curiosa ironia, Iagoda, organizador do primeiro processo quando era chefe da NKVD.

Enfim, no período do pós-guerra, a repressão se abate sobre povos considerados, *em seu conjunto*, contrários ao regime soviético: é o caso dos inguchéios, tártaros da Criméia, chechênios e alemães do Volga. A partir de 1946 e até 1950, desencadeia-se, dentro do quadro de recrudescimento do chauvinismo russo mais obscurantista, a luta contra a “cultura burguesa” e o “cosmopolitismo”, que designa os indivíduos que não se identificam com uma pátria, como por exemplo (o leitor já adivinha) os judeus. Em 1951, os dirigentes Slanky e Rajk são considerados culpados de, entre outras acusações, “complô sionista”.

Grande parte dos integrantes desta interminável lista de vítimas foi executada. Entretanto, uma grande parte deles foi enviada a campos de trabalho, os *Goulags*. Para se ter idéia do que foi a escalada da repressão nos anos trinta, a população de todos os campos de trabalho (que, então, não têm qualquer função econômica) da URSS em 1928 gira em torno de 30 mil pessoas. Em 1928, um decreto autoriza a utilização de mão de obra penal em canteiros de construção. Em 1930, um novo decreto dá um estatuto especial ao trabalho penal, doravante cada vez mais utilizado em trabalhos para os quais não se conseguiria contratar trabalhadores livres, como as minas de ouro da Sibéria, construção de canais e ferrovias em zonas inóspitas, etc. Nesse mesmo ano, a administração dos campos passa para o controle da NKVD, então ainda sob a direção de Iagoda.

As condições de trabalho no campo são de tal forma desumanas que só encontram paralelo na escravidão das colônias. Embora se estime que as execuções nos campos tenham tirado a vida de um milhão ou um milhão e meio de pessoas, a maior causa da mortalidade foi sem dúvida a dureza das condições de trabalho. Bettelheim nota bem que os campos soviéticos não eram campos de extermínio, como os nazistas, mas sim campos onde se morria em massa (os “crematórios brancos” da Sibéria) por negligência. A população do *Goulag* em 1940 girava em torno de 4 ou 5 milhões de pessoas, o que representava 31% dos efetivos de operários e empregados da indústria, da construção, da indústria madeireira e dos transportes.

O *Goulag* não era, como os campos nazistas, uma instituição meramente repressiva. O trabalho concentracionário desempenhou um papel econômico importante no processo de acumulação primitiva de capital da URSS. Esta “*forma específica de exploração*, a dos homens reduzidos à *servidão de Estado*” (Betelheim, p.244), ou, mais precisamente (dado que os escravos antigos podiam ser vendidos, o que aqui não era o caso), o *trabalho*

*concentracionario*, teve papel central na expansão da atividade econômica: Assim, o ouro de Kolyma, que Ciliga descreveu como “banhado no sangue dos operários e camponeses pretensamente libertos, da mesma forma que o ouro africano era banhado do sangue dos negros escravizados”, foi muito importante para a aquisição de equipamentos industriais no exterior. Entretanto, essa função econômica (que, segundo suspeitam alguns autores, teria dado origem a “planos de condenação” de detentos segundo as necessidades da acumulação) não esgota o *Goulag* como fenômeno social. Prova disso é que ele continuou existindo após o fim do período de acumulação primitiva do estalinismo.

Já havíamos chamado atenção, no tópico anterior, sobre o fato que os sistemas kolkhoziano e *concentracionario* são bons casos para a discussão das teorias do modo de produção estatal ou burocrático. Bettelheim aproveita a discussão do trabalho *concentracionario* para confrontar as teses do dissidente alemão oriental Rudolph Bahro, que afirmava o caráter essencialmente “despótico-oriental” da sociedade russa, dominada em grande parte por algo semelhante ao “modo de produção asiático” (MPA) de que falava Marx. Diz o autor de *A Alternativa*:

Uma análise assim conduzida nos leva a formular um conceito geral de “via não-capitalista”, em que estão compreendidos todos os países que se definem como socialistas, e a buscar sua origem no legado do chamado modo de produção asiático. (BETTELHEIM, 1982: p.15)

Bettelheim considera que esta descrição é “metafórica e não analítica”, visto que

(...) deixa escapar a diferença radical que existe entre a situação da grande massa dos assalariados soviéticos e a dos trabalhadores *concentracionários*. Além do mais, ela não permite perceber a diferença de situação entre esses trabalhadores e aqueles obrigados ao trabalho forçado no que Marx chamou de “despotismo oriental”. De fato, nessa forma social, as pessoas designadas para um trabalho forçado não o são em geral senão por períodos relativamente breves, continuando responsáveis por sua subsistência e continuando inseridas em relações sociais que lhes permitem a reprodução de sua força de trabalho. Ao contrário, os trabalhadores dos campos soviéticos são separados do resto do mundo, dependem de seus carcereiros para sua subsistência e uma forte proporção entre eles morre no campo sem deixar descendentes que não os filhos que tiveram antes de serem internados. (BETTELHEIM, 1982: p.244)

Vale lembrar que a afinidade, detectada por Bahro, entre as STS e o MPA não deriva somente, como afirmam alguns comentaristas de Bahro (esta parece ser inclusive a opinião de Bettelheim), de uma continuidade entre a história russa e a história soviética. Ela é mesmo uma tendência sempre presente nas sociedades em transição ao socialismo:

Efetivamente, o modo de produção asiático - na forma clássica de despotismo econômico com que se manifestou no Egito antigo, na Mesopotâmia, Índia, China e Peru, constituindo a fase de passagem para as primeiras sociedades divididas em classe - apresenta analogias estruturais interessantes com a atual época de declínio da sociedade de classes. (...) A fase de transição entre comunismo e sociedade dividida em classes - realizada na antiguidade “para diante” e hoje “para trás” - é caracterizada em ambos os casos por uma função específica do Estado; isto é, ele é a emanação direta da divisão do trabalho e da cooperação dentro da sociedade. A estatização das forças produtivas que (então) não eram mais coletivas e (hoje) não são ainda socializadas, constitui o aspecto mais típico destas épocas históricas. (BAHRO, 1980: p.66)

Não é por acaso que esta parte da argumentação de Bahro tenha sido menos desenvolvida, dado que ela se baseia em pressupostos bastante questionáveis:

- (1) as STS estavam efetivamente no caminho de uma sociedade sem classes. Hipótese que, se desmentida, desarticula totalmente a analogia com a passagem às sociedades de classe. Ora, essa afirmação, que poderia muito bem ser dita por um apologista do estalinismo, está em clara contradição com o texto tantas vezes sofisticado de Bahro, que admite a existência nas STS da economia mercantil (p.129), do salário como “preço pago pela mercadoria força de trabalho”(p.199), etc.;
- (2) um mesmo processo (a centralização da economia na mão do Estado) pode ter como resultado tanto o surgimento quanto a extinção das classes. Ora, isso no fundo equivale ao procedimento de considerar o Estado uma “forma” que pode ser utilizada para qualquer fim, no que Bahro está novamente abaixo de si mesmo, pois havia afirmado:

Para Marx, ou seja, para um dialético, era óbvio que a forma da máquina com a qual a burguesia exerce seu poder é inseparável de seu conteúdo e, por isso, a revolução jamais poderia consistir na eliminação das fileiras dos velhos funcionários, para substituí-las com novos quadros colocados nos mesmos postos de comando dos quais simplesmente se trocou o nome. (BAHRO, 1980: p.33)

Além disso, o raciocínio peca por não explicar o que será feito do Estado quando da extinção das classes: naturalmente, o processo de centralização estatal era perfeitamente coerente com a constituição das classes, visto que ele nasce justamente para regulamentar a divisão da sociedade em classes. Entretanto, o fortalecimento do Estado é claramente contraditório com a utopia da extinção das classes, visto que a manutenção do Estado criaria evidentes assimetrias de poder com correspondentes assimetrias nas possibilidades de apropriação do produto social.

Enfim, esta discussão não impede que admitamos que a herança histórica russa tenha, de fato, e talvez até mesmo de maneira decisiva, influenciado a constituição da sociedade soviética. Rejeitamos apenas que se possa determinar o modo de produção predominante na URSS através do simples estudo de suas analogias com a sociedade russa, como por vezes faz Bahro<sup>78</sup>. Devemos notar, entretanto, a rara riqueza da análise das STS deste autor quando ele desiste da discussão por analogia e procede analiticamente, e constatar que muitas de suas conclusões são compatíveis com a teoria do CDE.

#### **(4.5) O Sistema de Planejamento:**

Os anos trinta são os anos da revolução industrial soviética. Toda a estrutura social do setor industrial, que esboçamos no capítulo anterior, se generaliza, e também a relação salarial. Uma massa de camponeses é lançada na cidade para se juntar ao proletariado, enquanto outra parte do campesinato é exterminada ou reduzida à semi-escravidão após a coletivização.

---

<sup>78</sup> Como bem notou Markus, referências ao passado russo podem ser encontradas como elementos auxiliares em diversas teorias sobre as STS, embora normalmente não constituam o cerne da argumentação; ainda segundo Markus, o “duvidoso mérito de consistência” nesse caso pertenceria apenas a Karl Wittfogel, no período “arqui-conservador” de sua vida (MARKUS, 1983: p.37)

O setor industrial se constituiu sob o signo da planificação centralizada. Um aparato burocrático centralizado, centrado no GOSPLAN, dirige o investimento econômico e, em tese, deveria dirigir todo o conjunto da produção econômica.

É nesse momento que várias análises sobre a burocratização da sociedade são formuladas: é este o contexto da obra de Rizzi, da obra de Burnham, de Orwell, dos frankfurtianos. As teorias do CDE que se desenvolveram durante a NEP, em especial as dos comunistas de conselho (Otto Ruhle, Jean Barrot, etc.), parecem responder menos adequadamente aos novos problemas que a análise da sociedade soviética suscita. Todos os resquícios da sociedade capitalista liberal parecem extintos na URSS, e em processo de extinção nos países fascistas. De fato, a planificação parece levar a termo um processo de estatização que havia sido interrompido durante a NEP. A URSS parecia se assemelhar, cada vez mais, à sociedade totalmente administrada de que falavam os frankfurtianos.

Entretanto, numerosos estudos mostraram que esta impressão era uma armadilha para a teoria: ela sugeria as STS como sociedades enrijecidas, monolíticas, grandes “blocos” burocraticamente administrados. Ora, a realidade era bem diferente: uma formação social em ebulição, uma guerra civil no campo, uma economia sujeita a turbulências. A planificação estalinista não superou nenhum dos impasses do período anterior, mas *importou-os para o plano*.

No começo dos anos vinte, o planejamento era pensado em termos bastante menos ambiciosos. Segundo Nove,

A palavra “planejamento” tinha um sentido bastante diferente, em 1923-6, daquele que mais tarde adquiriu. Não havia um programa de produção e alocação totalmente desenvolvido, não havia uma “economia de comando”. Os especialistas do *Gosplan*, muitos deles não-membros do Partido ou antigos mencheviques, trabalhavam com originalidade notável, lutando contra estatísticas inadequadas para criar o primeiro “balanço da economia nacional” da História, com o objetivo de proporcionar alguma espécie de base para o planejamento do crescimento (...). A questão é que o que emergiu destes cálculos não eram planos no sentido de ordens para agir, mas “números de controle”, que eram parcialmente uma previsão e parcialmente um guia para decisões estratégicas sobre investimentos, uma base para discutir e determinar prioridades. (NOVE, 1992: p.96)

A partir do fim da década, entretanto, a planificação parece adquirir um novo sentido: o de condutora do conjunto da economia nacional. Como diz Bettelheim:

A partir do fim dos anos 20, a planificação soviética é uma realidade econômica, social e política. Os planos são elaborados, discutidos, remanejados, “aplicados”. Um grande número de decisões econômicas importantes se refere a eles. Os ritmos de desenvolvimento e a estrutura da economia soviética são incontestavelmente influenciados pela política da planificação. (BETTELHEIM, 1992: p.261)

Entretanto,

(...) esta constatação não nos deve levar a concluir que a economia soviética seria portanto uma “economia planificada”, no sentido em que seria “controlada” (*maîtrisé*) pelo plano ou submetida a ele. A existência de um tal controle é proclamada pelos ideólogos soviéticos. Estes falam precisamente de uma “economia planificada”, e a opõem a uma “economia submetida ao mercado”. O exame do movimento real (...) da indústria e da agricultura e a comparação entre os objetivos dos planos e a evolução econômica desmentem (...) o mito de uma economia soviética planificada. Este mito tem uma vida dura. (BETTELHEIM, 1982: p.261)

Bettelheim se dedica com afinco a demonstrar que os primeiros planos quinquenais não podem ser entendidos como um esforço bem-sucedido de controlar o desenvolvimento da economia. Começa por enfatizar os contrastes entre os planos e os resultados da produção; em seguida, mostra como, para resolver o problema do caos econômico, o poder soviético acaba por estabelecer um sistema (não necessariamente oficializado) de prioridades, determinando quais empresas terão prioridade em receber os recursos mais escassos e essenciais. Este regime, além de favorecer o desenvolvimento da anarquia na produção não-prioritária, promove o desenvolvimento de crises de superprodução absolutas (quando a taxa de crescimento da acumulação é superior às possibilidades de extração de mais-valia), que no capitalismo concorrencial eram apenas casos limites, pois crises de superacumulação relativa surgiam antes que a situação chegasse a tal ponto (*cf.* item (4.4), *infra*).

Nossa pesquisa com o material bibliográfico sobre as STS confirma o ceticismo de Bettelheim no que se refere ao grau de controle do plano sobre o processo econômico real. A seguir, apresentaremos alguns argumentos em favor desta idéia.

O trabalho clássico que mostrou a contradição entre a imagem oficial da planificação e sua realidade material foi o de E. Zaleski (1984). Seu cuidadoso estudo mostra que a economia estalinista seria melhor caracterizada como “administrada” do que como “planificada”. O sistema de planificação stalinista é basicamente a imposição de uma estratégia de crescimento sobre a economia; não implica a condução consciente dos processos econômicos concretos. Várias manifestações desta natureza são documentadas por Zaleski, como por exemplo:

a- A redução da abrangência temporal do plano: o plano quinquenal não é operativo, embora dele derivem as decisões sobre o investimento. O verdadeiro plano que guia as decisões econômicas é o plano anual; e, mesmo, em um número grande de oportunidades, os planos trimestrais. Este fato é também observado por Nove (1992, p.269). Sobre isto, ver também a análise de Roland (1987).

Naturalmente, quanto menor o período do plano operacional, menor é o período sobre o qual os próprios planejadores consideram ter *controle efetivo* (e não somente *autoridade*) sobre a dinâmica da economia.

b- O plano é constantemente alterado para se adequar às possibilidades reais da economia. No caso do primeiro plano quinquenal, por exemplo, uma série de aumentos extraordinários dos objetivos do plano foi “esquecida” e o resultado final foi comparado com a primeira formulação do plano, e assim foi comemorada a plena realização do plano ao final do quinquênio.

Mais do que uma certa desonestidade, o que isso nos mostra é que as possibilidades reais da economia não eram conhecidas no momento de elaboração do plano, ou foram ignoradas, ou não foram suficientemente controladas no momento da implementação.

As razões pelas quais o centro planejador não obteve sucesso em realizar uma planificação mais consistente são muitas, e algumas são bastante complexas. Citaremos aqui algumas:

a- A “subcomplexidade do plano”: há uma série de dificuldades oriundas do próprio processo “físico” da planificação. A dificuldade de obter informação, processá-la

coerentemente e implementá-la sistematicamente em uma economia complexa excede em muito as possibilidades de qualquer agência administrativa. Segundo Flaherty,

Em teoria, ao menos, a agência soviética de planejamento central deve coordenar a produção de 46.000 empresas produzindo 24 a 25 milhões de itens que são então direcionados através de meio trilhão de transações econômicas discretas. O fluxo anual de papel na economia soviética encheria o equivalente a 6 bilhões de livros de 500 páginas cada. Somiński estima que mal chega a 10% da informação sobre a produção transmitida para as autoridades soviéticas a realmente utilizada na formulação de políticas, enquanto que o resto dos dados destes canais de comunicação é completamente desconsiderado como “estática”. Conseqüentemente, o planejamento central é formulado na base de modelos grandemente simplificados. Nas palavras de Solodkov e Gurchkov, “este plano é uma ficção e não pode servir como guia para a ação”. (FLAHERTY, 1992: pp.113-4)

Segundo Lavigne,

Um matemático soviético calculou que o mais avançado dos computadores levaria 30 000 anos para resolver um modelo de planificação que implicasse a produção desta massa de bens com a ajuda de milhões de tipos diferentes de recursos. (LAVIGNE, 1985: p.85)

Ainda segundo a mesma autora, há uma outra dificuldade técnica (talvez maior do que a quantidade de informação a ser processada no processo de planificação), a saber, o limite temporal à fase de elaboração implica que o plano deve ser elaborado “em tempo real”:

É no abril-maio precedente ao ano planificado que começa o processo, com a determinação pelas autoridades políticas dos principais objetivos a alcançar, e as demandas provenientes das empresas pelos bens de investimento, matérias primas, etc., de que precisam. O plano macroeconômico deve ser oficializado seis ou sete meses mais tarde. Mas de fato ele não o é. As empresas começam o ano planificado sem plano; elas reconduzem então o plano do ano precedente, enquanto esperam. Ou então elas recebem um plano, que será corrigido posteriormente pelo ministério responsável. (...) Uma reportagem sobre o *Gosplan* publicada pela *Litvnaia Gazeta* (nº 45, 1984) cita o caso de

uma empresa de fibras químicas incapaz de realizar seu plano inicial por falta de entregas suficientes de matéria-prima. O Ministério da Indústria Química prontamente abaixou 14 vezes os objetivos do plano desta empresa (...) [de maneira que] ela pôde anunciar no final do ano uma execução satisfatória do plano. (LAVIGNE, 1985: p.87)

b- A vulnerabilidade dos planejadores à pressão política. A intervenção constante dos quadros políticos mais graduados sobre o *Gosplan* produz um ambiente em que dificilmente se poderia esperar um plano tecnicamente sustentável. Esse problema foi particularmente agudo durante o período estalinista. Ward fala de “*bachanallian planning*” para designar o ambiente conflituoso em que se desenvolveu o plano:

Uma vez que a oferta de todo tipo de recurso estava em baixa, a principal tarefa do chefe (o nosso burguês de Estado – CRB) era assegurar o abastecimento dos meios necessários para alcançar os objetivos do plano; em segundo lugar, convencer Stalin e seus colegas de que estes objetivos foram de fato alcançados; e em terceiro lugar, proteger os projetos de estimação de seu comissariado da depredação de burocracias rivais. Os mesmos imperativos ecoavam através da cadeia de comando. As agências regionais lutavam entre si (...) pelos favores de Moscou e tentavam enterrar seus erros sob uma montanha de papel. Os diretores de empresa agarravam os recursos o melhor que podiam, inflavam seus sucessos e disfarçavam seus fracassos. O centro, frustrado por toda espécie de mentiras (...), respondia com expurgos ainda mais violentos que - até a estabilização relativa de 1939 - arruinaram o sistema de cima a baixo. Não é de se estranhar que, como Jerry Hough e Merle Fainsod apontaram em 1979, as séries estatísticas soviéticas para os anos 30 variam tão tremendamente e são tão contraditórias que, a despeito do trabalho de muitos historiadores econômicos, a mensuração de performance dos planos jamais será uma ciência exata. (WARD, 1993: p.103)

Uma das conseqüências deste esforço desarticulado é que muitas das dificuldades técnicas inerentes à planificação foram ignoradas, uma vez que o esforço de realização de um plano coerente sequer foi iniciado. Se, em alguns momentos, esta estratégia realizou o que não podia ter sido realizado através do planejamento racional, as conseqüências a longo prazo (gigantismo, desperdício de recursos, super-exploração da mão-de-obra, sacrifício – físico - dos planejadores mais qualificados, etc.) parecem ter implicado a desarticulação de todos os mecanismos de controle disponíveis para as agências planificadoras. Ward cita

Zaleski quando afirma que o descrédito em que caíram as considerações técnicas fez com que a economia perdesse “todo vínculo” (p.89) com o plano. A atitude em relação à ponderação técnica neste período pode ser avaliada pelo testemunho citado por Nove:

Os planos eram elaborados em meio ao conflito entre especialistas e camaradas, convencidos de que o *élan* revolucionário produziria milagres. Diz-se que um especialista em petróleo, dada o que ele considerava uma ordem absurda para fazer crescer a produção, escreveu o seguinte para o Comitê Central: “Deixo de ser responsável pelo departamento de planificação. Considero a grandeza de 40 milhões de toneladas puramente arbitrária: mais do que um terço de todo petróleo deve sair de áreas ainda inexploradas, o que é como cortar a pele do urso antes dele ser capturado ou mesmo avistado (...) apóio os ritmos acelerados, mas o dever me obriga...” e por aí vai. A isso, segundo o autor [I. Babel - CRB], uma jovem respondeu: “Nós não duvidamos do conhecimento ou das boas intenções do professor...mas rejeitamos o fetichismo dos números que o limita... Rejeitamos a tabuada como base para a política [*policy*]”. (NOVE, 1992: pp.191-2)

### Segundo M.Lewin,

Foi Strumilin quem nos disse que seus planejadores finalmente preferiam “apoiar os ritmos acelerados a ir para a prisão por apoiar os mais lentos”, e ele mesmo não esteve longe da prisão quando foi removido do Gosplan, juntamente com Krzhizhanovsky, em 1930. Obviamente, era a pressão do *Politburo* que forçava os planejadores a se submeterem. (LEWIN, 1995: p.97).

Nos planos quinquenais posteriores, o nível de arbitrariedade foi reduzido. Uma das soluções para contornar todos estes problemas foi a chamada “planificação a partir do nível alcançado” [na bibliografia anglo-saxã, *from the achieved level*]. Segundo essa premissa, não basta discutir os problemas da planificação com base na relação plano enunciado-resultado, mesmo considerando que neste campo as dificuldades foram muitas, de ambos os lados da relação. Resta saber se, mesmo naqueles aspectos em que se obteve sucessos, o plano representou uma tentativa bem sucedida de orientação consciente da sociedade. Se o plano prevê um resultado que é objetivamente alcançado, isto não quer dizer que o resultado tenha derivado do plano, ou *principalmente* do plano - este pode refletir processos

espontâneos. É fundamental, portanto, verificar se o plano, em sua elaboração, consegue ser mais do que um agregado de decisões individuais; e, se o consegue, se o faz de maneira sistemática (ou através de “medidas”). É o que discute Birman:

O principal “segredo” da técnica soviética de planificação está no título deste artigo [*“From the achieved level”* - a partir do nível alcançado - CRB]. As bem conhecidas palavras “a partir do nível alcançado” denotam que os indicadores do plano são obtidos primeiramente pela adição às grandezas *ex post* relevantes de uma certa porcentagem de crescimento. Este é o fundamento de toda a técnica, toda a metodologia da Planificação Soviética. O resto é secundário.” (BIRMAN, 1978: p.161)

Segundo esta interpretação, a planificação se limita a organizar informações sobre o fluxo da economia e impulsioná-la em direção ao crescimento acelerado. No entanto, como bem lembra Lavigne (1985, pp.84-5), a dinâmica era certamente mais complexa do que isso. Em primeiro lugar, o fato que o centro não dispunha de meios para controlar sistematicamente a economia não implica que não tenha utilizado seu poder institucional para tentar fazê-lo, sacrificando a eficiência econômica de curto ou médio prazo em nome de objetivos “maiores”, como as necessidades de defesa, ou a necessidade de crescer num ritmo acelerado para fazer frente aos países ocidentais.

Embora não coloque em dúvida, em nenhum momento, a precisão dos resultados de Zaleski, Nove acredita que não se pode concluir daí que todos estes fenômenos acima listados impliquem que a economia soviética não fosse planificada. Argumentando contra Wilhelm, um defensor de tese semelhante, Nove afirma:

(...) Ninguém duvida da vital importância que é atribuída à implementação do plano como o objetivo predominante, o mais importante critério de avaliação. Alguns traços negativos que Wilhelm e outros observaram são uma consequência direta disso: é porque a gerência [*management*] deve tentar obedecer às ordens do plano que ela faz certas propostas e não outras, tenta esconder reservas, etc. (...) Em minha opinião, o Dr. Wilhelm listou de fato as limitações intrínsecas do modelo centralizado, planificado, que deveria ser visto como parte integral do modelo, não como prova de que ele não existe.” (NOVE, 1991: p.136)

Em nossa opinião, a observação de Nove é essencialmente correta, se por ela entendemos que, em torno do planejamento nas economias de tipo soviético, determina-se grande parte das decisões macroeconômicas, em especial as relativas ao investimento. *Mas isso é evidentemente diferente de se afirmar que estas decisões são as previstas no plano;* após os estudos de Zaleski, podemos ainda nos referir às economias do Leste Europeu como planificadas; *mas não podemos pretender dizer a mesma coisa com isso.* Podemos dizer que a economia soviética era planificada, mas já em um sentido bem menos ambicioso do que, por exemplo, aquele presente no discurso soviético oficial. Em especial, não podemos dizer que a existência do plano defina a sociedade soviética como algo essencialmente distinto em relação à “anarquia de produção” ocidental.

Em resumo, como diz Bettelheim,

Na União Soviética predomina *o plano, processo de acumulação primitiva* (grifo nosso – CRB) que deriva de um processo de luta de classes que favoreceu uma certa forma de propriedade de Estado e de representação ideológica (...) que fazem a imagem da abolição do capital. A concorrência aparece como seu contrário - a unidade do capital social, que por sua vez aparece como “abolição” do capitalismo. Ao manipular preços e salários, o poder central torna a situação mais opaca e exacerba as contradições do capital. (BETTELHEIM, 1982: p.301-2).

Livres do mito da sociedade totalmente administrada, ainda temos que nos defrontar com a questão: o que significa então o imenso aparato de planificação que terminou por englobar todo o setor econômico estatal da URSS? Ou, como sugere Castoriadis,

Dito de outro modo, depois de haver visto em que medida a propriedade estatal é uma forma mistificada da realidade econômica, há de se examinar por que pode ser também sua forma adequada. (CASTORIADIS, 1976: p.172)

#### **(4.6) Capital como propriedade e como função:**

Como vimos no item anterior, o fato que o aparato de planificação não implique o controle efetivo da economia pela burocracia central, ou pela cúpula do partido, não quer

dizer absolutamente que esta última não tenha poder sobre o processo de reprodução econômica. Como definir sociologicamente este poder? Em especial: qual a importância deste fato para a conformação das relações de produção – e, portanto, da estrutura de classes - das STS?

Em consequência do esforço de planificação e centralização administrativa característico do estalinismo, reduz-se a autonomia dos dirigentes de empresa, ao mesmo tempo em que se desencadeia uma guerra aos quadros do aparelho de Estado; o Partido aparece então como única instituição capaz de administrar a economia. Stalin coloca mesmo a proposta da fusão entre o Partido e os quadros no *slogan* “vermelho e *expert*”; mas essa fusão não chega a se consolidar; o Partido se torna então o mediador da luta entre as diferentes frações do capitalismo, que assume então a forma de relações de clientela.

Antes de discutirmos esta posição, especifiquemos melhor o que é o capital como propriedade: segundo Bettelheim, não se deve identificar este setor com o Partido, mas como uma oligarquia que define “uma nova forma de Estado”.

Este Estado é dirigido não pelo Partido, mas por uma oligarquia político-ideológica auto-recrutada (numericamente muito restrita e que pode ser, em certos momentos, estreitamente dependente daquele que se apresenta como seu chefe). Nesta forma de Estado, as instâncias “dirigentes” do partido intervêm essencialmente para ratificar as decisões da oligarquia dominante de que dependem. Os membros desta instância são nomeados e revogados pelo pequeno círculo de altos dirigentes. O Partido se torna assim um aparelho através do qual o Partido domina o Estado. *Esta oligarquia não presta contas a ninguém. Ela controla todos os aparelhos administrativos e econômicos, todas as “organizações de massa” e mesmo a “vida privada” de cada um.* (grifo nosso – CRB) (...) O Estado que ela dirige tende a ser totalitário: todo o direito lhe deve ser subordinado, e tudo que se lhe opõe pode ser qualificado como atividade inimiga (com a etiqueta de “inimigo do povo”). (BETTELHEIM, 1983: p.19)

É impossível não ter em mente a teoria da “Nova Classe” de Milovan Djilas, quando lemos o trecho grifado acima, ou mesmo a caracterização da burocracia por Rizzi ou Castoriadis. Vejamos como Djilas define sua Nova Classe:

Essa nova classe - a burocracia, ou, mais exatamente, a burocracia política - tem todas as características das anteriores, acrescidas de algumas outras novas e próprias.(...)

Isso não quer dizer que o novo Partido e a nova classe sejam idênticos. O Partido, porém, representa a essência dessa classe, a sua base. É muito difícil, talvez impossível, definir os limites da nova classe e identificar seus membros. Pode-se dizer que ela é constituída daqueles que gozam de privilégios especiais e favoritismo econômico devido ao monopólio administrativo que detêm.(...) De modo geral, à medida que a nova classe se torna mais forte e adquire uma fisionomia mais perceptível, diminui o papel do Partido. A essência e a base da nova classe criam-se nas camadas superiores do partido, bem como nos órgãos políticos do Estado. *O partido vivo, compacto, cheio de energia, começa a desaparecer transformando-se numa oligarquia tradicional da nova classe* (grifo nosso – CRB), atraindo irresistivelmente para suas fileiras aqueles que almejam participar da nova classe, e afastando todos os que têm qualquer ideal. (...) somente *uma classe especial de burocratas que não desempenham cargos administrativos constitui o âmago da burocracia governante, ou, em minha terminologia, da nova classe* (grifo nosso – CRB), formada, na verdade, por um partido ou uma burocracia política. (...) (DJILAS, 1971: pp.42-48)

A semelhança entre os trechos grifados de Bettelheim e Djilas é de fato notável. Ora, como vimos, grande parte da bibliografia identifica nas STS uma forma de sociedade essencialmente monolítica, um “bloco granítico”, e vimos que a teoria do CDE é uma tentativa de escapar das armadilhas desta abordagem. Ora, a incorporação por Bettelheim de raciocínios elaborados pela teoria da Nova Classe – e mesmo do totalitarismo, como veremos - não lhe tira seu maior mérito analítico? Os últimos tomos das *Lutas* não abrem com a afirmação de que o estalinismo “faz sistema”?

Em nossa opinião essas suspeitas são infundadas (ao menos no que se refere ao argumento visto como um todo), e embora Bettelheim nem sempre seja feliz em sua incorporação das descobertas dos autores que trabalham com a visão “monolítica”, na grande maioria das vezes escapa ao risco de ignorar as profundas incoerências e os antagonismos que perpassavam a vida social nas STS. Discutiremos esta idéia ao longo de todo este capítulo, pois esta questão exige que se analise tanto a dinâmica política desta sociedade quanto sua dinâmica econômica. Entretanto, antes de encerrar este item, nos ateremos ao problema da articulação entre o capital como função e como propriedade.

A contradição entre quadros e partido não se resolve: ela é a contradição entre dois aspectos do “capitalista global”: o capital como propriedade (representado pelos dirigentes

políticos do Partido) e o capital como função (representado pelos dirigentes de empresa)<sup>79</sup>. Bettelheim afirma que, nos anos trinta, o capital como propriedade desestabiliza fortemente a atuação do capital como função (manteremos esta terminologia por enquanto):

Em 1933, a “direção única” é singularmente enfraquecida pelo estabelecimento de uma rede de “organizadores do partido” funcionando no nível das empresas, e diretamente responsáveis diante do CC. Estamos agora bem longe das decisões de setembro de 1929 – em princípio ainda em vigor – que visavam a reforçar o princípio da “direção única”. (BETTELHEIM, 1982: p.187-8)

Entretanto, a longo prazo, há uma articulação de interesses entre as duas camadas. Esta tendência já era visível nos anos trinta e mesmo anteriormente, e deu origem à prática do *clientelismo*:

(...) os responsáveis pelos órgãos locais e regionais das “seções de produção” formam frequentemente laços estreitos com os dirigentes de empresa que deveriam disciplinar (*renforcer*), dando cobertura a suas atividades “ilícitas”, não denunciando suas “fraquezas” ou seus “abusos”. No lugar de ajudar realmente o centro a verificar o que se passa nas empresas, os órgãos locais e regionais das “divisões de produção” tendem a constituir um véu adicional entre a direção do Partido e a realidade que se passa as empresas industriais. (BETTELHEIM, 1982: p.191)

Como estas práticas clientelistas se inserem na dinâmica econômica? A primeira coisa que se deve levar em conta na análise da planificação é a existência de uma intensa competição entre empresas, ministérios, etc., pelos recursos disponíveis. Luhman caracteriza este processo utilizando a expressão “competição antecipatória”, adotada por Flaherty:

A competição sobre o excedente é um traço inevitável de todos os sistemas econômicos operando em condições de escassez. A única questão é: em que ponto, dentro do processo de produção, estas pressões competitivas emergem e como elas vão finalmente ser mediadas? Em uma economia estatista hierárquica, estas pressões são

---

<sup>79</sup> A distinção entre a *nomenklatura* e a burguesia de Estado é um traço de muitas teses sobre as STS. Millband, por exemplo, afirma que nas STS os dirigentes “(...) vieram a constituir uma grande burguesia estatal e pequena burguesia criada na *nomenklatura*. (Millband, p.25, 26)

conduzidas subterraneamente no que Luhman chama “competição antecipatória”, e inteiramente confinadas ao lado da oferta no ciclo produtivo. Esta luta, em grande medida encoberta, toma a forma de uma rivalidade entre as sub-unidades econômicas para obter provisões com vistas a futuras contingências, além de satisfazer as necessidades imediatas da produção. A competição antecipatória proporciona o principal ímpeto para o impulso de expansão em todos os níveis da cadeia administrativa de comando. (FLAHERTY, 1992: pp.112-113)

Esta situação leva as empresas a procurar aliados dentro do grupo responsável pela administração do Estado (em especial dentro das estruturas dos ministérios), que podem garantir, através de sua influência, os recursos necessários à produção. Forma-se então um *sottogoverno* (Flaherty) da economia, uma relação de caráter corporativo envolvendo as estruturas ministeriais e a gerência de empresas. Os ocupantes dos cargos mais altos da administração política tentam controlar este processo, mas seus esforços tendem a se tornar cada vez mais ineficientes, pois cada esforço de conter a descentralização espontânea através de medidas mais “duras” só faz acelerar a constituição de novas relações informais. Por exemplo, *os empréstimos entre empresas* eram mais comuns quando o centro adotava medidas de controle mais severas (Soós, 1986).

Esta relação centro-empresas era diferente, senão em natureza, ao menos em grau, no período estalinista e no pós-estalinismo. Segundo Murrel e Olson (1991), no estalinismo, o recém-formado grupo de administradores e a burocracia ainda não haviam tido tempo de forjar vínculos corporativos estreitos, o que possibilitava que a competição entre os burocratas fornecesse ao centro uma base para a organização da economia. Assim,

(...) a competição entre os subordinados gera informação e limita o volume de falsificação. Na mesma medida em que os burocratas têm um incentivo para ocultar seus fracassos e subestimar o potencial dos recursos com eles alocados, assim também ganham quando os erros de seus colegas e o potencial completo dos recursos a eles alocados se tornam conhecidos. Quando há competição burocrática, cada oficial deve ser mais cauteloso ao subestimar a produtividade potencial dos recursos a ele alocados, pois seus rivais burocráticos parecerão melhor. O superior astuto pode desta forma usar a competição entre os subordinados para ganhar acesso ao seu conhecimento mais detalhado e para estabelecer estimativas do potencial produtivo melhores que aquelas que ele pode obter sem competição. (MURREL e OLSON, 1991: p.256)

No entanto, com a formação de vínculos corporativos, as possibilidades de ocultar informação e pressionar as autoridades centrais aumenta exponencialmente: por exemplo, se um grupo de empresas se une para pressionar por recursos, outras empresas se verão obrigadas a fazer o mesmo para não ficar para trás na competição antecipatória. Se uma empresa pode contar com o fato que outras empresas se engajarão (com sucesso) em *lobbies*, não lhe resta alternativa senão fazer o mesmo ou abdicar de recursos preciosos para a implementação do plano (com as conseqüentes perdas decorrentes).

Há uma certa tendência na literatura a comparar a competição antecipatória aos mecanismos de mercado. Segundo Flaherty,

A fragmentação do sistema soviético em uma confederação de sub-unidades que competem e conluem, recria o *equivalente administrativo-de-comando da anarquia de mercado no contexto de uma ordem produtiva desmonetizada*. [grifo nosso - CRB] (...) A principal lição a ser tirada do colapso do Neo-estalinismo na União Soviética e no Leste Europeu é que a abolição da propriedade estatal das categorias de mercado e do valor em condições de escassez só conseguirão empurrar para o subterrâneo a operação de mercados latentes que são necessárias para preencher as lacunas deixadas por um plano super-abrangente. Não importa se o governo reage a este comércio subterrâneo com negligência benevolente ou esforços mais draconianos de supressão. Estes “*quase-mercados*” ou *cripto-mercados* [grifo nosso - CRB] vão, com o tempo, engendrar cripto-hierarquias e uma anarquia crescente dentro do plano, que subvertem o controle central sobre processos econômicos vitais (Lorenzi 1975:10,16). Por tentar controlar tudo, o sistema neo-estalinista acabou não controlando virtualmente nada de real importância. (FLAHERTY, 1992: pp.120 e 131)

Seria correto caracterizar estas relações como “mercantis”? Em nosso entender, da maneira como a questão está formulada, a resposta é não. Esta posição se deve em grande parte ao fato que é muito difícil conseguir dados sobre vínculos essencialmente informais e, o que torna a pesquisa ainda mais difícil, escamoteados a todo o custo pelos agentes. Naturalmente, outra opinião seria possível, caso mais pesquisas sobre o funcionamento da economia “desmonetizada” fossem feitas, ou caso novas evidências sobre a estrutura destas redes corporativas se façam disponíveis, etc.; mas a caracterização predominante na bibliografia é mais a de uma “barganha” do que de um mercado. Isto se deve não apenas à

ausência de “equivalente universal”, mas também ao aparente predomínio, nestes espaços, de relações de natureza pessoal ou política.

Uma outra questão que permanece sem resposta definitiva, devido à dificuldade inerente a pesquisas deste tipo, é aquela relacionada aos mecanismos legais ou semi-legais de alocação de recursos. Ao que parece, alguns destes mecanismos foram utilizados em larga escala. Um exemplo era o *blat*, definido por Miller nos seguintes termos:

(...) [*Blat*] só pode ser descrita em inglês com termos como “a rede dos velhos rapazes” [*the old boys' network*]. Quer dizer usar influências pessoais ou contatos para obter favores ou concessões para os quais o indivíduo ou empresa não está autorizado por lei. Sua predominância se revela em expressões como “*blat vyshe Stalina*” (“o *blat* é maior que Stalin”), ou “*blat vyshe Sovnarkoma*” (“o *blat* é maior do que o Conselho dos Ministros”). Ele permeia todo o sistema de planejamento, desde quando as grandes diretivas gerais são transmitidas para baixo na hierarquia industrial até quando voltam para o centro. (MILLER, 1960: p.24)

Uma boa idéia do quanto esta prática era generalizada pode nos ser dada pelo depoimento de Boris Yeltsin, atual presidente da República da Rússia, citado por Kornai:

Quando Gorbachev era o primeiro-secretário do comitê distrital de Stavropol, e eu do comitê de Sverdlosk...[nós] freqüentemente precisávamos ajudar um ao outro: dos Urais, com metal e madeira, de Stavropol, com produtos alimentícios. (citado em KORNAL, 1992: p.124)

Um outro fenômeno intimamente relacionado ao *blat* e constantemente citado na bibliografia eram os *tolkach* (intermediários). Eles eram os agentes do *blat*, os agenciadores dos fluxos informais de moeda e produtos. Segundo Miller,

O Tolkach (...) auxilia os industriais a lidar com seu problema mais difícil, o de garantir o abastecimento de insumos. Esses intermediários especializados fazem do conhecimento a respeito de como os insumos podem ser obtidos seu negócio, e podem trabalhar em comissão para vários empreendimentos, ou podem ser registrados em uma empresa como “representantes especiais”. Ninguém sabe quantos são empregados desta forma, mas há indícios de que seu número é grande. Uma autoridade menciona não

menos que 8.000 *tolkach* em apenas um conselho econômico regional de uma vez. Foi estimado que muitas firmas obtêm *de um quarto a metade* (grifo nosso – CRB) de seus suprimentos através de canais não-oficiais, em grande parte confiando no serviço dos *tolkach*. (MILLER, 1960: p.25)

A relação da economia soviética com o que Sampson (p.148) chamou os “quatro Bs” (barter, black market, *blat* and bribe - escambo, mercado negro, *blat* e suborno) é objeto de muita discussão, e não temos condições de nos pronunciar definitivamente sobre ela. No entanto, mesmo partindo de uma análise superficial do fenômeno, é fácil concluir, como Sampson, que o objetivo dos quatro “Bs” é contornar uma série de dificuldades oriundas do mecanismo de planejamento. Eles se articulam com a competição antecipatória em uma dinâmica que compensa as fraquezas deste mecanismo, e ao mesmo tempo tende a enfraquecê-lo cada vez mais.

Mas nos parece também plausível a hipótese que o *blat* e fenômenos semelhantes possam ser entendidos, como sugere Berliner, como

(...) rudimentos de uma economia de mercado procurando atravessar a crosta do planejamento centralizado. (*apud* MILLER, 1960: p.28)<sup>80</sup>

Isto quer dizer apenas que ele tende a reforçar a autonomia das empresas frente ao centro, o que nos fez incluir a discussão do *blat* juntamente com a da competição antecipatória.

Tudo isso parece confirmar nossa hipótese de que a manutenção da divisão capitalista do trabalho produz uma tendência à autonomização da empresa. A generalização e a progressiva extensão destas formas de esvaziamento do conteúdo do planejamento estão de acordo com nossa idéia que, a longo prazo, as diversas formas institucionais tendem a convergir em torno das estruturas definidoras do capitalismo, e todos os elementos desta estrutura vão sendo reforçados, muito embora nem sempre todos ao mesmo tempo, nem todos no mesmo ritmo.

---

<sup>80</sup>Sweezy considera que este mesmo diagnóstico poderia ser elaborado com referência à “segunda economia”: ela “poderia ser o começo de uma restauração capitalista plena”. (SWEEZY, 1985: p.109).

Mas não podemos ignorar o fato que esta autonomização se dá de maneira bastante singular, sob a forma de uma competição que dificilmente se encaixa na tradicional oposição entre *rent-seeking* (busca por rendas) e *profit-seeking* (busca por lucros). Sem dúvida, trata-se de apropriação do lucro socialmente produzido, mas esta apropriação não se dá através de relações de equivalência, como no caso do direito burguês. O *rent-seeking* pareceria então consagrado como forma dominante nas STS de apropriação de sobretrabalho. Mas então cabe a questão: do que se apropria a burocracia central (para quem é encaminhado o sobretrabalho gerado na economia, grande parte dele gerado no setor de consumo sob a forma de lucro)? Como diz Chavance:

Quanto à tese de uma apropriação do sobreproduto "*in natura*" (tese utilizada por G. Markus para se opor à caracterização do sobreproduto nas STS como "mais-valia" – CRB) e não sob a forma de lucro, ela não se mantém. É precisamente pela centralização do lucro das empresas, quer dizer sob uma forma monetária, que o topo do aparelho econômico obtém um poder de arbitragem decisivo na redistribuição ulterior entre os diferentes ramos dos fundos de investimento, redistribuição que é objeto de uma concorrência "corporativa" importante entre as administrações setoriais. De maneira geral, se é justo considerar que nas economias socialistas os constrangimentos físicos da produção dominam os constrangimentos monetários e que a moeda joga um papel relativamente "passivo" diante das economias ocidentais, como sublinha Kornai em sua teoria da penúria, estaremos condenados a uma compreensão muito parcial de seu funcionamento ao negligenciar sua dimensão monetária e mercantil, malgrado sua incontestável originalidade. (CHAVANCE, 1985: p.115)

Vale aqui estabelecer em que sentido usamos o termo "rendas" (*rents*). Em um certo sentido, procedemos por analogia com o termo *rent-seeking*, ou seja, rendimentos obtidos pela capacidade de exercer influência sobre um agente político que distribui recursos: seu principal objetivo em nossa argumentação é enfatizar que a luta entre as diversas unidades do capital não se dá, no momento da elaboração do plano, nos termos de equivalência do Direito Burguês. Entretanto, queremos nos distanciar da problemática das teorias do *rent-seeking* no que elas opõem inconciliavelmente a busca por rendas e a busca por lucros. Como diz Bruno Therét, na situação de intervenção do Estado na economia (ele se refere

sobretudo à regulação da relação salarial), “as metamorfoses fiscais do capital” não podem ser entendidas como uma “subtração” do circuito do capital, mas deve ser vista como uma mediação necessária deste.

Mais precisamente, o que se trata de esclarecer é o fato que a diferenciação da destinação sócio-econômica (ou funcionalidade macro-econômica) das despesas públicas modificam o estatuto econômico de uma parte essencial dos recolhimentos obrigatórios operados pelo sistema administrativo, uma fração importante da fiscalidade não sendo mais o recolhimento de um excedente, mas *a forma intermediária do capital produtivo* (grifo nosso - CRB) (THÉRET, 1993: p.41)

Seria adequado ver nessa dinâmica de rendas um elemento definidor de um novo tipo de sociedade (por exemplo, uma *rent-seeking society*)? A nosso ver, esse não é o caso. Estaríamos muito mais próximos da verdade se vissemos este arranjo institucional como *essencialmente instável, ligado sobretudo ao processo de acumulação primitiva, que concentrou poderes excepcionais nas mãos do Estado* (e, portanto, daqueles que o controlavam). O caráter turbulento desta dinâmica que relaciona lucros e rendas mostra que a inter-relação da dinâmica clientelista com a dinâmica de mercado produz efeitos de longo prazo que tornam cada vez mais difícil a sobrevivência do sistema: por exemplo, a tendência à baixa produtividade do trabalho, que se torna aos poucos endêmica nas STS, produz uma propensão à crise aberta. Ora, essa baixa produtividade é em parte consequência da prioridade ao Setor I da economia, que esvaziava o mercado de bens de consumo e reduzia os incentivos ao trabalho. Veremos como estas duas dinâmicas se articulam nos itens seguintes.

Mas antes devemos, com base em tudo que foi dito neste item, retomar a questão da “burguesia de partido”. Como vimos, essa idéia está bastante próxima da tese da Nova Classe de Milovan Djilas. Na verdade, é bastante difundida entre os dissidentes do Leste, em diferentes versões, mas sempre articulada em torno da idéia que a *nomenklatura* (ou nova classe, ou elite política, etc.), controla os meios de produção enquanto grupo<sup>81</sup>. Segundo Markus, que apresenta o ponto de vista da chamada Escola de Budapeste,

---

<sup>81</sup> Devemos diferenciar a apropriação do sobretrabalho enquanto grupo e enquanto classe. Tanto a burguesia privada quanto a burguesia de Estado se apropriam do sobretrabalho enquanto classe, como já ressaltamos na discussão do trabalho de Rizzi no capítulo III. Isto porque é enquanto classe que seus membros se apresentam

(...) somos forçados a aceitar que a forma dominante, estatal, da propriedade nas sociedades do Leste Europeu apenas oculta as relações econômicas verdadeiras, de uma *propriedade de grupo* (grifo nosso – CRB). Os meios de produção nacionalizados são, para todos os propósitos práticos, a propriedade de um grupo politicamente constituído, o da alta liderança do Partido. Todos os poderes econômicos disperses pelos níveis inferiores do aparato são apenas emanções desse poder último, e os burocratas de nível inferior são apenas representantes dessa elite. (MARKUS, 1983: p.56).<sup>82</sup>

A idéia da apropriação do sobretrabalho por grupos não é nova. O caso mais clássico seria o das propriedades feudais eclesiásticas, que continuavam a ser feudos (dada a situação da mão-de-obra e a forma pela qual o sobreproduto era apropriado) mas eram geridas por ordens religiosas, uma analogia aceita parcialmente por Markus. Já apresentamos a esse respeito a visão dos autores reunidos em Cutler *et.al.* (1980) no item (2.4). Na ocasião, reconhecemos o mérito da abordagem, que consideramos essencialmente correta. Entretanto, notamos que tal concepção é exclusivamente *funcional*, o que dá margem a um problema sociológico: a mesma função pode ser exercida por qualquer agente, ou a natureza do agente determina a sua função?

Por exemplo, se uma empresa capitalista (por exemplo, um banco) adquire controle sobre um feudo (por exemplo, pelo endividamento de seu senhor anterior), ela deixa de ser uma empresa capitalista ou o feudo torna-se uma empresa?

---

como apropriadores da força de trabalho, pois os operários são obrigados a vender sua força de trabalho a algum burguês, mas não a nenhum burguês específico. Entretanto, a diferença, no que se refere ao relacionamento jurídico entre os diferentes membros da mesma classe, é importante: os membros da burguesia privada se deparam entre si como indivíduos., enquanto os membros da *nomenklatura* se deparam entre si como membros de um grupo hierarquizado, o Partido, o que introduz assimetrias jurídicas entre eles.

<sup>82</sup> Chavance comenta a respeito dessa passagem: “Segundo Markus, um tal conceito de propriedade estritamente institucional se enquadra mal no esquema marxista das formas de propriedade. (...) Markus, que propõe uma crítica estimulante da teoria das classes de Marx, não viu, infelizmente, que o modelo marxiano da classe capitalista é, em certos aspectos, paradoxalmente mais adaptado à análise do grupo dirigente corporativo que a seu objeto inicial. (...) Para Marx, toda a percepção do capitalismo será modificada se consideramos a classe capitalista como uma simples soma de capitalistas individuais, da maneira dos economistas clássicos, ou se levamos em conta a primazia da classe diante de seus membros particulares. (...) Se o tema da alienação do capital e da dominação da classe sobre o indivíduo foi sem dúvida exageradamente radicalizado por Marx para os capitalismo clássico, fornece um bom paradigma de partida para o estudo, nos sistemas socialistas, da relação entre o membro do aparelho e o aparelho como realidade global (corporativa) e alienada, entre o “funcionário” de Estado e a propriedade autonomizada deste último” (CHAVANCE, 1985: p.109). Nossa proposta de interpretação da propriedade “de grupo” é um pouco diferente; ver nota 45.

Não acreditamos que esta questão possa ser (no estágio atual do desenvolvimento de nossa pesquisa), resolvida no plano da argumentação abstrata (contra a qual, entretanto, não nos opomos em princípio). Felizmente, podemos apelar aqui para o estudo do nosso caso específico. Acreditamos que a tendência a longo prazo das STS operou na direção do reestabelecimento progressivo das relações horizontais entre os membros da classe dominante, o que se fazia necessário para o processo de acumulação.

Comentando o trabalho da Escola de Budapeste, Arato (1987) faz a seguinte consideração:

Entretanto, (...) obviamente as sociedades de tipo soviético têm se desenvolvido na direção da destotalização econômica. (...) Podemos falar do próximo estágio das sociedades de tipo soviético apenas se, pelo menos em uma única esfera social (por exemplo, a economia), o poder da prerrogativa for substituído pela legalidade (*Rechtstaatlichkeit*). Nenhuma transição para uma economia de desenvolvimento intensivo (ver a análise de Chattopadhyay, *infra* – CRB), por exemplo, será possível sem tal mudança fundamental. (ARATO, 1987: pp.597-8)

De maneira análoga, Djilas argumenta, em 1989, que se assistia à crise geral da “Nova Classe”, que teria perdido sua “justificativa histórica”, uma vez terminado o processo de industrialização:

(...) A crise iniciou quando esses Estados começaram a evoluir em sociedades modernas, pós-industriais, pluralistas, e orientadas para a produção de mercadorias (*commodity-oriented*) – independentemente de sua vontade e às expensas da ideologia. (...) Alguns podem ver esse processo como um movimento em direção ao capitalismo, o que não é totalmente sem fundamento, se sob tal rubrica entendemos uma sociedade ocidental. (DJILAS, 1989: p.119)<sup>83</sup>.

Acreditamos que esta passagem do período estalinista (quando ocorreu a acumulação primitiva) para um processo de acumulação capitalista desenvolvido criou a

---

<sup>83</sup> A diferença de nosso referencial teórico com relação ao de Djilas fica clara na passagem seguinte, que é a continuação da passagem citada acima: “Entretanto, tal visão sofre das armadilhas dogmáticas não menos do que a comparação da Alemanha ou da Inglaterra de Marx e Engels (...) com a Alemanha e a Inglaterra contemporâneas” (DJILAS, 1989, p.119). Segundo nos parece, Djilas opera segundo o referencial da “sociedade industrial”, não aceitando a caracterização das sociedades modernas como capitalistas.

necessidade de que se reestabelecessem as formas de relacionamento horizontal dentro da economia. Isso, em nossa opinião, é um claro indício do que afirmamos desde o início do trabalho, ou seja, que as relações de produção necessitam de outras formas institucionais correspondentes. Naturalmente, essa necessidade não é fruto de uma vontade consciente, e nem se manifesta como tal, mas apenas cria tensões sociais cujo resultado é teoricamente indecível, dependendo do processo de luta social.

As formas em que essas lutas podiam se manifestar influenciaram de maneira decisiva o desenvolvimento das STS. A ausência de um espaço de luta política, reconhecido abertamente, levou a um processo de luta entre a *nomenklatura* e os administradores de empresa a desenvolver-se de forma *molecular*, para utilizar os termos de Van der Pijl. Segundo esse autor,

Portanto, o socialismo soviético na URSS e alhures tornou-se caracterizado por “uma alternância pulsante de concessões e repressão” da parte do elemento ideológico *vis à vis* o elemento tecnocrático na *Nomenklatura* e na classe estatal como um todo (Konrad e Szleny, 1981:289). Na medida em que isso evoluiu para um compromisso estrutural de classe, uma diferenciação entre Estado e Sociedade se desenvolveu e criou oportunidades para uma *classe de quadros* tecnocrática e democrática de administradores, educadores, e especialistas de toda espécie (Bihr, 1989). Até bem recentemente, no entanto, seu avanço enquanto “classe progressista” no contexto da revolução passiva permaneceu sub-reptício, baseado em transformações moleculares dependentes da iniciativa “do alto”. (VAN DER PIJL, 1992: p.248)

Essa tendência à autonomização dos administradores também foi vista pela Escola de Budapeste como *uma* das potenciais causas para uma crise das “Ditaduras sobre as Necessidades”. Segundo F.Feher,

(...) a constante aspiração dos administradores de fábrica (cujo agregado pode talvez ser chamado tecnocracia) pelo direito de barganhar entre si, “trocar tecnologia”, vender maquinário uns aos outros, provavelmente não vai criar um mercado gerador de preços e de equilíbrio (*pricing and equilibrating market*), uma vez que as transações, mesmo se formalmente permitidas, ainda devem ter lugar dentro do quadro dos preços arbitrariamente determinados pela autoridade central. Mas essas lutas não são tampouco sem significação. Elas expressam certas “necessidades” das unidades industriais, são

expressões indiretas e certamente distorcidas, mas não menos importantes, dos custos aproximados de produção reais, dos desníveis de tecnologia e coisas do gênero, e portanto representam uma revolta da racionalidade contra a irracionalidade fundamental representada pela autoridade central. (FEHER, 1983: pp.266-7)

Uma formulação mais próxima da terminologia marxista de Bettelheim nos é oferecida por Ticktin (1976). Apesar de discordar de Bettelheim no que se refere ao ritmo da transformação, Ticktin parece detectar a mesma tendência ao pleno estabelecimento do capitalismo nas STS. Diz:

Enquanto o regime estava baseado em um análogo da acumulação primitiva, com o crescimento dependendo da expansão da força de trabalho ou da introdução de maquinário onde antes não existia nenhum, suas contradições se mostravam com menos acuidade. (...) (TICKTIN, 1976: p.30)

Com a passagem a uma sociedade “industrial urbana moderna” (p.26), os membros da elite dominante passam a lutar para consolidar definitivamente suas posições de classe e para superar os elementos de instabilidade do período estalinista. Estes elementos de instabilidade derivavam do fato de que, sob o estalinismo, havia na sociedade soviética a “estrutura hierárquica, o sistema de incentivos, e o controle sobre o trabalho” (p.29) de uma economia de mercado, sem sua “estrutura” (*idem*). A isso Ticktin chama o “compromisso” (*idem*) fundamental do período estalinista, a partir do qual o estalinismo deve ser definido como um regime “necessariamente instável, ineficiente, e de desperdício” (*idem*). Como se resolveram estas “contradições”?

(...) eles (os membros da elite – CRB) (...) se voltaram para o único sistema que lhes garantia uma posição melhor – o capitalismo (...) o ponto importante é que toda a dinâmica do sistema está em romper tal equilíbrio de classes e permitir a formação de uma nova, estável e aberta classe dominante. (TICKTIN, 1976: p.44)

É interessante notar que, a partir da concepção do MPC que apresentamos ao longo da dissertação, a análise de Bettelheim, embora tenha produzido alguns resultados

semelhantes aos obtidos por Ticktin, tem algumas consequências lógicas bastante diferentes.

O primeiro ponto de discordância é sem dúvida teórico: ao que Ticktin chama de “frutos” da sociedade capitalista, chamariamos precisamente de sua estrutura: a organização do trabalho, a estrutura hierárquica, etc.; essa divergência dá margem a conclusões políticas diametralmente opostas: por exemplo, Ticktin afirma que em uma sociedade socialista, os membros da elite dominante que não fossem apenas “inúteis” ou “meros policiais” (p.44) seriam mantidos em suas posições. Ora, a confusão se estabelece quando Ticktin faz a seguinte ressalva: para isso, seriam “despidos de status (*rank*), privilégio e poder” (*idem*). Ora, o que definiria a “posição” de um agente social senão precisamente estes elementos?

Essa discordância remete portanto à divergência teórica mais profunda entre Ticktin e Bettelheim: o que Ticktin parece ver como “estrutura” do MPC é o *mercado*. Restaria o problema, portanto, de mostrar como o mercado foi sendo progressivamente implementado, se a estrutura que havíamos a ele associado é, para Ticktin, apenas a soma de seus “frutos”. Resta a Ticktin, portanto, supor um interesse inequívoco da “elite” no reestabelecimento da economia de mercado, o que nos parece contrariar as evidências que apontam para graves fissões, crises e recomposições entre os diversos segmentos dominantes nas STS, algumas das quais (como por exemplo, a disputa entre planejadores e administradores de empresa) esperamos ter examinado ao longo da dissertação.

Naturalmente, não temos nenhuma possibilidade de estudar os meandros dessa transformação social (que jamais foi analisada por Bettelheim) nos limites deste trabalho, mas acreditamos que a tendência a que nos referimos emerge claramente de nossa pesquisa bibliográfica.

Concluimos, portanto, nossa discussão sobre a burocracia de Partido da seguinte forma: não acreditamos que seja conveniente identificar o Partido como uma fração da burguesia (o capital como propriedade). Em nossa opinião, devemos concordar com Konrad e Szeleny (1978-1979) que critica as teorias “neo-marxistas” da Nova Classe por serem “teoricamente conservadoras”. Não é necessário caracterizar todos os segmentos sociais como classes para identificar uma sociedade de classes. Acreditamos que devemos nos referir à *nomenklatura* como *casta*, da mesma maneira pela qual nos referimos à

aristocracia sem terra, que ocupava a corte no período absolutista<sup>84</sup>. Essa caracterização não apenas pode se orgulhar de rigor conceitual, mas também enfatiza o caráter transitório da organização de classes das STS, e o quanto sua estrutura social esteve marcada pelo processo de acumulação primitiva - um fato importante, que Bettelheim descreve minuciosamente em sua análise, mas nem sempre incorpora em suas formulações sintéticas (e por vezes polêmicas).

Daí que, se podemos falar de CDP, isso se deve a alterações ocorridas no CDE a partir do momento em que a URSS se engaja no processo de acumulação primitiva. Esse processo faz surgir novos subsistemas sociais (kolkhoziano e concentracionário) com suas classes correspondentes. Da mesma forma, leva a uma hiper-concentração de poder econômico nas mãos do Estado, conferindo ao segmento social que controla a máquina de Estado – a *nomenklatura* – o caráter de casta. O sistema colocado em marcha a partir dos anos trinta é, portanto, marcado por instabilidades notáveis.

#### **(4.7) A teoria da crise de superacumulação absoluta de capital:**

Para Bettelheim e Chattopadhyay, o Capitalismo de Estado soviético põe em marcha um tipo de acumulação capitalista específico, com seu tipo específico de crise.

Segundo Bettelheim, no capitalismo ocidental, a crise se engendra da seguinte forma: o progresso da acumulação faz crescer a demanda por mão-de-obra e, portanto, tende a fazer subir o salário. Cresce então a demanda por bens de consumo, em um ritmo mais elevado que a oferta, o que implica a alta dos preços destes bens. Assim, a Seção II da produção capitalista (bens de consumo) se apropria de uma fração maior da mais-valia produzida. Crescem portanto os investimentos neste setor. No entanto, a alta dos salários leva os capitalistas a adotar novas tecnologias que tendem a reduzir a taxa média de lucro e o ritmo em que cresce o capital investido e o emprego. Neste mesmo momento, aumenta a

---

<sup>84</sup> De maneira semelhante, embora dentro de outro referencial teórico, Djilas afirma: “Exatamente como o Estado constitucional moderno emergiu da dissolução do feudalismo, hoje emerge da classe de total arbítrio (*lawlessness*) e anarquia totalitária. Ao invés da monarquia absolutista, vemos o aparecimento de autocratas esclarecidos.” (DJILAS, 1989: p.118-9). Na verdade, mesmo dentro da literatura marxista não parece haver consenso sobre a distinção entre classe e casta; para uma rápida discussão do tema, ver LOWI (1984).

oferta de bens de consumo no Setor II. Emerge então a crise de superprodução, quando estes bens de consumo chegam ao mercado e não encontram compradores.

Na URSS, o setor estatal impõe um crescimento mais rápido do Setor I (como vimos, isto é causado em grande parte pelo próprio “apetite por investimento” das empresas). Cai então significativamente o salário real, dado que não há bens de consumo disponíveis aos trabalhadores (ainda que haja dinheiro). Os preços de bens de consumo tendem a subir, mesmo com o controle de preços. Os lucros mais altos obtidos pelo Setor II não permanecem ali, mas são transferidos para o orçamento central, e são então reinvestidos no Setor I (bens de produção). Segue-se uma penúria de bens de consumo. Isto é ainda agravado pelo fato de que a prioridade do Setor I faz com que o Setor II não disponha dos meios técnicos para contornar a penúria de mão-de-obra.

As penúrias também se devem ao “relativo” controle dos preços. A particularidade da crise soviética, segundo Bettelheim, deve-se à combinação de *superacumulação* e *inflação reprimida*. Nosso autor explora analiticamente muito mais o primeiro fator do que o segundo, sobre o qual já ensaiamos algumas indicações na discussão sobre a poupança forçada (*ver item (2.6)*).

O primeiro exemplo identificado por Bettelheim como uma crise de acumulação é a crise de 1933. A crise, específica do Capitalismo de Estado, se define como crise de *superacumulação*. Nessa crise, o investimento cresce até o ponto em que ultrapassa os recursos existentes, *em especial os de força de trabalho*: cai a taxa de crescimento da produção industrial, particularmente na produção de bens de consumo.

Já em 1934, com o início do funcionamento dos equipamentos implementados no período anterior, há uma liberação de mão-de-obra e reúnem-se novamente as condições para o progresso da acumulação. Um crescimento da produção agrícola favorece o consumo - e, portanto, a produtividade do trabalho. Este crescimento prossegue até 1936, até que em 1937-8 uma nova crise de superprodução de capital advém.

A crise de 1937 tem uma duração maior: no ano de 1938, o volume de investimento ainda é inferior ao de 1936 em 7,9% (ao passo que, em 1934, por exemplo, o volume de investimento já ultrapassava o de 1932). Em 1940, a porcentagem do PNB acumulado era menor que em 1937. A causa desta crise está sobretudo no baixo crescimento da produtividade do trabalho industrial.

Infelizmente, o trabalho de Bettelheim não compreende o período que se segue ao estalinismo. Mas remetemos o leitor aos trabalhos de Bauer (1978) e de Roland (1986): o processo de super-investimento está claramente delineado nestas análises, embora entendido como momentos dos ciclos econômicos a cujo estudo faremos referência no item seguinte.

Chattopadhyay procura desenvolver a teoria da crise de superacumulação nas STS em uma discussão mais ampla sobre *a especificidade do tipo de acumulação de capital que se desenvolveu na URSS*. Segundo esse autor, há na obra de Marx dois tipos de acumulação de capital: no primeiro, há a *constante transformação dos métodos de produção*, enquanto que, no segundo, *os métodos de produção permanecem inalterados*.

Neste segundo caso, há duas maneiras de fazer crescer a mais-valia: com o aumento da jornada de trabalho ou pela incorporação de reservas de trabalho (como mulheres e crianças). Este processo é característico do período da *subsunção formal*, quando o crescimento da mais-valia é fundamentalmente crescimento de mais-valia absoluta. Somente no período de *subsunção real*, o desenvolvimento do capitalismo passa a se dar com base no crescimento da mais-valia relativa. A partir daí, a demanda por mão-de-obra é contrabalançada por alterações dos métodos de produção que aumentam a produtividade do trabalho social e criam um exército de reserva. Mas o tipo de acumulação com método de produção estático também existe “nos intervalos do desenvolvimento capitalista”, em períodos mais ou menos longos, já na fase da *subsunção real*.

Nesse tipo de desenvolvimento capitalista, logo se atinge o limite físico da expansão da mais-valia absoluta, e o salário real tende a subir (lembramos do caso da inflação estalinista); mas esse processo não pode ir até o ponto em que prejudique a reprodução do capital. Daí que, segundo Marx, é possível que a burguesia procure reduzir o salário mínimo.

Em se tratando da acumulação com base em alteração do método de produção, Marx tem em vista dois casos: as mudanças do *processo técnico do trabalho* (mudanças tecnológicas) e as mudanças da *combinação social do trabalho* (mudanças organizacionais). Na fase inicial da *subsunção real*, por exemplo, as principais transformações são relacionadas a mudanças na combinação social do trabalho. Neste momento, “a concentração do capital se confunde com a acumulação”.

Em se tratando da acumulação com método de produção inalterado, pode-se distinguir duas situações: quando a composição técnica do capital é estacionária e quando não é (o que implica mais meios de produção iguais para a mesma força de trabalho). Em ambos os casos, a produtividade do trabalho social é não-crescente.

A crise de superprodução de capital corresponde primordialmente ao segundo caso. Aqui o capital é *superacumulado com relação à força de trabalho empregada*, uma vez que o método de produção é estacionário. *O Capital* neste caso é superacumulado.

(...) no momento em que o capital aumenta, *em relação à população trabalhadora*, em tais proporções que o tempo de trabalho absoluto fornecido por esta população não pode mais se prolongar (...) e o sobretalho relativo não pode crescer. É esta superprodução do capital ou superacumulação que Marx chama absoluta. (...) Restará uma parte não-utilizada do capital social existente ligada a esta superprodução de capital ou superacumulação (nisto a situação se parece com aquela produzida pela superacumulação do primeiro tipo. ...) [Este tipo de superacumulação - CRB] levará, naturalmente, contrariamente ao primeiro caso de superacumulação, a uma *subprodução de mercadorias*, quer dizer, a uma economia de penúria. (CHATTOPADHYAY, 1990: pp.12-13)

A direção política da URSS, como se sabe, optou por adotar uma estratégia de crescimento acelerado. Com a coletivização, o campesinato é levado a migrar para a cidade; ao mesmo tempo em que as fazendas coletivas fornecem alimento e matéria-prima para o Estado (Podkaminer (1986) enfatiza que isto pode ter contrabalançado temporariamente a tendência à alta do salário). A política de forçar os trabalhadores a se tornarem assalariados causa uma penúria de mão de obra. Daí um esforço inaudito de intensificação da jornada de trabalho, com a fábrica que funcionava 24 horas por dia, o avanço do movimento stakhanovista e a incorporação da mão-de-obra feminina.

Embora tenha havido alterações da produtividade decorrentes de modificações na “combinação social do trabalho”, Chatopadhyay afirma que é possível identificar na URSS um “método de produção” estacionário, compensado pela absorção em grande escala de mão-de-obra e recursos naturais. Veremos que Winiecki associou esta resistência à inovação aos interesses dos administradores de empresa.

Isso tudo caracteriza o momento da fase inicial da subsunção real. É importante notar que se verifica o previsto movimento de alta de salários, mas que este é sistematicamente depreciado pelas autoridades, desde o fim dos anos vinte até o meio dos anos cinquenta. Como vimos, isto fez parte de uma política anti-inflacionária que tem conseqüências importantes para a análise política.

A taxa de crescimento cai constantemente, mas até os anos 60 permanece alta. Isso se deve à mobilização maciça de recursos produtivos. Os recursos naturais foram suficientes para cobrir os custos iniciais da acumulação e para produzir um superávit necessário à importação de tecnologia. As possibilidades de crescimento da extração de recursos começam a declinar justamente nos anos 60.

Trata-se de uma situação de crescimento limitado pelos recursos - segundo uma expressão popularizada pelo economista húngaro J. Kornai -, o que é uma conseqüência da acumulação de capital na ausência do que Marx chamou "transformação contínua" dos métodos de produção. (CHATTOPADHYAY, 1990: p.21)

Chattopadhyay oferece um grande número de dados sobre o declínio da eficiência econômica na URSS, que reforçam consideravelmente sua hipótese. Veremos que o tema da queda de produtividade é analisado por Podkaminer, nos termos das tendências do mercado de trabalho.

O interesse do trabalho de Chattopadhyay, que é um dos melhores desenvolvimentos da teoria do CDE, está não apenas no resgate de aspectos importantes da teoria marxista, mas também na procura de uma definição do CDE a partir de sua *dinâmica*. Assim, em função de sua análise empírica, caracteriza o período stalinista como uma fase de acumulação primitiva, enquanto que o período subsequente se define como "momento inicial da subsunção real".

Em nossa opinião, a teoria da crise de superprodução de capital de Bettelheim é o momento em que ele esclarece com mais detalhe a relação entre os dois grandes temas, cuja articulação Sweezy exigia da teoria do CDE, a saber, o da estrutura de classe e o das categorias mercantis.

Após a publicação dos últimos volumes das *Lutas*, novamente respondendo às críticas de Sweezy (dez anos depois de encerrado o primeiro debate), Bettelheim descreve a

dinâmica das STS não apenas nos termos da crise de superacumulação absoluta, mas também a partir dos trabalhos sobre os ciclos de investimento produzidos pela Escola Húngara de Economia. Passemos portanto à discussão desta teoria:

#### **(4.8) A contribuição da Escola Húngara de Economia: os ciclos de Bauer**

Um dos esforços mais férteis de análise empírica sobre o funcionamento das economias planificadas é o estudo dos ciclos de investimento (nome pelo qual ficaram conhecidas as flutuações do crescimento do investimento) nas STS. Consideramos estes trabalhos uma boa entrada para o estudo das STS, principalmente porque lidam com a *dinâmica* dos processos econômicos, permitindo evitar algumas armadilhas ligadas ao estudo estático da institucionalidade soviética. Naturalmente, temos consciência de que este estudo pode nos proporcionar apenas uma visão parcial dessa dinâmica, mas acreditamos que ele forneça elementos preciosos para a identificação de tendências recorrentes nas STS.

Várias teorias sobre os ciclos nas STS já foram elaboradas para explicar as flutuações do nível de investimento: algumas se basearam no período de substituição de equipamentos, outras em intenções subjetivas dos planejadores, outras nas flutuações do mercado externo, etc.; para um balanço destas teorias, remetemos o leitor a Dallago (1986).

Aqui nos concentraremos em uma das vertentes explicativas do ciclo de investimento, aquela que Dallago denomina “estrutural-institucionalista”, que procura perceber como os ciclos são gerados *a partir dos próprios mecanismos institucionais* das STS.

Os trabalhos pioneiros desta vertente foram produzidos pela “Escola Húngara” de economia, formada por pesquisadores como Tamás Bauer, Karol Attyla Soós e Janos Kornai. Neste esforço foram acompanhados por outros pesquisadores, como o tcheco-eslovaco Goldmann, o polonês Podkaminer, o iugoslavo Horvat, etc.

O trabalho de referência sobre os ciclos de investimento nas STS é sem dúvida o de Bauer (1978). Seu modelo parte da idéia que o planejamento é realizado dentro do espírito da competição antecipatória: as empresas buscam garantir a aprovação do maior número de projetos de investimento no momento da elaboração do plano. Inicialmente, o centro não

tem interesse em colocar limites a este “apetite por investimento” [*investment hunger*], pois, também para ele, o importante é que os objetivos do plano sejam alcançados.

Assim, inicia-se a primeira fase do ciclo, a “largada” [*run-up*], em que um grande número de projetos de investimento é aprovado pelo centro, ou seja, o coeficiente de aprovação (porcentagem de projetos aprovados) é alto.

Na segunda fase, a aceleração [*rush*], ainda se dá início a novos projetos, mas os projetos iniciados na fase anterior requerem maiores despesas de investimento. Estas despesas são freqüentemente subestimadas nas estimativas iniciais das empresas, que depois apelam para o centro buscando garantir o restante dos gastos necessários para completar seus projetos; deixando para os planejadores, como única alternativa, a inutilização de todo o capital já investido. Começam a aparecer os primeiros sinais de super-crescimento do volume de investimento; isso fica claro, por exemplo, quando se iniciam os pedidos por recursos já alocados a outros projetos em andamento. Cresce a escassez de bens de investimento (matérias-primas, equipamentos, etc.) e cresce a participação do investimento na renda nacional. Em consequência disso, ou o consumo será desacelerado ou a balança comercial entrará em déficit (duas formas de continuar abastecendo o apetite por investimento). Dependendo do caso, teremos ciclos simétricos em relação ao consumo [*consumption-symetrical*] ou simétricos em relação à exportação [*export-symetrical*]. O primeiro caso corresponde, por exemplo, à experiência da Hungria entre 1951 e 1954; o segundo, à experiência da Polônia entre 1970 e 1978 e à da Hungria entre 1958 e 1965.

A terceira fase do ciclo, a freada [*halt*], inicia-se quando a fragmentação do investimento e a escassez de bens de investimento incita os planejadores a reduzir consideravelmente o coeficiente de aprovação de novos projetos.

Na quarta fase, a desaceleração [*slow-down*], cai ainda mais o coeficiente de aprovação, mas, ao contrário da terceira fase, não só novos projetos são recusados, mas também os limites anuais de gastos com investimento são reduzidos. Cai então a participação do investimento em nível nacional. Alivia-se assim a escassez de bens de investimento, e os aspectos prejudicados anteriormente (consumo ou balança comercial) tendem a se recuperar. Com a desaceleração, a economia passa a funcionar mais

equilibradamente, e as autoridades tendem a relaxar com o tempo o controle sobre a economia, dando origem a um novo ciclo.

Esta descrição do ciclo é incorporada no argumento de Bettelheim exatamente como é formulada por Bauer:

Na União Soviética (bem como no resto da Europa Oriental), o desenvolvimento econômico, desde o fim da industrialização acelerada, foi cíclico. Numerosos estudos<sup>85</sup> concretos confirmam que os ciclos tipicamente se dividem em várias fases consecutivas: expansão acelerada do investimento – *boom* – desaceleração (*slow.down*) ou impasse (*stand-still*), recessão – transição para uma nova fase de crescimento acelerado. (BETTELHEIM, 1985: p.48)

Permanecem ainda algumas dúvidas a respeito dos ciclos de Bauer. Por exemplo, alguns autores consideram que a pressão das empresas é a causa principal da fase de aceleração (Soós, 1986; Bauer, 1978); já outros têm a opinião que um planejador experiente provavelmente saberia distinguir as reivindicações excessivas por investimento, e se, mesmo assim, há super-investimento, isto se deve ao fato que os planejadores têm interesse em um crescimento acelerado (Podkaminer, 1985).

Embora seja provável que ambos os fatores possam ser encontrados, somos da opinião que a primeira posição é tendencialmente mais correta, por dois motivos: em primeiro lugar, porque, em vários momentos da história da URSS, os planejadores incluíram no plano o objetivo de fazer o consumo crescer mais rápido que o investimento (lembramos do esforço de Malenkov logo após a morte de Stalin), e ocorreu o contrário. Em segundo lugar, se o alto nível de investimento era considerado a forma mais fácil de promover o crescimento, deve-se reconhecer que ele era a forma mais fácil *do ponto de vista das empresas*, como bem ressaltou Winiecki (1982); considerando a alternativa de se introduzir modificações tecnológicas ou organizacionais. Mas isso implicaria um risco para os administradores de empresa que não oferecia recompensas suficientes em caso de

---

<sup>85</sup> Bettelheim esclarece em nota que se refere especificamente ao trabalho de Bauer. A resposta de Sweezy não recusa a existência dos ciclos, pois “não se pode discutir com fatos”, mas afirma que a dinâmica estabelecida por Bauer não é a dinâmica do capitalismo, mas sim a de um novo modo de produção. Como já dissemos, acreditamos que esses movimentos são característicos de uma sociedade capitalista em que o processo de acumulação originária força uma super-centralização estatal.

sucesso, mas que poderia ter conseqüências sérias em caso de fracasso. O super-investimento, por outro lado, traz prejuízo só ao orçamento do Estado.

Por outro lado, o que fazia com que as autoridades centrais iniciassem a terceira e a quarta fase do ciclo? Segundo alguns autores, como Bauer (1978), a causa essencial se encontra no lado da produção, com a proliferação de penúrias de toda a espécie que paralisam o processo produtivo. Outros autores, como Podkaminer (1985), dão prioridade às tensões que o super-investimento causa na esfera do consumo.

O fato é que esta dinâmica tende a baixar a produtividade do trabalho. Como diz Bettelheim:

A ausência de desemprego é uma consequência da tendência à superacumulação. Que fique claro que a ausência de desemprego nas STS não deve ser confundida com o “pleno emprego” real. O “pleno emprego” no estilo soviético resulta dos esforços dos diretores de empresa para “estocar” força de trabalho para o caso de ser necessário rapidamente expandir a produção. Daí o “desemprego oculto” ou o que Gerard Wild chama de “consumo excessivo de força de trabalho para uma dada produção”. Aqui temos uma explicação para a baixa produtividade do trabalho nas STS. (BETTELHEIM, 1985: p.48)

Estes mecanismos tendem a reduzir a produtividade do trabalho. Trata-se basicamente do mesmo raciocínio aplicado ao aumento de preços disfarçado (ver Simon, 1984): o trabalhador, que não vê a perspectiva de um aumento real (um aumento nominal é bem mais provável) do preço de sua força de trabalho, tende a reduzir a qualidade de sua “mercadoria”, entregá-la com “atraso”, ou não entregá-la, e a dificultar as condições da venda que pesam sobre o “consumidor”. No entanto, há uma diferença importante (além das diferenças necessárias decorrentes da relação de exploração) entre o trabalhador e a empresa, como já notamos no capítulo II e no apêndice I: o primeiro está submetido a um “constrangimento orçamentário severo” (ele vive do que ganha). Não pode contar com subsídios ou fazer pressão sobre os administradores do orçamento nacional.

A queda da produtividade do trabalho, e, portanto, o aumento de seu preço real (e mesmo freqüentemente nominal) tende a forçar a redução do ritmo de investimento, que esbarra em uma escassez de trabalho. Daí segue-se a fase descendente do ciclo.

É interessante notar que um outro fenômeno é normalmente associado à fase descendente do ciclo: *o reforço dos mecanismos monetários*. Como nota Bettelheim,

(...) acrescentaríamos que, quando a tendência à superacumulação se torna muito pronunciada (*e.g.*, excessivas penúrias ou demoras na construção) (...), as autoridades financeiras e bancárias puxam as rédeas do investimento. Uma restrição temporária e parcial é, destarte, colocada ao super-investimento e ao crescimento, mas tão logo as penúrias mais crassas são eliminadas, o controle é relaxado e a fase ascendente de um novo ciclo começa. (BETTELHEIM, 1985: p.48)

Winiiecki mostra como os mecanismos de controle monetário são utilizados nos períodos descendentes: grande parte das medidas para conter o crescimento do investimento são de natureza financeira, isto é, cortes de fundos. No entanto, estas medidas comprometem a finalização de numerosos projetos, enquanto que uma parte dos salários e prêmios a eles associados são ou já foram pagos.

(...) não há possibilidade, no nível dos planejadores centrais, de avaliar projeto por projeto (isto ocorre apenas com alguns projetos maiores). Os cortes são normalmente apenas de caráter financeiro. Os ministérios são ordenados a cortar os gastos de investimento planejados em uma quantidade ou porcentagem. O procedimento é repetido em cada nível. Como resultado, uns poucos projetos são abandonados, enquanto cada projeto remanescente recebe algo menos que o requisitado. Os cortes do alto aumentam a amplitude das distorções embutidas no plano, pois os custos reais do investimento planejado já haviam sido subestimados. (...) O setor de bens de produção e o setor de construção tentam satisfazer a demanda por investimento, mas é aqui que os custos subestimados e/ou resultados superestimados exercem influência mais forte. Por um lado, novas fábricas, cuja produção já foi incluída no plano, não alcançam capacidade produtiva plena ou nem mesmo começam a produzir; por outro lado, os gastos com salários, prêmios e bônus já foram realizados. Se os projetos de investimento pertencem ao setor de bens de consumo e a produção planejada não alcança o mercado, o desequilíbrio é traduzido em um descompasso inflacionário. (WINIECKI, 1982: p.154)

Com base nisso, Winiiecki afirma que é na dinâmica mesma do investimento que se deve procurar a raiz do processo inflacionário. É interessante notar que, enquanto Podkaminer enfatiza o papel da inflação salarial na origem das fases descendentes,

Winiecki chama atenção para o efeito que o movimento descendente tem na produção de inflação salarial. A combinação desses dois raciocínios mostra que os dois mecanismos se retro-alimentam.

Soós (1986) também identificou um fortalecimento dos mecanismos monetários nas fases descendentes do ciclo: embora as autoridades centrais não deixem de utilizar medidas administrativas para frear o crescimento do investimento, recorrem, em um nível muito maior do que nas fases ascendentes, às instituições bancárias, que nestes períodos têm sua influência bastante aumentada. Há, segundo Soós, vários exemplos de reclamações dos administradores contra a “ingerência” em seus negócios por parte das instituições bancárias.

Da discussão dos ciclos e das crises, que fizemos neste item e no precedente, desejamos reter os seguintes pontos:

- (i) Há um conflito de interesses entre a burocracia e os quadros econômicos, que fica patente em toda a dinâmica durante a qual os últimos se apropriam de recursos do Estado (sob controle da burocracia) sem que esta possa resistir ao processo. Após a agudização das penúrias, o controle se reveste da forma de um endurecimento do constrangimento orçamentário e, possivelmente, como no caso da inflação estalinista, de um esforço em direção ao “equilíbrio de mercado” com o aumento (nominal) de preços.
- (ii) Há uma preocupação, por parte dos quadros dirigentes, em se legitimar politicamente diante da população, o que se torna difícil diante de penúrias muito agudas no setor de bens de consumo. Isto levou Valerie Bunce a formular a idéia de ciclos políticos de consumo, que nos parecem coincidentes com os ciclos de Bauer. Sua análise aponta para um interessante elemento novo: a idéia que os quadros dirigentes devem conter o furor expansionista de tempos em tempos, com vistas a manter sua legitimidade política. É especialmente significativo o fato que a burocracia e os quadros políticos precisam periodicamente reforçar os mecanismos de mercado para manter seu poder. Disso deduzimos que a oposição, elaborada por Kornai (em termos típico-ideais, é verdade), entre coordenação econômica por “mecanismos burocráticos” e por “mecanismos de mercado” não deve ser

vista como uma oposição inconciliável, mas sim como uma articulação necessária. Corrobora-se, assim, a hipótese que estruturas do MPC (como o Estado burocrático e as categorias mercantis) são mutuamente dependentes.

- (iii) O caráter cíclico do desenvolvimento econômico tem importantes consequências para o proletariado, a maioria das quais já expostas no capítulo II em nossa referência ao grupo URGENSE. Aqui cabe apenas ressaltar a tendência, de longo prazo, à baixa da produtividade do trabalho, definida por Chattopadhyay como característica de um padrão específico de acumulação capitalista. Essa tendência foi um dos principais fatores que impulsionaram o processo de reformas orientadas ao mercado. Durante a Perestroika, Shmelev afirmava:

(...) prolongadas tentativas de romper com as *leis objetivas da vida econômica* (grifo nosso – CRB), de suprimir *os ancestrais (age long) e naturais estímulos ao trabalho humano*, trouxeram resultados bastante diferentes do esperado. (*apud* NOVE, 1992: p.396)

Essas indicações vão no mesmo sentido de nossa argumentação até este ponto. Acreditamos que, em meio aos “Dominantes” das STS, pode-se isolar sociograficamente uma burocracia (*strictu sensu*), uma burguesia de Estado (definida no capítulo II) e os quadros políticos (a *Nomenklatura*), na linha do que faz Bettelheim.

Antes de abandonar o capítulo e nos lançarmos ao esforço de conclusão, discutiremos ainda a incorporação por Bettelheim da tese do totalitarismo: como veremos, ela tem importantes consequências sobre sua abordagem da sociedade soviética como um todo.

#### **(4.9) Lefort e o Totalitarismo:**

Sem dúvida, o maior risco de incorrer no erro do “monolitismo” que corre a análise contida nos dois últimos volumes das *Lutas* está na incorporação da problemática do *totalitarismo*. Como se sabe, a tese do totalitarismo - segundo a qual, nas sociedades

totalitárias (URSS e Alemanha Nazista), as diversas dimensões da vida social são completamente integradas a uma visão da sociedade como “corpo” unificado - foi uma armadilha em que incorreram muitos autores, que viam nas STS formações sociais essencialmente estáticas<sup>86</sup>, e que assistiram com espanto as grandes lutas sociais desenvolvidas nestas sociedades a partir do meio dos anos setenta. Vejamos como nosso autor procura se desvencilhar deste risco.

O primeiro fator que facilita sua tarefa é que a versão da teoria do totalitarismo incorporada - a de Claude Lefort - cruza em vários pontos com a teoria marxista, cujos pressupostos fundamentais Lefort compartilhou durante algum tempo. Assim, Lefort não vê problema em analisar o totalitarismo ao mesmo tempo em que faz análise de classe, mas admite que a pesquisa sociológica não precisa se furtar a estudar estes aspectos das sociedades totalitárias. De fato, embora esta questão tenha passado para o segundo plano em sua obra, Lefort chegou a definir (juntamente com Castoriadis, com quem fundara *Socialisme ou Barbarie*) a URSS como “capitalista de Estado”, e identificou a burocracia como classe dominante. Entretanto, sua teorização posterior é feita em termos bastante diferentes, dada sua subordinação à problemática mais ampla do totalitarismo. Enquanto Bettelheim e Castoriadis criticavam os socialistas por confundirem relações de produção e relações de propriedade, Lefort os critica nos seguintes termos:

A partir do momento em que viam a propriedade privada abolida, em que o antagonismo de classe não se deixava mais decifrar no quadro conhecido do capitalismo, seu pensamento encontrava-se desarmado. (...) À esquerda faltava uma teoria do Estado ou, mais profundamente, uma concepção da sociedade política. E, simultaneamente - fato muito pouco notado -, revelava-se impotente para interpretar os sinais manifestos da exploração dos operários e dos camponeses, os sinais da divisão de classe que se engendrava a partir das novas relações de produção. Por ter circunscrito a esfera da realidade aos limites da economia, tornava-se cega à estrutura do sistema de produção, quando *ele se imprimia explicitamente no sistema político* (grifo nosso - CRB). (Lefort, 1983, p.74)

---

<sup>86</sup> Devemos chamar atenção para o fato de que nem todas as teorias do totalitarismo incorrem nessa falta. Por exemplo, no trabalho fundador de Arendt, temos indicações de conflitos entre partido e Estado (p. 395), bem como a sugestão de um sistema caótico, cujas possibilidades de sobrevivência são limitadas. Arendt descreve essa tendência nos seguintes termos: “o moto-perpétuo, mania dos movimentos totalitários, que só podem permanecer no poder enquanto se mantêm e mantêm tudo a sua volta em movimento.” (p.306)

Como se dá esta “impressão” do sistema de produção no sistema político? Parece-nos que se trata de uma idéia diametralmente oposta à idéia de socialização, que apresentamos no capítulo anterior. Lá uma ampliação dos espaços democráticos levava a uma maior transparência das relações sociais, e essa tendência em direção à organização institucional para a gestão da economia como um todo transformava radicalmente as relações de produção. Nas STS, o isolamento e a atomização total de todos os indivíduos produz uma opacidade que acaba por gerar uma nova classe dominante – a burocracia – que é a classe dominante adequada ao totalitarismo: enquanto classe, ela reina absoluta, mas cada indivíduo que a compõe está em uma posição tão frágil e isolada quanto qualquer outro, e, de fato, os expurgos na burocracia foram uma constante do estalinismo.

Além da burocracia e da massa oprimida, o totalitarismo depende da existência de um *Egocrata* (Stalin, Fidel, Mao), que é necessário ao sistema “na medida em que o excede”. Ele é a personificação simbólica do todo orgânico que deve ser a nação.

Enfim, a classe dominante do totalitarismo tem uma matriz: o partido comunista. É ele quem recruta os membros da classe dominante, ele quem os educa, exclui, promove ou deporta. Este partido é um partido-Estado: se confunde com e se entranha nas instituições que regem o conjunto da sociedade.

Como essas idéias são apropriadas pelo texto bettelheimiano? Em dois momentos:

- (i) aceita-se a tese do Partido como “matriz” da classe dominante, que no entanto, é considerada uma burguesia (a burguesia de Partido). Diz Bettelheim:

Não somente é o Partido, sobretudo seu grupo dirigente, que lhe permitiu nascer, mas é dele que depende a sorte de cada um de seus membros. É o Partido que reparte os membros desta classe entre os diversos aparelhos; é ele que nomeia, revoga ou promove os que fazem parte da nova burguesia. Em resumo, é ele quem gera esta burguesia. Ele é a *forma política estrutural* (grifo nosso – CRB; sobre isso, ver o apêndice II) de seu desenvolvimento e do tratamento das contradições engendradas por sua dominação. (BETTELHEIM, 1983: p.210)

O termo lefortiano “matriz” é empregado abertamente:

Nas STS, o capital social aparece unificado (uma ilusão alimentada principalmente pelo sistema de planificação e a forma jurídica da propriedade privada) enquanto que, na realidade, está dividido em uma multiplicidade de unidades econômicas relativamente independentes. A fragmentação do capital social se desenvolve sob a cobertura da propriedade estatal (ou corporativa). Ela se desenvolve a despeito da *designação de diretores de empresa pelas autoridades políticas e a inserção destes diretores em uma estrutura político-burocrática da qual a matriz é o aparelho do partido* (grifo nosso – CRB) (BETTELHEIM, 1983: p.45)

Embora Bettelheim continue a definir a classe dominante como uma burguesia, oscila várias vezes no que se refere à relação entre esta burguesia e a burocracia, chegando mesmo a afirmar que a burocracia “gera” a burguesia. Ora, estas declarações (sem que se empreenda uma profunda reformulação da teoria tal como fora exposta) não se coadunam com o conjunto da análise, ainda mais se temos em mente o ponto seguinte.

- (ii) Nega-se a idéia do Partido-Estado: o que se tem na URSS é o *Partido de Estado*. Esta afirmação nos parece bastante feliz, uma vez que implica o reconhecimento da existência autônoma de uma burocracia *strictu sensu*. Isso é sociologicamente crucial, pois nos permite entender o agudo conflito entre o estalinismo e a burocracia. Já conhecemos alguns episódios críticos deste conflito quando falamos da pressão sobre os quadros do *Gosplan* durante a elaboração do plano. Mas isso não foi tudo. Ao longo do período estalinista, Stalin promoveu diversos expurgos em massa na burocracia, que, ao mesmo tempo, crescia numericamente e em poder. A própria configuração do sistema econômico centralizado parecia requerer um aparato administrativo “racional”, ao mesmo tempo em que favorecia a concentração de poder nas mãos da liderança política, dois fenômenos fadados a entrar em conflito, como bem notou M. Lewin:

A reflexão sobre o “estalinismo impossível” deve apontar para um conjunto mais amplo e peculiar de paradoxos em ação: o despotismo não pode operar sem métodos de choque (*udarnost*). A burocracia não pode trabalhar com eles. O despotismo desenvolve a hierarquia, mas a hierarquia não pode tolerar o despotismo que nega a importância mesma da hierarquia. O despotismo funciona arbitrariamente e irradia seus efeitos sobre o sistema, corrompendo os *apparaty* e destruindo sua auto-estima e sua capacidade de agir como corpo e como detentores de poder. (LEWIN, 1997: p.71-72)

Essa dinâmica conflituosa entre a burocracia e o Partido é uma tendência importante na história da URSS, e a rejeição por Bettelheim do tema do Partido-Estado lhe permite escapar mais uma vez da armadilha do “monolitismo”, que tenderia a tornar opacos estes fenômenos<sup>87</sup>.

Deve-se notar enfim que a incorporação da problemática do totalitarismo adquire uma singularidade no caso do trabalho de Bettelheim, decorrente da visão que nosso autor tem da *opacidade* da sociedade soviética. Ao contrário de Lefort, Bettelheim adota uma visão bastante cética a respeito das possibilidades de controle da economia pela burocracia, que decorre de sua proposta (com a qual concordamos) de diferenciar, dentro do setor estatal, o Partido e os administradores de empresa (uma lista à qual acrescentaríamos a burocracia).

A opacidade do sistema, por sua vez, deriva (a) de sua burocratização e (b) dos esforços dos diretores de empresa e ministérios para dissimular a realidade econômica, de modo a apresentar às autoridades relevantes um quadro embelezado da situação real, e reter mais fundos e estoques, que os órgãos centrais não autorizariam de outra forma. (BETTELHEIM, 1983: p.47)

Assim, segundo nossa leitura, o totalitarismo aparece para Bettelheim como a solução de força para uma opacidade que constantemente ameaça o Partido de Estado, e deriva justamente de sua incapacidade de controlar a economia:

---

<sup>87</sup> A noção de um Partido que se autonomiza diante do Estado durante o estalinismo pode encontrar uma objeção de caráter histórico; o estalinismo não teria sido responsável pela destruição do Partido bolchevique, pela execução de todos os seus líderes, pela extinção da democracia interna, etc.; de fato, isso ocorreu. Entretanto, a esse declínio do Partido enquanto espaço de reflexão coletiva, corresponde sua ascensão como aparelho de cooptação política e, principalmente, como centro da rede clientelista em torno da qual se organiza a economia soviética a partir de então.

Esta representação do Partido e de sua relação com o poder, com o Direito e com o saber está em germe na ideologia bolchevique, mas a prática totalitária do Partido se desenvolve plenamente na época estalinista, quando a alta direção pretende controlar o que cada um pensa, impor-lhe sua conduta, torná-lo/a uma simples engrenagem na “máquina” da sociedade e do Estado. Esta prática totalitária oculta a incapacidade real do Partido em controlar efetivamente o processo social que pretende dirigir. Uma tal incapacidade não faz senão tornar mais violentas as tentativas de controle universal sobre os aparelhos de Estado, sobre o corpo social e sobre os indivíduos. (BETTELHEIM, 1983: p.19)

Esta explicação do totalitarismo por sua incapacidade de controlar efetivamente os processos sociais sobre os quais intervém aparece também na seguinte crítica a Hanna Arendt:

Levadas em conta as circunstâncias concretas, a tese de Hanna Arendt: o “terror totalitário” se desencadeia quando “o dirigente totalitário sabe que não precisa ter medo”, parece estar em contradição com os fatos históricos. Em realidade, o terror anti-camponês se desencadeia contra os camponeses revoltados (é verdade que ele se prolonga depois que estes já estão dobrados, mas o ponto de partida não deixa de ser o medo inicial experimentado pelo poder). (BETTELHEIM, 1983: p.242)

Concluimos, portanto, que, longe de implicar uma adesão à tese do monolitismo, a incorporação da teoria do totalitarismo por Bettelheim se insere em sua teoria como um reconhecimento das pretensões “monolitizantes” do poder central, mas principalmente como um instrumental teórico que permite pensar como essa pretensão se articula com uma dinâmica social que fundamentalmente lhe escapa. Essa idéia foi bem formulada pelo cientista político Karl Deutsch:

A longo prazo, portanto, talvez seja inerente a todo sistema totalitário de governo uma tendência, seja à sobrecarga de suas instâncias centrais de decisão, seja à corrosão automática de sua estrutura centralizada original, sua desintegração em partes crescentemente separadas. (DEUTSCH, 1964: pp.320-1)

Mas a tese do totalitarismo pode ter outra função dentro da teoria do CDE. De acordo com nossos pressupostos, a existência de relações de produção capitalistas favorece o desenvolvimento de outras formas adequadas ao pleno desenvolvimento da acumulação. Entretanto, como também já dissemos, estas tendências só serão realizadas ou contrabalançadas como resultado de lutas políticas. O sistema político totalitário implica que essas lutas terão que se dar de maneira bastante específica. Já nos referimos à análise de Van der Pijl sobre o processo de autonomização “molecular” dos administradores de empresa. Também já fizemos referência às “táticas de guerrilha” (Castoriadis, 1985) utilizadas pela classe operária para resistir ao regime. É fácil perceber como esses dois movimentos se articulam: ao mesmo tempo em que o regime entra em crise pela sua incapacidade de fazer crescer a produtividade do trabalho, uma nova força política (os administradores de empresa) começa a emergir com seus próprios projetos. Mas essas tendências podem ser parcialmente refreadas pelo poder totalitário, e, talvez, na maioria das situações, tenham sido impedidas de se efetivar, degenerando simplesmente em corrupção. Esta degeneração, por sua vez, minava claramente as bases do poder totalitário, que entretanto, como bem mostrou Chavance (1994), impedia com sua própria existência um processo de reformas dentro do quadro do regime. Assim, embora não tendo significado em nenhum momento um controle efetivo da economia, ou da sociedade, pelo Estado, o poder que se auto-imaginava total foi um obstáculo sério, através de suas *intervenções arbitrárias*, ao processo de desenvolvimento das reformas que só teriam feito reforçá-lo.

De qualquer maneira, lembramos mais uma vez que o modelo do totalitarismo é aqui incorporado como apenas um entre vários elementos que explicam o que foi a experiência soviética. Vale a pena lembrar Castoriadis, quando este afirma que uma análise feita exclusivamente segundo o modelo do totalitarismo seria “desorientadora e, no final, errada” (p.14). Castoriadis lembra bem que a diferença entre os totalitarismos nazista e russo, e o motivo pelo qual o primeiro parecia tão mais repulsivo que o segundo a Arendt, estava no fato que o nazismo era puramente destrutivo: ele apenas “se alimenta do corpo social existente e organizado e, ao mesmo tempo, começa a destruí-lo” (*idem*). Na Rússia, por outro lado, o regime totalitário tem como tarefa a construção da indústria nacional, o que o leva a “importar a essência material do capitalismo”. Diz Castoriadis:

Essas dimensões produtivas, econômicas, administrativas e sociológicas do estabelecimento do regime comunista na Rússia não podem ser desprezadas; foi por negligenciá-lo que Hanna Arendt, em sua análise, se vê na impossibilidade de, em termos, dar sentido à evolução posterior a 1953. (CASTORIADIS, 1985: p.15)

À primeira vista, portanto, não teríamos objeções a fazer quando Castoriadis afirma:

O regime que se estabelece na Rússia depois da vitória final do partido bolchevista pode ser mais bem entendido como sendo o efeito da sinergia de três (pelo menos) importantes fatores: capitalismo (instrumentos, métodos, organização e relações de produção, por um lado; e, por outro lado, a significação imaginária da expansão ilimitada do domínio do “racional”); a criação de Lenin de um totalitarismo propriamente dito (já em sua concepção de Partido, e depois na construção do Partido-Estado); e, finalmente, a forte influência residual de um passado (tzarista) russo que reemergia após 75 anos de interrupção por um processo de europeização. Eu denomino esse regime capitalismo total e burocrático totalitário, por razões já explicadas alhures. (CASTORIADIS, 1985: p.14)

Entretanto, temos duas objeções a fazer sobre a afirmação anterior: em primeiro lugar, do ponto de vista da própria teoria do totalitarismo (em sua versão arendtiana), não é correto identificar o período leninista como totalitário. O papel muito menor dos órgãos de repressão *de massa* (que, sem dúvida, já estavam operando com grande dinamismo, mas ainda sem os efeitos e na escala dos anos 30), a existência da pequena propriedade (privada) camponesa, e mesmo a maior tolerância (que entretanto nunca foi completa), nos anos vinte, em relação a movimentos culturais de vanguarda nas artes, nas ciências e nas humanidades, impedem que se considere o período como totalitário - embora ele sem dúvida se qualifique, dentro da mesma terminologia, como um caso de *autoritarismo*.

Mas o mais importante para nossos propósitos é a definição do capitalismo adotada por Castoriadis: ela inclui apenas as relações de produção capitalistas. Entretanto, acreditamos que a direção geral do movimento histórico do regime soviético foi, sem dúvida, a constituição progressiva e molecular das estruturas capitalistas, entendidas como um todo. A esse respeito é interessante a seguinte afirmação de Castoriadis:

Nenhum Stalin Segundo teve permissão de subir ao poder. De certo modo, pode-se dizer que *uma sociologia banal reafirmou seus direitos*. (CASTORIADIS, 1985: p.17)

Se por “sociologia banal” entendemos a afirmação fundadora da sociologia que a sociedade é organizada como estrutura, como conjunto de regularidades, devemos concordar, e lembrar o quanto essa afirmação está de acordo com nossas hipóteses de trabalho.

## Apêndice II:

### Desdobramentos Regulacionistas da Teoria do CDE:

Falar da relação do trabalho de Bettelheim com a Teoria da Regulação é antes de mais nada falar da influência de Bettelheim sobre a Teoria da Regulação, influência que é reconhecida por expoentes regulacionistas como Boyer (1986) e Lipietz (1986). O termo regulação aparece várias vezes no trabalho de Bettelheim desde os anos sessenta (é mesmo um dos conceitos que Bettelheim cita rapidamente no *Cálculo* como necessário para compreender a sociedade de transição), mas devemos tomar cuidado para não superestimar esta similaridade terminológica. A influência se dá sobretudo através do exemplo da análise da URSS: a teoria do CDE é um esforço de estudar o capitalismo sem isolá-lo dos mecanismos institucionais – as formas estruturais - de regulação que emergem do processo de luta de classes; este era, como se sabe, um dos principais objetivos teóricos de Aglietta em sua obra fundadora de 1976.

Um segundo nível dessa relação é o da incorporação de parte do vocabulário regulacionista por Bettelheim nos dois últimos volumes das *Lutas*. Essa incorporação não vai muito longe: Bettelheim usa a distinção de Lipietz entre “pequena” crise endógena ao modo de regulação e a “grande crise” que provoca seu desmantelamento, caracterizando a crise de superacumulação absoluta como uma crise do primeiro tipo. E, mais importante, afirma que o partido é a *forma política estrutural*<sup>88</sup> (p.210) da burguesia no estalinismo, isto é, o arranjo institucional que permite que esta classe regule os conflitos que emergem

---

<sup>88</sup> O termo “forma estrutural” ou “forma institucional” foi definido por Aglietta da seguinte forma: “(...) relações sociais complexas, organizadas em instituições, que são os produtos históricos das lutas de classe”. Atualmente os regulacionistas identificam no capitalismo cinco formas institucionais principais: “formas de constrangimento monetário, configurações da relação salarial, formas de concorrência, modalidades de adesão ao regime internacional, formas de Estado” (Boyer e Saillard, 1995).

em seu interior. Na verdade, estas incorporações não vão muito além da terminologia, sem determinar o caminho de desenvolvimento da análise. Entretanto, essa incorporação não é sem significado, pois reflete um interesse teórico, e mesmo uma certa identificação, de nosso autor pelo trabalho dos regulacionistas<sup>89</sup>.

Naturalmente, a possibilidade mais fértil de examinar a relação entre a Teoria da Regulação e a Teoria do CDE seria compará-las entre si e verificar suas afinidades e diferenças. Infelizmente, tal procedimento excederia em muito nossas possibilidades de pesquisa atuais. Entretanto, essas afinidades podem ser constatadas pelo fato que os dois principais herdeiros da teoria do CDE, Bernard Chavance e Jacques Sapir<sup>90</sup>, aderiram com entusiasmo ao regulacionismo, e suas contribuições ao desenvolvimento recente da teoria do CDE se dão dentro deste referencial teórico.

Não temos aqui espaço para examinar com cuidado o trabalho destes autores, que de fato merece ser objeto de uma dissertação completa, no mínimo pelo seu esforço de aplicar a teoria do CDE ao período pós-stalinista. Entretanto, optamos por apresentar um resumo de suas teses a respeito de um tema específico: a natureza dos arranjos institucionais de *médio prazo* que constituem a especificidade do capitalismo soviético, cujas estruturas sociais (capitalistas) o trabalho de Bettelheim já teria demonstrado. Essa ênfase no estudo do médio prazo é um traço distintivo da abordagem regulacionista. Segundo Boyer,

Se ainda é estimulante partir dos ensinamentos de Marx, esta década de pesquisas procurou, precisamente, criar uma hierarquização desta herança: entre os conceitos mais abstratos (modo de produção, salariado, etc.) e as noções que podem e devem ser confrontadas com as evoluções observadas (por exemplo, a estabilidade ou não de uma regulação social, o caráter cíclico ou estrutural de uma crise, etc.); entre uma relação social geral e as formas específicas que ela assume ao longo do tempo; entre as leis trans-históricas e as simples regularidades econômicas válida para *um conjunto bem específico de formas sociais* (grifo nosso – CRB). (BOYER, 1986: p.65)

---

<sup>89</sup> De fato, o último texto a que tivemos acesso publicado por Bettelheim é uma resenha (bastante simpática) de um livro dos autores regulacionistas G. Duménil e D.Lévy.

<sup>90</sup> Ambos já trabalhavam com Bettelheim desde os tempos da revista *Comunisme*, e posteriormente juntaram-se a ele no Centre d'études des Modes d'Industrialisation (CEMI) na EHESS. Atualmente o centro é dirigido por Sapir, e inclui também entre seus membros o especialista na obra de Kornai, Mehrdad Vahabi.

Como dissemos no início, a teoria do CDE parte da teoria dos modos de produção. Entretanto, a identificação do MP dominante em uma dada formação social não é, em geral, suficiente para explicar o conjunto das dinâmicas que compõem a reprodução social. Vejamos agora como os novos teóricos do CDE procuraram produzir conceitos que complementem a análise de Bettelheim e dêem conta da especificidade da existência do MPC nas STS.

### **(1) Chavance e o “Sistema Soviético”**

Para designar a especificidade do capitalismo soviético, Chavance recorre ao conceito de sistema, definido como segue:

Entendo aqui “sistema” como um conceito intermediário, a meio caminho entre o que podemos chamar de *meta-sistema*, caracterizado por um pequeno número de formas institucionais abstratas (tal como o “sistema capitalista”) e as economias nacionais concretas com toda sua riqueza empírica. (CHAVANCE, 1986: p.8).

Segundo Chavance, tanto o sistema socialista quanto o sistema capitalista ocidental são diferentes “espécies” de um “mesmo gênero” (Chavance, 1996), as sociedades “mercantis-salariais” (esta era sua definição do capitalismo (Chavance, 1982))

O sistema pode ser definido por quatro níveis fundamentais:

- (1) instituições significativas, entre as quais: a propriedade, que entretanto pode se revelar um objeto de estudo perigoso se não se leva em conta as possíveis disjunções entre propriedade formal e gestão; e as formas de alocação, como, no caso soviético, o plano, sua desagregação, sua interação com os mercado, etc. Sob esta rubrica está também o “constrangimento orçamentário suave” a que estão submetidas as empresas no sistema socialista, bem como a instituição (diria Bettelheim, a forma estrutural) do Partido único;
- (2) os agentes representativos, que no caso são: o Centro Planejador, as diversas instâncias intermediárias, os diretores de empresa, os consumidores;

- (3) os comportamentos pertinentes: práticas dos agentes que procuram alcançar resultados satisfatórios, dada a situação de incerteza a que estão submetidos. No caso do sistema socialista, é especialmente significativa a prática da barganha entre empresas e planejadores, durante a elaboração do plano;
- (4) o modo de regulação, entendido como:

(...) as tendências relativamente “estáveis”, ou normais, de evolução e da dinâmica macro-econômica de médio prazo, resultado das interações de comportamentos habituais dos agentes representativos, no quadro institucional historicamente dado. Através da regulação, as contradições e tensões inerentes ao sistema considerado encontram suas “formas de movimento”: elas são ao mesmo tempo resolvidas e reproduzidas, permitindo uma evolução dinâmica do conjunto da economia. (CHAVANCE, 1986: p. 10)

A definição do modo de regulação existente nas STS é feita pela incorporação da análise da Escola Húngara de economia, que é levada mais longe do que Bettelheim a levar. Para Chavance, a “regulação penúrica” deve ser entendida à luz dos trabalhos de Bauer a respeito dos ciclos de investimento e do de Kornai sobre a “economia de penúria”.

Segundo Kornai, em conseqüência do constrangimento orçamentário suave a que estão submetidas as empresas das STS, sua demanda por recursos é apenas limitada pela disponibilidade material destes recursos. As demandas das empresas então disparam (é a *runaway demand*) e seu apetite por investimento se acelera. É evidente que, neste processo, a demanda excede em muito a disponibilidade de recursos. Tem-se então uma penúria. Na medida em que este fenômeno se generaliza, estamos diante de um processo que Chavance chama de “regulação penúrica”.

Não devemos exagerar, entretanto, a proximidade do trabalho de Chavance com o de Kornai. Em todos os textos de que dispomos, Chavance não abandona a caracterização das STS como capitalistas de Estado, nem deixa de enfatizar a importância dos mecanismos de mercado nestas sociedades, o que está em completa contradição com a visão de Kornai sobre as STS. Naturalmente, isso não impossibilita de todo uma aproximação. Sapir, por exemplo, embora reconheça os méritos do trabalho de Kornai, o critica por não perceber que o constrangimento orçamentário suave é um fenômeno *ex post*, constantemente

encontrado, mas com o qual o empresário não pode contar no início do ciclo. Segundo Sapir, isso teria feito com que Kornai subestimasse os enormes esforços dos administradores para equilibrar suas contas.

A diferença fica clara, quando Chavance procura articular a análise da economia de penúria com a dos ciclos econômicos, para determinar o modo de regulação:

Se J. Kornai formula uma teoria do estado normal dos sistemas socialistas, a “economia de penúria” (...) é por outro lado uma explicação do *modo de regulação* que propõe T. Bauer (1986) com a idéia de uma regulação cíclica através do investimento. Podemos avançar, em uma ótica análoga, a noção de “regulação penúrica” que destaca as variações e de intensidade das penúrias nas diversas esferas da economia, seu entrelaçamento e sua sucessão, como mecanismo normal de funcionamento. (CHAVANCE, 1986: p. 10)

A especificidade do capitalismo soviético está, portanto, para Chavance, no fato que a propriedade estatal engendra os comportamentos descritos por Kornai em larga escala, mas estes fenômenos ocorrem dentro de um quadro social capitalista, de maneira que o constrangimento orçamentário, por exemplo, é variável, bem como o peso dos constrangimentos mercantis sobre o processo de acumulação. Isso causa um tipo específico de crise capitalista, já descrita por Bettelheim como crise de superacumulação absoluta ou “crise penúrica”. O Estado então intervém, contendo drasticamente o ritmo de investimento. Desta interação complexa emerge o modo de regulação.

## **(2) Sapir e a “Economia Mobilizada”**

Considerando que as STS são um “caso limite” de sociedade capitalista (mercantil e salarial), Sapir chama a atenção para a similaridade entre as STS e as economias de guerra ocidentais. Essas economias apresentavam um alto grau de centralização do processo decisório econômico, ciclos econômicos análogos aos encontrados por Bauer nas STS (o que é mais interessante, sem que se extinguisse a propriedade privada), expedidores análogos aos *tolkach* soviéticos, penúrias generalizadas, etc. Essas semelhanças não são

apenas formais, mas têm uma origem histórica comum: a economia herdada pela revolução de 1917 é uma economia de guerra (centralizada nos VPK, redes de comitês das indústrias de guerra), montada com base no modelo de industrialização idealizada pelo conde Witte no século XIX, também em grande medida centralizado no Estado.

De maneira semelhante, no Japão, a indústria se desenvolve em estreita ligação com o Estado, em moldes bem diferentes dos do capitalismo ocidental. Segundo Sapir, há semelhanças notáveis entre as duas trajetórias nacionais: em ambos os casos há uma separação difusa entre público e privado, expresso na idéia de “administrar as empresas segundo o interesse nacional”, na relação próxima mas conflituosa entre empresários e funcionários de Estado, que constantemente reveste formas ilegais, etc. Foi para o caso japonês que D. Okimoto criou o termo *Estado de Mobilização* (*mobilization state*). As principais características da economia mobilizada são:

- (1) garantia de venda pelo Estado;
- (2) controle estatal forte em termos de fixação de objetivos;
- (3) financiamento fundamentalmente realizado pelo Banco Central (mesmo que através de “refinanciamento” do crédito concedido por outros bancos).

A economia de mobilização engendra um fenômeno singular para o estudo da regulação, pelo convívio simultâneo de dois modos de regulação: a regulação voluntarista (predominante no estalinismo) e a gestão consensual (predominante nos sistemas reformados, como o da Hungria após a adoção do NEM em 1968). Na maioria dos casos concretos, ambos os modos de regulação convivem. Segundo Sapir,

Poderia ser proveitoso visualizar a economia mobilizada como um metamodo de regulação, ao seio do qual duas variantes existiriam. (SAPIR, 1990: p.107)

Se Chavance manteve um forte diálogo com Kornai, Sapir mergulhou fundo no estudo dos ciclos de investimento, conseguindo relacioná-los com outros fenômenos ausentes do modelo de Bauer. Por exemplo, mostrou que a flutuação do salário real durante o ciclo influencia o êxodo rural (o que confirma a hipótese da existência do mercado de trabalho), tendendo a prejudicar a agricultura, e, portanto, o consumo pessoal, e, desta forma, o salário real. Seu trabalho com os ciclos o levou a perceber, da mesma forma que

Chavance, como os mecanismos monetários assumiam uma grande importância no processo de desaceleração do ciclo, um ponto primeiramente levantado por K.A. Soós em seu debate com Kornai.

Para entender como a regulação opera no modelo de Sapir, é preciso antes chamar a atenção para o que ele define como o traço essencial do capitalismo nas STS. Ao contrário de todos os outros autores que já conhecemos, *Sapir não considera que o traço distintivo das STS seja a propriedade estatal, mas sim a garantia de venda*. Prova disso seria o fato de que, nas economias de guerra, *com propriedade pessoal dos meios de produção*, a dinâmica da economia é a mesma que nas STS. Daí resulta que é na complexa interação – na qual o Estado tem um papel fundamental - entre mobilização e funcionamento de mercado (que dá origem a uma economia mercantil *não-comercial*, termo sugerido a Sapir por Alec Nove) que se processa a regulação.

Enfim, esperamos que este apêndice tenha proporcionado ao leitor alguns esclarecimentos sobre as possibilidades de pesquisa abertas pela teoria do CDE.

## Conclusão:

Apresentamos, ao longo desse trabalho de dissertação, uma reconstituição da teoria do CDE de Charles Bettelheim, que procurou levar em conta a produção dos diferentes momentos de seu empreendimento analítico.

Na construção de nosso texto procuramos ressaltar dois aspectos cuja conjugação produz a chave interpretativa que sugerimos para a utilização da teoria do CDE. (a) O primeiro diz respeito à existência, dentro do trabalho de Bettelheim, de uma linha de continuidade que perpassa todas as suas reviravoltas políticas. (b) O segundo é a centralidade do conceito de Modo de Produção para entender como se move a teoria do CDE dentro do espectro das teorias sobre as STS.

Analisemos nossos resultados sob estes dois ângulos:

### **(5.1) Determinações conceituais convergentes na teoria do CDE:**

Em primeiro lugar, sugerimos que, mesmo se levarmos em conta suas diversas oscilações, rupturas políticas e incorporações teóricas, a teoria do CDE de Charles Bettelheim converge em termos de alguns pontos principais:

- (a) uma mesma definição de sociedade capitalista: a sociedade capitalista é uma sociedade salarial-mercantil. Esse conceito é produzido essencialmente no Cálculo, a partir do descarte de dois critérios tradicionalmente utilizados para definir o capitalismo: a propriedade pessoal dos meios de produção e a lei do valor (entendida como determinação dos preços pela quantidade de trabalho socialmente necessária). A primeira é descartada em função de um deslocamento de ênfase em direção ao estudo das relações de produção, em que

se ressalta a separação do produtor direto com os meios de produção, que considerada em conjunto com a igualdade jurídica, formam as bases para a constituição da relação salarial. A segunda é descartada a partir de uma leitura dos *Grundrisse* que afirma que a regulação da produção pela quantidade de trabalho socialmente necessária é característica apenas de alguns períodos do desenvolvimento capitalista.

Esse descarte, entretanto, não implica no abandono das formas mercantis na definição do capitalismo: mas elas agora adquirem outra inserção nesta definição: são mecanismos *necessários* de reprodução das relações de produção capitalistas, e não apenas “reflexos” destas. Essa categorização resulta clara no caso do CEM, em que a presença das categorias mercantis reforça a autonomia das empresas, a importância do salário, etc.

Aqui, reconhecemos, há uma oscilação. Na correspondência com Sweezy a importância da circulação é subestimada. Entretanto, em trabalhos posteriores, ela logo volta a ser levada em consideração, dada sua importância para o processo de *reprodução*, como vimos na crítica à ênfase exclusiva dos chineses no processo de produção imediato. No segundo volume das *Lutas*, tem lugar uma extensa discussão sobre a restauração dos mecanismos de mercado no período da NEP, e no terceiro volume a atenção na circulação se mostra novamente no estudo das crises econômicas.

De fato, a atenção ao estudo da circulação, ainda que não ofusque a centralidade das relações de produção, é o que distingue Bettelheim de teóricos do capitalismo soviético como Castoriadis e Postone. Finalmente, a referência a esses autores ressalta a grande vantagem da definição do capitalismo como sociedade salarial-mercantil: ela não é apenas estaticamente “aplicável” ao capitalismo pós-liberal, mas também explica o mecanismo de sua crise, pois chama atenção para os limites que se impõem a toda tentativa de regulação no interior do MPC.

Há, entretanto, um termo que, se permanece constante na definição bettelheimiana do capitalismo, não adquire o mesmo rigor teórico dos outros dois elementos da definição: é a separação entre Estado e massas. Como vimos, essa definição do capitalismo é insuficiente, pois não deixa clara a forma especificamente capitalista dessa separação: inclusive, sob pelo menos um aspecto – a possibilidade de participação de membros das classes populares na administração estatal – o Estado capitalista está *menos* separado das

classes dominadas que os Estados historicamente anteriores. Bettelheim deveria, uma vez que optou por inserir o termo “Estado” em sua definição, ter aprofundado a discussão sobre o conteúdo específico da estrutura política capitalista.

Acrescentamos, depois do que dissemos sobre a nomenklatura, que esse tratamento rápido da questão do Estado traz ainda um outro problema: após ter identificado a função da nomenklatura como articuladora de redes clientelistas, Bettelheim não se preocupa em discutir em detalhe os problemas que essa descoberta traz para a teoria do CDE. Naturalmente, a presença do clientelismo não significa a inexistência do capitalismo; tampouco, entretanto, é o clientelismo uma relação essencial do capitalismo (pode-se imaginar uma sociedade capitalista sem clientelismo). Ora, dada a imensa importância que o clientelismo adquire nas STS, o problema de sua existência não pode ser considerado sociologicamente indiferente.

Se situarmos a identificação do clientelismo dentro da análise do quarto volume das Lutas, acreditamos que ele deve ser entendido sobretudo como fruto do processo de industrialização. Este, por sua vez, não pode ser analisado fora de sua relação com o processo de acumulação primitiva em curso: uma vez que a importação da indústria soviética foi conseguida graças ao excedente extraído na super-exploração dos camponeses. Foi esse circuito que possibilitou à nomenklatura se autonomizar por todo um período frente à burguesia de Estado. A partir do momento em que a indústria passa a ter uma dinâmica própria, e procura se constituir em principal foco do processo de acumulação econômica, seu desenvolvimento vai esbarrar na própria forma do regime totalitário. Uma oposição de classe estará, então, em formação.

Com isso em mente, consideramos que as relações de clientelismo são características de um processo de acumulação primitiva. Em nossa opinião, esse fato se depreende da leitura das Lutas, e é um fator determinante do poder explicativo da teoria do CDE, que seria desperdiçado caso não se considerasse a potencial oposição entre as relações *verticais* estabelecidas na economia e o desenvolvimento capitalista. Naturalmente, não temos a pretensão de esgotar essa complexa questão, que só poderia ser resolvida por um grande esforço de pesquisa historiográfica, o qual, segundo depreendemos da leitura da bibliografia a nós disponível, ainda não foi realizado.

Lembremos, enfim, que a definição de capitalismo, de fato, mantém sua integridade mesmo quando Bettelheim passa a ter dúvidas quanto às possibilidades de superação no horizonte histórico previsível; prova-o o fato de que, mesmo quando passa a defender as reformas do Leste, se recusa a identificá-las como “socialistas”. Isso é ainda mais claro no trabalho de Bernard Chavance.

- (b) Uma mesma visão do processo de transição: perpassando o diálogo com o althusserianismo, ou a recusa do tema da transição nos últimos trabalhos, acreditamos que haja duas idéias fundamentais: a primeira é que o processo de transição não se baseia em qualquer princípio trans-histórico de mudança social (como o desenvolvimento das forças produtivas) ou pela lógica da sociedade nascente (o socialismo não “predomina” na fase de transição em consequência do processo revolucionário, como pretendiam alguns autores): trata-se de um processo de luta de classes, de luta política, na medida em que as relações sociais não se encontram ainda consolidadas e é necessário fixá-las através de decisões, intervenções. Importantíssimo nessa luta é sua forma: por exemplo, não há nenhuma alternativa lógica à expansão das relações democráticas na tentativa de superação do capitalismo (no sentido que Bettelheim atribui à expressão)<sup>91</sup>. A segunda idéia fundamental é que, pelo contrário, a reprodução das estruturas anteriores depende apenas de que o primeiro processo não seja bem sucedido. Assim, se a expansão democrática é interrompida, ou mesmo reverte drasticamente, como no caso do sistema totalitário de poder, *por este simples fato* a reprodução das estruturas ainda não extintas é favorecida. Naturalmente, isso não descarta a hipótese de que um determinado critério trans-histórico (como o nível do desenvolvimento das forças produtivas) esteja atuando de maneira importante, nem que crises internas do sistema anterior impulsionem de maneira crescente a transição. Mas essas não são condições *suficientes*.

Entretanto, chamamos atenção para uma dimensão da teoria da transição que foi sub-explorado na teoria de Bettelheim. Após a análise desenvolvida no terceiro volume das Lutas, aprendemos que o estalinismo se articula em torno de um período de acumulação

---

<sup>91</sup> Na verdade, essa afirmação é consequência da definição de superação. Mesmo supondo, em princípio, que o capitalismo possa ceder lugar a outros modos de produção, a teoria marxista só consideraria que estes MPs *superaram* o capitalismo na medida em que se adaptam aos princípios da regulação democrática da produção.

primitiva, o que parece confirmado pela análise de Chattopadhyay. Ora, isso recoloca a temática das sociedades de transição em outros termos: embora Bettelheim tenha razão em descartar a idéia de que as STS estavam em transição para o socialismo, não poderia, com base em seus próprios resultados, deixar de extrair todas as consequências do fato de que as STS estavam em transição para o capitalismo. Muitos aspectos importantes do fenômeno, como a questão da “herança russa”, poderiam ser analisados a essa luz.

- (c) Uma mesma afirmação das várias possibilidades institucionais que se abrem ao MP. Dada a definição de capitalismo apresentada em (a), o processo de luta social descrito em (b) pode levar a um grande número de configurações possíveis de intervenção social na reprodução das estruturas, que pode levar a rupturas parciais com relação ao modo de funcionamento da estrutura, a um processo de invenção de novos arranjos institucionais, etc. Entretanto, não se pode dissociar o funcionamento desses arranjos institucionais do processo de reprodução global, tendo sempre em mente que crises podem surgir em função do entrecruzamento dessas duas dinâmicas, e que não há como saber qual será o resultado dessas crises (no que se refere a continuidades, recomposições e rupturas na reprodução).

A existência dessas determinações conceituais convergentes nos levou a uma conclusão a respeito de uma concepção sociológica mais geral a respeito da teoria do CDE, que examinaremos agora.

## **(5.2) A categoria Modo de Produção: limites e alcances**

A grande questão teórica que perpassa a teoria do CDE, bem como qualquer outra teoria que procure classificar as sociedades que difiram do capitalismo ocidental de alguma forma significativa, é a da *alteridade* ou da *similaridade* das diferentes formas de organização social.

Essa questão só se pode resolver com a determinação de diferentes níveis de análise. sociedades que se organizem da mesma forma em um determinado nível podem diferir em

outros níveis. A teoria do CDE claramente se situa no nível dos modos de produção, isso é de “todos complexos”, na definição althusseriana que apresentamos em nossa introdução. A sua verificabilidade não deve ser discutida, portanto, senão em estudos que envolvam perspectivas temporais específicas, o que não é só uma questão de tempo cronológico, mas também do ritmo próprio do objeto teórico: em função do surgimento, desenvolvimento, desestruturação, recomposição e extinção das relações de produção e das formas sociais que lhes correspondem.

Tendo dito isso, precisamos mostrar que a teoria do CDE é eficiente quando demonstra a utilidade do conceito de MP para o estudo das STS.

Perguntamos então: como fazer tal demonstração? Ao longo do trabalho, argumentamos que a persistência das relações de produção capitalistas (definidas pela divisão capitalista do trabalho e pela separação objetiva das empresas) tende a favorecer a reprodução do quadro institucional característico do capitalismo, bem como dificultar a reprodução de formas sociais que bloqueiem essa reprodução. Lembremos alguns argumentos que apresentamos em favor dessa tese:

A separação entre o produtor direto e os meios de produção revestida da forma salarial, e a separação objetiva entre as empresas, que juntas formam nossa definição de capitalismo, quando trazidas para o centro da análise, têm desdobramentos analíticos que dificilmente poderiam ser subestimados:

- (1) Em primeiro lugar, na análise do processo imediato de produção: não só no exemplo evidente da divisão do trabalho durante a produção, mas também na diferença entre os prêmios atribuídos a operários e administradores de empresa. Aqui não nos referimos tanto à diferença de valor envolvida (a magnitude monetária dos prêmios), mas sim ao critério de atribuição dos prêmios: no caso dos trabalhadores, eles se referem ao desempenho individual. No caso dos administradores, ao desempenho das empresas. Naturalmente o objetivo desse arranjo é fazer com que o administrador se comporte *como se fosse* o administrador da empresa. Dado que a teoria do CDE não atribui tanta importância ao título de propriedade pessoal, mas sim ao papel social efetivo de “proprietário”, esse *como se torna-se* bem menos significativo.

- (2) No processo de reprodução global da sociedade: a existência de um mercado de trabalho *de facto* produz uma relação entre os administradores de empresa e os trabalhadores, que escapa ao esforço de coordenação do centro. Isso tem como consequência a articulação dos “dois circuitos monetários” pelo salário. Segundo Grossman, coexistiriam nas STS uma moeda “passiva”, meramente contábil, que circularia dentro do setor estatal, e uma moeda “ativa”, que desempenharia todas as funções tradicionalmente atribuídas à moeda, e circularia no mercado de bens de consumo. Como bem argumenta Chavance, caberia saber por que essas duas moedas tem o mesmo nome e, mais importante, o mesmo valor? Isso quer dizer que, por exemplo, modificações nos preços alteram a contabilidade do setor estatal. Como vimos no caso da inflação stalinista (apoiando-nos no texto de Holzman), a pressão exercida pelo salário teve um papel decisivo em vários momentos (É especialmente interessante que isso tenha ocorrido durante o período estalinista, marcado por uma grande centralização econômica). A análise dos ciclos de Bauer indicam uma dinâmica análoga.
- (3) No processo de reprodução a longo prazo: A pressão dos salários sobre os preços é também uma pressão sobre os fundamentos mesmos da acumulação: se a demanda não satisfeita alcança certo nível, o próprio estímulo ao trabalho cai, o que traz sérias dificuldades para o processo de acumulação, principalmente no que diz respeito à produtividade. É bastante claro na bibliografia sobre a URSS que este foi um dos grandes, senão o principal, problema econômico que levou às sucessivas tentativas de reforma, que, como sabemos, foram *market-oriented* (orientadas em direção ao mercado) em sua essência. Os sucessivos fracassos dessas reformas criaram uma tensão social irreversível, que foi um importante fator de desencadeamento dos acontecimentos do final da década de oitenta. Muitos autores perceberam nisso a especificidade da relação salarial soviética. Mas o que nos interessa especialmente é que esses problemas se desenvolvem nos marcos da relação salarial, que são os marcos da divisão social do trabalho capitalista. O operário soviético, que não encontrava o que comprar com o dinheiro que recebia em função de seu trabalho, não tinha a alternativa de produzi-los com meios de produção de sua propriedade (como faziam os

trabalhadores dos kolkhozes), nem podiam exercer um poder institucional de redirecionar a produção para o setor de consumo (como poderia fazer se houvesse formas de gestão democrática da economia). Só podiam administrar diferentemente a única mercadoria de que dispunham, sua força de trabalho: vendendo-a em maior quantidade (o segundo emprego, que muitas vezes tinha como objetivo fornecer fundos para comprar no mercado negro), ou trocando-a por lazer (recusando-se a trabalhar). Que suas decisões a esse respeito tenham sido tão importantes para o desenvolvimento da economia demonstra a centralidade da relação salarial na organização da produção soviética.

Além disso, e a partir da análise desses fenômenos, a teoria do CDE produz uma análise das classes nas STS que talvez seja sua principal contribuição teórica. Essa análise fornece um instrumental teórico valioso para discutir os movimentos de transformação da estrutura social soviética ao longo de sua história. Acreditamos que a dinâmica social das STS a partir dos anos 30, tal como foi descrita por Bettelheim, tenha se organizado em torno de uma estrutura de classes definida pelos seguintes termos:

- (a) O proletariado industrial: que manteve sua identidade social mais ou menos intacta durante todo o período (ver nossa discussão das teses de URGENSE no capítulo II), e que vai aos poucos manifestando seu descontentamento social pelas formas de resistência passiva, forçando uma baixa da produtividade do trabalho que será fatal para o sistema.
- (b) O trabalhador kolkhoziano, que surge como “servo de Estado” mas que vai aos poucos se assemelhando a um pequeno campesinato (graças principalmente ao cultivo dos lotes privados de terra) e\ou ao proletariado.
- (c) O escravo de Estado, o trabalhador concentracionário: esta classe vai aos poucos tendo seu número reduzido drasticamente, à medida em que se encerra o período de *acumulação primitiva*, ameniza-se a repressão com o início de recomposição da burguesia de Estado no período pós-Kruschev e aumenta a demanda de mão-de-obra na indústria.

- (d) O burguês de Estado: que discutimos no último item do capítulo II e associamos à figura do *Khozrayvennik*, o diretor de empresa ou encarregado da produção industrial. O *Khozrayvennik* teve seu poder muito reduzido enquanto se desenrolava o processo de acumulação primitiva, mas autonomizou-se crescentemente a partir do fim do período stalinista.
- (e) A *nomenklatura*, entendida como casta formada pelo topo do aparato político, que detém controle dos recursos apropriados pela burguesia de Estado e os distribui em suas redes de clientelismo. A *nomenklatura* cresceu em poder e influência durante o processo de acumulação primitiva, em função da extrema centralização econômica característica do período, bem como de seu papel na extração de sobretrabalho nos sistemas kolkhoziano e concentracionário. A partir do fim do período stalinista, foi alvo de contestação política (especialmente nos países satélites) e teve que realizar concessões (normalmente de maneira vacilante) à autonomia de empresa, à “legalidade socialista”, etc. Em nossa opinião, seu papel predominante está ligado a uma situação de transição (a acumulação primitiva), e acreditamos haver uma tendência a seu enfraquecimento com o declínio dos regimes totalitários, ou, o que é mais provável, sua conversão em burguesia, fenômeno generalizado no processo de privatização do Leste depois de 1989.

A essa lista acrescentamos:

- (f) a burocracia *strictu sensu*. Os funcionários encarregados de tarefas semelhantes às desempenhadas pelas burocracias ocidentais (correios, administração pública e registro civil, etc.) ou que no setor produtivo desempenham tarefas de supervisão e controle (como os funcionários do Gosplan).

Naturalmente, há vários segmentos sociais de difícil classificação, posto que se inserem na economia em pontos de entrecruzamento de diferentes relações de produção. É o caso das camadas dirigentes do Kolkhoz, situados entre a burocracia, a burguesia de Estado e a máquina partidária de maneiras que só a pesquisa empírica pode descrever.

É interessante comparar nossa classificação com a esboçada pela socióloga soviética Tatiana Zaslávskaja, elaborada no início do processo da Perestroika, no qual teve importante participação:

Infelizmente, até o presente não se elaborou um modelo estrutural de nossa sociedade que conte com a aceitação de todos. Vai aqui uma representação simplificada do corte vertical da estrutura, no que se discernem quatro estratos: (1) o topo do poder político e econômico, (2) os altos funcionários (a chamada Nomenklatura) do aparato de partido e do Estado, (3) os cargos diretivos da economia de nível superior e médio (desde os diretores gerais de agrupamento até os chefes de seção ou departamentos) e (4) o grosso dos trabalhadores (operários, kolkhozianos, intelectuais) que cumprem funções eminentemente de execução. (ZASLAVKAYA, 1991: p.86)

O central de nossa classificação, a oposição trabalhadores – burguesia de Estado – nomenklatura, coincide com a classificação de Zaslavskaja. Não consideramos adequado diferenciar (1) de (2) em termos de classe social (embora talvez ela tenha razão em fazê-lo em termos de “estratos”). Adicionamos a essa classificação a burocracia *strictu sensu*. Vale lembrar, Zaslavskaja define a sociedade soviética do período brejneviano como “capitalista monopolista de Estado” e marcada pelo “totalitarismo político”.

De posse da teoria das classes sociais nas STS, podemos nos debruçar sobre os diferentes arranjos sociais de médio prazo. Esses diversos segmentos sociais lutaram entre si intensamente, se aliaram uns contra os outros, e produziram arranjos institucionais determinantes para o desenvolvimento das STS. Por exemplo, o processo de acumulação primitiva desencadeado sob a liderança da nomenklatura levou à constituição de um sistema de planejamento e à formação do regime político totalitário. Essas formas institucionais, por outro lado, sobreviveram somente enquanto se mostraram compatíveis com a dinâmica de longo prazo do MPC, que favoreceu o desenvolvimento das relações de mercado e um delineamento cada vez mais claro das divisões de classe. Dada essa abertura para o estudo do capitalismo sob diferentes arranjos institucionais, a teoria do CDE oferece boas entradas para o estudo dos *modos de regulação* que existiram nas STS, seu surgimento, consolidação e desagregação.

Além disso, a teoria do CDE produziu, principalmente no trabalho de Chattopadhyay, uma periodização do desenvolvimento da acumulação nas STS. Segundo

Chatopadhyay, o estudo da dinâmica do período stalinista demonstra se tratar de um período de acumulação primitiva. Por outro lado, o período pós-stalinista se caracteriza como um momento inicial da subsunção real. Ambas as fases se caracterizam por um crescimento extensivo, baseado sobretudo na incorporação de mais mão de obra e mais força de trabalho, e chegando ao seu limite quando essas reservas se esgotam. Essa nos parece ser uma descrição fiel do desenvolvimento histórico da URSS sob seu aspecto econômico. Outras características do modelo de Chattopadhyay, como a tendência à alta de salários, também podem ser verificados na prática. Entretanto, devemos ter clareza que essa argumentação se limita a identificar a operação de determinados mecanismos sociais; não postula a equivalência de processos sociais diferentes, como o que se passou na Europa Ocidental e na Rússia nas primeiras fases do desenvolvimento capitalista.

Mas cumpre dizer que esse último aspecto da teoria do CDE foi subutilizado no texto de Bettelheim. De fato, muitas polêmicas sobre a questão: “A URSS é capitalista?” poderiam ter sido evitadas se o fenômeno da acumulação primitiva, que introduz na identificação do modo de produção uma série de especificidades, e que instaura aberturas para a realização de processos *particulares* de transição ao capitalismo, fosse levado em conta. Desta forma, o uso da teoria do modo de produção recupera a dimensão que deve ser decisiva no julgamento das diversas hipóteses teóricas: sua capacidade de descrever a *dinâmica* das sociedades estudadas.

Enfim, um dos aspectos mais instigantes da teoria do CDE está justamente nas possibilidades que abre para a análise do desmantelamento dos regimes do Leste. É curioso que os teóricos atuais do CDE (Sapir e Chavance) sejam bastante céticos com relação a este processo. Se a grande dificuldade de estudar a “transição reversa” parece ser o estudo da inserção das antigas redes de poder (agora rebatizadas de *Kleptoklatura*) no processo de privatização, na constituição do sistema de crédito, etc., isto se dá por que muitas das teorias sobre as STS não dispõem do instrumental adequado para a seguinte análise: se atribuirmos as principais características do sistema anterior à ausência de propriedade privada, não temos como entender a persistências de várias dinâmicas do antigo regime uma vez realizada a privatização, a não ser que as vejamos como “sobrevivências”, como fazia o marxismo ortodoxo com as categorias mercantis nas STS. Ora, se temos em mente que o estatuto da propriedade (variando em torno do par pessoal x estatal) não implica, por

si só, uma dada natureza do sistema social, podemos perceber mais claramente a maneira como as mesmas relações sociais se encaminham em diferentes regimes de propriedade. Com isso em mente, podemos perceber que a oposição entre burguesia de Estado e Nomenklatura não excluiu a possibilidade de interpenetração, como ficou claro no exemplo da privatização no Leste. Frydman, Murphy e Rapaczynski, em um artigo intitulado “o Capitalismo com a cara do Camarada”, afirmam:

De acordo com um antigo líder político da Romênia, 80% dos novos milionários romenos eram parte da nomenklatura. Muitos estavam na indústria armamentista e desde então fizeram suas fortunas no tráfico de armas (...). Um levantamento dos 100 executivos mais ricos da Rússia realizado pelo Instituto de Política Aplicada de Moscou mostrou que 61% dos novos ricos do país são antigos membros da nomenklatura. Um economista polonês que rastreou as carreiras de centenas de membros graduados da nomenklatura de 1988 a 1993 descobriu que mais da metade se tornou alto executivo no setor privado. Diz-se que os números na Hungria são ainda mais altos que na Polônia. (FRYDMAN, MURPHY e RAPASCZYNSKI, 1996: p.1; a página fornecida é a do documento disponível na home-page da revista)

Naturalmente, não podemos aqui apresentar uma análise aprofundada das interpenetrações, conflitos e alianças entre estes diversos setores, o que exigiria nada menos que uma exposição historiográfica que em muito excederia nossas possibilidades concretas de pesquisa. Mas chamamos atenção para mais essa possibilidade de pesquisa aberta pela teoria do CDE.

### **(5.3) Considerações finais**

Parafrazeando Wladimir Andreef, esperamos que a teorização aqui exposta, se não serve como demonstração definitiva da teoria do CDE, sirva para demonstrar que ela não pode ser descartada. Acreditamos que durante toda a história da URSS essas tendências de auto-engendramento mútuo das formas capitalistas operaram. Isso não quer dizer, naturalmente, que não tenham sido contrabalançadas, esbarrando na rigidez política do sistema, que muitas vezes impedia que *qualquer* tendência fosse encaminhada

politicamente de modo adequado (seja adequado à manutenção do regime, como as medidas anti-cíclicas, seja quanto ao encaminhamento de seu desmantelamento gradual, como ocorreu na Hungria). Mas acreditamos que essas tendências tenham sido predominantes no longo prazo, como mostrou a crise final do sistema, que acabou por levar à restauração da “liberdade de empresa” na Rússia de Ieltsin.

Além do mais, as constantes incorporações por Bettelheim de outros instrumentais teóricos mostram que é preciso integrar, na teoria dos modos de produção, os fenômenos sociais que podem subsistir em vários modos de produção, como o mercado e a democracia, bem como os fenômenos que, como os modos de regulação, existem em modos de produção específicos sem serem condição para a existência do modo de produção. A teoria nunca está completa, e é desejável que uma formulação teórica (por exemplo, a teoria dos modos de produção) apreenda o objeto rigorosamente, sem deixar de ter aberturas lógicas para desenvolvimentos futuros. Em nossa opinião, é nessa direção que se moveram as pesquisas de Chavance e de Sapir.

Assim, por nos fornecer um instrumental teórico que pode explicar um número expressivo de fenômenos, a teoria do CDE nos parece uma construção científica cujo potencial não deve ser desprezado, e que, de maneira nenhuma, foi já completamente aproveitado.

## **BIBLIOGRAFIA**

- AGLIETTA, M. **Régulation et Crise du Capitalisme**; Paris, Odile Jacob, 1997.
- ALTHUSSER, L. (et.ali.) **Lire le Capital**; Paris, Maspero, 1965.
- ALTHUSSER, L. "O marxismo como teoria "finita"" in *Outubro*, nº2, 1998.  
**Lettres à Franca (1961-1973)**; Paris, Stock, IMEC, 1998.
- ALTVATER, E. "The Primacy of Politics in Post-Revolutionary Societies" in *Review of Radical Political Economics*, vol.13, nº1, Spring 1981.
- ANDERSON, P. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**; Porto, Afrontamento, 1976.
- ANDREFF, W. "Marxisme en crise cherche sociétés socialistes: a propos des thèses de P.M. Sweezy et B. Chavance" in *Babylone*, nº 2/3, Hiver 1983-4.  
**La Crise des Économies Socialistes: la rupture d'un système**; Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1993.
- ARATO, A. "The Budapest School and Actually Existing Socialism"; in *Theory and Society*, vol.16, nº4.  
"Between reductionism and relativism: soviet society as a world system" in *Telos*, nº63, Spring 1985.
- ARBIX, G. "Notas sobre a taylorização soviética do trabalho" in *Revista de Sociologia e Política*, nº8, 1997.
- ARENDT, H. **The Origins of Totalitarianism**. New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1951.
- ARON, R. **Democracia e Totalitarismo**; Lisboa, Presença, 1966.  
**Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial**; Brasília, Editora UnB, 1981.
- ASSELAIN, J.C. "Mythe ou réalité de la épargne forcée dans les pays socialistes" in LAVIGNE, M. **Travail et Monnaie en système socialiste**; Paris, Economica, 1981.
- BAHRO, R. **Alternativa: para uma Crítica do Socialismo Real**; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

- BAJT, A. "Investment Cycles in European Socialist Economies: Review Article"; in *Journal of Economic Literature* nº1, 1971.
- BALIBAR, E. "Estado, Partido, transición" in *Revista Mexicana de Sociología*, ano XLIII/Vol.XLIII/nº3, julio-septiembre de 1981.
- BAUER, T. "Investment Cycles in Planned Economies" in *Acta Oeconomica*, 21 (3), 1978.
- BELLIS, P. **Marxism and the USSR**. London e Basingstoke, The Macmillan Press, 1979.
- BERLINER, J. **Factory and Manager in the USSR**. Cambridge, Ma., Harvard University Press, 1957.
- Soviet Industry: from Stalin to Gorbachev**. Aldershot, Edward Elgar, 1988.
- BETTELHEIM, C. **Planificação e Crescimento Acelerado**; Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- A Transição para a Economia Socialista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- Calcul Economique et Formes de Propriété**; Paris, Maspero, 1970.
- "Lettre à Association des Amitiés Franco-chinoise (11 mai 1977), in *Communisme*", nº29-30, Juillet-Octobre 1977.
- "La dissidence et la crise de la formation sociale soviétique" in *Communisme*, nº3, nova série, 1978.
- Revolução Cultural e Organização Industrial na China**; Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- L'Économie Allemande sous le Nazisme: un aspect de la decadence du capitalisme**; Paris, Maspero, 1979.
- As Lutas de Classes na União Soviética, primeiro período (1917-1923)**; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- A China depois de Mao**; Lisboa, Ed.70, 1981.
- "Troca desigual e desenvolvimento regional" in EMMANUEL, A. (et. ali.) **Imperialismo e Comércio Internacional (a troca desigual)**; São Paulo, Global, 1981.
- "Entrevista"; in *Folhetim*, 21 de Novembro de 1982.

- As Lutas de Classe na União Soviética, segundo período (1923-1930)**; Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.
- Les Luttes de Classes en URSS, troisième période (1931-1941), t.1: Les Dominés**. Paris, Seuil/Maspero, 1982.
- Les Luttes de Classes en URSS, troisième période (1930-1941), t.2: Les Dominants**, Paris, Seuil/Maspero, 1983.
- "La Pertinence des concepts marxistes de classe et de lutte de classes pour analyser la société soviétique" in CHAVANCE, B. (org.) **Marx en Perspective: Actes du colloque organisé par l'École des Hautes Études en Sciences Sociales**; Paris, Éditions de l'EHESS, 1983.
- Place du Manege**; Scarabée et Compagnie, Paris, 1984.
- "The Specificity of Soviet Capitalism" in *Monthly Review*, vol.37, n°4, September 1985.
- "Economic Reform in China" in *The Journal of Development Studies*, vol. 24, July 1988, n°4.
- "What motivates managers?" in *Acta Oeconomica*, vol.40 (3-4), 1989.
- "Resenha" de DUMÉNIL, G. e LEVY, D. **La dynamique du Capital:un siècle d'économie américaine**; in *Le Monde Diplomatique* – Março de 1998.
- BETTELHEIM, C., CHARIÈRE, J. e MARCHISIO, H. A Construção do Socialismo na China; Porto, Portucalense, 1971.
- BETTELHEIM,C. e CHAVANCE, B. "Stalinism as the ideology of State Capitalism" in *Review of Radical Political Economics*, vol.13, n°1, 1981.
- BIRMAN, I. "The Financial Crisis in the USSR" in *Soviet Studies*, January, n°32 (1), pp. 84-105, 1980.
- BLACKBURN,R. **Depois da Queda: O fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- BORREGO, J.: "Metanational capitalist accumulation and the emerging paradigm of revolutionist accumulation"; in *Review*, Vol.IV, n°4, Spring 1981.

- BOYER, R.: **La Théorie de la Régulation: une analyse critique**. Paris, La Découverte, 1986.
- “La Grande Transformation de l’Europe de l’Est: une lecture regulationniste”; Paris, *Couverture Orange* n°9319, Agosto de 1993.
- BOYER, R. e SAILLARD, Y. **Théorie de la Régulation: L’état des savoirs**; Paris, La Découverte, 1995.
- BRÓDY, A. “About Investment Cycles and their attenuation”, in *Acta Oeconomica* n° 31 (1-2), 1983.
- BRUS, W. **The Market in a Socialist Economy**. London, Routledge and Kegan Paul, 1972.
- BRUNCAN, S. “Historical Evolution of Classes and Class policy in the USSR” in *Review*, Vol.XIII, n°3, Summer 1990.
- BUKHÁRIN, N. **Tratado de Materialismo Histórico**; Rio de Janeiro, Laemert, 1970.
- BUCKLEY, C. “The Myth of Managed Migration: Migration Control and Market in the Soviet Period” in *Slavic Review*, winter 1995.
- BRINTON, M. (do grupo *Solidarity* de Londres) “Les Bolshéviques et le Control Ouvrière 1917-1921: L’État et la Contre-Révolution”; in *Autogestion et Socialisme*, cahier n° 24-25, Paris, 1973.
- CALLINICOS, A. **A Vingança da História: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu**; Rio de Janeiro, Zahar, 1992.
- CARR, E.H. **1917: Antes y Después**, Barcelona, Anagrama, 1969.
- CASTORIADIS, C. **La Sociedad Burocrática, vol. 1**; Barcelona, Tusquets, 1976.
- La Sociedad Burocrática, vol. 2**; Barcelona, Tusquets, 1976.
- Os Destinos do Totalitarismo e outros Escritos**; Porto Alegre, LPM, 1985.
- CHATTOPADHYAY, P. “La Dynamique de l’Économie Soviétique à la lumière de l’analyse marxienne de l’accumulation du capital” in *Economie Appliquée*, tome XLIII, 1990, n.2, pp.5-32.
- “The Economic Content of Socialism: Marx vs. Lenin” in *Review of radical Political Economics*, vol.24 (3&4), 1992.
- “Capitalism as Socialism in the Early Soviet Doctrine: Lenine, Trotsky, Bukhárin, Preobazhensky” in *Review of*

*Radical Political Economics*, Vol. 28 (3) 74-82 (1996).

CHAVANCE, B "La nature du système soviétique: questions et enjeux", in DELAUNAY, J.C. **Actualité du Marxisme: actes du colloque de l'UER des sciences économiques et sociales , tomo II**; Paris, Anthropos, 1980.

"Sobre as Relações de Produção na URSS" in *Teoria e Política*, ano 1, nº3, 1980.

"Existe realmente una alternativa?" in *Revista Mexicana de Sociologia*, ano XLIII/Vol.XLIII/nº3, julio-septiembre de 1981.

"Trois types d'économie socialiste: Union Soviétique, Yougoslavie, Chine" in *Critiques de l'Économie Politique*, nº19, nova série, avril-juin 1982.

**Le Système Économique Soviétique**. Paris, La Sycomore, 1983.

"La Dialectique utopique du capitalisme et du communisme chez Marx" in CHAVANCE, B. (org.) **Marx en Perspective: Actes du colloque organisé par l'École des Hautes Études en Sciences Sociales**; Paris, Éditions de l'EHESS, 1983.

"La crise du modèle de développement soviétique" in *Les Temps Modernes*, Juin 1983, nº443.

" Pourquoi le Capitalisme Étatique? Réponse à: marxisme en crise cherche sociétés socialistes" in *Babylone*, nº 2/3, Hiver 1983-4.

"Économie et Politique dans la Dictature sur les Besoins" in *Les Temps Modernes* 486-9, Juil-Août, 1985.

(org.) **Régulation, Cycles et Crises dans les Économies Socialistes**; Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1986.

"Resenha" de COEHN, J.L., **Class and Civil Society: the limits of marxian critical theory**; in *Annales*, 42<sup>o</sup>année, nº2, Mars-Avril 1987.

"Rigidité et flexibilité systémiques: l'expérience des réformes dans les économies socialistes" in BOYER, R.,

- CHAVANCE, B. e GODARD, O. *Les Figures de l'irréversibilité en Économie*; Paris, Éditions de l'EHESS, 1991.
- "Institutions, Régulation et Crise dans les Économies Socialistes", in BOYER, R. e SAILLARD, Y.: *Théorie de la Régulation: L'état des savoirs*; Paris, La Découverte, 1995.
- "Évolution et extinction des systèmes socialistes", in ESPACES MARX, *Relations sociales et acteurs Sociaux à l'Est: actes du colloque de l'institut de recherches marxistes* (Paris, 25 et 26 novembre 1995); Paris, L'Harmattan, 1996.
- "Réformer le système soviétique: l'histoire d'un échec" in SAPIR (ed.) *Retour sur la URSS: Économie, société, histoire*; Paris, L'Harmattan, 1997.
- CILIGA, A. *Après la Russie 1936-1990*; Baye, La Digitale, 1994.
- COMMUNISME "Débat avec Charles Bettelheim et R. Linhart sur le marxisme et le léninisme", n°27-28, Mars-Juin 1977.
- CUTLER, A. (et. ali.) *O Capital de Marx e o capitalismo de hoje*, vols. I e II; Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- DAHL, R.A. "Marxism and Free Parties", in JESSOP, B. e MALCOLM-BROWN, C. *Karl Marx's Social and Political Thought: critical assessments, Vol. I*; London e New York, Routledge, 1990.
- DALLAGO, B. "Les Interpretations des Fluctuations et des Cycles dans les Économies de Type Soviétique". in CHAVANCE, B. (org.) *Régulation, Cycles et Crises dans les Économies Socialistes*; Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1986.
- DALLEMAGNE, J.L. "Charles Bettelheim ou l'identification des contraires", in *Critiques de l'Économie Politique*, n°7-8, avril-septembre 1972.
- DEMBINSKI, P. "Quantity versus Allocation of Money: Monetary Problems of the Centrally Planned Economies Reconsidered" in *Kyklos*, n°41(2), pp.281-300.

- DENIS, H. e LAVIGNE, M. *Problèmes de Prix en la Unión Soviétique*; Paris, Cujas, 1965.
- DESAI, P. (ed.) *Marxism, Central Planning and the Soviet Economy. Essays in Honor of Alexander Erlich*; Cambridge, Ma., MIT Press, 1983.
- DEUTSCH, K. "Cracks in the monolith: possibilities and patterns of desintegration in totalitarian systems" in FRIEDRICH, C. *Totalitarianism*; New York, Grosset and Dunlop, 1964.
- DEUTSCHER, I. *Herejes y Renegados*; Barcelona, Ariel, 1970.
- DJILAS, M. *A Nova Classe: Análise do Sistema Comunista*; Rio de Janeiro, AGIR, 1971.
- "The crisis of communism" in *Telos*, nº80, Summer 1989.
- DRACH, M. *La Crise dans les pays de l'Est*. Paris, La Découverte, 1984.
- "Temps courte, temps long, temps stochastyque: l'articulation des différentes temporalités de crise dans les économies de type soviétique" in CHAVANCE, B. (org.) *Régulation, Cycles et Crises dans les Économies Socialistes*; Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1986.
- DRAPER, H. *Karl Marx's Theory of Revolution, vol. 1: State and Bureaucracy*; New York e London, Monthly Review Press, 1977.
- DUPUY, A e TRUCHILL, B. "Problems in the theory of State Capitalism", in *Theory and Society*, vol.8 (June-December, 1979).
- DURKHEIM, E. e WEBER, M. *Socialismo*; Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.
- ELLIOT, J. "Marx and Contemporary Models of Socialist Economy" in *History of Political Economy*, vol.8, Summer 1976, Durham.
- ERLICH, A. *The Soviet Industrialization Debate, 1924-28*; Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- FABRÉGUES, B. "Eléments sur les formes spécifiques du capitalisme en URSS" in *Communisme*, nº 25-26, Novembre 1976-Février 1977.
- "A propos du 11º congrès du Parti Communiste Chinois" in *Communisme*, nº29-30, Juillet-Octobre, 1977.
- "La rencontre du "Manifesto" à Milan", in *Communisme* nº3, nova série, 1978.
- "Questions sur la théorie du socialisme", in *Communisme*, nº 31-

32, Novembre 1977- Février 1978.

FEHER, F. "Eastern Europe in the eighties" *in* *Telos*, nº45, Fall 1980.

FEHER, F. e HELLER, A. "From Totalitarian Dictatorship through "Rechtsstaat" to Democracy" *in* *Thesis Eleven*, nº26, 1990.

FERNANDES, L. "Conceitos fora de lugar: uma crítica epistemológica das principais teorias ocidentais sobre os Estados socialistas do Leste", *in* *Dados*, vol.37, nº2, 1994.

"Leituras do Leste: O debate sobre a Natureza das sociedades e Estados de tipo soviético (primeira parte – as principais interpretações ocidentais)" *in* *BIB* nº38, 2º semestre 1994.

"Leituras do Leste II: O debate sobre a natureza das sociedades e Estados de tipo soviético (segunda parte: as principais interpretações marxistas)" *in* *BIB* nº39, 1º semestre 1995.

"Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das sociedades e estado de tipo soviético (parte final - as leituras centradas na prevalência do capitalismo de estado e/ou coletivismo burocrático e a convergência problemática no conceito de estalinismo)" *in* *BIB*, Rio de Janeiro, nº43, 1º semestre de 1997.

FERRO, M. **Des Soviets au Communisme Bureaucratique: les Mécanismes d'une Subversion**; Paris, Gallimard, 1980.

**La Révolution de 1917**; Paris, Albin Michel, 1997.

FLAHERTY, P. "Cycles and Crisis in Statist Economies" *in* *Review of Radical Political Economics*, vol.24 (3&4) 111-135 (1992).

FRYDMAN, R., MURPHY, K., RAPACZYNSKI, A. "Capitalism with a Comrade's Face" *in* *Transition*, vol.2, nº2, January 1996.

FURMAN, D. "O Grande Estado Russo é uma Idéia-Armadilha"; *in* *Novos Estudos/CEBRAP* nº33, Julho de 1992.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**; Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

**Maquiavel, A Política e o Estado Moderno**; Rio de Janeiro,

- Civilização Brasileira, 1991.
- GOLDMANN, J. "Fluctuations and trends in the rate of economic growth in some socialist countries", in *Economics of Planning* nº2, 1964.
- GREFFE, X. **Analyse Economique de la Bureaucratie**. Paris, Economica, 1981.
- GREGORY, P. "Soviet bureaucratic behaviour: khozyaistvenniki and apparatchiki" in *Soviet Studies*, vol.XLI, nº4, October 1989.
- GROSSMAN, G (ed.). **Value and Plan: Economic Calculation and Organization in Eastern Europe**. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1960.
- GUEVARA, E. "A Planificação Socialista e seu significado" in GUEVARA, E. **Textos Econômicos: para a construção do socialismo**; São Paulo, Edições Populares, 1987.
- GUISSANI, P. "Sur le Concept de capitalisme monopoliste d'État" in *Communisme*, nº25-26, Novembre 1976-Février 1977.
- HABERMAS, J. "A necessidade de revisão na esquerda: o que significa socialismo hoje?", in BLACKBURN, R. **Depois da Queda: O fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- HADDAD, F. **O Sistema Soviético: relato de uma polêmica**; São Paulo, Página Aberta, 1992.
- HAYEK, F. (org.) **Collectivistic Economic Planning**, New York, August M.Kelley Publishers, s.d.
- HAYOZ, N. **L'Étreinte Soviétique**; Genève, Droz, 1997.
- HEILBRONER, R. "What is Socialism?" in *Dissent*, summer 1978.
- HELD, D. "Direct Democracy and the End of Politics" in **Models of democracy**; Cambridge, Polity Press, 1987.
- HOBSBAWM, E. **Age of Extremes**; London, Michael Joseph, 1994.
- HODGMAN, D. "Soviet Monetary Controls Through the Banking System" in GROSSMAN, G (ed.). **Value and Plan: Economic Calculation and Organization in Eastern Europe**. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1960.

- HOLZMAN, F. "Soviet Inflationary Pressures, 1928-1957: Causes and Cures", in *Quarterly Journal of Economics*, May, 74 (2), pp. 167-88, 1960.
- "Comment" in GROSSMAN, G (ed.). *Value and Plan: Economic Calculation and Organization in Eastern Europe*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1960.
- HORKHEIMER, M. "The Authoritarian State" in ARATO, A. e GEBHARDT, E. (org): *The Essential Frankfurt School Reader*, Continuum, New York, 1982.
- JACOBY, R. *Dialectics of Defeat: contours of western marxism*; Melbourne, Cambridge e New York, Cambridge University Press.
- JAMESON, F. *O Inconsciente Político: a narrativa como ato socialmente simbólico*; São Paulo, Ática, 1992.
- JAY, M. *Marxism and Totality: the adventure of a concept from Lukács to Habermas*; Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1984.
- JEROME, W. e BUICK, A. "Capitalismo de Estado Soviético? História de uma Idéia", in ROCKER, R. (et. al.) *A Natureza da URSS*; Porto, Afrontamento, 1977.
- KAMENKA, E. (et. al.) *La Burocracia: trayectoria de un concepto*; México D.F., Fondo de Cultura Economica, 1981.
- KATSENELINBOIGEN, A. "Coloured Markets in the USSR" in *Soviet Studies*, January, 29 (1), pp. 62-85.
- KELLY, K. "Capitalism, Socialism, Barbarism: marxist conceptions of the Soviet Union" in *Review of Radical Political Economics*, vol.17, nº4, Winter 1985.
- KERSHAW I. e LEWIN, M. (ed.) *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*. Cambridge, New York e Melbourne, Cambridge University Press, 1997.
- KORNAI, J. *Socialisme et Économie de Pénurie*. Paris, Ed. Economica, 1984.
- "On the explanatory theory of shortage: comments on two articles by K.A. Soós". in *Acta Oeconomica*, vol.34 (1-2), pp.145-164 (1985)
- "The Soft Budget Constraint", in *Kyklos*, 39 (1), pp.3-30

- Contradictions and Dilemmas**. MIT Press, Cambridge, Massachussets, London, England, 1986.
- The Socialist System: the Political Economy of Communism**. Princeton, Princeton University Press, 1992
- KORNAI, J. e MATITS,A. "Softness of the Budget Constraint - an Analysis relying on data of firms". in *Acta Oeconomica*, vol.32 (3-4), pp.223-249 (1984).
- KRYGIER, M. "La Revolución traicionada? De Trotsky a la nueva clase." in KAMENKA, E. (et.ali.) **La Burocracia: trayectoria de un concepto**; Mexico D.F., Fondo de Cultura Economica, 1981.
- KURZ,R. **O Colapso da Modernização**; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- LANE,D. **Labour and Employment in the USSR**; Sussex, Wheatshef, 1986.
- LANGE, O. e TAYLOR, F. **On the Economic Theory of Socialism**; New York, London e Toronto, McGraw-Hill Book Company, 1964.
- LAVIGNE, M. e KERBLAY, B. **Les Soviétiques des années 80**; Paris, Armand Colin, 1985.
- LAVIGNE, M. e ANDREFF, W. **La Réalité Socialiste: crise, adaptation, progrès**; Paris, Ed. Economica, 1985.
- LEFORT,C. **A Invenção Democrática: os limites do totalitarismo**; São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LÊNIN, V. **Obras Escolhidas**; Lisboa, Avante, 1985.
- LEWIN, M. **The Making of the Soviet System**; Porto, Methuen, 1985.
- Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparision**; Cambridge, Melbourne e New York, Cambridge University Press, 1997.
- LIMON, D. "Lenine et le Control Ouvrière"; Autogeston et Socialisme, cahier n#4, Paris, 1967.
- LINHART, R. **Lenin, os Camponeses, Taylor**; Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- LIPIETZ, A. "D'Althusser a Mao?" in *Les Temps Modernes*, Novembre 1973, n°328. "Dialectique des forces productives et lutte politique"; in *Communisme*, n°2, 4° trimestre 1978, 7°année.
- "Reflexions autour d'une fable: pour un statut marxiste des concepts de Regulation et d'Accumulation"; Paris, Couverture Orange; n°8530.
- "De l'Althusserianisme a la Théorie de la Regulation"; Paris, Couverture Orange, n°8920, 1987.

- LITTLEJOHN, G. "State, Plan and Market in the transition to socialism: the legacy of Bukharin" in *Economy and Society*, vol.8, nº2, May 1979.  
 "Economic Calculation in the Soviet Union" in *Economy and Society*, vol.9, nº4, November 1980.
- LUHMANN, N. "Préface" in HAYOZ, N. *L'Étreinte Soviétique*; Genève, Droz, 1997.
- MAGALINE, A.D. *Lutte de classes et dévalorisation du capital*; Paris, Maspéro, 1975.
- MANDEL, D. *The Petrograd Workers and the Soviet seizure of power: from July 1917 to July 1918*; Houndmills, Macmillian Press, 1984.
- MANDEL, E. "The laws of motion of the Soviet economy" in *Review of Radical Political Economics*, vol. 13, nº1, Spring 1981.  
 "The Class Nature of the Soviet Union" in *Review of Radical Political Economy*, Volume 14, nº1, Spring 1982.  
 "As Categorias Mercantis no Período de Transição" in GUEVARA, E. *Textos Econômicos: para a construção do socialismo*; São Paulo, Edições Populares, 1987.  
*Socialismo x Mercado*; São Paulo, Ensaio, 1991.
- MARCOU, L. *Guide de Recherches: L'Union Soviétique*; Paris, Presse de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1971.
- MARKUS, G.. (et alii) *Dictatorship over Needs: an Analysis of Soviet Societies*; Oxford, Basil Blackwell, 1983.
- MÁRMORA, L. "El concepto de modernización en la *Alternativa*, su importancia para el Tercer Mundo" in *Revista Mexicana de Sociología*, ano XLIII/Vol.XLIII/nº3, julio-septiembre de 1981.
- MARTINS, J.S. *O Cativoiro da Terra*; São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *El Capital: Crítica de la Economía Política*; México D.F., Fondo de Cultura Económica, 1978.  
*Grundrisse*; London, Penguin Books e New Left Books, 1993.
- MEPHAM, J. "The *Grundrisse*: Method or Metaphysics?" in JESSOP, B. e MALCOLM-BROWN, C. *Karl Marx's Social and Political Thought: critical assessments, Vol.1*; London e New York, Routledge, 1990.

- MÉSZÁROS, I. "O Marxismo hoje", Entrevista publicada em *Crítica Marxista*, São Paulo, Vol. 1, nº2.
- MILLER (et.al) *Communist Economy under Change*. The Institute of Economic Affairs, 1960.
- MILIBAND, R. "Bettelheim and the Soviet Experience" in *Class Power and State Power: Political Essays*; London, Verso, 1975.  
 "Reflexões sobre a crise dos Regimes Comunistas"  
 in BLACKBURN, R., *Depois da Queda: O fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- Von MISES, L. *Socialism: an Economic and Sociological Analysis*; Oxford, Jonhattan Cape, 1936.
- MUELLER, G.H. "Socialism and capitalism in the work of Max Weber" in *The British Journal of Sociology*, vol. XXXIII, nº2, June 1982.
- MURRELL, P. e OLSON, M. "The Devolution of Centrally Planned Economies". in *Journal of Comparative Economics* 15, 239-265 (1991).
- NAIR, K. "Charles Bettelheim bouleverse la science" in *Critiques de l'Économie Politique*, nº7-8, avril-septembre 1972.
- NAVES, M.B. "Marxismo e Capitalismo de Estado" in *Crítica Marxista*, nº1, 1995.  
 "Stalinismo e Capitalismo: "a disciplina do açoite" in *Outubro*, nº2, 1998.
- NEGRI, A. *Marx Beyond Marx: lessons on the Grundrisse*; Massachussets, Bergin and Garvey Publishers inc., 1984.
- NEGRI, A. e HARDT, M. *Labour of Dionysius: a Critique of the State-Form*; Minneapolis e London, University of Minnesota Press, 1994.
- NICOLAUS, M. "The unknown Marx" in JESSOP, B. e MALCOLM-BROWN, C. *Karl Marx's Social and Political Thought: critical assessments, Vol.I*; London e New York, Routledge, 1990.
- NOVE, A. *Economia Soviética*; Rio de Janeiro, Zahar, 1963.  
 "Does the Soviet Union have a planned economy? A comment" in *Soviet Studies*, vol.XXXii, January 1980 nº1, p.135-7.

- "Is There a Ruling Class in the USSR?" in *Soviet Studies*, nº2, Vol. XXVIII, Glasgow, 1990.
- An Economic History of the USSR (1917-1991)**. London, New York, Victoria, Toronto, Auckland, Penguin Books, 1992.
- OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- PEJOVICH, S. **Fundamentos de Economía: un enfoque basado en los derechos de la propiedad**. Mexico DF, Fondo de Cultura Económica, 1985.
- PODKAMINER, L. "Investment Cycles in Centrally Planned Economies: an Explanation invoking Consumer Market Disequilibrium and Labour Shortage". *Acta Oeconomica*, vol.35 (1-2), pp.133-144 (1985).
- POLANY, M. **USSR Economics**; Manchester University Press, 1936.
- POLLOCK, F. "State Capitalism: Its Possibilities and Limitations" in ARATO, A. e GEBHARDT, E. (org): **The Essential Frankfurt School Reader**, Continuum, New York, 1982.
- "Is National Socialism a New Order?" in *Studies in Philosophy and Social Sciences*, vol. IX, 1941.
- POSTONE, M. **Time, Labor and Social Domination: a reinterpretation of Marx's Critical Theory**, Cambridge, New York e Melbourne, Cambridge University Press, 1993.
- POULANTZAS, N. e MILLIBAND, R. **Debate sobre o Estado capitalista**; Porto, Crítica e Sociedade, 1975.
- POULANTZAS, N. **O Poder Político e as Classes Sociais**; São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- PREOBIAZHENSKI, E. **A Nova Económica**; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- RIZZI, B. **A Burocratização do Mundo**; Lisboa, Antígona, 1983.
- ROCKER, R. (et. ali.) **A Natureza da URSS**; Porto, Afrontamento, 1977.
- ROSDOLSKY, R. **La Génesis du "Capital" chez Karl Marx**; Paris, Maspero, 1976.
- ROEMER, J. "The possibility of Market Socialism", in COPP, D., HAMPTON, J. e ROEMER, J. (ed.) **The Idea of Democracy**, Cambridge, New York e

- Melbourne, Cambridge University Press, 1993  
**Egalitarian Perspectives: Essays in Philosophical Economics;**  
 Cambridge, Melbourne e New York, Cambridge University Press,  
 1996.
- ROLAND, G. "Investment Growth Fluctuations in the Soviet Union: An  
 Econometric Analysis" in *Journal of Comparative Economics*,  
 June, 11 (2) , pp.192-206, 1987.  
 "On the meaning of aggregate excess supply and demand for  
 consumer goods in Soviet-Type Economies", in *Cambridge  
 Journal of Economics*, March, 14 (1), pp.49-62.
- ROSSANDA, R. "Le marxisme de Mao", in *Les Temps Modernes*, Décembre-  
 Janvier 1970-71 n°293-294.
- RUHLE, O. **Fascisme Brun, Fascisme Rouge;** Paris, Spartacus Cahiers  
 Mensuels, 1975.
- SAES, D. **O Conceito de Estado Burguês;** Campinas, Cadernos do IFCH-  
 UNICAMP n°25.  
**Democracia;** São Paulo, Ática, 1987.  
 "O lugar do pluralismo político na democracia socialista" in *Crítica  
 Marxista*, n°6, 1998.  
 "O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual  
 brasileira" in MORAES, J.Q. **História do Marxismo no Brasil, vol.  
 III: Teorias. Interpretações.** Campinas, Ed. da UNICAMP, 1998.
- SALVADORI, M. "A crítica marxista ao estalinismo" in HOBBSAWM, E. (org.)  
**História do Marxismo, Vol. VII: O marxismo na época da III  
 Internacional: a URSS da construção do socialismo ao  
 estalinismo;** São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- SAPIR, J. **Travail et Travailleurs en URSS.** Paris, La Découverte, 1984.  
**Les Fluctuations économiques en URSS: 1941-1985 ;** Paris, Éditions  
 de l'EHESS, 1989.  
**L'Économie Mobilisée: essai sur les économies de type soviétique;**  
 Paris, La Découverte, 1990  
 "Stabilités et Instabilités dans le développement de l'Union Soviétique", in  
 BOYER, R., CHAVANCE, B. e GODARD, O. **Les Figures de**

- l'irreversibilité en Économie**; Paris, Éditions de l'EHESS, 1991.  
(ed.) **Retour sur la URSS: Économie, société, histoire**; Paris, L'Harmattan, 1997.
- SCOTT, J.P. "Realist Sociology and the Critique of Empiricism", in *Philosophy of the Social Sciences*, n°9 (1979).
- SIMON, A. "The Role of Prices and Supply in Shortage". *Acta Oeconomica*, Vol. 33 (3-4), pp. 321-336, 1984.
- SOÓS, K.A. "Causes of Investment Fluctuations in the Hungarian Economy", in *Eastern European Economics*, 14 (2), 1975.  
"Resenha" de LAVIGNE, M. (ed.): **Travail et Monnaie en Système Socialiste**; Paris, Ed. Economica, 1981. in *Acta Oeconomica*, Vol.30 (2), pp.269-281 (1983).  
"A Propos the Explanation of Shortage Phenomena: Volume of Demand and Structural Inelasticity" in *Acta Oeconomica*, 33 (3-4), p.305-20.  
"Le rôle de la monnaie et des organes financiers dans les phases descendantes des cycles en Hongrie et en Yougoslavie: la monétarisation de l'économie socialiste et la généralisation des cycles". in CHAVANCE, B. (org.) **Régulation, Cycles et Crises dans les Économies Socialistes**; Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1986.
- SWEEZY, P. **Socialismo**; Rio de Janeiro, Zahar, 1963.  
**Ensaio sobre Capitalismo e Socialismo**; Rio de Janeiro, Zahar, 1965.  
"Réplica"; in *Teoria e Política*, ano 1, n°3, 1980.  
**A Sociedade Pós-Revolucionária**; Rio de Janeiro, Zahar, 1981.  
"After Capitalism - What?" in *Monthly Review*, v.37, n.3, July-August 1985.  
"Rejoinder"; in *Monthly Review*, vol.37, n°4, setembro de 1985.
- SWEEZY, P. e BETTELHEIM, C. **Sociedades de Transição**; Porto, Portucalense, 1971.
- THÉRET, B. "Les métamorphoses fiscales du capital: une approche marxiste-webérienne des finances publiques" in *Economie Appliquée*, tomo

XLVI, 1993, nº2.

- TRIBE, K. "Remarks on the Theoretical Significance of Marx's *Grundrisse*" in  
JESSOP, B. e MALCOLM-BROWN, C. **Karl Marx's Social and Political Thought:  
critical assessments, Vol. I**, London e New  
York, Routledge, 1990.
- TICKTIN, H. "The Contradictions of Soviet Society and Professor Bettelheim" in  
*Critique*, 6, 1972.
- TROTSKY, L. **El Fracaso del Plan Quinquenal**, Buenos Aires, ESSE, 1973.
- URGENSE "Un taylorisme arhythmique dans les économies planifiées du  
centre" in *Critiques de l'Économie Politique* nº19, 1982.
- VAHABI, M. "The Austro-Hungarian Convergence Through the writings of  
J.Kornai" in *Economie Appliquée*, tome XLVIII, 1995, n.4, p.77-  
103.
- VAN DER PIJL, K. "Soviet Socialism and Passive Revolution" in GILL, S.  
**Gramsci, Historical Materialism and International Relations**  
Cambridge, New York e Melbourne, Cambridge University  
Press, 1993.
- VINCENT-VIDAL, S. "A Crítica das concepções econômicas de Stálin por Mao-  
Tsé-Tung" in *Teoria e Política*, Ano 1, nº1, 1980.
- WARD, C. **Stalin's Russia**. London, New York, Sidney e Auckland, Edward  
Arnold, 1993.
- WEBER, M. **The Russian Revolutions**, Cambridge, Polity Press, 1995.
- WINIECKI, J. "Investment Cycles and excess demand inflation in planned  
economies: Sources and processes" in *Acta Oeconomica* 1-2,  
1982.
- ZASLÁVKAIA, T. "La Perestroika y el Socialismo" in DUCH, P. e TELLO, C. **La  
Polemica en la URSS: la Perestroika seis años después**,  
México D.F., Fondo de Cultura Economica, 1991.